

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História Social**

***Padrões e práticas na política carioca:*
os deputados federais eleitos pela Guanabara em 1962 e 1970**

Maria Helena Versiani

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientadora: Prof. Dra. Marieta de Moraes Ferreira

**Rio de Janeiro
Março / 2007**

***Padrões e práticas na política carioca:*
os deputados federais eleitos pela Guanabara em 1962 e 1970**

Maria Helena Versiani

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História Social.

Aprovada por:

Orientadora: Professora Doutora Marieta de Moraes Ferreira (PPGHIS/UFRJ)

Professor Doutor Mauro Osorio da Silva (Faculdade de Direito/UFRJ)

Professora Doutora Maria Paula Nascimento Araújo (PPGHIS/UFRJ)

Professor Doutor Marcos Bretas (PPGHIS/UFRJ) – Suplente

Professor Doutor Carlos Eduardo Sarmiento (CPDOC) – Suplente

**Rio de Janeiro
Março / 2007**

Versiani, Maria Helena

Padrões e práticas na política carioca: os deputados federais eleitos pela Guanabara em 1962 e 1970 / Maria Helena Versiani. - Rio de Janeiro: UFRJ / IFCS, 2007.
x, 211f.: 30 cm.

Orientadora: Marieta de Moraes Ferreira

Dissertação (mestrado) – UFRJ / IFCS / Programa de Pós-Graduação em História Social, 2007.

Referências Bibliográficas: f. 249 – 265.

1. Rio de Janeiro (RJ) – Política e governo. 2. Brasil – História política. I.

Versiani, Maria Helena. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. III. Título

Resumo

Este trabalho aborda as formas de atuação política dos deputados federais eleitos para compor a bancada carioca à Câmara Nacional em 1962 e 1970, dois anos que podem ser considerados marcos eleitorais. O primeiro antecede e o segundo sucede o período em que são mais numerosas as cassações de mandatos determinadas pelo Governo militar implantado no Brasil pelo golpe de 1964.

Através do estudo coletivo das trajetórias desses deputados, procurou-se delinear as redes de relacionamentos políticos e sociais que viabilizaram seu ingresso na vida parlamentar e influenciaram suas estratégias políticas.

Particularmente duas hipóteses foram testadas e confirmadas:

(1) a bancada eleita em 1962 – eleita, portanto, antes da abertura dos processos de cassações determinados pelo Governo militar pós-1964 – apresentou um perfil geral propenso ao debate político e de idéias. Embora reunindo representantes de diferentes correntes de pensamento, a participação ativa nas discussões sobre a ordem política e sócio-econômica do país constituiu um elemento unificador desse grupo parlamentar;

(2) as cassações levadas a termo pelo Governo militar brasileiro do pós-1964 favoreceram uma mudança do perfil da bancada de deputados federais eleita pela Guanabara. Em 1970, tornou-se hegemônico, na representação carioca à Câmara Nacional, um estilo de atuação política localista, clientelista e alheio ao debate nacional.

Abstract

The present work addresses the performance of the federal deputies elected in Rio de Janeiro to undertake local representation within the Brazilian Congress in 1962 and 1970 – two years that may be considered as electoral turning points. The first year precedes and the second one succeeds the period during which numerous nullifications of political mandates occurred, ordered by the military government installed in Brazil with 1964's coup.

By means of a collective study of those deputies' trajectories, we have outlined the nets of political and social relationships which actualized their entering the national legislative body, and which impacted their political strategies.

In particular, two hypotheses have been assessed and verified:

(1) The legislative body elected in 1962 – thus, elected before the institution of the cassation processes ordered by the post-1964 military government – presented a general profile that inclined towards a discussion of political aspects and ideas. Despite gathering representatives from different streams of thoughts, the active participation in discussions about the country's political, social and economic order comprised an element of unification for that legislative group.

(2) The cassation processes imposed by the post-1964 Brazilian military government favored the chamber of deputies elected by the State of Guanabara with a change of profile. In 1970, a localist, clientelist and alienist style becomes hegemonic within the Rio de Janeiro's representation for the National Chamber.

AGRADECIMENTOS

O trabalho que resulta de dois anos de pesquisa é necessariamente uma peça a muitas vozes. A todos os amigos, sem exceção, agradeço por atravessar, ao meu lado, o terreno movediço da pesquisa acadêmica: minha família, amigos de salas de aula, das pistas de dança, das trocas de idéias sorvidas entre cafés e taças de vinho, livrarias, Museu da República e demais trabalhos, tantos trabalhos e conversas únicas.

À orientadora desta dissertação, Marieta de Moraes Ferreira, reconheço a enorme contribuição proporcionada pela vasta experiência e domínio do tema, apontando lacunas e direções para a pesquisa, sem dúvida determinantes dos seus aspectos de maior qualidade.

Aos membros da banca de qualificação, Maria Paula Nascimento Araújo e Mauro Osorio da Silva, agradeço os comentários e aconselhamentos essenciais, críticas sagazes e importantes recomendações de leituras, todas incorporadas ao trabalho.

Deixo registrados também sinceros agradecimentos à colaboração estreita, em diferentes momentos do projeto, recebida na forma de empréstimos de livros, leituras críticas dos rascunhos, revisões e traduções de textos, auxílio no levantamento de informações, esclarecimento de dúvidas e outras tantas motivações: Alexandre Borges, Ana Luce Girão, Argelina Figueiredo, Bebel Lenzi, Cecília Antunes, Chapecó Spalding, Cláudio Figueiredo, Eduardo Versiani, Filipe Porto, Hortensia Salek, Janete de Mello, Jorge Santos, Léo Coelho, Marcelo Brito, Moema Acselrad, Paulinho Knauss, Raphael Chagas, Renato Lemos, Tiago Monteiro, Terezinha Vilela e Vera Versiani. Cada comentário, incentivo e confiança tiveram o efeito preciso e renovador dos caminhos da pesquisa.

Em especial, agradeço ao Mario Jorge, pelo carinho, disponibilidade a perder de vista e socorro na lida com o universo da informática, composição dos quadros e formatação geral do trabalho, tornando o ambiente sempre repleto de atalhos e propício de realizações. Também a minha querida irmã Junia, pelo inestimável apoio logístico ao longo de todo o processo, inclusive nos afazeres domésticos.

Companheirinha de todas as minhas horas, tudo ao seu lado parece mais calmo e deixa saudade. Dedico este trabalho a você, Isadora.

Sumário

Introdução	11
Capítulo 1 - Construindo o Estado da Guanabara	27
1. Interpretações sobre o Rio de Janeiro.....	27
2. Organização político-institucional.....	39
3. O governador Carlos Lacerda.....	43
4. Os partidos políticos.....	46
4.1. Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	49
4.2. União Democrática Nacional (UDN)	51
4.3. Partido Social Democrático (PSD)	53
4.4. Partido Socialista Brasileiro (PSB).....	55
4.5. Partido Democrata Cristão (PDC)	56
4.6. Partido Social Trabalhista (PST)	57
4.7. Movimento Democrático Brasileiro (MDB)	58
4.8. Aliança Renovadora Nacional (ARENA).....	59
4.9. Partidos políticos: algumas observações	59
Capítulo 2 - A Bancada Carioca de Deputados Federais Eleita em 1962	62
1. Ambiência política nacional.....	63
2. A disputa eleitoral na Guanabara para a Câmara dos Deputados: 1962.....	70
3. Os deputados federais eleitos pela Guanabara em 1962.....	75
3.1 Deputados federais: Aliança Socialista Trabalhista (PTB e PSB)	79
3.1.1. Leonel de Moura Brizola (PTB)	79
3.1.2. Sérgio Nunes de Magalhães Júnior (PTB).....	86
3.1.3. Eloy Ângelo Coutinho Dutra (PTB)	88
3.1.4. Antônio Garcia Filho (PTB)	89
3.1.5. Waldir de Melo Simões (PTB)	91
3.1.6. Benjamin Miguel Farah (PTB)	93
3.1.7. Max José da Costa Santos (PTB).....	94
3.1.8. Rubens Berardo Carneiro da Cunha (PTB)	96
3.1.9. Jamil Amiden (PTB).....	97

3.1.10. Benedicto Cerqueira (PTB).....	99
3.1.11. Breno Dhália da Silveira (PSB)	101
3.2. Deputados federais: UDN.....	103
3.2.1. Fidélis dos Santos Amaral Netto (UDN)	103
3.2.2. Adauto Lúcio Cardoso (UDN).....	105
3.2.3. Eurípedes Cardoso de Menezes (UDN).....	107
3.2.4. Aliomar de Andrade Baleeiro (UDN).....	108
3.2.5. Arnaldo de Castro Nogueira (UDN).....	111
3.2.6. Hamilton de Lacerda Nogueira (UDN).....	112
3.3. Deputados federais: Frente Popular (PSD e PST)	113
3.3.1. Antônio de Pádua Chagas Freitas (PSD)	113
3.3.2. Nélson de Sousa Carneiro (PSD).....	120
3.3.3. Marco Antônio Tavares Coelho (PST)	122
3.4. Deputados federais: PDC.....	124
3.4.1. Juarez do Nascimento Fernandes Távora (PDC).....	124
4. Uma bancada nacional.....	125
Capítulo 3 - A Bancada Carioca de Deputados Federais Eleita em 1970.....	137
1. Ambiência política nacional	138
2. A disputa eleitoral na Guanabara para a Câmara dos Deputados: 1970.....	151
3. Os Deputados Federais eleitos pela Guanabara em 1970	162
3.1. Deputados federais: ARENA.....	165
3.1.1. Fidélis dos Santos Amaral Netto (UDN)	165
3.1.2. Emílio Antônio Sousa Aguiar Nina Ribeiro (Arena).....	166
3.1.3. Carlos Octávio Flexa Ribeiro (Arena)	168
3.1.4. Lopo de Carvalho Coelho (Arena).....	169
3.1.5. Célio de Oliveira Borja (Arena).....	171
3.1.6. Eurípedes Cardoso de Menezes (UDN).....	175
3.1.7. Osnelli Leite Martinelli (Arena)	176
3.2. Deputados federais: MDB	178
3.2.1. Marcelo Machado Medeiros (MDB)	178
3.2.2. Rubem Medina (MDB).....	180

3.2.3. Reynaldo Gomes Sant'Anna (MDB).....	182
3.2.4. Pedro Alves de Faria (MDB)	183
3.2.5. Léo Mello Simões (MDB)	185
3.2.6. José Bezerra de Norões Filho (MDB).....	186
3.2.7. José Guilherme de Araújo Jorge (MDB)	187
3.2.8. Florim Ferreira Coutinho (MDB)	189
3.2.9. Waldemiro Abdalla Teixeira (MDB).....	193
3.2.10. José Bonifácio Diniz de Andrada Neto (MDB).....	195
3.2.11. Rubens Berardo Carneiro da Cunha (PTB)	197
3.2.12. Lysâneas Dias Maciel (MDB)	197
3.2.13. Alcir de Melo Pimenta (MDB)	200
4. Ascensão do chaguismo na política carioca	201
Conclusão	213
Anexos.....	223
Bibliografia.....	249

Introdução

A presente dissertação busca realizar um estudo sobre as formas de atuação política dos deputados federais eleitos para compor a bancada carioca à Câmara Nacional, nos anos de 1962 e 1970 (Quadro 1), marcos eleitorais imediatamente anterior e posterior ao período em que são mais numerosas as cassações de mandatos parlamentares levadas a termo pelo regime militar brasileiro, imposto com o golpe de 1964.

QUADRO 1

DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS PELA GUANABARA em 1962 e 1970	
Eleições de 1962	Eleições de 1970
Adauto Lucio Cardoso	Alcir Pimenta
Aliomar Baleeiro	Bezerra de Norões
Antonio Garcia Filho	Carlos Flexa Ribeiro
Antonio Pádua de Chagas Freitas	Célio de Oliveira Borja
Arnaldo Nogueira	Eurípedes Cardoso de Menezes
Benedicto Cerqueira	Fidélis dos Santos Amaral Netto
Benjamin Miguel Farah	Florim Coutinho
Breno Dhalia da Silveira	J. G. de Araújo Jorge
Eloy Ângelo Coutinho Dutra	José Bonifácio
Eurípedes Cardoso de Menezes	Léo Simões
Fidélis dos Santos Amaral Netto	Lopo Coelho
Hamilton Nogueira	Lysaneas Maciel
Jamil Amiden	Marcelo Medeiros
Juarez Távora	Nina Ribeiro
Leonel de Moura Brizola	Osnelli Martinelli
Marco Antonio Tavares Coelho	Pedro Faria
Max José da Costa Santos	Reynaldo Sant'Anna
Nelson Carneiro	Rubem Medina
Rubens Berardo Carneiro da Cunha	Rubens Berardo Carneiro da Cunha
Sérgio Nunes de Magalhães Júnior	Waldemiro Teixeira
Waldir Mello Simões	

Fonte: TSE.Dados Estatísticos, v.6, 1964 e v.9,1973

A hipótese central que perpassa a análise é que as cassações decretadas pelo Governo militar brasileiro, no pós-64, favorecem uma mudança do perfil da bancada carioca de deputados federais, em prol do fortalecimento de um estilo marcadamente localista e clientelista¹ de atuação política.

É recorrente, entre estudiosos da História Política do Rio de Janeiro, o reconhecimento de que a representação parlamentar carioca, desde os primeiros anos da República, teve importante presença no debate sobre os rumos da política nacional brasileira². Tal característica é compreendida como um aspecto da história de capitalidade da cidade³. Principal palco da atividade política do país, como sede da Corte Portuguesa e depois Capital imperial e republicana do Brasil, o território carioca, por muitos e muitos anos, seria representado no Congresso por atores políticos com particular tradição de envolvimento no debate dos temas gerais atinentes ao conjunto da nação.

Corroborariam, ainda, para essa vocação nacional, questões específicas referentes ao estatuto político e institucional da cidade do Rio de Janeiro como Capital republicana, que impunha restrições ao pleno funcionamento da esfera de poder local, submetendo-a a forte ingerência do poder federal – o prefeito da cidade era nomeado pelo presidente da República e seus eventuais vetos às deliberações dos vereadores não retornavam à Câmara Municipal para

¹ O conceito de “clientelismo” é utilizado aqui como um padrão de relacionamento com racionalidade inscrita nos seus próprios métodos de atuação. Estes implicariam em trocas e apoios mútuos, tendo em vista prévias estratégias dos atores envolvidos que, controlando capitais diferenciados, buscariam garantir acesso a recursos diversos. Esta conceituação é apresentada por Carlos Eduardo Sarmento, a partir de um estudo genealógico, em SARMENTO, 2000, p. 83 a 89.

² Um balanço de estudos sobre a vocação nacional da cidade do Rio de Janeiro e das bancadas parlamentares cariocas é apresentado no Capítulo 1 desta dissertação.

³ O conceito de capitalidade é aqui utilizado conforme desenvolvido pelo arquiteto e historiador de arte italiano Giulio Argan, que define as cidades-capitais, a partir de seus aspectos organizacionais, sociais e artísticos, como lugar referencial de uma nação, do ponto de vista político, cultural, intelectual e criativo (ARGAN, 1964). A historiadora Margarida de Souza Neves apropria-se desse conceito para discutir o papel do Distrito Federal do Rio de

apreciação, mas, sim, eram julgados pelo Senado Federal. Desse modo, as forças políticas cariocas apresentariam uma face nacional proeminente, sobretudo aquelas que atuavam no nível da representação parlamentar federal, posto que o âmbito da política local carioca se constituía com pouca autonomia e força de decisão, tornando-se, em decorrência, um espaço menos privilegiado para o exercício da formulação política – embora, também nessa esfera de poder, se fizessem presentes elementos engajados no debate político⁴.

Mesmo após a transferência da Capital para Brasília, no imediato da criação do estado da Guanabara, a tradição de engajamento no debate nacional permaneceria uma marca da representação federal carioca, consignada como legado e cultura política.

Neste trabalho, procuramos verificar se, para a bancada de deputados federais eleita em 1962, pelo estado da Guanabara, procede como tendência hegemônica a tese da vocação para o debate político nacional. Procuramos também analisar o perfil político dos deputados federais eleitos pelo estado carioca em 1970 – momento repressivo particularmente crítico do período pós-1964 – e avaliar o impacto das cassações de mandatos, imputadas pelos governos militares, na composição daquela bancada parlamentar. Especificamente, buscamos perceber as continuidades e transformações ocorridas no perfil político desses dois grupos parlamentares e, também, em que medida as transformações sobrevindas encerraram reflexos do período de repressão e cassações políticas vivenciado no país. Apostamos na hipótese de que, em 1970, não mais prevalece a característica, predominante em 1962, da presença ativa dos parlamentares no

Janeiro, logo após a Proclamação da República, como cidade símbolo da nação que se desejava então construir, como foco irradiador dos valores republicanos que pretendia-se impregnar o imaginário social (NEVES, 1991).

⁴ Algumas características das esferas de poder local e federal carioca serão discutidas mais extensamente no Capítulo 1 desta dissertação.

debate político nacional, mas sim se consolida um novo padrão hegemônico de comportamento, de viés localista e clientelista.

Nossa opção teórico-metodológica consiste em investigar as trajetórias individuais dos membros que compõem os quadros parlamentares eleitos nos dois momentos históricos assinalados (1962 e 1970), buscando discernir elementos identitários entre eles, que apontem para tendências unificadoras e predominantes em relação às formas de atuação político-parlamentar então vigentes.

A proposta, pois, é partir do estudo de trajetórias individuais, bastante delimitadas, com vistas à identificação de aspectos mais gerais da cultura política de uma época. Trata-se de um método de trabalho que ganha particular credibilidade no contexto do movimento de renovação da História Política, quando se afirma a importância das experiências individuais no processo de construção do social. O entendimento é que as biografias históricas são caminhos de pesquisa que se abrem para a compreensão dos condicionantes sócio-culturais a elas relacionados.

Giovanni Levi desenvolve essa idéia, ressaltando que a existência de cada indivíduo ocorre num tempo e espaço de inter-relações plurais, de modo que a singularidade de uma trajetória é definida a partir de estratégias gestadas dentro de um universo múltiplo de influências e possibilidades, constituindo tanto um produto desse universo como também seu elemento criador. Vistas assim, as relações entre o indivíduo e seu contexto estabelecem-se a partir de um diálogo permanente, em que as influências têm mão dupla: as ações do indivíduo são frutos do meio em que se inserem, impregnadas, condicionadas por ele, e, ao mesmo tempo, interferem no meio, impactando-o, modificando suas características⁵.

⁵ Ver LEVI, Giovanni. *Usos da biografia*. In: FERREIRA; AMADO (Coord.), 2001, p.167-182.

Dentro dessa perspectiva, a sociedade se coloca como um produto do fazer humano, existindo, portanto, em estado de permanente transformação:

Em geral, nós olhamos aquela sociedade de longe: estamos, assim, atentos a resultados finais que freqüentemente excedem a possibilidade de controle das pessoas, a sua própria vida. Parece que as leis do estado moderno impuseram-se sobre resistências impotentes e historicamente, no longo período, irrelevantes. Mas não aconteceu assim: nos interstícios dos sistemas normativos estáveis ou em formação, grupos e pessoas jogam uma estratégia significativa própria, capaz de marcar a realidade política de uma maneira duradoura, não de impedir as formas de dominação, mas de condicioná-las e modificá-las⁶.

Christophe Charle assevera a importância das experiências individuais no processo de construção do social, chamando atenção para a relevância histórica dos indivíduos no domínio das tomadas de decisão política. Segundo o autor, todo sistema normativo conserva a possibilidade de escolhas individuais, manipulações e negociações, sempre havendo, em alguma medida, espaços de liberdade para o encaminhamento de nossas ações⁷.

É nossa convicção que os níveis cotidianos das relações sociais engendram a base das relações políticas e de poder. Os indivíduos de uma sociedade articulam-se através de redes multifacetadas, nas quais se confundem representações de interesses diversos, observáveis a partir de cada um desses indivíduos e em todos eles. Filiados a essa perspectiva, entendemos que o estudo de uma determinada trajetória individual não apenas pode conduzir a uma compreensão das condições gerais da realidade histórica a ela relacionada, como também enriquece tal compreensão.

O lugar da experiência individual ganha imensa significação quando a percebemos como um instrumento para a compreensão de comportamentos gerais. Se cada vida particular é parte da História, a singularidade de uma experiência torna-se *um ponto de vista* para o entendimento de

⁶ LEVI, Giovanni, citado em MARTINS, 2005, p.375.

lógicas históricas maiores. Cada fragmento das experiências individuais compõe sociedades inteiras e encerra uma possibilidade de visão mais ampla. Observar os fragmentos, inclusive, ajuda a perceber a complexidade social, na medida em que deixa evidente a pluralidade de lógicas presentes na sociedade. Compartilhamos, pois, o entendimento de Jacques Revel, quando afirma que as análises sociais realizadas à luz das experiências individuais são de excepcional fecundidade, porque permitem levar em consideração a “estrutura folheada do social”⁸.

A investigação das trajetórias, aqui pretendida, busca identificar as diversidades e características básicas comuns aos parlamentares em exame, a partir de um estudo coletivo de suas vidas. São pesquisadas informações sobre o local e data de nascimento de cada parlamentar, sua formação educacional, atividades profissionais desenvolvidas, trajetória político-parlamentar, os principais temas mobilizadores que influenciaram suas ações, seus posicionamentos frente às principais discussões políticas da época e os eixos norteadores de seu comportamento político.

Acreditamos que a análise dessas trajetórias não apenas permite descortinar o ambiente político no qual esses parlamentares exerceram seus mandatos e as questões mais prementes que então ocupavam a agenda política, mas também esclarece sobre os padrões de comportamento que orientavam o fazer político em território carioca no período analisado. É nosso desejo que as reflexões realizadas neste trabalho tenham alcançado deter-se na compreensão de alguns fatores que marcam o desenrolar da dinâmica política carioca ao longo dos anos e que, acreditamos, influem para o *status quo* hoje vivenciado no estado do Rio de Janeiro, de uma administração pública desestruturada e ineficiente, marcada pelo fisiologismo, em prejuízo do bem comum.

⁷ CHARLE, 1987.

⁸ REVEL, 1998, p.14.

Alguns conceitos ofereceram a este trabalho a base de sustentação teórica indispensável a toda pesquisa histórica. O primeiro deles é o conceito de *campo político*, conforme desenvolvido por Pierre Bourdieu⁹, como o espaço em que se relacionam os atores sociais em concorrência e onde os compromissos e as alianças políticas não se apresentam de forma estática, antes se encontrando permanentemente sujeitos a ações e mudanças. Nas palavras do autor, *campo político* é explicitado “ao mesmo tempo como campo de forças e campo de lutas, o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos...”¹⁰.

Outra matriz teórica desenvolvida por Pierre Bourdieu, que incorporamos em nossa pesquisa, é a noção de *trajetória*. O autor constrói o conceito de *trajetória* como o conjunto de posições e acontecimentos experienciados por um indivíduo ou grupo, observando-os em necessária interação com o ambiente social no qual sucedem. Indivíduos, grupos, acontecimentos e ambiente social são dimensões tomadas em condição de permanente devir e transformação.

Nesse sentido, segundo Bourdieu, não é possível analisar uma trajetória sem tomar em consideração, previamente, as condições sucessivas do contexto no qual ela se desenvolve e, portanto, “o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo conjunto de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis”¹¹.

Serge Bernstein é o outro autor que, acreditamos, ofereceu uma importante contribuição para o quadro teórico desta pesquisa. Particularmente a noção conceitual por ele desenvolvida de *cultura política*¹², como um sistema de representações, observável em elementos discursivos e/ou

⁹ BOURDIEU, 1989.

¹⁰ BOURDIEU, 1989, p. 163 e 164.

¹¹ BOURDIEU, 1986. In: FERREIRA; AMADO, 2001, p.190.

¹² BERSTEIN. In: RIOUX; SIRINELLI (Dirs.), 1998, p.349-363.

evocativos e simbólicos, que norteiam e delimitam concepções e formas de atuação política. A *cultura política* constituiria um fenômeno em permanente mobilidade, composto a partir de influências diversas presentes no meio social e que tornam os atores políticos mais ou menos receptivos a determinadas idéias, absorvendo e interiorizando certos comportamentos.

Berstein, ao apresentar a noção de *cultura política*, destaca a importância de se estudar o comportamento dos atores políticos a partir da compreensão dos conceitos e representações nos quais eles se fundamentam, dado que estes se modificam em diferentes conjunturas. Isto evitaria o risco da imposição de conceitos.

O autor chama atenção, ainda, para o caráter plural da *cultura política*, expresso nos conflitos entre as várias culturas políticas, dominantes e dominadas, que, mesmo possuindo áreas de valores partilhados, possuiriam também referências não comuns. Isto, contudo, não impediria que pertencessem a um mesmo todo orgânico e conjugassem os seus princípios.

A nós parece que o proveito de lançarmos mão desses conceitos reside no fato de favorecerem a análise das experiências individuais do grupo parlamentar em questão, permitindo observá-las em permanente interação com o universo social do qual fazem parte. Tal interação incorpora tanto os pactos selados entre os parlamentares e os vários agentes sociais presentes em território carioca, como também a complexidade da dinâmica desses pactos, que envolvem conflitos, cooptações e estratégias diversas.

Esta dissertação encontra-se estruturada em três capítulos. O primeiro, intitulado *Construindo o Estado da Guanabara*, divide-se em quatro seções. Na primeira seção, discorreremos sobre alguns estudos referenciais acerca da História Política do Rio de Janeiro, destacando aqueles que têm como objeto de investigação específico a representação parlamentar

carioca. Merecem destaque, também, alguns trabalhos que inauguram as discussões sobre a construção da cidade do Rio de Janeiro como um espaço de representação nacional.

Na segunda seção do Capítulo 1, procuramos compilar informações acerca das normas político-institucionais e legislações eleitorais que vigoram no território carioca quando da criação do estado da Guanabara e realização das eleições parlamentares de 1962. Serão apresentados os desenhos institucionais definidos para o território carioca antes da transferência da Capital para Brasília, orientados pela Lei Orgânica de 1948, os termos da Lei San Tiago Dantas, que regulamentam a formação do novo estado, em 1960, e as prerrogativas legais introduzidas a partir da promulgação da Constituição da Guanabara de 1961. Especialmente, são examinadas as normatizações que dizem respeito à estruturação dos poderes Legislativo e Executivo estaduais, ao funcionamento do sistema político-partidário e à definição do calendário eleitoral. Procuramos observar se os modelos institucionais definidos para a antiga Capital do Brasil e, depois, estado da Guanabara, facultavam menor ou maior autonomia política local, frente às possibilidades interventivas do Governo Federal. Tais considerações têm em vista compreender os fatores legais que circunscreveram e limitaram o primeiro processo eleitoral (1962) e o início do exercício dos mandatos parlamentares que são abordados nesta pesquisa.

Na terceira seção do Capítulo, traçamos um breve perfil da trajetória política de Carlos Lacerda, o primeiro governador da Guanabara alçado ao cargo pela via das eleições diretas. O destaque conferido a Lacerda deve-se ao fato dele ter sido a principal liderança da UDN em território carioca, cuja influência se faria sentir, em larga medida, nas disputas eleitorais de 1962. Com oratória persuasiva e cortante, Lacerda adentra na campanha eleitoral como figura símbolo do anti-trabalhismo, conferindo à disputa um forte caráter personalista. Sob denúncias de utilizar a máquina administrativa da Guanabara a favor das candidaturas udenistas, Lacerda emplaca a vitória eleitoral de 06 deputados federais. Contumaz opositor do presidente João Goulart, deposto

pelo golpe de 1964, Lacerda é um dos principais articuladores do golpe, mas, já no correr do primeiro Governo militar, entra em conflito com o Poder Federal, rompendo definitivamente com o regime quando da suspensão, em 1965, das eleições diretas para a Presidência da República, previstas para outubro de 1966 – às quais ambicionava concorrer.

Na quarta e última seção do Capítulo, procuramos identificar os desenhos partidários que compõem as bancadas cariocas à Câmara Nacional, em 1962 e 1970. Procuramos, também, destacar as condições em que se constitui o sistema pluripartidário no Brasil, a partir de 1945, e historiar brevemente cada partido político que obtém representatividade na Guanabara naqueles dois processos eleitorais. É apresentado um pequeno resumo sobre a formação desses partidos e seus princípios básicos. Nosso propósito é garantir uma compreensão mais acurada das alianças e vínculos partidários efetivados pelo grupo parlamentar em destaque.

O Capítulo 2, intitulado *A Bancada Carioca de Deputados Federais Eleita em 1962*, está seccionado também em quatro partes, introduzido com uma breve apresentação da conjuntura nacional do início dos anos 1960. A idéia é trazer o contexto histórico e o cenário político em que foram realizadas as eleições de 1962. Ganha relevo o período do Governo de João Goulart (1961/1964), marcado por forte radicalização política e pelo embate entre diferentes projetos de sociedade. Goulart assume a Presidência da República após a instituição do sistema parlamentarista de governo no país, medida que se estabelece como um modo de limitar os seus poderes de presidente. O presidencialismo volta a vigorar no Brasil ainda durante o seu Governo, aprovado em plebiscito popular, mas Goulart acaba deposto pelo golpe de 31 de março de 1964, quando é instaurada uma ditadura militar no país.

Na segunda seção desse Capítulo, procuramos focalizar o campo da disputa eleitoral de 1962, na Guanabara, especificamente para a Câmara dos Deputados. Nessas eleições, duas correntes políticas praticamente dividem os espaços de debate: a corrente de apoio e a de

oposição ao Governo Goulart e seu programa de reformas. Também dois personagens se destacariam como representantes símbolos, respectivamente, de cada uma dessas correntes políticas: Leonel Brizola e Carlos Lacerda.

As eleições ocorrem em meio a trocas de farpas e denúncias. Por um lado, o Governo Federal era acusado de desviar verbas públicas para a campanha de candidatos que apoiavam o presidente João Goulart. Por outro, afirmava-se que o Governo da Guanabara disponibilizava recursos do estado para candidatos da oposição e, ainda, que o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) fazia uso de recursos externos para desencadear forte publicidade, de conteúdo anticomunista, nos meios de comunicação e patrocinar candidatos que defendiam a adoção, no país, de medidas favoráveis aos interesses do capital estrangeiro.

Na terceira seção do Capítulo, apresentamos um panorama das trajetórias individuais do grupo de deputados federais eleito em 1962, pela Guanabara. A reconstituição dessas trajetórias, como já foi dito, toma em consideração fatores relacionados à vida pessoal e profissional de cada parlamentar, que permitem a organização de uma biografia coletiva. Nesse sentido, intentamos investigar os pronunciamentos realizados por esse grupo ao longo da atividade legislativa, além de destacar aspectos de suas vidas que possibilitam uma compreensão das trajetórias políticas individuais e dos laços sócio-políticos que unem a bancada.

Finalmente, procuramos, na última seção do Capítulo 2, destacar as diferenças e identidades entre esses parlamentares, analisando as relações que delineiam seu perfil coletivo. Confiamos que, à luz desse estudo, é possível avaliar se a bancada carioca de deputados federais eleita em 1962, hegemonicamente, tem presença marcante no debate de idéias políticas, manifestando-se em relação aos acontecimentos da vida nacional.

O terceiro Capítulo desta dissertação, *A Bancada Carioca de Deputados Federais Eleita em 1970*, tem formato semelhante ao anterior, dessa vez sendo contemplada a bancada eleita pela

Guanabara, para a Câmara Nacional, em 1970. Igualmente quatro seções foram organizadas. Na primeira, destacamos os aspectos da ambiência política nacional na qual se insere a disputa eleitoral a ser analisada.

A instituição do regime militar no Brasil, a partir do golpe de 1964, perpassa todas as questões discutidas no Capítulo. Ao esvaziamento das funções legislativas do Congresso Nacional e ao ciclo repressivo desencadeado com base na edição de atos institucionais, sucedem movimentos de resistência, inumeráveis prisões de opositores do regime e ordens de cassação de mandatos. A Guanabara se destaca como a unidade federativa mais atingida. Em 1965, são suspensas as eleições diretas para a Presidência da República e extintos todos os partidos políticos então existentes, sendo em seguida instituído o sistema bipartidário no país.

Na segunda seção do Capítulo 3, é analisada especificamente a disputa eleitoral de 1970 para a Câmara Nacional, em território carioca. A retirada forçada, da cena política, de uma série de personagens combativos, com tradição na política carioca, promove uma reconfiguração profunda da bancada parlamentar eleita pelo partido de oposição. E é dentro desse quadro autoritário e coativo que se constrói a hegemonia política de Chagas Freitas.

A terceira seção é reservada para a apresentação das trajetórias individuais dos deputados federais eleitos, a partir das mesmas premissas, anteriormente convencionadas, de recuperar elementos da experiência pessoal e profissional de cada um dos personagens tratados, como instrumento para uma análise do grupo como um todo e de suas redes de relações políticas.

Na última seção do Capítulo 3, os elos identitários e as dissensões evidenciados para aquela bancada parlamentar são o objeto privilegiado da análise. Envidamos observar, no final dos anos 1960, em seguida à decretação do AI-5 que legitima uma brutal intensificação dos processos de perseguição aos opositores da ordem militar então vigente, se ocorrem mudanças no perfil do quadro oposicionista carioca de deputados federais. Particularmente, o propósito é

verificar se a bancada torna-se menos afeita ao debate nacional e à formulação de idéias políticas e se passa a exibir um comportamento marcado, fundamentalmente, pelo viés localista e clientelista, constituindo-se como base de apoio à liderança política de Chagas Freitas na Guanabara.

Para aferição dos objetivos demarcados neste estudo, lançamos mão de um leque variado de fontes de pesquisa. Leituras específicas de uma série de **obras bibliográficas**¹³ foram realizadas visando conhecer o *estado das artes* da produção historiográfica no campo da História Política e os cuidados essenciais que devem ser tomados quando da utilização de biografias em pesquisas históricas. Esse mesmo manancial serviu às necessárias investigações sobre o contexto político, econômico e social brasileiro nos anos 1960 e sobre a evolução histórica da cidade do Rio de Janeiro, suas particularidades e importância dentro do quadro federativo. A esse respeito, foram muito úteis também as **legislações** relativas à organização político-institucional do território carioca, quando Capital do Brasil e, depois, estado da Guanabara,

A identificação das bancadas parlamentares eleitas em 1962 e 1970, o número de votos recebidos por cada parlamentar e seus vínculos partidários foi possível através dos **Dados Estatísticos** do Tribunal Superior Eleitoral, obtidos junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro. Já a lista de políticos cariocas atingidos pelos expurgos militares foi recuperada através de um uso cruzado de informações constantes nos **Atos Institucionais I, II e V**¹⁴, no documento **Que Brasil é Este? Manual de indicadores políticos e sociais**¹⁵ e no **Dicionário**

¹³ Uma relação das principais obras bibliográficas consultadas ao longo desta pesquisa encontra-se referenciada no tópico “Bibliografia” desta dissertação.

¹⁴ O livro *Além do Golpe*, de Carlos Fico, organiza uma apresentação dos textos dos AI-1, AI-2 e AI-5, com indicação dos nomes dos cassados (FICO, 2004).

¹⁵ SANTOS, Wanderley Guilherme dos, 1990.

Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930¹⁶. O Dicionário constituiu uma fonte particularmente útil, também, por apresentar sínteses biográficas de todos os deputados federais analisados nesta pesquisa e, ainda, de todos os partidos políticos brasileiros existentes no período estudado. Foram consultados também os verbetes publicados nos **repertórios biográficos da Câmara dos Deputados**¹⁷.

O levantamento de informações sobre os processos políticos e embates eleitorais que mobilizaram a população carioca e/ou grupos de parlamentares da Guanabara, nos anos 1960, beneficiou-se, também, do variado acervo de **entrevistas** com jornalistas¹⁸ e políticos atuantes à época, organizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC), algumas já publicadas e outras disponibilizadas no setor de **História Oral do CPDOC**. Foram, ainda, incorporadas ao trabalho, entrevistas adicionais que compõem o **Arquivo Pessoal do economista Mauro Osorio da Silva**¹⁹. O trabalho com as fontes orais demanda um estudo metodológico específico²⁰. Faz-se necessário situar os entrevistados em seus respectivos contextos, visando uma análise crítica dos depoimentos. Optamos por atribuir pesos equilibrados às fontes textuais, impressas e entrevistas, em lugar de utilizar umas ou outras apenas para clarear ou conferir dúvidas deixadas no curso da pesquisa. Procuramos, também, ficar atentos não só às informações formuladas pelos entrevistados, mas, também, ao que não tenha sido mencionado, de forma consciente ou não, e às informações discordantes.

¹⁶ ABREU (Coord.)...et.al., 2001.

¹⁷ BRASIL, Congresso, Câmara dos Deputados, 1971 e FLEISCHER, 1981.

¹⁸ Os depoimentos de jornalistas políticos com militância nos principais jornais cariocas foram incorporados neste projeto a partir do reconhecimento da importância da imprensa, no período em exame, enquanto agente social com grande influência nos rumos políticos, nacional e local.

¹⁹ Apresentamos, no tópico Bibliografia, uma relação de entrevistas realizadas e editadas pelo CPDOC e a descrição do acervo pessoal de entrevistas de Mauro Osorio da Silva, que tivemos a oportunidade de organizar pessoalmente.

²⁰ As diferentes abordagens teórico-metodológicas do trabalho com a história oral são tema, entre outros, de FERREIRA; FERNANDES; ALBERTI (org.), 2000.

Foram examinados todos os pronunciamentos em plenário realizados pelo grupo parlamentar em destaque, no correr das legislaturas 1963/1967 e 1971/1975, registrados nos **Anais da Câmara dos Deputados**. Boa parte desses Anais encontra-se disponibilizada à consulta na Biblioteca Nacional. É possível consultá-los também através do *site* institucional da Câmara (www.camara.gov.br).

Uma extensa pesquisa em **Jornais** diários, que foram veículos de campanhas eleitorais e de divulgação das idéias e atividades políticas dos deputados aqui contemplados, compreendeu, inicialmente, a leitura de matérias referenciadas na bibliografia secundária. Nesse sentido, foram examinados vários artigos e reportagens publicados nos jornais *Correio da Manhã*, *Tribuna da Imprensa*, *Última Hora*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*. No *O Dia*, contudo, além da leitura de matérias avulsas, lançadas no correr dos períodos legislativos assinalados, foi feita uma pesquisa minuciosa, mediante a leitura de todos os números do jornal publicados nos sessenta dias que antecederam, respectivamente, os pleitos de 1962 e de 1970. Essa documentação mostrou-se particularmente proveitosa ao oferecer parâmetros para uma caracterização das práticas políticas recorrentes na Guanabara.

Finalmente, alguns arquivos pessoais foram consultados. No **Arquivo Pessoal de Raphael de Almeida Magalhães**²¹, que se encontra sob a guarda do Museu da República, foram localizadas análises, feitas pelo titular, sobre o governo João Goulart, o golpe de 1964 e a situação política do Brasil após a instauração do regime militar. No **Arquivo Pessoal de Aliomar Baleeiro** – deputado federal eleito pela Guanabara, em 1962 –, depositado no CPDOC/FGV, consultamos anotações feitas pelo titular em seu diário pessoal, ao longo da legislatura 1963/1967, nas quais ele faz severas críticas ao Governo Goulart e discorre sobre suas ligações

políticas e de amizade com Castello Branco. No **Arquivo Pessoal de Juarez Távora** – também eleito deputado federal pela Guanabara, em 1962 –, depositado no CPDOC/FGV, encontramos rica correspondência na qual Távora assume postura anticomunista e de condenação a todo tipo de extremismo político.

O Rio de Janeiro, *de encantos mil*, é celebrado em letras, versos e prosa, como o melhor caminho para o mar. Terra do samba e das lindas canções, *que vivem na alma da gente* e a todos seduz. O Rio *do melhor e do pior do Brasil, purgatório da beleza e do caos*, é o altar dos nossos corações e também a *cidade de cidades camufladas, com governos misturados, camuflados, paralelos. A mais bela cidade que o mundo inteiro consagrou, tem braços abertos no cartão postal, com os punhos fechados da vida real*. Esse Rio, que respiro, corre lento e firme o curso da sua História. Entender essa História é parte da tarefa de construí-lo melhor. Este estudo é só porque, *Rio eu gosto de você*.

²¹ Raphael de Almeida Magalhães, entre 1960 e 1964, ocupou a Secretaria de Planejamento do Governo Lacerda e, de 1964 a 1965, o cargo de vice-governador da Guanabara, várias vezes assumindo o Governo interinamente. Em 1966, é eleito deputado federal pela Guanabara, na legenda da ARENA.

Capítulo 1

Construindo o Estado da Guanabara

1. Interpretações sobre o Rio de Janeiro

À cidade do Rio de Janeiro é conferido um papel central no processo de construção da idéia de nação brasileira, temática que se insere na discussão mais geral sobre a questão nacional no Brasil do século XIX²².

Dentro dessa discussão, coloca-se a preocupação de perceber como determinadas instituições, criadas ao longo do século XIX, surgem como parte da tarefa de construção de algo que efetivamente não existia no Brasil até aquele momento, que era a própria idéia de *nação*, entendida como uma comunidade de sentido, e como uma comunidade política, portanto com vida efetiva e prática. A criação dessa comunidade nacional, a partir do século XIX, assentaria num pilar fundamental: a sua invenção institucional. Tratar-se-ia do trabalho de fundar, no tocante à organização das instituições, a possibilidade e legitimidade dessa comunidade nacional, e a cidade do Rio de Janeiro constituiria uma importante base para esse projeto.

Com a vinda da Família Real para o país, em 1808, o Rio de Janeiro é alvejado com investimentos de proporções extraordinárias. A questão era equipar a cidade para a função de sede da Corte Portuguesa e, para tanto, são criados vários órgãos administrativos, de caráter jurídico e cultural, sendo inclusive edificada, no suceder dos anos, uma série de fachadas neoclássicas e arcos triunfais, para dar ao Rio características de uma Capital europeia²³.

²² Ver, por exemplo, DIAS, 1972; RODRIGUES, 1982; OLIVEIRA LIMA, 1996 e MATTOS, 2004.

²³ Sobre as inovações realizadas na cidade do Rio de Janeiro a partir da vinda da Família Real para o Brasil, ver, por exemplo, SISSON, 2000 e LESSA, 2000b. Informações pontuais podem ser encontradas no *site*

Transferiam-se, junto com a Corte, de Portugal para a Colônia, “ministros, conselheiros, juizes da Corte Suprema, funcionários do Tesouro, patentes do exército e da marinha, membros do alto clero. Seguiam também o tesouro real, os arquivos do governo, uma máquina impressora e várias bibliotecas”²⁴. A partir da chegada da Corte no Brasil, são criadas, entre outras instituições, a Intendência-Geral da Polícia da Corte e Estado do Brasil – com prerrogativas para garantir a ordem, o poder de polícia e a condução de obras urbanísticas na cidade –, a Junta do Comércio e o Banco do Brasil. É inaugurada a Imprensa Régia e são fundadas instituições acadêmicas, como a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica, a Real Academia dos Guardas Marinha – depois Escola Naval – e a Real Academia Militar.

Além disso, D. João VI contrata a vinda ao Brasil da Missão Artística Francesa, que conta com integrantes de renome, como o arquiteto Grandjean de Montigny. Montigny realiza vários projetos arquitetônicos para a cidade, entre eles, em 1816, o projeto da Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios, atual Escola de Belas Artes da UFRJ. Também à Missão Artística Francesa deve-se reputar influências absorvidas no Brasil no campo do ensino, pela introdução do estudo do neoclassicismo, que forma gerações de discípulos.

O Rio de Janeiro torna-se um espaço referência no campo da cultura. É constituída a Real Biblioteca de Língua Portuguesa, núcleo da Biblioteca Nacional, e são abertas várias livrarias na cidade. Em 1818, D. João VI funda, próximo ao Passeio Público, o Museu Real, hoje Museu Nacional e localizado na Quinta da Boa Vista. Em 1813, é inaugurado o Teatro Real de S. João, em estilo neoclássico, à semelhança do Teatro de São Carlos, de Lisboa. Para reunir e cultivar espécies exóticas, é criado o Horto Real, atual Jardim Botânico.

<http://www.marcillio.com/rio/hijoaovi.html> (29/08/2006), especificamente no texto “D.João VI no Rio – A transferência da Corte Portuguesa para o Rio”.

²⁴ FAUSTO, 1999, pág. 121.

Além da consolidação de uma nova e capital ambiência na cidade do Rio de Janeiro, do ponto de vista político, econômico e cultural, podemos dizer que, a partir da transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, e ao longo dos primeiros vinte anos do século XIX, foram construídos marcos espaciais na cidade fundamentais para a representação dos vínculos entre Brasil e Portugal.

Quando ocorre a Independência do Brasil, em 1822, a integridade nacional parecia ameaçada pelo quadro de desunião entre as capitânias. De acordo com José Honório Rodrigues: “O Brasil não era senão uma unidade geográfica. Era a divergência, o particularismo: o centro ficava além-mar. É mesmo duvidoso se sentiam os brasileiros uma consciência nacional”²⁵. A idéia de *nação* ganha valor particular. A unidade territorial torna-se elemento-chave do projeto de formação e fortalecimento do Estado Imperial brasileiro. Nas palavras de Ilmar Rohloff de Mattos: “se a nação não se apresentava como um corpo uno e indiviso, e assim negava a sua definição moderna e revolucionária, o território do Império deveria ocupar o seu lugar, sendo a sua integridade e indivisibilidade um dogma político”²⁶.

Nesse sentido, é emblemática a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 21 de outubro de 1838, como um centro de estudos e pesquisas que reunia intelectuais membros da elite monárquica brasileira, empenhados na definição do que seria a escrita da História do Brasil²⁷. A História deveria servir ao projeto de difundir, nos pensamentos e sentimentos, uma identidade comum a todo povo brasileiro, a formação da nacionalidade como dimensão unificadora do “ser brasileiro”. A meta era dar ao Brasil uma grande História²⁸.

²⁵ RODRIGUES, 1982, p.15.

²⁶ MATTOS, 2004, p. 97.

²⁷ Ver GUIMARÃES, 1988/1.

²⁸ O primeiro volume da obra de VANHAGEN (História Geral do Brasil, 1854) é reputado como marco do projeto historiográfico do IHGB de dar ao Brasil a sua primeira grande História publicada.

Para José Honório Rodrigues, o Rio de Janeiro, nesse momento, se consolida como o centro de comando da vida brasileira, exercendo o papel de principal criador da unidade nacional, ou, em outras palavras, possuindo-se “de espírito nacional”²⁹.

A criação do Município Neutro, no período das regências, em 12 de agosto de 1834, selou a separação entre a cidade e a província do Rio de Janeiro, a partir do entendimento de que o território-sede do governo imperial devia manter-se como um espaço político neutro dentro da nação. Esse modelo político centralizador foi fator determinante para a posterior organização institucional da primeira Capital republicana do Brasil.

Com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, a cidade do Rio de Janeiro deixa de constituir o Município Neutro para tornar-se Capital Federal. São então definidas, para esse território, uma série de condições especiais, em relação aos outros municípios do país, no tocante à sua organização político-institucional formal, em que ficava evidente a grande ingerência do governo central nas questões políticas locais. O que se pretendia, naquele momento, era manter a Capital politicamente neutralizada, como um “fórum asséptico”. O prefeito nomeado pelo presidente da República, antes de ser um representante local, deveria ser um funcionário de sua confiança, podendo ser demitido *ad nutum*³⁰.

Como sede do poder imperial e republicano, a cidade do Rio de Janeiro, desenvolve, como nenhum outro estado ou cidade do Brasil, atividades sofisticadas no setor serviços e torna-se matriz do sistema financeiro nacional.

Historicamente, pois, dada a sua trajetória como sede da Corte Imperial Portuguesa, depois sede do Estado Imperial brasileiro e primeira Capital republicana do Brasil (até 1960), a

²⁹ RODRIGUES, 1982, p.40.

³⁰ LESSA, 2000, pp. 187 e 188.

cidade do Rio de Janeiro torna-se o *locus* central da representação política, econômica e cultural da nação. Tal trajetória resulta em ser enorme o peso do jogo político nacional em seu território.

Pela força das permanências e continuidades históricas, essa característica se apresentará também para o estado da Guanabara, ex-cidade-Capital, que nasce, então, como um espaço no qual os hábitos e as atenções se dão em grande articulação com os acontecimentos da vida nacional³¹. Arnaldo Niskier, a esse respeito, comenta que os problemas do estado da Guanabara seriam, com frequência, encarados como “pálidos reflexos” de problemas nacionais, a política local inscrevendo-se como uma questão “menor”³².

Essa idéia é desenvolvida por Mauro Osorio da Silva, em seu livro *Rio nacional, Rio local: mitos e visões da crise carioca e fluminense*³³. O autor analisa a cultura de capitalidade do território carioca a partir de uma visão institucionalista, que considera como “instituições” todas as “normas formais (leis e regulamentos) e informais (história, cultura, hábitos e rotinas)” de uma sociedade³⁴. Dentro dessa perspectiva, o desenho institucional de uma sociedade influenciaria a generalização de determinados hábitos e Osorio incorpora tal conceito para analisar o Rio de Janeiro, destacando que as atenções no Distrito Federal e, depois, na Guanabara estavam voltadas centralmente para a temática nacional, o local fazendo-se menos presente.

José Murilo de Carvalho é outro autor que recupera as características da organização institucional do Rio de Janeiro como Capital Federal, em fins do século XIX, considerando-as essenciais para a compreensão da dinâmica política carioca. Em seu livro *Os Bestializados: o Rio*

³¹ A tese de que a cultura política de uma determinada sociedade dever ser compreendida dentro do contexto das tradições sociais, das continuidades e rupturas que atravessam essa sociedade, é desenvolvida, entre outros, por LE GOFF, 1996.

³² GUANABARA, 1970.

³³ SILVA, 2005.

*de Janeiro e a República que não foi*³⁵, Carvalho sustenta que a enorme interferência do Governo Central na política local do Distrito Federal se fazia sentir com reflexos na constituição de um governo municipal descaracterizado de suas funções: o prefeito do Distrito Federal, nomeado pelo presidente da República, atuava, em geral, como interventor, voltando-se mais para o desempenho de funções administrativas do que para a execução de propostas políticas gestadas a partir do legislativo local da cidade. Por outro lado, como em território carioca eram restritas as prerrogativas dos vereadores de estabelecer limites à atuação do prefeito, a Câmara Municipal tornava-se uma instância governativa com reduzida autonomia e força política, um espaço com exíguas funções para influir nos rumos da macro política local, elaborar e implementar alternativas políticas amplas, integradoras da cidade como um todo. Em consequência, segundo o autor, a Câmara Municipal acabaria por se estabelecer como um âmbito de poder especialmente atraente para a política miúda local e o clientelismo.

Marly Silva da Motta, em seu livro *Saudades da Guanabara*³⁶, concorda que a bancada de vereadores do Distrito Federal do Rio de Janeiro, em decorrência dos limites formais à sua atuação, se destacaria menos no campo da formulação política, ou influenciando os processos políticos locais de forma ampla, e mais na defesa de interesses setorializados, interesses de determinados grupos ou categorias profissionais, aos quais os próprios vereadores e/ou seus eleitores estariam vinculados. Para a autora, contava mais, no Legislativo Municipal carioca, os interesses sindicais-corporativos ou de bairros, que formavam o eleitorado cativo daquela

³⁴ SILVA, 2005, p.20. Ver também HODGSON, 1997 e NORTH, 1993.

³⁵ CARVALHO, 1987.

³⁶ MOTTA, 2000.

instância de poder – eleitorado este que decidia seu voto independentemente da vinculação partidária ou tendência ideológica do candidato³⁷.

Por esse prisma, o que parece caracterizar, com maior significação, a atuação parlamentar do conjunto dos vereadores do Distrito Federal do Rio de Janeiro é, antes, o seu empenho em manter-se no cargo, renovando seu mandato, através do atendimento às demandas de seu eleitor ou grupo de eleitores. Tais demandas, por sua vez, evidenciariam, via de regra, interesses isolados entre si, relacionados a necessidades mais imediatas e restritas, cujos benefícios se esgotariam entre as partes interessadas, sem abarcar o conjunto da sociedade.

A redução da política local carioca a uma instância marcada pela prática política paroquial, sem amplitude, é, contudo, criticada por Marieta de Moraes Ferreira, na obra *Os apaziguados anseios da Terra Carioca – lutas autonomistas no processo de redemocratização pós-1945*³⁸. Sem deixar de reconhecer a influência do Governo Federal nos processos políticos da ex-Capital da República, a autora aponta para a importância da esfera local carioca enquanto instância aglutinadora de grupos políticos com destacada atuação pró-autonomia.

Ferreira lança luz sobre as discussões parlamentares travadas nos trabalhos constituintes de 1946 e de elaboração da Lei Orgânica do Distrito Federal, no decorrer do ano de 1947, nas quais tiveram lugar manifestas aspirações por maior liberdade de organização do poder municipal na Capital do país (aspirações já existentes desde os primeiros debates ocorridos acerca da definição de um modelo de Distrito Federal para a República). Tais demandas apresentariam variações, conforme os seus defensores e momento, mas guardariam, como elemento comum, a defesa de menos restrições à intervenção federal na Capital.

³⁷ MOTTA, 2000, p. 25.

³⁸ FERREIRA In: FERREIRA (Coord.), 2000, p.59-78.

O fato de as expectativas cariocas por autonomia política terem sido, em grande medida, frustradas, não anularia, segundo a autora, a realidade de que muita mobilização e esforços foram feitos para alcançá-la, sinalizando a existência de certo engajamento, dentro da esfera local carioca, no sentido da formulação política ampla para o conjunto da cidade.

A obra *Uma Capital para a República*, de Américo Freire³⁹, endossa a tese de que a política local carioca não deve ser observada com excessivo foco no estigma de “política menor”. Procurando descrever as circunstâncias que antecederam a organização político-institucional do Rio de Janeiro como Capital Federal, Freire aponta que dois projetos se destacaram: um primeiro, vinculado ao modelo centralizador do Brasil Imperial, em defesa da intervenção federal e organização da Capital republicana como um espaço político sem autonomia, sob pretexto de que o território-sede do Governo Central deveria exercer com neutralidade a representação de todo o conjunto da nação. Outro projeto de Capital reivindicava o direito da população carioca à representação política e autonomia, tal e qual todas as demais unidades da Federação brasileira.

Freire conclui que a estruturação político-institucional da primeira Capital brasileira acaba concentrando poder no âmbito da política nacional, com o estabelecimento de fortes limitações à atuação da política local, nunca desaparecendo, contudo, a bandeira autonomista.

Surama Conde Sá Pinto, em sua tese de doutorado *Elites políticas e o jogo de poder na cidade do Rio de Janeiro (1909-1922)*⁴⁰, realiza uma análise do perfil dos principais atores políticos que atuavam no Distrito Federal do Rio de Janeiro entre 1909 e 1922. A autora procura demonstrar que, a despeito das prerrogativas legais que determinavam a grande ingerência do

³⁹ FREIRE, 2000.

⁴⁰ PINTO, 2002.

Executivo Federal na política carioca, os grupos políticos locais acionaram com sucesso, naquele período, diferentes estratégias visando assegurar espaço de manobra e minimizar os esforços de neutralização política da cidade.

Para a autora, tão importante quanto conhecer as normas do estatuto político carioca é observar a aplicação dessas normas, no dia-a-dia da vida política. Segundo ela, na prática, as iniciativas intervencionistas do Governo Central no Distrito Federal do Rio de Janeiro seriam muitas vezes enfrentadas, inclusive a partir da elaboração de projetos de leis municipais que desconsideravam as regras do estatuto formal. Em algumas conjunturas, inclusive, se estabeleceriam alianças entre o Senado Federal e a Câmara dos Vereadores, o primeiro passando a atuar como fiador dos projetos municipais, não raro desrespeitando dispositivos legais e garantindo a aprovação de leis vetadas pelo prefeito.

Surama conclui que se não havia independência do legislativo local em relação ao Poder Federal, também não se evidenciava uma situação de total subordinação. Em vários momentos os atores políticos locais ultrapassariam os limites de uma forma passiva de atuação, antes demonstrando capacidade de ação, operando à revelia da tutela governista e, portanto, exercendo certo grau de autonomia. Para Surama, tanto em relação à sua composição quanto no tocante às formas de atuação política, os atores políticos locais cariocas da Primeira República teriam “acrescentado diversidade” ao jogo político nacional.

Em sua tese de doutorado, intitulada *O espelho partido da metrópole – Chagas Freitas e o campo político carioca (1950-1983): liderança, voto e estruturas clientelistas*⁴¹, Carlos Eduardo Sarmiento também destaca o fato de as esferas de poder local e federal, no Distrito Federal do Rio de Janeiro, atuarem de modo complementar.

O autor analisa a forma singular como a organização político-institucional carioca é delineada, mas não apenas do ponto de vista do controle que o poder federal exercia sobre a atividade política local. Chama atenção também para as interrelações estabelecidas entre os representantes políticos das duas esferas de governo, local e federal, que ora definiriam e redefiniriam, dentro das condições político-administrativas vigentes, estratégias conjuntas para o encaminhamento de interesses e agendas. Em outras palavras, negociavam-se formas de ação política a partir dos condicionantes do estatuto político.

Segundo Sarmiento, ainda, o fato de a cidade do Rio de Janeiro ter se constituído como sede de muitos órgãos do serviço público federal a tornava particularmente ambientada para articulações de toda ordem entre as esferas de governo local e federal, visando vantagens e favorecimentos políticos. Abrigar os principais órgãos do Poder Federal conferia à cidade condições especiais para a consolidação de redes de patronagem, calcadas na negociação e mediação de favores políticos⁴².

Concordamos que há complementaridade nas ações das esferas políticas local e nacional em território carioca. A esse respeito, inclusive, nos parece bastante ilustrativo o depoimento de Erasmo Martins Pedro⁴³, quando afirma que o desenho institucional determinado para o primeiro Distrito Federal brasileiro acaba criando formas intersticiais de articulação entre a Câmara Municipal e o Senado Federal, a partir de uma lógica fundamentalmente fisiológica:

O prefeito tinha 15 dias para sancionar uma lei que, depois, passava pela Câmara de Vereadores. Se vetasse, o veto não retornava à Câmara, ia para o Senado, o único que podia derrubá-

⁴¹ SARMENTO, 2002.

⁴² SARMENTO, 2002, p.389.

⁴³ Erasmo Martins Pedro foi eleito vereador do Distrito Federal em 1958 e deputado federal pela Guanabara em 1966. Integra o grupo de Chagas Freitas no MDB carioca, elegendando-se indiretamente seu vice no governo do estado, em 1970.

lo. Portanto, a articulação da Câmara Municipal com o Senado era uma articulação chave. Tanto que alguns vereadores entravam em acordo com os senadores e apresentavam determinados projetos meio absurdos que obrigavam o prefeito a vetar. O veto ia, então, para o Senado, e lá sua manutenção era negociada. Essa negociação, muitas vezes, era a oportunidade para a distribuição de cargos e empregos. (...) A grande parte dos bons cargos – Delegacia Fiscal, Tabelionato e cartórios do antigo Distrito Federal – eram ocupados por filhos dos senadores ou parentes dos senadores”⁴⁴.

Admitir a complementaridade e interdependência entre as esferas local e federal cariocas nos leva a crer que a permeabilidade singular da política carioca tanto para discursos de perfil nacionalizante quanto para a estruturação de redes de clientela deve ser analisada à luz dessas relações. Ao mesmo tempo, reconhecemos que a história de cidade-Capital do Rio de Janeiro, o maiúsculo peso do poder federal na cidade e as singulares restrições de caráter político-institucional ao poder local foram fatores determinantes para que o Rio de Janeiro tivesse destaque no país, por um lado, como um território farto em representações políticas de expressão nacional, envolvidas no debate nacional, e, por outro, como um território no qual a prática política clientelista encontraria particular abertura institucional para desenvolver-se em âmbito local. Entendemos, todavia, que tais características não devem ser tomadas a partir de um viés dicotômico, uma vez que, antes, influenciam o jogo político de forma complexa, engendrando o conjunto dos processos políticos locais e nacionais.

Predomina, entre historiadores e analistas da História Política do Rio de Janeiro, posições que vocalizam a face nacional da cidade. Ganha destaque, assim, a história e capitalidade carioca que tornam a cidade particularmente vulnerável a ser absorvida pelo debate político nacional.

⁴⁴ Erasmo Martins Pedro, 1998, p.61.

A esse respeito, Cláudia Dias, em seu trabalho *A trajetória de um 'museu de fronteira': a criação do Museu da Imagem e do Som e aspectos da identidade carioca (1960-1965)*⁴⁵, chama atenção para o fato de o processo de formação das memórias sobre uma região constituir um campo de disputa por excelência. Para a autora, as narrativas regionais existem em permanente construção e reconstrução, inseridas no universo das tensões políticas e sociais⁴⁶.

Dentro dessa perspectiva, Dias analisa a criação do Museu da Imagem e do Som (MIS), inaugurado no estado da Guanabara em 1965, pelo então governador Carlos Lacerda, como parte das comemorações do quarto centenário da cidade do Rio de Janeiro. Observa os critérios estabelecidos para a edificação do MIS – por exemplo presentes na seleção do tipo de obra a ser adquirida e exposta no museu –, demonstrando a existência subliminar de um claro investimento em prol da consagração da identidade do Rio de Janeiro como a eterna Capital do país. Para a autora, a criação daquele museu como um monumento/documento⁴⁷ de glorificação do Rio e do carioca serviria à estratégia política de Lacerda de concorrer às eleições presidenciais então previstas para o ano de 1966.

Dias coloca que o selo de “cidade nação” teria se consolidado, sim, ao longo da trajetória do Rio de Janeiro como cidade-Capital, porém fora reforçado quando a cidade deixara de ser a Capital do país, a partir de ações políticas efetivas – como a criação de um museu para a sacralização da memória regional do carioca frente os outros estados da Federação – e da generalização de um determinado discurso. Um exemplo seria a campanha lançada pelo jornalista Péricles de Barros, em 1960, através do jornal *O Globo*, com a chamada *O Rio será sempre o Rio*. O momento da transferência da Capital para Brasília teria sido, pois, de particular

⁴⁵ DIAS, 2003.

⁴⁶ A noção de memória como um campo de disputa é desenvolvida por Michael Polack em POLACK, 1989.

intensidade exaltativa do Rio como Capital de todos os tempos, orgulho carioca e nacional. Ou seja, a identidade carioca como centro de representação nacional teria resultado também de um trabalho de construção simbólica da cidade.

Para nós, a importância histórica da cidade do Rio de Janeiro como espaço cultural e político de referência nacional é hoje uma convicção. Nos parece necessário, contudo, ter em vista que tal característica não é exclusiva na cultura política carioca e perde dominância em determinadas conjunturas.

2. Organização político-institucional

Em 14 de abril de 1960 é sancionada pela Presidência da República a chamada Lei San Tiago Dantas, Lei n.º 3.752, que define as normas para a criação do estado da Guanabara no território do antigo Distrito Federal do Rio de Janeiro, a ocorrer na data da transferência da sede do Governo Federal para Brasília (21 de abril de 1960). Fica então estabelecida a realização de eleições diretas, em 03 de outubro de 1960, para o governo do novo estado e para as trinta cadeiras que deveriam compor a Assembléia Legislativa, a qual teria inicialmente função constituinte.

De acordo com a Lei n.º 3.752, o Poder Legislativo do novo estado continuaria a ser exercido, até a promulgação da Constituição do Estado da Guanabara, pela Câmara de Vereadores do ex-Distrito Federal, formada por 50 membros eleitos em 03 de outubro de 1958, para um mandato de quatro anos. A partir da promulgação da Constituição e na forma que esta

⁴⁷ A idéia de monumento/documento é desenvolvida por Jaques Le Goff. O autor destaca a intencionalidade que existe implícita no documento que se torna monumento, por este estar articulado necessariamente a determinadas

estabelecesse, os deputados constituintes e os vereadores da antiga Câmara do Distrito Federal passariam a integrar o novo órgão de representação local carioca, a Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara (ALEG), respeitada a duração dos respectivos mandatos a serem concluídos em 31 de janeiro de 1963.

Ao presidente da República caberia nomear um governador provisório para o novo estado, até a posse, em 05 de dezembro de 1960, do governador eleito em pleito direto. O presidente Juscelino Kubitschek nomeia o chefe da Casa Civil da Presidência, José Rodrigues Sette Câmara, governador provisório da Guanabara e, nas eleições de outubro de 1960, Carlos Lacerda é eleito, na legenda da União Democrática Nacional (UDN), pelo voto popular⁴⁸.

Fica estabelecida, também, a competência da Câmara de Vereadores do ex-Distrito Federal para julgar os vetos do governador provisório às suas deliberações. Essa determinação atende uma antiga reivindicação dos que defendiam a autonomia política da cidade do Rio de Janeiro, tendo em vista, como já foi dito, que no Distrito Federal, até 1960, a análise dos vetos do prefeito às leis deliberadas pelos vereadores era efetuada não pela Câmara Municipal, mas pelo Senado Federal⁴⁹.

A Constituição do Estado da Guanabara é promulgada em 27 de março de 1961, contrariando, em uma de suas cláusulas, o estabelecido na Lei San Tiago Dantas, com o impedimento da integração dos vereadores do ex-Distrito Federal ao quadro da ALEG. É possível supor que tal determinação ocorre a partir de uma articulação do então governador Carlos

forças políticas de uma sociedade, disputando espaço na memória coletiva (LE GOFF, 1990).

⁴⁸ Os outros candidatos ao governo da Guanabara, em 1960, foram Sérgio Magalhães (PTB/PSB), Tenório Cavalcanti (PST) e Ângelo Mendes de Moraes (PSD). Lacerda é eleito com 357.172 votos enquanto os demais candidatos obtêm, respectivamente, 334.007, 222.659 e 51.269 votos (PICALUGA, 1980, p.177).

Alguns aspectos da vida e trajetória política de Carlos Lacerda e informações sobre a criação e linha ideológica tanto da UDN como de todos os partidos políticos que conseguem representação na Câmara dos Deputados, pela Guanabara, nas eleições de 1962 e de 1970, são apresentados em seções seguintes deste Capítulo.

⁴⁹ Sobre os esforços empreendidos no antigo Distrito Federal do Rio de Janeiro por maior autonomia política frente ao governo federal, ver FERREIRA In FERREIRA, 2000, p. 59 a 78; FREIRE, 2000; e ALMEIDA, 1996.

Lacerda com a Assembléia Constituinte, visando impedir a participação, no Poder Legislativo do novo estado, dos vereadores eleitos pelo Distrito Federal em 1958. Nesse caso, o empenho de Lacerda para extinguir a antiga Câmara de Vereadores do Distrito Federal surgiria quando, na composição dessa Câmara, o seu partido, a União Democrática Nacional (UDN), embora apresentando individualmente o maior número de vereadores eleitos, enfrentava a oposição da maioria, formada pela coligação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Social Democrático (PSD). Além disso, a campanha política de Lacerda para o governo da Guanabara teve como um de seus pilares fundamentais denunciar que a Câmara de Vereadores do Distrito Federal havia se transformado num antro de corrupção e degeneração moral⁵⁰, aquela instância de poder sendo por ele sarcasticamente chamada de “gaiola de ouro”⁵¹. Os vereadores recorrem ao Poder Judiciário, mas sem êxito, e seus mandatos são extintos ao término da Constituinte.

Desse modo, na legislatura 1960/1963, a ALEG é composta apenas pelos 30 deputados constituintes, e só a partir da segunda legislatura, 1963/1967, passa a ter 55 deputados, o equivalente a um para cada vinte mil eleitores do estado habilitados no pleito anterior⁵².

Com a criação da Guanabara, pois, inaugura-se a possibilidade de os cidadãos cariocas elegerem o seu governante por via direta. Naquele momento, é também facultado à representação política local carioca atuar sem as limitações impostas pelo modelo político-institucional definido pela Lei Orgânica do Distrito Federal n.º 217, de 15 de janeiro de 1948, que, ratificando dispositivos da Constituição de 1946, além de definir, conforme citado anteriormente, que cabia

⁵⁰ Ver, por exemplo, MOTTA, 2000, Capítulo 2, Seção “O desprezo pela ‘política da conversa’”.

⁵¹ O apelido “gaiola de ouro” é dado à Câmara de Vereadores do Distrito Federal à época da construção de seu atual edifício, iniciada em 1920, pelos elevados custos investidos no projeto. Lacerda faz uso do apelido numa alusão irônica à cultura corruptiva que teria se alastrado naquela instância de poder (<http://www.camara.rj.gov.br/acamara/histarte/histpalac.html>), em 15/12/2006).

⁵² Explicações sucintas sobre as regras que definem o número de deputados estaduais a serem eleitos para a ALEG são apresentadas na “Constituição do Estado da Guanabara, Seção 1, Do Poder Legislativo, Disposições Preliminares”. Para definição do número de deputados que deveriam compor o quadro da ALEG em 1962 foi

ao Senado Federal, e não à Câmara Municipal, a função de julgar os vetos do prefeito do Distrito Federal às leis municipais, determina que a Capital da União devia ser administrada por um prefeito *nomeado* pelo presidente da República, mediante aprovação do Senado.

Não obstante as disposições excepcionais definidas para o Distrito Federal do Rio de Janeiro, é garantido ao legislativo carioca, assim como a todas as demais unidades federativas do país, o direito à representação no Congresso Nacional, através da formação de uma bancada de deputados federais e de uma bancada de senadores – e tal direito é mantido para o estado da Guanabara. O número de parlamentares à Câmara dos Deputados é fixado em proporção a não exceder um para cada cento e cinquenta mil habitantes, até vinte deputados, e, ultrapassado esse limite, um para cada duzentos e cinquenta mil habitantes, eleitos para um mandato de quatro anos. Prevê-se, ainda, a eleição de três representantes cariocas para o Senado Federal, com mandato de oito anos, sendo que a representação no Senado deveria renovar-se a cada quatro anos, alternadamente, em um e em dois terços⁵³.

Dentro desse escopo, a representação federal do estado da Guanabara compõe-se, inicialmente, dos deputados federais e um senador eleitos pelo Distrito Federal em 03 de outubro de 1958 e dos outros dois senadores eleitos anteriormente, em 03 de outubro de 1954. Fica, também, prevista a realização de novas eleições em 03 de outubro de 1962, para a escolha dos 55 deputados estaduais que deveriam compor a ALEG e dos 21 deputados federais e dois senadores que integrariam a bancada carioca no Congresso.

considerado o número absoluto de eleitores da Guanabara à época das eleições para a Assembléia Constituinte, em 1960, que foi 1.099.490 eleitores (*Dados Estatísticos*. TSE. 1966. p.11).

⁵³ *Constituição dos Estados Unidos do Brasil (18 de setembro de 1946)*. Título I. Da Organização Federal. Capítulo II. Do Poder Legislativo. Seção II. Da Câmara dos Deputados. Seção III. Do Senado Federal.

Para definição do número de deputados que deveriam compor a bancada carioca na Câmara Nacional, em 1962, foi considerado o número de habitantes da Guanabara à época das eleições para a Assembléia Constituinte, em 1960, ou seja, 3.220.000 habitantes (TSE. *Dados Estatísticos*, v.6, 1964).

3. O governador Carlos Lacerda

Carlos Lacerda nasceu numa família com forte tradição na política fluminense e carioca, em 30 de abril de 1914⁵⁴. Seu pai, Maurício de Lacerda, no período da Primeira República, exerceu a função de deputado federal em várias legislaturas, tendo participado, juntamente com outros civis, das insurreições tenentistas de 1922 e 1924⁵⁵. Em 1935, participou da Aliança Nacional Libertadora⁵⁶, ao lado de Carlos Lacerda, que, por sua vez, integrava, à época, a Federação da Juventude Comunista.

Dedicando-se à atividade jornalística, um artigo de sua autoria sobre o então Partido Comunista do Brasil⁵⁷, publicado em 1939 na revista mensal *Observador Econômico Financeiro*, deflagraria o seu rompimento com os comunistas⁵⁸.

Em 1947, elege-se o vereador do Distrito Federal com maior número de votos (34.762 votos)⁵⁹, mas renuncia ao cargo em protesto contra a aprovação da Lei Orgânica do Distrito Federal, em dezembro desse mesmo ano, que reeditava o dispositivo legal que assegurava a

⁵⁴ Sobre a trajetória de Lacerda, ver DULLES, 2000, v. 1 e 2 e KELLER In: ABREU (Coord.)... et al., 2001, v.III, p. 2979-2990.

⁵⁵ Em março de 1922, Arthur Bernardes é eleito presidente do Brasil, contra forte oposição da oficialidade. O tenentismo seria o principal foco de oposição ao seu governo, que enfrenta uma série de levantes armados, entre os quais o Levante do Forte de Copacabana (1922) e a Coluna Prestes (1924). Sobre o assunto, ver, por exemplo, CARONE, 1975.

⁵⁶ Frente ampla, criada em março de 1935, que aglutinou representantes de diferentes tendências políticas com o objetivo de lutar contra o fascismo, o imperialismo e a miséria. A partir do mês de julho, a organização atua na clandestinidade, até a eclosão da Intentona Comunista em novembro de 1935. Ver, por exemplo, PRESTES, 1998.

⁵⁷ A partir da Revolução Russa de 1917, ganha força no Brasil a idéia de unidade do movimento operário brasileiro (até então calcado em ações isoladas), através da criação de um partido político próprio. Surgem grupos com ideais marxistas que, em março de 1922, articulam a organização de um congresso nacional no Rio de Janeiro e em Niterói, no qual será consolidada a fundação do Partido Comunista do Brasil. Em 1962, passará a chamar-se Partido Comunista Brasileiro e, em 1992, Partido Popular Socialista (PPS). Ver, por exemplo, PANDOLFI, 1995 e VINHAS, 1982.

⁵⁸ Sobre esse polêmico assunto, ver, entre outros, DULLES, 1992, v.1, cap.2, seção “Expulsão do Partido Comunista (fevereiro de 1939)”.

⁵⁹ PICALUGA, 1980, p.192.

intervenção federal na política local carioca, através da tutela do Senado sobre a Câmara Municipal da Capital republicana⁶⁰.

Em 1949, Lacerda cria o jornal *Tribuna da Imprensa* e, nas eleições de 1954 e 1958⁶¹, elege-se o mais bem votado deputado federal (respectivamente com 159.707 e 143.012 votos)⁶², tornando-se a principal liderança civil nacional no campo da UDN. Empreendendo forte campanha de oposição aos governos de Vargas (1951-1954), Juscelino Kubitschek (1956-1960) e João Goulart (1961-1964), passa a ser referido como “o demolidor de presidentes”⁶³. Em 03 de outubro de 1960, é eleito o primeiro governador do estado da Guanabara.

A respeito da vocação de Lacerda como “demolidor de presidentes”, é ilustrativo o discurso realizado em plenário, pelo deputado federal petebista Max da Costa Santos, em 18 de abril de 1963, comentando algumas ofensas que Lacerda teria dirigido, à época, ao presidente Goulart:

Eram ofensas graves que importavam em apresentar o Presidente da República como um traidor da Pátria, como alguém que se ocupava em vender seu país ao estrangeiro, como alguém que se permitia atos de venalidade. A nação brasileira se acostumou a ouvir do Sr. Carlos Lacerda, Governador da Guanabara, discursos dessa natureza. Um deles teve como consequência final a queda de um Presidente da República, o saudoso Presidente Vargas (...). De outra vez, Srs. Deputados, foi o Presidente Jânio Quadros levado a renunciar à Presidência da República (...). Agora, em terceiro episódio, se apresenta com as mesmas características. O mesmo Carlos Lacerda, com o mesmo ímpeto, com a mesma energia, com a mesma dramaticidade, se permitiu contra outro Presidente da República, no exercício do seu cargo, assacar ofensas baseadas em acusações caluniosas⁶⁴.

⁶⁰ Sobre o assunto, ver, por exemplo, DULLES, 1992, Capítulo IV, seção “O vereador combativo (1947)”.

⁶¹ Nas eleições de 1958, Carlos Lacerda obtém, pela UDN, a extraordinária liderança de votos (143.012), com uma margem de 48.013 votos à frente do pessepista Chagas Freitas, o segundo colocado (94.999). A campanha política udenista que precede a vitória de Lacerda nessas eleições explora, principalmente, o projeto de Juscelino Kubitschek de transferir a Capital Federal para Brasília, projeto então denunciado como prova da negligência do Governo Federal para com o povo carioca. (TSE. Dados Estatísticos, v. 4, 1961 e MOTTA, 2000, Cap. 1).

⁶² PICALUGA, 1980, p.195 e 198.

⁶³ Ver MENDONÇA, *O demolidor de presidentes. A trajetória política de Carlos Lacerda: 1930, 2002*.

⁶⁴ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 19/04/1963, p.1530.

A trajetória política de Carlos Lacerda deixa evidências de sua expressão nacional e da ambição que alimentava de ocupar o cargo de presidente da República. Político de retórica afiada, com pouca disposição para negociar e compor com interesses divergentes, Lacerda era identificado por seus contemporâneos como um homem que percebia o campo da política como um *campo de guerra*, o que se revelava no tom sempre polarizador, drástico e extremado de seus discursos. De acordo com o udenista Dario de Almeida Magalhães, presidente do Banco do Estado da Guanabara durante o governo de Lacerda:

Carlos [Lacerda] era uma natureza vulcânica, um passional, com as marcas e os estigmas do temperamental que o tornavam sobretudo instável. Não seria capaz de amor duradouro, mas também não era capaz de ódio. Agia por impulsos e arrebatamentos. Tinha um talento excepcionalmente poderoso, uma espantosa força vital. Reunia todas as qualidades para a liderança política de grande envergadura, mas, como lhe disse mais de uma vez, faltavam-lhe duas importantes: paciência e astúcia⁶⁵.

Nessa mesma linha, o ex-deputado udenista Mauro Magalhães, também muito próximo a Lacerda, afirmava:

[Lacerda] era um trator, que passava por cima, que atropelava quem estivesse na sua frente, que fazia grandes e memoráveis campanhas, detestava fazer o que se chama de política. Nunca, aliás, escondeu isso de ninguém. Não era uma postura de boca para fora; ele não dizia isso apenas para fazer tipo. O fato é que nunca fez essa política de conversa, do disse-que-disse⁶⁶.

Carlos Lacerda, não apenas apoiaria o golpe de 64, como exerceria, em seguida, a missão de legitimá-lo no exterior. De acordo com o próprio Lacerda, Castello Branco, o primeiro presidente militar pós 64, lhe teria pessoalmente instruído:

Estamos com um ambiente lá fora muito ruim; a imagem da Revolução está se apresentando como um golpe fascista, como um

⁶⁵ RODRIGUES, José Honório. *Introdução*. In: LACERDA, 1982, p.29.

⁶⁶ MAGALHÃES, 1993, p.80.

golpe americano e sobretudo há uma grande desconfiança com a história dos militares terem tomado o poder, e que os militares quando tomam o poder não saem nunca mais! Queria que o senhor fosse esclarecer isso lá fora, junto aos governos e junto à opinião pública. O senhor vá aos governos que entender necessário, e dê entrevistas⁶⁷.

Não obstante apoiar o golpe de 1964 e afiançar a subsequente escolha de Castello Branco para presidente da República⁶⁸, ainda no correr do ano de 1964, Lacerda começa, progressivamente, a entrar em desacordo com o Governo Federal, na medida em que se percebe gradualmente alijado do poder decisório do Governo e começa a divergir das medidas econômicas adotadas pelos então ministros do Planejamento, Roberto Campo, e da Fazenda, Otávio Gouveia de Bulhões⁶⁹. Tais divergências ganham dimensão definitiva a partir da decretação do AI-2, que frustra as expectativas de Lacerda de candidatar-se às eleições presidenciais previstas para outubro de 1965⁷⁰. Nesse momento, Carlos Lacerda rompe definitivamente com o governo federal, convertendo-se em intransigente crítico do regime militar.

4. Os partidos políticos

Apenas seis partidos políticos logram obter algum espaço de representação na Câmara Nacional carioca, nas eleições de 1962 (Quadro 2).

⁶⁷ LACERDA, 1978, p.310.

⁶⁸ O apoio de Lacerda e de outros governadores civis ao Golpe de 1964 e à eleição de Castello Branco para a Presidência da República, é abordado, por exemplo, em STEPAN, 1975, cap.9.

⁶⁹ A política levada a termo pelos ministros da área econômica do governo Castello Branco tinha corte restritivo e impactava particularmente a Guanabara, em função do enorme peso que tinha no estado os gastos públicos e a indústria de bens de consumo. Sobre o assunto ver SILVA, 2005, cap.4.

⁷⁰ O rompimento de Lacerda com o governo militar, é abordado, por exemplo, em STEPAN, 1975, cap.9.

Quadro 2	
Resultados eleitorais na Guanabara – 1962	
N.º cadeiras obtido por partido na Câmara Nacional	
Partido	N.º de cadeiras
PTB*	10
UDN	06
PSD**	02
PSB*	01
PST **	01
PDC	01
TOTAL	21
Fonte: TSE. Dados Estatísticos, v.6, 1964	
* A Aliança Socialista Trabalhista foi formada pelos partidos PTB e PSB	
** A Frente Popular foi formada pelos partidos PSD e PST	

Todos os partidos políticos que elegem deputados federais pelo estado da Guanabara, em 1962, começam a ser articulados no processo de redemocratização do país que tem início com o aprofundamento da crise do Estado Novo, em particular a partir da promulgação da Lei Constitucional n.º 9, de 28 de fevereiro de 1945, que fixa um prazo para a definição da data de novas eleições presidenciais, estaduais e municipais, e do seqüente Decreto-Lei n.º 7.586, de 28 de maio, chamado de “Lei Eleitoral”, que marca eleições presidenciais para 02 de dezembro de 1945, eleições regionais para 06 de maio de 1946 e define as normas para a criação de partidos políticos e o funcionamento dos pleitos.

Com a nova legislação, prevê-se unicamente a constituição de partidos de âmbito nacional, ficando abolida a possibilidade de reestruturação dos antigos partidos regionais extintos a partir do Decreto-Lei n.º 37, de 2 de dezembro de 1937, assinado pelo presidente Getúlio Vargas menos de um mês após a instalação do Estado Novo no país, em 10 de novembro de 1937.

Para a formalização dos registros dos novos partidos políticos define-se necessário apresentar um mínimo de dez mil assinaturas, de cinco ou mais de cinco circunscrições eleitorais.

As candidaturas deveriam ser oficializadas, no máximo, até 15 dias antes das eleições, com um prazo de 90 dias para desincompatibilização. As eleições se realizariam em regime de voto secreto e obrigatório e sufrágio universal, os analfabetos excluídos do direito de voto.

Várias organizações partidárias são estruturadas e registradas já a partir do ano de 1945, contudo, com o golpe de 1964 e a decretação do AI-2, em 27 de outubro de 1965, todos os partidos políticos então em funcionamento são extintos. Por meio do Ato Complementar n.º 4, de 20 de novembro de 1965, novas regras são definidas, determinando que os novos partidos a serem criados no país deveriam organizar-se em um prazo de 45 dias, com um mínimo de 120 deputados e 20 senadores – prazo que é prorrogado até 15 de março de 1966, através do Ato Complementar n.º 6, de 03 de janeiro do mesmo ano. Na prática, este Ato institui o bipartidarismo, sendo criados o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao regime, e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido governista.

As antigas legendas políticas organizam-se, então, dentro do novo quadro bipartidário⁷¹. Para a ARENA seguem a base política de apoio ao golpe e, também, políticos de diferentes partidos que receavam ser cassados no caso de optarem por ingressar no partido oposicionista. A UDN carioca se divide, após impasses e cisões internas provocados pelo rompimento de Lacerda com o regime militar. Uma parte ingressa no partido governista, enquanto outra parte opta pela sigla do MDB, mesmo sob o risco de obter diminuto espaço político no partido de oposição. No MDB, abrigam-se também a maior parte dos petebistas e políticos de esquerda que sobrevivem às primeiras levadas de cassação do regime. Para o MDB segue ainda uma parte dos pessedistas e políticos que avaliam ser o partido de oposição um espaço político mais promissor do ponto de vista do perfil do eleitorado carioca.

⁷¹ Sobre o realinhamento, na Guanabara, dos antigos partidos políticos dentro da nova estrutura bipartidária MDB/ARENA, ver DINIZ, 1982, Cap. 2 e MOTTA, 2000, Cap. 3.

Nas eleições de 1970, os resultados eleitorais apontam para a vitória inequívoca do MDB sobre a ARENA na Guanabara, estado do Brasil em que o partido elege o maior número de representantes (Quadros 3).

Quadro 3		
Votação obtida pelo MDB e pela ARENA: Guanabara e Brasil 1970		
Instância de poder	Guanabara	Brasil
Senado *	2.230.996 48,56%	13.440.875 28,6%
Câmara dos Deputados	765.928 50,02%	4.777.928 21%
Assembléia Legislativa	789.102 51,53%	4.940.072 22,04%
Fonte: MOTTA, 2000, p.132.		
* Em 1970, enquanto os demais estados do Brasil elegem dois senadores, a Guanabara elege três, porque o senador emedebista eleito em 1966, Mário Martins, a princípio detentor da vaga até 1974, fora, junto com o seu suplente, o também emedebista Marcelo Nunes de Alencar, cassado pelo AI-5.		

Como apoio às reflexões aqui pretendidas, apresentamos a seguir pequenas sínteses sobre a formação, principais características e bandeiras defendidas por cada partido político que logra eleger candidatos para a Câmara Nacional, pela Guanabara, em 1962 e 1970, e que compõem então, o desenho partidário das bancadas que serão objeto de análise desta pesquisa.

4.1. Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)⁷²

Fundado no Distrito Federal do Rio de Janeiro, em 15 de maio de 1945, o PTB é concebido pessoalmente pelo então presidente Getúlio Vargas, com o propósito de criar uma

⁷² As informações sistematizadas neste item beneficiaram-se em grande medida de FERREIRA, Marieta de Moraes. *Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)*. In: ABREU (Coord.)...et.al., 2001, v. IV, p. 4419 a 4430 e de D'ARAÚJO, 1992. Para cada um dos demais partidos políticos aqui brevemente historiados, existiram autores particularmente úteis à reflexão. Constará, então, nas respectivas chamadas de cada partido, referência direta às suas obras.

alternativa de participação política para a parcela dos setores populares à época influenciada pelo Partido Comunista.

A base organizacional do PTB conta, em primeira mão, com os sindicatos trabalhistas sob controle do então Ministério do Trabalho, e as estratégias empreendidas visam mobilizar, sobretudo, os trabalhadores urbanos beneficiados pelas leis trabalhistas e de amparo social introduzidas por Vargas⁷³.

O programa do PTB sistematiza princípios básicos do trabalhismo e do nacionalismo comprometido com a regulamentação do capital estrangeiro no país e com a implementação de uma política externa independente. Um dos principais colaboradores para a elaboração de seu texto é o gaúcho Alberto Pasqualini – vereador em Porto Alegre (1935-1937) e senador pelo Rio Grande do Sul (1950-1956) –, que procurou enfatizar a primazia do trabalho como fonte primeira de todos os bens produzidos.

As propostas sintetizadas no programa petebista alcançam forte apelo popular e atribuem ao partido a função de dar continuidade à obra da legislação trabalhista. Entre outros pontos, defendem:

- 1) o reexame da Constituição sem que fossem reduzidos os direitos por ela assegurados aos trabalhadores; 2) o amparo da legislação aos trabalhadores rurais e também aos trabalhadores das autarquias e servidores públicos quando seus direitos fossem inferiores aos dos trabalhadores nas empresas privadas; 3) a criação de órgãos paritários da Justiça do Trabalho em todos os grandes centros trabalhistas do país, assegurando-se um rápido andamento nos processos; 4) a ampliação da representação das classes sem preponderância de qualquer delas, em todos os órgãos que interessassem ao capital e ao trabalho; 5) a planificação econômica atingindo todos os setores e visando, por meio da orientação, intervenção ou gestão do Estado, que a produção do país atendesse às necessidades internas; 6) a melhor distribuição de riqueza, reconhecido ao capital o direito a um lucro com limite

⁷³ Entre as leis trabalhistas instituídas ao longo do governo de Getúlio Vargas, decretos de 1932 estabelecem a jornada de oito horas para o trabalho na indústria e regulamentam o trabalho das mulheres, a licença-maternidade e o salário-mínimo.

razoável; 7) a extinção dos latifúndios improdutivos, assegurando-se possibilidade de posse da terra a todos os que quisessem trabalhá-la, e 8) o direito de greve pacífica e a distinção entre greve legal e ilegal⁷⁴.

Não obstante a existência de objetivos gerais unificadores do PTB, o partido aglutina grupos divergentes, que defendem posturas mais moderadas ou mais radicais, mais conciliadoras ou mais independentes, mais clientelistas ou mais doutrinárias, momento a momento, e, no enfrentamento das conjunturas políticas, não são raras as composições e alianças com as demais agremiações partidárias.

4.2. *União Democrática Nacional (UDN)*⁷⁵

Partido político nacional, fundado em 7 de abril de 1945 com o objetivo de reunir sob uma única estrutura partidária todos os que se opunham ao Estado Novo, a UDN afirma-se como principal e constante crítico do trabalhismo de Getúlio Vargas e seus herdeiros políticos.

As mais sistemáticas críticas da UDN aos governos trabalhistas e seus eventuais aliados referem-se ao intervencionismo estatal na economia e sociedade, à adoção de formas demagógicas e populistas de atuação política e ao crescente espraiamento de práticas corruptivas e do empreguismo nas gestões públicas, então alcunhadas de “um mar de lama”. No Congresso Nacional, um grupo de políticos udenistas, a chamada “Banda de Música”, da qual fazia parte a corrente lacerdista carioca, se distingue na vigilância e denúncia de escândalos administrativos.

Alguns membros da UDN assumem um discurso de forte conteúdo anticomunista, mas é o objetivo comum de combater inicialmente o Estado Novo e depois o trabalhismo varguista que

⁷⁴ FERREIRA In: ABREU (Coord.)... et al, 2001, v.4, p.4419.

⁷⁵ BENEVIDES, Maria Vitória. *União Democrática Nacional* In: ABREU (Coord.)...et.al., 2001, v.V, p.5836-5843; BENEVIDES, 1981 e PICALUGA, 1980.

acomoda sob a mesma legenda grupos políticos diversos, que, a despeito de com muita frequência representarem posições contrárias entre si, formam uma ampla frente de oposição.

Vale destacar que, em decorrência dessa formação heterogênea, a trajetória da UDN é marcada por paradoxismos e dissensões e que, ainda no mesmo ano de sua fundação, o partido sofre grande reestruturação, com vários de seus membros arregimentando-se para a formação de outras legendas partidárias.

A UDN reveste-se, ainda, da imagem de partido identificado com o universo bacharelesco, da valorização dos indivíduos sociais comprometidos com o saber laureado. Nesse sentido, e não só pelo discurso da moralização pública, o partido expressa valores das camadas médias e altas urbanas.

São temas políticos abordados no programa da UDN, entre outros: (1) a não intervenção do poder do Estado na autonomia dos atores sociais e econômicos, incluindo a não ingerência do Estado na organização das estruturas sindicais; (2) a defesa do liberalismo econômico, sem medidas restritivas ao investidor estrangeiro. Tal consideração é relativizada em situações específicas, por exemplo quando a UDN endossa a campanha do monopólio estatal do petróleo ou quando Carlos Lacerda defende o planejamento econômico, tendo em vista a influência dessa idéia no plano internacional e no Brasil nos anos 1950 e 1960⁷⁶; (3) moralização administrativa; (4) reforma agrária, conquanto realizada em terras ainda não aproveitadas; e (5) defesa da competência técnica contra o nepotismo.

Embora seja possível identificar princípios gerais perfiladores da UDN, são de diferentes matizes as formulações desses princípios pelos diversos grupos dentro do partido e em cada estado, variando das mais às menos ortodoxas, o que constitui elemento de tensão constante.

⁷⁶ Sobre a visão de planejamento econômico de Lacerda, ver SILVA, 2005, Cap. 4.

4.3. Partido Social Democrático (PSD)⁷⁷

Fundado em 17 de julho de 1945, pelos interventores estaduais nomeados à época do Estado Novo para os governos de Minas Gerais, Benedito Valadares; do estado do Rio de Janeiro, Ernâni do Amaral Peixoto; de São Paulo, Fernando Costa; de Pernambuco, Agamenon Magalhães; e para a Prefeitura do Distrito Federal, Henrique Dodsworth, o PSD surge como desdobramento de uma preocupação confessa do próprio Getúlio Vargas de manter coesas as forças que apoiavam o seu governo.

O partido estrutura-se com solidez em todos os municípios do Brasil, para o que são fundamentais as negociações levadas a termo pelos interventores junto aos vários prefeitos por eles indicados e às lideranças dominantes no âmbito da política regional. Em alguns estados e municípios aconteceria, no entanto, de políticos locais que apoiavam Getúlio Vargas refutarem aderir ao PSD em função de desavenças políticas concernentes à própria região.

No curso dos anos e das disputas eleitorais, dissensões internas surgem e aprofundam-se no PSD, com os getulistas deixando de representar a única corrente importante do partido.

Ao longo de todo período em que atua, entre 1945 e 1965, o PSD mantém o *status* de maior partido político nacional, tomado em consideração o número total de cadeiras que obtém ocupar nos poderes Legislativo e Executivo locais, estaduais e federal. Ao mesmo tempo, dada a organização extensiva de suas bases municipais, o partido mobiliza-se com frequência em torno de questões estritamente localistas, sendo comum o selo de acordos e desacordos paroquiais tendo em vista os processos eleitorais. A esse respeito, o PSD, ao lado de seu domínio no âmbito dos estados, procura permanentemente manter alguma proximidade com o governo federal, como

⁷⁷ HIPÓLITO, Lúcia. *Partido Social Democrático (PSD)*. In: ABREU (Coord.) ... et.al., 2001, v.IV, p.4382-4394 e HIPÓLITO, 1985.

canal facilitador para a distribuição de cargos e verbas às lideranças estaduais e municipais em troca de fidelidade partidária.

Partido de centro, moderado, com bases rurais e forte ligação com a burocracia federal, o PSD constitui-se como um partido oligárquico, organizado por lideranças com vasta experiência na arena política, grande habilidade para diálogos e negociações, e que buscam, pelo pragmatismo, perpetuar-se no comando da direção partidária, obstando possíveis renovações.

Reunindo diferentes tendências, não chega a representar uma corrente ideológica claramente definida. Entre os temas abordados em seu programa, constam: (1) defesa de autonomia político-administrativa para o Distrito Federal brasileiro; (2) defesa da legislação trabalhista e social; (3) garantia de organização sindical; (4) combate à formação de monopólios nacionais e internacionais; (5) equilíbrio orçamentário e controle da emissão de moedas; e (6) apoio à reforma agrária, conquanto fosse antecedida por uma revisão constitucional, identificando e abrangendo exclusivamente os latifúndios improdutivos.

Embora comprometido com políticas consideradas modernizadoras, grosso modo, o termômetro para o apoio do PSD a tais políticas é o impacto que causam em suas bases. Nesse sentido, o partido defende bandeiras como o direito de voto ao analfabeto, o monopólio estatal do petróleo e as medidas desenvolvimentistas de Juscelino Kubitschek, enquanto, por outro lado, impõe uma série de restrições à realização da reforma agrária e condena o projeto que pretende a extensão das leis trabalhistas a todos os trabalhadores rurais.

4.4. Partido Socialista Brasileiro (PSB)⁷⁸

O PSB surge quando um grupo de antigos fundadores da UDN, composto por políticos e intelectuais de tendência predominantemente socialista, agrega-se para formar, inicialmente, o partido da Esquerda Democrática. No dia 06 de agosto de 1947, em convenção nacional, a Esquerda Democrática decide por sua transformação em Partido Socialista Brasileiro.

As propostas defendidas em programa pelo PSB têm como pano de fundo os ideais de socializar os bens de produção, entendendo que tal meta deve ser construída passo a passo, dentro do sistema capitalista e a partir da ampliação das liberdades políticas. Trata-se de exercer uma oposição pacífica, que não pretenda uma transformação imediata e ampla da organização social. Contudo, a formação do partido acaba por incluir forças mais radicais, além das reformistas, e sua trajetória é marcada por conflitos internos e dissidências.

Entre os temas contemplados no programa pessebista, constam propostas para a organização autônoma e participação da classe trabalhadora nas definições dos compromissos de trabalho, este considerado um dever e um direito social. Educação e saúde públicas de qualidade para todos os cidadãos, combate à carestia e reforma agrária são também itens apontados como estratégicos para a solução dos problemas econômicos e sociais brasileiros. Além disso, o partido destaca a necessidade de se definir um plano de recuperação e defesa da economia nacional e, no âmbito externo, propõe que o Estado estabeleça com independência os intercâmbios comerciais convenientes ao seu desenvolvimento.

⁷⁸ BENEVIDES, Maria Vitória. *Esquerda Democrática*. In: ABREU (Coord.)... et.al, 2001, v.II, p.2023-2024 e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Partido Socialista Brasileiro (PSB, 1947-1965)*. In: ABREU (Coord.)... et.al, 2001, v.IV, p.4410-4413.

4.5. Partido Democrata Cristão (PDC)⁷⁹

O PDC é criado em São Paulo, a 09 de julho de 1945, para constituir uma organização partidária de articulação política dos interesses católicos da sociedade brasileira. Como um arauto da Igreja Católica, fundamenta-se em torno de princípios gerais, aconselhados nos ideais cristãos e do bem viver comum entre os homens. O seu objetivo inicial preconiza, de forma vaga, a sedimentação de um capitalismo social no Brasil.

Idealizado e liderado por Antônio Cesarino Júnior, professor da Faculdade de Direito de São Paulo, que também elabora o documento que formaliza a criação do PDC, o partido não chega, contudo, a mobilizar adesões que configurem uma forte identidade com o conjunto dos setores católicos da sociedade.

Em 1947, divergências internas no partido resultam no afastamento de Cesarino Júnior e o PDC se torna uma estrutura sem qualquer compromisso programático. Em 1949, contudo, um grupo militante católico ingressa no partido, com o objetivo de reestruturar seu conteúdo doutrinário dentro de supostos democráticos, combatendo a baixa politicagem.

Essas novas lideranças obtêm levar a termo o pretendido redirecionamento do PDC, o que resulta em alguma expansão e crescimento eleitoral da legenda. Não obstante, esse crescimento compreenderá apenas alguns poucos estados da Federação, com destaque para São Paulo, evidenciando o viés regionalista da agremiação.

No início dos anos 1960 a ala modernizadora do PDC divulga um conjunto de princípios partidários de comportamento político, com base em uma agenda reformista e nacionalista, que propõe formas de redistribuição de terras improdutivas e fixa limites para a entrada do capital estrangeiro no país. Apesar, porém, do fortalecimento dessas correntes políticas, suas

⁷⁹ FERREIRA, Marieta de Moraes, FLAKSMAN, Dora. *Partido Democrata Cristão (PDC, 1945-1965)*. In: ABREU

propostas não raro são neutralizadas por grupos tradicionais que sobrevivem com algum peso nos quadros do partido.

Em diferentes momentos do debate político e de deliberação de posicionamentos partidários, o PDC afirma a profunda falta de entendimento entre as correntes que rivalizam em seu interior. Tais desentendimentos confirmam-se e acentuam-se quando, em 1964, um grupo pedecista apoia o golpe que instaura a ditadura militar no país enquanto outro grupo opõe-se ao movimento.

4.6. Partido Social Trabalhista (PST)⁸⁰

O Partido Social Trabalhista é criado no Distrito Federal em 1947, a partir da renomeação do Partido Proletário do Brasil (PPB) – este fundado em janeiro do ano anterior, também no Distrito Federal. A troca de nome do PPB decorre de desentendimentos internos, relacionados à indicação de candidatos às disputas eleitorais, que acabam gerando uma reorganização do partido e o nascimento do PST.

Sem uma clara sustentação doutrinária ou prerrogativas programáticas, o PST atua basicamente como legenda alternativa e provisória para políticos dissidentes de outros partidos. Constitui, pois, uma estrutura pequena, cuja existência atende a interesses eleitoreiros imediatos, consubstanciados em projetos de lançamento de determinadas candidaturas nos diferentes processos eleitorais.

(Coord.) ... et.al., 2001, v.IV, p.4297-4301 e NICOLAU, 1996.

⁸⁰ FERREIRA, Marieta de Moraes. *Partido Social Trabalhista (PST)*. In: ABREU (Coord.)... et.al., 2001, v.IV, p.4408.

4.7. Movimento Democrático Brasileiro (MDB)⁸¹

Partido político criado em 24 de março de 1966, o MDB mantém registro formal junto ao Tribunal Superior Eleitoral até 29 de novembro de 1979, quando é reeditado o sistema multipartidário no Brasil.

Sob a legenda emedebista, reúnem-se todos os que se posicionam contrários aos rumos políticos e econômicos impingidos à sociedade brasileira pelo governo militar imposto ao país com o golpe de 1964. Não obstante, alguns políticos optam por integrar o partido opositor por avaliar perspectivas eleitorais favoráveis, caso de Chagas Freitas no estado da Guanabara. A esse respeito, Sarmiento comenta:

Chagas ponderou os custos políticos e os riscos aos quais estaria submetido. Em questão estavam três fatores básicos: o grau de pressão do comando militar sobre os meios políticos, a estrutura político-organizacional que cada legenda adotaria e a maneira pela qual o eleitorado carioca identificaria os novos partidos. (...) Se, por um lado, aderir ao partido do governo significava garantir a sobrevivência política, por outro, o preço a ser pago, devido à rejeição do eleitorado carioca ao regime militar, poderia vir a inviabilizar o futuro político imediato⁸².

Embora o MDB não tenha logrado constituir um partido majoritário, do ponto de vista do número de membros eleitos para os poderes Legislativo e Executivo no país, ao longo do período de seu funcionamento, seu desempenho eleitoral cresce seguidamente até o ano de sua extinção, com forte concentração de votos nas regiões Sul e Sudeste.

⁸¹ LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. *Movimento Democrático Brasileiro (MDB)*. In: ABREU (Coord.)... et.al., 2001, v.IV, p.3964 e KINZO, 1988.

⁸² SARMENTO, 1999, p.97-98.

4.8. Aliança Renovadora Nacional (ARENA)⁸³

A Aliança Renovadora Nacional é criada em 4 de abril de 1966, sendo extinta em 29 de novembro de 1979, tendo em vista a regulamentação de um novo sistema partidário no Brasil.

Partido de apoio político-parlamentar ao governo militar brasileiro pós-1964, a ARENA obtém, no curso de sua existência, expressiva maioria parlamentar nas disputas eleitorais, considerada a formação do conjunto das bancadas estaduais e federais do país, com altos níveis de votação nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. A manutenção dessa maioria eleitoral, contudo, ocorre num quadro bipartidário em que o sucesso do outro partido, o MDB, apresenta curva ascendente nos sucessivos embates eleitorais.

4.9. Partidos políticos: algumas observações

Observadas as considerações acima sobre os partidos políticos que obtêm representação, pela Guanabara, na Câmara Nacional, em 1962 e 1970, vemos especificidades em cada legenda. A abrangência geográfica das bases de apoio político dos partidos é, por exemplo, diferenciada: alguns despontam com grande força no âmbito de toda a nação e outros mantêm o raio de sua influência circunscrito, às vezes a um único estado da Federação. Do mesmo modo, há diferenças entre os partidos no tocante aos seus princípios doutrinários.

Podemos apontar, no entanto, uma característica que açambarca todas as agremiações partidárias contempladas, que é o fato de, cada uma delas servir a interesses distintos, às vezes até contraditórios, acomodando indivíduos e grupos controversos do ponto de vista ideológico e das práticas políticas.

⁸³ LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. *Aliança Renovadora Nacional (Arena)*. In: ABREU (Coord.) ... et.al., 2001, v. I, p. 112 a 114.

O saldo de disputas e conflitos no interior das legendas deixa ver que quando traçamos determinado perfil para um partido, identificando-o com certas orientações e correntes ideológicas, o fazemos necessariamente incorrendo em contradições. Não é raro que membros de um dado partido assumam posicionamentos políticos que contrariam os ideais fundadores daquele programa partidário que supostamente deveriam consagrar. Bandeiras partidárias são colocadas de lado ao sabor das circunstâncias e de interesses particulares, tornando os vínculos entre candidatos e partidos políticos algo que não necessariamente expressa uma incorporação efetiva, pelos candidatos, das orientações e programas que a primeira vista deveriam sustentar suas escolhas e ações.

A apreciação, pois, dos perfis das agremiações partidárias que compõem a arena política carioca, não avaliza, *per se*, uma compreensão acerca das convicções e práticas políticas de seus membros, uma vez que não esgotam o significado das motivações por trás das filiações e dos acordos partidários levados a termo. Com o propósito de aprofundar a análise, procuraremos colocar em foco a trajetória política dos deputados que integram as bancadas cariocas eleitas para a Câmara Nacional, em 1962 e 1970, indicando suas opções partidárias sem perder de vista os posicionamentos e ações por eles efetivados no exercício de seus mandatos parlamentares.

É importante ter em vista que o presente trabalho não tem a pretensão de acompanhar as trajetórias dos deputados federais aqui privilegiados para além de suas atuações nas legislaturas 1963/1966 e 1971/1975. Nesse sentido, não será examinada a possibilidade de o perfil político de alguns desses deputados ter sofrido alterações importantes ao longo do tempo, a partir da segunda metade dos anos 1970, posto que o objetivo conciso desta dissertação é compreender qual perfil político ganha força, em território carioca, *nas* eleições em destaque, de 1962 e 1970, que, respectivamente, antecede e sucede o período mais cruel de cassações do regime militar. Não

constitui, portanto, um propósito deste trabalho buscar compreender qual o lugar e a forma de atuação desses deputados em período posterior e até os dias atuais.

Capítulo 2

*A Bancada Carioca de Deputados Federais Eleita em 1962*⁸⁴

O Rio é uma cidade em que todos os brasileiros, ontem, hoje e sempre, estarão como em sua casa. Sabem esses brasileiros que somos uma região sem regionalismo, pensamos os nossos problemas em termos mundiais, além de continentais, e continentais além de nacionais ⁸⁵.

Neste capítulo procuramos apresentar um breve panorama das trajetórias políticas individuais, dos deputados federais eleitos em 1962 pelo estado da Guanabara.

Partindo do entendimento de que a Câmara Nacional constitui, por princípio, um espaço político de discussão e de negociação de soluções e medidas concretas para os problemas do país, nosso esforço é identificar as idéias e temas que ganham prioridade para cada um entre aqueles candidatos que, em 1962, são alçados à condição de deputados federais pela Guanabara. O objetivo é traçar um perfil geral desse grupo de atores, no que toca os seus posicionamentos políticos no curso dos processos eleitorais e mandatos parlamentares, e testar a tese segundo a qual predominaria, no âmbito federal da representação parlamentar carioca, a tendência ao engajamento apaixonado, ou pelo menos comprometido, em relação ao debate e formulação de idéias sobre questões da ordem política nacional.

⁸⁴ Anexo a esta dissertação, apresentamos um quadro com dados biográficos de cada um dos deputados federais eleitos pela Guanabara em 1962.

⁸⁵ Trecho de discurso de Lacerda, em 1960, disponível no Museu da Imagem e do Som, citado por DIAS, 2003, p.204.

1. *Ambiência política nacional*

As eleições brasileiras, realizadas em 1962, para o legislativo municipal, estadual e federal, e também executivo de alguns estados e cidades, ocorrem num ambiente de forte radicalização política. Jânio Quadros renunciara à Presidência da República após sete meses de governo, em 25 de agosto de 1961. À época, o vice-presidente João Goulart, petebista e herdeiro político de Getúlio Vargas, encontrava-se em viagem oficial na República Popular da China e os ministros militares – vice-almirante Silvio Heck (Marinha), marechal Odílio Denis (Guerra) e brigadeiro-do-ar Gabriel Grüm Moss (Aeronáutica) – tentariam impedir sua posse na Presidência, alegando tratar-se de um político “esquerdista”, um “agente da desordem, da desunião e da anarquia”, cuja investidura arrastaria o país para uma guerra civil. Em manifesto à Nação, lançado a 30 de agosto de 1961, os ministros explicam a posição assumida, acusando Goulart de ter deixado evidências sobre suas tendências ideológicas já à época em que ocupara a pasta de ministro do Trabalho no Governo de Getúlio Vargas (1953/1954), quando teria promovido ampla infiltração de agentes esquerdistas e do comunismo internacional nos meios sindicais e em postos-chaves do Ministério⁸⁶. De acordo com o Manifesto, Goulart persistiria no desvario político como vice-presidente, apoiando ostensivamente os movimentos grevistas, demonstrando desejar “ver o país mergulhado no caos”. Ao representar oficialmente o Brasil, em viagem à URSS e à China Comunista, Goulart tornaria “clara e patente sua incontida admiração ao regime desses países, exaltando o êxito das comunas populares”. Segundo os ministros militares, a função de presidente da República conferiria a João Goulart tamanha autoridade pessoal que as

⁸⁶ A experiência de João Goulart, por oito meses, de 17/06/1953 a 22/02/1954, ocupando a função de ministro do Trabalho do presidente Getúlio Vargas é examinada com especificidade em GOMES, Ângela de Castro. *Memórias em disputa: Jango, ministro do Trabalho ou dos trabalhadores?* In: FERREIRA, 2006, p.31-56.

Forças Armadas correriam o risco de sofrer infiltrações, transformando-se em “simples milícias comunistas”⁸⁷.

Na contramão do Manifesto dos militares, é desencadeada forte reação em defesa da posse do Goulart, na qual o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, assume destacada liderança. Brizola organiza uma grande campanha – a Campanha da Legalidade –, coordenando o envolvimento de várias emissoras de rádio no movimento. Investido do objetivo de sensibilizar populares para aquela luta, Brizola chega a armar civis e conta com o apoio do comandante general Machado Lopes, do III Exército. Em telegrama enviado à época ao ministro da Guerra Odílio Denis, Machado Lopes alertava: “Situação Porto Alegre muito tensa. Governador Brizola organizou defesa Palácio e parece ter distribuído armamentos civis seus adeptos. Estou vigilante manutenção ordem. Seria de todo conveniente encontrar solução legal”⁸⁸.

A mobilização das forças legalistas juntamente com a divisão das Forças Armadas impedem a consolidação do golpe militar pretendido. Com base no suposto risco de deflagração de uma guerra civil no país, no dia 02 de setembro de 1961 o Congresso busca uma solução conciliatória e aprova Ato Adicional à Constituição de 1946 que institui o sistema parlamentarista de governo no Brasil, limitando os poderes do presidente da República e prevendo um plebiscito para 1965, quando caberia à população decidir sobre a volta ou não do presidencialismo. Diante da divisão das Forças Armadas e das pressões legalistas, os militares acatam a decisão do Congresso e, em 07 de setembro, João Goulart assume a Presidência. Já em 1962, tem início no país uma intensa campanha a favor da antecipação do plebiscito e do retorno ao presidencialismo.

⁸⁷ O texto integral do citado Manifesto pode ser encontrado em AMARAL, BONAVIDES, 2002, p.355-356.

⁸⁸ AMARAL, BONAVIDES, 2002, p.335.

A antecipação é aprovada pelo Congresso em setembro desse ano e o plebiscito finalmente realiza-se em 06 de janeiro de 1963, sendo restabelecido o sistema presidencialista no Brasil⁸⁹.

O mandato de João Goulart seria marcado, desde o começo, pelo confronto entre diferentes projetos políticos e econômicos, conflitos sociais, greves urbanas e rurais e um acelerado processo de organização da sociedade⁹⁰. Goulart assume o Governo, como primeiro-ministro, num momento em que o país atravessava difícil situação econômico-financeira, apresentando altos e crescentes índices inflacionários, decorrentes de desequilíbrios econômicos vivenciados desde os governos Vargas (1951/1954) e Café Filho (1954/1955), agravados durante o Governo Juscelino Kubitschek (1956/1961) – que, para desenvolver seu Plano de Metas, submete o país a um grande endividamento externo e a elevadas taxas de inflação – e enfrentados, sem sucesso, por Jânio Quadros, a partir de medidas econômicas ortodoxas concordantes com exigências à época feitas pelo FMI⁹¹.

Goulart elabora um programa de desenvolvimento econômico-social para o país que tem como linha-mestra a realização de uma ampla reforma de base, abrangendo várias áreas da gestão pública, com particular ênfase na reforma agrária⁹².

O plano de reformas proposto por Goulart divide as forças políticas brasileiras e abre desconfianças entre os credores internacionais do país. As dificuldades em obter recursos externos mostrar-se-iam particularmente árduas no tocante às relações com os EUA, não apenas

⁸⁹ Uma síntese dos principais episódios políticos que circunstanciam o governo João Goulart é apresentada em FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart*. In: ABREU (Coord.), 2001, v.III, p.2610-1629.

⁹⁰ Uma obra que também deve ser lembrada sobre a questão dos embates sociais no período do Governo Goulart é BANDEIRA, 1977.

⁹¹ Uma análise da política econômica implementada no Governo João Goulart e de seus antecedentes e condicionantes é desenvolvida em MELO, Hildete Pereira de; BASTOS, Carlos Pinkusfeld; ARAÚJO, Victor Leonardo, *A política macroeconômica e o reformismo social: impasses de um governo sitiado*. In: FERREIRA (Coord.), 2006, p.79-106.

⁹² A importância da questão agrária no contexto dos processos políticos e sociais brasileiros da década de 1960, particularmente no Governo Jango, é examinada em GRYNSZPAN, Mario. *O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores*. In: FERREIRA (Coord.), 2006, p.57-78.

devido às intenções e algumas medidas concretas tomadas no Brasil visando um maior controle do Estado sobre o capital estrangeiro circulante no país – que incluíam temas como a regulamentação das remessas de lucros para o exterior e a encampação de algumas empresas estrangeiras – mas, também, em função do Brasil adotar uma linha de política externa independente, tendo em vista as vantagens comerciais envolvidas, estabelecendo relações com os países do leste europeu. Além disso, o Governo brasileiro refuta as sanções, na ocasião propostas pelos EUA, à Cuba – recém integrada ao bloco das nações comunistas –, bem como qualquer intervenção armada naquele país, contrariando às pretensões norte-americanas de selar um acordo político-militar entre os aliados da América Latina. Goulart tentaria, malsucedidamente, algumas soluções conciliatórias para os atritos com os EUA, abrindo, em decorrência, um novo campo de conflito com as forças políticas nacionais que clamavam pela absoluta autonomia e intransigência do Brasil em relação aos interesses norte-americanos.

O termômetro da radicalização política fervilhava. Ao mesmo tempo que autoridades dos EUA denunciavam uma suposta infiltração comunista no Governo brasileiro, Goulart via perder-se qualquer possibilidade de constituir uma base de apoio sólida entre os vários setores da sociedade e as correntes políticas nacionais. Por um lado, conciliar o apoio internacional, de setores do empresariado urbano brasileiro e dos proprietários de terra impunha a execução de uma política afinada com os princípios da ortodoxia liberal, o que significava também estabelecer um conturbado domínio de conflito com os sindicalistas e atores políticos de tendências nacionalistas, defensores de ações interventivas do Estado em prol do desenvolvimento do país – grupo em que se situava Leonel Brizola, com destacada liderança.

As pressões a favor da plena concretização das reformas de base volveram embates políticos que atingiram até mesmo colaboradores próximos de Jango, suscitando recorrentes demissões e renúncias de cargos. No âmbito rural, enquanto as forças de esquerda pressionavam

a favor da consolidação da reforma agrária prometida, ocorriam invasões de propriedades e cresciam as tensões entre donos e trabalhadores das terras. Ao mesmo tempo, em diversas cidades do país deflagravam-se movimentos de greve.

Goulart atenderia algumas reivindicações grevistas, por exemplo com a decretação do 13º salário, e, por duas vezes, solicitaria ao Congresso poderes excepcionais para encaminhar as reformas governamentais – o que seria rechaçado pela maioria parlamentar, gerando novas ondas de greves e invasões de terras.

O agravamento da crise econômico-financeira, ao lado do processo de organização dos movimentos populares nas cidades e no campo, acirram descontentamentos e temores entre os segmentos conservadores da sociedade e a oficialidade, que então aproximam-se, cada vez mais, do grupo civil e militar que tentara impedir a posse de Goulart na Presidência em 1961 e permanecia conspirando pela derrubada do Governo.

Durante o ano de 1963, concluindo pela impossibilidade de insistir na tentativa de realizar uma política conciliadora dos diversos setores e interesses presentes na sociedade brasileira, Goulart opta por chegar-se aos segmentos nacionalistas e populares, promovendo o encaminhamento de algumas medidas relativas à legislação trabalhista e previdenciária em benefício dos trabalhadores e restritivas quanto à exploração, pelas empresas estrangeiras, dos recursos minerais brasileiros⁹³. Tais iniciativas agravariam o já difícil entendimento do Governo com os proprietários de terras e o empresariado nacional e estrangeiro.

Determinados eventos políticos contribuiriam para a intensificação dos descontentamentos e conspirações contra Goulart, por exemplo as rebeliões que reuniram praças da Aeronáutica e da Marinha contra a cláusula da inelegibilidade dos sargentos para cargos

legislativos, prevista na Constituição de 1946. Nesse sentido, em 12 de setembro de 1963, uma grande revolta dos praças consegue, ainda que por algumas horas, sitiá-la Brasília, surpreendendo boa parte da oficialidade. A decisão de Jango de procurar isentar-se em relação ao ocorrido suscitaria temores quanto às suas pretensões golpistas e seria lembrada nos argumentos alarmistas dos que desejavam atrair adeptos para o movimento anti-Goulart.

O mesmo ocorre em relação à participação de Jango no grande Comício da Central, realizado em 13 de março de 1964, apoiado pela Frente Parlamentar Nacionalista⁹⁴ e por diversas entidades sindicais e associações profissionais e estudantis. Durante o Comício, Goulart assina dois decretos: um primeiro prevendo a encampação das refinarias de petróleo particulares em operação no Brasil e, outro, prevendo a possibilidade de desapropriação de propriedades que tivessem sido beneficiadas por quaisquer investimentos públicos realizados em sua circunjeção. A partir do Comício da Central, cresce a oposição ao governo e o apoio aos que defendiam o golpe militar. De acordo com depoimento do então deputado federal pessedista, pelo estado do Rio de Janeiro, Ernani do Amaral Peixoto:

Não há dúvida. As coisas que o Jango foi fazendo começaram a alarmar muito. (...) [No Comício da Central], eu estava informado de que os generais iriam se reunir no gabinete do chefe do Estado-Maior, que era o Castello Branco, para ouvir o comício pelo rádio e ver pela janela, porque o Ministério da Guerra fica em frente à Central. Aliás, o próprio Castello me confirmou isso depois. Se o Jango passasse de certos limites, se desapropriasse as companhias estrangeiras e as refinarias particulares de

⁹³ As ações implementadas por Jango, nas áreas trabalhista, previdenciária e relativas à exploração mineral no país são comentadas em FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart*. In: ABREU (Coord.), 2001, v.III, p.2610-1629. Ver, particularmente p.2625-2628.

⁹⁴ A Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) é criada, em 1956, dentro da Câmara dos Deputados, com uma plataforma de cunho nacionalista, em defesa do desenvolvimento nacional autônomo, livre da intervenção do capital estrangeiro na economia, e do estabelecimento de relações entre o Brasil e o bloco socialista. Seus membros, de diferentes origens partidárias, professavam a adoção de políticas disciplinadoras das remessas de lucro para o exterior e o controle do Estado sobre a exploração de todos os recursos naturais básicos do país. Um número expressivo de deputados federais eleitos pela Guanabara em 1962 participaria da FPN. Ver, sobre o assunto, por exemplo, DREIFUSS, 1981, Capítulo 4.

petróleo, os generais decidiriam a questão ali mesmo, tanto que tinham dado ordem à Vila Militar para não licenciar os efetivos⁹⁵.

Dois dias após o Comício da Central, João Goulart envia mensagem ao Congresso na qual apareciam condensados todos os pontos relativos às reformas de base prometidas em seu Governo. Como reação às medidas políticas de Goulart e à sua participação no Comício, em 19 de março, realiza-se em São Paulo a primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade, movimento articulado com base numa plataforma anti-comunista e crítica ao governo João Goulart. Seus principais organizadores eram grupos religiosos e entidades femininas, que decidem promover uma série de passeatas reivindicando a deposição do presidente. Em 02 de abril de 1964 realiza-se uma dessas passeatas, na Guanabara, reunindo em torno de um milhão de pessoas em comemoração pelo golpe. O movimento dissolve-se logo depois⁹⁶.

Em 25 de março de 1964, eclodiria a chamada Revolta dos Marinheiros, quando, em contra-ordem a determinações do Ministério da Marinha, um grupo de marinheiros e fuzileiros navais reúne-se no Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro, numa homenagem à Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, entidade criada com a finalidade de defender a ampliação dos direitos políticos da categoria. O evento é considerado, dentro das Forças Armadas, uma subversão à disciplina e hierarquia militar, mas frustram-se as tentativas do então Ministro da Marinha, Sílvio Mota, de prender seus organizadores. Sílvio Mota demite-se do Ministério e os revoltosos são anistiados por Goulart, decisão que reitera a quebra de hierarquia militar, levando alguns oficiais ditos legalistas para o campo da oposição ao Governo Federal. Em 30 de março, realiza-se uma manifestação no Automóvel Clube do Brasil, organizada pelo Clube dos Sargentos, que conta com a presença de Goulart. A manifestação tem por finalidade homenagear o presidente, por ele ter anistiado os envolvidos na Revolta dos Marinheiros e é

⁹⁵ CAMARGO, 1986 , p.460-461.

considerada o estopim para a deflagração do golpe de 1964⁹⁷, que depõe o Governo Goulart e institui uma ditadura no país que durará vinte e um anos.

2. A disputa eleitoral na Guanabara para a Câmara dos Deputados: 1962

A rivalidade entre as correntes políticas comprometidas com o Governo Jango e as de oposição ocupará lugar particular nas disputas eleitorais travadas, em 1962, no estado da Guanabara, onde personagens de reconhecida expressão nacional assumem papel de destaque na condução das campanhas, elevando a temperatura dos debates e acusações mútuas.

Representantes das forças de apoio ao trabalhismo e às reformas de base propostas pelo presidente João Goulart e representantes das forças liberais e de oposição aos herdeiros políticos de Getúlio Vargas, em território carioca, encontrariam naquele momento, respectivamente, duas figuras símbolos: o então candidato a deputado federal pelo PTB, Leonel Brizola, e o governador da Guanabara, o udenista Carlos Lacerda.

De fato, o embate entre os dois políticos confere um tom personalista à disputa eleitoral, comentado, por exemplo, na coluna de Paulo Francis no jornal *Última Hora*, de 04 de setembro de 1963, intitulada “Leonel Brizola x Carlos Lacerda”:

Brizola e Carlos Lacerda praticamente absorveram (...) as atenções do País nos últimos dias. (...) Carlos Lacerda apresenta-se como vítima democrática das maquinações infernais comunistas. Quase não move o olho, olha profundamente o espectador com ar sofrido, cansado. Oferece a vida (...), as simplificações são despejadas sobre as donas-de-casa e grã-finos assustados. Assim, um gabinete formado de comunistas guia os

⁹⁶ Ver, por exemplo, ABREU (Coord.)...et.al, 2001, v.III, p.3551-3552.

⁹⁷ Já em 1963, dada a ampliação da oposição a Goulart, o deputado federal, eleito pelo PTB de Minas Gerais, San Tiago Dantas tenta, sem êxito, articular uma frente política aglutinando todas as forças que, em alguma medida, estavam ainda comprometidas com o Governo. A frente é rejeitada por Brizola e também pelo PSD que crescentemente tenderia a uma aliança com os golpistas. Ver KELLER, Vilma, DIAS, Sônia, COSTA, Marcelo. *Leonel Brizola*. In: ABREU (Coord.)...et al, 2001, v. 1, p.842.

destinos do País. (...) Quem discorda de Carlos Lacerda é comunista, filocomunista, criptocomunista. (...) Faltava um líder que igualasse o governador em sua truculência e brutalidade. Brizola é esse líder.

Durante as campanhas eleitorais de 1962, os discursos de Lacerda clamam pela vitória da *liberdade* contra o *comunismo* e pelo combate aos políticos extremistas. Aderindo à campanha lacerdista, o editorial do *O Globo*, do dia 05 de setembro de 1962, afirmaria que “até o diabo tem seus lados positivos” e que Brizola também teria seu lado positivo porque graças a ele “todas as consciências patrióticas estão vigilantes, as reservas de civismo da Nação estão mobilizadas e os espíritos responsáveis se voltam despertos e firmes para a ameaça contida na voz mais subversiva que já se ouviu no rádio e na televisão do país”. O texto concluiria que o Rio Grande do Sul, agora, tinha paz por não ser mais governado por Brizola:

O Sr. Brizola tem, como os ditadores fascistas que já desapareceram varridos pela justiça da história, o dom da confusão e da desordem. (...) Na mais tranqüila estância de veraneio, as suas arrogâncias fanfarronas e mussolinescas e os seus dementes estertores hitlerianos acabarão transformando o pacato retiro num campo de concentração erigido de arame farpado e de tropas de assalto, nascidos dos seus transbordamentos verbais.

Multiplicavam-se denúncias de que recursos do Governo Federal estavam sendo postos à disposição de certos candidatos que apoiavam Goulart – entre eles Brizola, acusado de promover a mais cara campanha até então lançada em território carioca, destinando vultosas somas para pagar horários nas rádios e televisões⁹⁸. O deputado udenista Amaral Netto afirmaria, meses após a realização das eleições:

[Brizola] utilizou verbas astronômicas (...) para fazer a sua campanha eleitoral, verbas das quais jamais prestou contas, horas e horas nas cadeias de rádio e televisão, com a rádio do Estado, a Rádio Nacional, à disposição de sua agitação, com a Rádio

⁹⁸ MAGALHÃES, 1993, p.232.

Nacional trabalhando para ele como nunca trabalhou para deputado algum, nem sequer para o Presidente da República⁹⁹.

Aos ataques de campanha, Brizola reagia com igual eloquência. Em 04 de setembro de 1962, o jornal *Última Hora* lança matéria intitulada “Degola de Jango no esquema golpista”, divulgando denúncias de Brizola de que “o Governador deste Estado [da Guanabara] vem intervindo no pleito, vem participando de comícios com todo seu papel governamental, com toda a sua máquina de coerção e corrupção”:

Há desencadeado no país, um terrorismo econômico a corromper jornais, a subordinar políticos, a ameaçar organizações empresariais e a intimidar candidatos – tudo sob pretexto de uma luta anticomunista que, em verdade, é apenas um anteparo atrás do que agem os inimigos do regime democrático e das liberdades públicas. A esta altura, mais do que convencida se acha a opinião pública de que os verdadeiros objetivos desses *cruzados* de fancaria não se dirigem no sentido de preservar as instituições representativas contra eventuais atentados extremistas. Ao contrário, o que se quer é, induzindo-se o eleitor ao erro de julgar que o pleito eleitoral constitui uma opção entre democracia e comunismo, barrar-se a marcha do país pelo caminho do desenvolvimento e, assim, frustrar os seus legítimos anseios de emancipação econômica. Tudo é muito simples, e muito claro e nem mesmo os porta-vozes dos grupos reacionários, com o Sr. Carlos Lacerda à frente, ainda que apelando para os velhos processos de mentira, (...) conseguem evitar que, na consciência nacional, esteja a se formar, pouco a pouco, a perfeita visão do problema.

Ainda nesse mesmo jornal, é publicado: “Brizola afirmou que ‘o Governo da Guanabara é que prega a subversão, apoiado pelos grupos econômicos, que tentam despojar do povo os poderes legítimos’”¹⁰⁰. A menção aos “grupos econômicos”, feita por Brizola, era uma clara alusão ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), organização criada em 1959, acusada de ser financiada por empresários nacionais e internacionais e de patrocinar, em 1962, a campanha eleitoral de vários candidatos que se opunham ao governo Goulart e defendiam a

⁹⁹ DIÁRIO DO CONGRESSO, Seção I, 03/02/1963, p.559.

¹⁰⁰ *Última Hora*, 04/09/1962, “Brizola: Governador da Guanabara é quem prega a subversão”.

implantação no país de uma política econômica sem restrições ao capital estrangeiro. A atuação do IBAD fundamentava-se numa intensa propaganda anticomunista, divulgada a partir de programas de rádio e televisão e de espaços de publicidade alugados em jornais.

A esse respeito, o petebista Eloi Dutra, eleito deputado federal e vice-governador da Guanabara, em 1962, denunciaria:

[A] democracia defendida pelo IBAD é uma democracia à moda gorila: a bandeira anti-comunista foi levantada por esse órgão apenas como pretexto, como premissa para, a partir daí, inquirir de *comunismos* e *esquerdistas* quaisquer tentativas que se fizerem no sentido de uma renovação institucional nas bases nacionais¹⁰¹.

Eloy Dutra afirmaria que “o maior escândalo dos meios jornalísticos, em 1962, fora o aluguel, por 90 dias, da opinião política-eleitoral do vespertino *A Noite*, no Rio, isso configurando um fato inédito na história da imprensa mundial”¹⁰². Acusaria o IBAD, ainda, de financiar a Ação Democrática Popular (ADEP), grupo interpartidário criado em 1961 dentro da Câmara dos Deputados, integrado principalmente por parlamentares da UDN e do PSD, de caráter fundamentalmente anticomunista.

Segundo Dutra, para um candidato obter apoio financeiro do IBAD em sua campanha eleitoral era necessário que fosse contra a reforma agrária, a favor do capital estrangeiro e afirmar que opor-se ao comunismo era mais importante que defender a soberania nacional. Uma vez aprovado, o candidato recebia auxílio que podia se enquadrar na tabela 1 ou 2:

Tabela 1: centenas de cartazes e faixas, um milhão de cédulas, veículo (ou veículos), com aparelho sonoro e dinheiro (Cr\$ 1 milhão e 600 mil para candidatos a deputado federal e Cr\$ 800 mil para deputado estadual). A tabela 2 fornecia apenas dinheiro em quantias estipuladas por Hasslocher [mencionado como o ‘chefe do esquema ibadiano’]¹⁰³.

¹⁰¹ DUTRA, 1963, p.7.

¹⁰² DUTRA, 1963, p.14.

¹⁰³ DUTRA, 1963, p.16.

No jornal *Última Hora*, de 12 de setembro de 1962, matéria intitulada “Eloy pede reunião do Conselho de Segurança para denunciar IBAD” publica uma carta de Eloy Dutra ao então chefe do Gabinete Militar da Presidência da República general Amauri Krueel, que seis dias depois tomaria posse no Ministério da Guerra:

Solicito de V. Excia. audiência do conselho, a fim de que possa expor aos dignos membros, com provas na mão, as atividades subversivas do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) que recebe dinheiro de origens suspeitas, provavelmente de grupos estrangeiros, e tenta através do terrorismo econômico, tumultuar o processo eleitoral na Guanabara e demais Estados do Brasil.

Eloy propõe a criação de uma CPI para investigar a procedência e aplicação dos fundos do IBAD e, em 1963, lança o livro *IBAD: sigla da corrupção*. Em maio do mesmo ano, é aberta a CPI que, entre interrupções e reinícios dos trabalhos, acaba por determinar, em 20 de dezembro de 1963, a dissolução do IBAD e da ADEP.

Muitos anos depois, em 20 de setembro de 2005, em sessão ordinária da Alerj, a deputada estadual Heloneida Studart voltaria ao tema:

Sr. Presidente, em 1962 foi criado pela direita um instituto chamado IBAD, que recebeu do exterior, dos bancos americanos, milhões de reais – naquele tempo eram cruzeiros – então, bilhões de cruzeiros, através de uma agência de publicidade. Vejam a coincidência: uma agência de publicidade chamada “Promotion”, que elegeu 600 deputados estaduais, 250 deputados federais e outros tantos senadores e governadores! Em 1990, o Embaixador Lincoln Gordon confirmou que o governo norte-americano tinha enviado para esta cidade quatro milhões de dólares¹⁰⁴.

3. Os deputados federais eleitos pela Guanabara em 1962

Realizada as eleições de 1962, a composição da bancada de deputados federais eleita pela Guanabara reuniria representantes parlamentares com forte tradição no debate político, e que expressaria bem o contexto de radicalização política vivenciado em âmbito nacional.

A idéia da vocação para o debate político nacional dos membros que formam a primeira bancada federal do estado da Guanabara é desenvolvida entre outros, pelo economista Mauro Osorio da Silva. O autor evoca a história de capitalidade da cidade do Rio de Janeiro, cujo território, segundo ele, teria se tornado um espaço no qual o nacional se sobrepunha ao local, “um espaço fundamentalmente nacional”, com políticos-símbolos dessa lógica, políticos das mais variadas procedências que, “independentemente de onde anteriormente vivessem e/ou atuassem politicamente”, se notabilizavam como porta-vozes de questões de interesse geral da nação¹⁰⁵.

Entre os 21 candidatos eleitos pela Guanabara, em 1962, o petebista Leonel Brizola conquista, pela coligação Aliança Socialista Trabalhista, selada entre o PTB e o PSB, a posição de deputado federal mais bem votado do país, eleito com o maior número de votos até então obtido por um candidato no Congresso (269.384 votos). O segundo colocado nessas eleições, o udenista Amaral Netto, obtém menos que a metade dos votos dados a Brizola (123.384 votos) e todos os demais candidatos eleitos mantêm-se longe do marco de 25% de sua votação.

Com tão impressionante liderança de votos, Brizola consolida-se como referência política de grande expressão em âmbito carioca (Quadro 01).

¹⁰⁴ Parte do discurso de Heloneida Studart, extraída, em 24/09/2006, do texto integral publicado no site <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/taqalerj.nsf/5d50d39bd976391b83256536006a2502/d7fafaba4ac167af8325708200734808?OpenDocument>.

¹⁰⁵ SILVA, 2005, p.96.

Quadro 01			
Bancada de deputados federais eleita pela Guanabara - 1962			
Ordem	Nome do Deputado	Partido	Votos
1	Leonel de Moura Brizola	AST * (PTB)	269384
2	Fidélis dos Santos Amaral Netto	UDN	123383
3	Antonio Pádua de Chagas Freitas	FP ** (PSD)	56657
4	Sérgio Nunes de Magalhães Júnior	AST * (PTB)	47570
5	Juarez Távora	PDC	33461
6	Eloy Ângelo Coutinho Dutra	AST * (PTB)	30614
7	Marco Antonio Tavares Coelho	FP ** (PST)	21300
8	Adauto Lucio Cardoso	UDN	18625
9	Eurípedes Cardoso de Menezes	UDN	17669
10	Antonio Garcia Filho	AST * (PTB)	16510
11	Aliomar Baleeiro	UDN	13835
12	Waldir Mello Simões	AST * (PTB)	12196
13	Arnaldo Nogueira	UDN	11497
14	Nelson Carneiro	FP ** (PSD)	11095
15	Benjamin Miguel Farah	AST * (PTB)	9802
16	Breno Dhalia da Silveira	AST * (PSB)	8801
17	Hamilton Nogueira	UDN	7334
18	Max José da Costa Santos	AST * (PTB)	5758
19	Rubens Berardo Carneiro da Cunha	AST * (PTB)	3896
20	Jamil Amiden	AST * (PTB)	3588
21	Benedicto Cerqueira	AST * (PTB)	3527
Fonte: TSE.Dados Estatísticos, v.6,1964			
* A Aliança Socialista Trabalhista foi formada pelos Partidos PTB e PSB			
** A Frente Popular foi formada pelos Partidos PSD e PST			

O quadro de deputados eleitos pela Guanabara apontaria ainda para a ocorrência de uma forte concentração de votos em candidatos do PTB trabalhista e do partido seu principal opositor, a UDN, mas também a maioria dos parlamentares eleitos através de outras legendas se inseriria na arena política carioca assumindo abertos posicionamentos, críticos ou de apoio, frente o governo Goulart e as reformas por ele propostas.

O resultado eleitoral leva 10 petebistas à Câmara, 06 udenistas, 02 representantes do PSD e 01 único representante para, respectivamente, as legendas do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Democrata Cristão (PDC) e Partido Social Trabalhista (PST). Ou seja, somada a

votação de todos os pequenos partidos com representação na Casa, obtém-se menos que o PTB ou a UDN isoladamente (Quadro 02).

Quadro 02			
Resultados eleitorais na Guanabara – 1962			
N.º cadeiras e votos por partido na Câmara Nacional			
Partido	N.º de cadeiras	Votos	%
PTB*	10	402.845	55.4
UDN	06	192.343	26.5
PSD**	02	67.752	9.3
PSB*	01	8.801	1.2
PST**	01	21.300	2.9
PDC	01	33.461	4.6
Total	21	726.502	100.0
Fonte: TSE. Dados Estatísticos, v.6,1964			
* A Aliança Socialista Trabalhista foi formada pelos Partidos PTB e PSB			
** A Frente Popular foi formada pelos partidos PSD e PST			

Alguns autores comentam a força do PTB e da UDN na política federal carioca, que suplantava até mesmo a do PSD – o maior partido nacional entre 1945 e 1965, mas que sempre teve expressão reduzida tanto no ex-Distrito Federal do Rio de Janeiro quanto no estado da Guanabara¹⁰⁶.

Marly Silva da Motta, analisando o peso do PTB e da UDN no jogo político carioca, mais uma vez alude aos efeitos do estatuto político-institucional da Capital republicana. Segundo a autora, as características organizacionais do ex-Distrito Federal acabariam por instituir, numa face, um poder legislativo *federal* que privilegiaria, sobremaneira, as discussões das temáticas nacionais e, noutra face, um poder legislativo *local* sem autonomia e força, cujas práticas políticas se desenvolveriam em grande medida alicerçadas sobre redes de interdependência pessoal, clientelistas e localistas. Para Marly, a polarização, na bancada carioca à Câmara dos

¹⁰⁶ Para uma amostragem da votação de cada partido, por instância de poder, em território carioca, reveladora do menor peso do PSD, frente a UDN e o PTB, entre 1945 e 1965, ver PICALUGA, 1980.

Deputados, entre o partido que era a principal base de apoio político dos governos trabalhistas nacionais (PTB) e o partido que era o principal algoz desses governos (UDN), seria uma evidência da radicalidade com que os debates nacionais eram travados naquele âmbito legislativo¹⁰⁷.

Numa perspectiva semelhante, Carlos Eduardo Sarmiento, observando os padrões de funcionamento do campo político carioca, entre 1945 e 1965, destaca o teor nacional dos debates na Câmara dos Deputados, “expresso na radical polarização entre PTB e UDN”¹⁰⁸.

Sem negar a força alcançada na Câmara, em 1962, pelo PTB e a UDN da Guanabara, não acreditamos, contudo, que tal força, *per se*, é determinante do perfil nacional daquela bancada. Vista em conjunto, incluídos os deputados federais eleitos por agremiações partidárias minoritárias, a bancada carioca na legislatura 1963/1967 é composta, em expressiva maioria, por parlamentares que assumem compromissos com determinadas plataformas políticas e econômicas, independente de seus vínculos partidários. São deputados que, via de regra, posicionam-se publicamente a favor ou contra os principais acontecimentos políticos nacionais e que, nos parece, não deixariam de atrelar-se a legendas maiores ou menores se as circunstâncias do seu “vivido” político demonstrassem ser a opção mais estratégica, do ponto de vista eleitoral ou da análise política do momento.

Dessa forma, concordamos que a abertura para o debate político amplo e de idéias é de fato uma característica da representação carioca na Câmara eleita em 1962, contudo identificamos tal característica não apenas na maioria dos deputados daquela bancada vinculada ao PTB e à UDN, mas também nos deputados eleitos através de legendas menores.

¹⁰⁷ MOTTA, 2000, capítulo 1.

¹⁰⁸ SARMENTO, 2002 P.18.

Na seção seguinte deste Capítulo, intentamos discorrer com maior foco sobre a atuação política de cada um dos deputados federais eleitos pela Guanabara em 1962, com destaque para os temas que os mobilizaram e os meios que serviram como canal para expressão de suas opiniões e idéias. O objetivo é cotejar a tese de que aquela bancada parlamentar apresenta um perfil geral propenso ao debate político e de idéias.

3.1 Deputados federais: Aliança Socialista Trabalhista (PTB e PSB) ¹⁰⁹

3.1.1. Leonel de Moura Brizola (PTB) ¹¹⁰

Leonel Brizola nasceu em 22 de janeiro de 1922, no povoado de Cruzinha, no Rio Grande do Sul. Seu pai morreu em combate na chamada Revolução Gaúcha de 1923 – levantes organizados por forças federalistas, no Rio Grande do Sul, que, alegando fraude eleitoral, pleiteavam a intervenção do Governo Federal no estado, a deposição do governador recém reeleito, Borges de Medeiros, e o afastamento dos republicanos de todas as funções de governo¹¹¹.

Brizola casou-se, em janeiro de 1950, com Neusa Goulart, irmã de João Goulart, à época deputado estadual pelo PTB gaúcho. O casal teve como padrinho de casamento Getúlio Vargas, que viria a ser eleito presidente da República em 03 de outubro de 1950.

¹⁰⁹ As informações sistematizadas neste trabalho sobre a trajetória de cada um dos deputados federais eleitos pela Guanabara, em 1962 e em 1970, beneficiaram-se de variada bibliografia, citada no correr do texto. Duas obras, no entanto, foram recorrentemente úteis, em todos os casos: o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, organizado pelo CPDOC/FGV, e o Repertório Biográfico da Câmara dos Deputados. Constará, então, nos títulos das seções relativas a cada deputado, referência direta a essas obras.

¹¹⁰ KELLER; DIAS; COSTA. *Leonel Brizola*. In: ABREU (Coord.)...et al, 2001, v.I, p. 837-855. FLEISCHER, 1981, p.419.

¹¹¹ Sucinta descrição dos objetivos e contexto da Revolução Gaúcha de 1923 pode ser encontrada em MOREIRA, Regina da Luz. *Borges de Medeiros*. In: ABREU (Coord.)...et.al, 2001, v. III, p.3656-3666.

Engenheiro, formado em 1949 pela Escola de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul, torna-se membro do PTB já nos primórdios de sua criação, em 1945, participando ativamente da organização da seção gaúcha do partido. Sua trajetória política tem início no estado do Rio Grande do Sul, pelo qual, sempre vinculado à legenda do PTB, exerce as funções de deputado estadual (1947-1955), deputado federal (1955), prefeito de Porto Alegre (1956-1958) e governador do estado (1959-1963).

Prócer da esquerda nacionalista, como chefe do Executivo do estado gaúcho, Brizola encampa ao Rio Grande do Sul, respectivamente em 1959 e em 1962, a Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense, pertencente à American and Foreign Power Company (Amforp), grupo norte-americano, e a Companhia Telefônica Rio-Grandense, subsidiária da International Telephone and Telegraph Corporation (ITT)¹¹². Em novembro de 1961, participa da articulação da Frente de Libertação Nacional, organização criada com o objetivo de congregar forças nacionalistas e denunciar a ingerência do capital estrangeiro no Brasil.

Apresentando-se como um nacionalista em defesa da autodeterminação dos povos, clama pelo direito das nações disciplinarem com total independência seus intercâmbios comerciais, bem como de “realizar as reformas estruturais consideradas necessárias à sua prosperidade social e econômica”. Para Brizola, o Brasil necessitava, naquele início dos anos 1960, realizar com urgência reformas que lhe permitisse estabelecer maior controle sobre as organizações que atuavam no país em prejuízo da sociedade e da economia nacional. Em seu entendimento, era imperativo a execução de reformas visando garantir que toda riqueza criada no Brasil, fruto do trabalho dos brasileiros, fosse de fato apropriada pelos brasileiros. Sobre as empresas

¹¹² BANDEIRA, 1979, p. 87.

estrangeiras, ele diria: “elas podem ficar aqui, podem ficar, mas sob o nosso controle, com participação minoritária nas organizações”¹¹³.

Em 1962, conforme definido na Constituição de 1946, os governadores só poderiam candidatar-se a cargos parlamentares, sem se desincompatibilizar das funções no Executivo estadual, se a candidatura ocorresse em outros estados que não aquele no qual exerciam a chefia do governo. Brizola decide completar sua gestão no governo gaúcho, candidatando-se a uma vaga de deputado federal pela Guanabara. Segundo o secretário da comissão executiva regional do PTB à época, José Talarico, em 1962 o PTB percebia a necessidade de trazer um reforço de fora para a disputa eleitoral no estado carioca, onde a UDN lacerdista vinha demonstrando grande força, tanto ao eleger, em 1960, Lacerda para governador, como ao obter o maior número de cadeiras à Assembléia Constituinte estadual¹¹⁴. Talarico propõe a Jango convidar algum dos governadores petebistas para concorrer à Câmara dos Deputados pela Guanabara e o nome de Brizola surge como uma opção. Diz Talarico:

Tive alguma dificuldade, porque ele [Brizola] já se havia comprometido com o Paraná. Evidentemente, como bom político, não se recusou a negociar. Disse-me o seguinte: ‘Estou convidado a me candidatar a deputado federal pelo Paraná, que tem uma colônia de mais de 100 mil gaúchos. É uma eleição garantida. Que possibilidades vocês, na Guanabara, me oferecem?’. Respondi: ‘Não posso oferecer uma garantia de 100 mil votos, mas o apoio de 10 a 15 deputados estaduais em torno do seu nome e na mobilização da sua campanha. Eu mesmo deixo de me candidatar a deputado federal para apoiá-lo’. Com esse argumento, ele acabou concordando em disputar o mandato de deputado federal pela Guanabara¹¹⁵.

Afirmando a necessidade de controle sobre os “interesses pró-imperialistas” no país, Brizola torna-se o maior representante da chamada esquerda radical, cobrando abertamente do

¹¹³ BANDEIRA, 1979, p. 115-132.

¹¹⁴ Nas eleições de 1960 para a Assembléia Constituinte da Guanabara, a UDN obtém 09 vagas, contra 06 do PTB, 04 do PSD, 02, respectivamente, do PSB, PSP, PTN, PR e PRT, e 01 única vaga do PDC. Ver PICALUGA, 1980, p.190-203.

presidente João Goulart a adoção de posturas políticas não conciliadoras com o capital estrangeiro e o aprofundamento das reformas de base. Nesse sentido, em 27 de março de 1963, alerta: “O povo precisa sair às ruas, precisa ir às greves, precisa exigir para que se vote a reforma agrária. As alterações de ordem jurídica e constitucional, ponto de partida para as reformas, este Congresso poderá fazê-las também em poucas horas”¹¹⁶. A pressão parlamentar em favor das reformas de base ocorreria também através da exigência de convocação de um corpo ministerial interessado em realizá-las. Em 30 de maio de 1963, Brizola discursa em plenário reivindicando o afastamento do “tripé entreguista do Governo Federal” – os ministros San Tiago Dantas, Amauri Kruel e Antônio Balbino, respectivamente da Fazenda, da Guerra e da Indústria e Comércio –, por terem negociado a compra dos bens da empresa American and Foreign Power Company (Amforp) no Brasil, por preço considerado elevadíssimo por alguns setores nacionalistas do país:

Nacionalizar através da compra não há dúvida que é processo marginal da ordem jurídica do país. A verdadeira, a autêntica nacionalização dessas empresas só se pode fazer através da encampação, da retomada dos serviços e da desapropriação dos bens das concessionárias. (...) E o que se impõe nesse momento, a esses ministros, diante desse crime de *lesa-pátria*, é um ato moral: devem eles apresentar seus pedidos de demissão e prestar contas ao povo brasileiro¹¹⁷.

Em outubro de 1963, Brizola organiza o *Grupos dos 11*, visando aglutinar a ala esquerda do PTB e pressionar ainda mais a favor das reformas de base e pela insubordinação do país aos interesses do capital estrangeiro. O movimento se estrutura a partir da formação de grupos de onze pessoas e conta com o apoio do Comando Nacional dos Sargentos e da Associação dos Marinheiros – representações que se destacavam na luta pela ampliação dos direitos dos praças, incluindo o direito, negado pela Constituição de 1946, de representação parlamentar. Como

¹¹⁵ José Talarico, 1998, p.156.

¹¹⁶ DIÁRIO DO CONGRESSO, Seção I, 05/04/1963, p.1242.

¹¹⁷ DIÁRIO DO CONGRESSO, Seção I, Suplemento, 21/05/1963, p.26.

porta-voz do *Grupos dos 11*, é fundado o semanário *O Panfleto*, que chega a veicular sete publicações¹¹⁸. Da Rádio Mayrink Veiga, Brizola fazia constantes e enfáticos pronunciamentos à população: “Brizola já tinha, neste momento, um horário cativo na rádio Mayrink Veiga, de onde pregava as reformas imediatas. Pelos microfones, falava durante quatro, cinco ou mesmo seis horas seguidas”¹¹⁹.

Alguns núcleos brizolistas passam a sugerir a eleição de Brizola para a Presidência da República e, contra o obstáculo constitucional que impedia a existência de ligações de parentesco entre dois presidentes consecutivos, alegavam que “cunhado não é parente, Brizola para presidente”¹²⁰.

Durante todo exercício de seu mandato como deputado federal da Guanabara, Brizola faz retumbantes denúncias sobre as intenções golpostas de Lacerda e seus aliados udenistas. Tais denúncias às vezes serviam-se das próprias palavras de Lacerda – por exemplo, quando, em entrevista ao jornal *Los Angeles Times*, publicada em 29 de setembro de 1963, o governador afirma que já se discutia entre os militares brasileiros a data para depor João Goulart. Nessa entrevista, Lacerda assevera que, no Brasil, os militares apenas estavam decidindo “se é melhor tutelá-lo [a Goulart], patrociná-lo, pô-lo sob controle até o fim do seu mandato ou alijá-lo imediatamente”. E acrescenta: “Não creio que este estado de coisas possa subsistir até o fim do ano”¹²¹.

O petebista Bocayuva Cunha, deputado federal eleito em 1962 pelo estado do Rio de Janeiro e líder no Congresso durante o governo Goulart, anos depois, na década de 1980, concordaria com Brizola:

¹¹⁸ Com o golpe de 1964, o *Grupos dos Onze* é desarticulado.

¹¹⁹ FERREIRA, Jorge. *O trabalhismo radical e o colapso da democracia no Brasil*. In: *Anais do Seminário 1964 – 2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*, 2004, p.41-54.

¹²⁰ O assunto é destacado, entre outros, em TENDLER, DIAS, *Jango*, 1984, p.54.

¹²¹ DULLES, 2000, v.2, p.171.

É preciso voltar atrás aqueles dias difíceis e conturbados, quando as pressões se avolumavam contra nós, quando vinham de todo lado: vinham daqui de dentro e vinham do exterior. Realmente, não se queria admitir que no Brasil as reformas fundamentais fossem feitas. Nós tínhamos notícias de que, em São Paulo, Adhemar de Barros e, no Estado do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, se preparavam de uma forma ativa para uma revolução ou para um golpe¹²².

Político, pois, de estatura nacional, interessado nas grandes causas nacionais, os discursos e campanhas de Brizola alcançavam ampla repercussão, mas, de modo geral ocorriam fora do Parlamento, ele se valendo mais da imprensa e de programas de rádio e TV. Entre 01 de fevereiro de 1963, data em que toma posse como deputado federal pela Guanabara, e 10 de abril de 1964, quando o seu mandato é cassado pelo regime militar, Brizola profere apenas 16 discursos em plenário¹²³. Destes, 07 defendem o encaminhamento pelo Governo do projeto da reforma agrária, 03 sublinham a necessidade de organização dos trabalhos das comissões parlamentares dentro da Câmara, tendo em vista a agilização do programa de reformas políticas no país, 04 denunciam ações anti-nacionalistas subliminares à compra, pelo Governo Federal, de empresas concessionárias de serviços públicos, e 02 denunciam uma articulação da empresa jornalística *Diários Associados* com o Banco do Brasil, envolvendo, por um lado, sucessivas concessões de crédito e, por outro, total inadimplência¹²⁴. Fora do plenário, contudo, para veicular suas idéias políticas, Brizola ocupa todo o espaço e tempo que lhe é possível, em jornais, rádios e TV, comícios e conferências.

Em 31 de março de 1964 eclode o movimento político civil-militar contra o Governo Goulart, com a saída de tropas de Juiz de Fora (MG), comandadas pelo general Olímpio Mourão

¹²² TENDLER, DIAS, 1984, p.56.

¹²³ Anexo a esta dissertação, é apresentado um quadro com o número de pronunciamentos em plenário realizados por cada deputado, no correr das legislaturas 1963/1967 e 1971/1975.

Filho, rumo ao estado da Guanabara. Em 1º de abril, Brizola ocupa a Rádio Farroupilha, do Rio Grande do Sul, e incita a população a resistir ao golpe, obtendo apoio do general Ladário Teles, então comandante do III Exército. Goulart, no entanto, não adere à resistência e exila-se no Uruguai. Segundo Brizola:

Na última reunião feita em Porto Alegre, o presidente João Goulart terminou dizendo que para ele continuar no governo iria ocorrer derramamento de sangue, então, optava por se retirar, e renunciou. Eu afirmo que o presidente João Goulart tinha condições de resistir. Existiam aviões armados prontos para decidir. Ele não deu a ordem. Só não saiu a resistência porque o presidente, não só não quis derramamento de sangue, como determinou aos generais que se desmobilizassem¹²⁵.

Em 10 de abril de 1964, o nome de Leonel Brizola é incluído na primeira lista de cassações, publicada com base no AI-1 editado na véspera: seu mandato parlamentar é cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos. Brizola permanece alguns dias no país, na clandestinidade, seguindo no mês de maio para o exílio, também no Uruguai.

Ao longo de todo o período em que fica exilado, Brizola aprofunda seus vínculos com os princípios do trabalhismo. Seu retorno ao país e à atividade política formal ocorre após a decretação da anistia política, em 28 de agosto de 1979¹²⁶.

¹²⁴ Ver Diário do Congresso, Seção I, dos dias 03/02/1963; 22/03/1963 (02 discursos); 25/03/1963 (03 discursos); 27/03/1963; 01/04/1963; 18/04/1963; 02/05/1963; 30/05/1963 (02 discursos); 12/06/1963 (02 discursos); 26/06/1963 e 25/07/1963.

¹²⁵ JORNAL DO PDT, n.23, maio/2003.

¹²⁶ Em 28 de agosto de 1979, o então presidente João Figueiredo, reafirmando a promessa de abertura política lenta e gradual, sanciona projeto de lei de anistia para os brasileiros exilados políticos. O texto do projeto, contudo, não contempla os condenados por terrorismo, atentado pessoal, seqüestro ou assalto e deixa espaço para o perdão a torturadores de presos políticos. Em torno de 5.300 pessoas beneficiam-se com a medida, enquanto cerca de 200 ficam dela excluídas. VERSIANI (Org.), 2002, p.164.

3.1.2. Sérgio Nunes de Magalhães Júnior (PTB)¹²⁷

Nascido em Recife, em 07 de fevereiro de 1916, Sérgio Magalhães forma-se engenheiro civil, em 1936, pela Escola de Engenharia de Pernambuco. Pouco antes da instauração do Estado Novo, em 1937, transfere-se para o Distrito Federal do Rio de Janeiro, para atuar como engenheiro na Diretoria de Limpeza Pública da Secretaria de Viação e Obras Públicas. Nesse mesmo órgão, assumiria, em 1938, a chefia do Serviço de Estatística.

Em 1939, torna-se diretor do Departamento de Geografia e Estatística da Prefeitura do Distrito Federal, permanecendo no cargo até 1947. Entre 1948 e 1951, trabalha no laboratório de estatística do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Magalhães começa a ganhar reconhecimento público quando assume, entre 1952 e 1954, a Diretoria da Montepio dos Empregados Municipais (MEM) – órgão depois denominado Instituto de Previdência do Estado da Guanabara (IPEG) e Instituto de Previdência do Estado do Rio de Janeiro (IPERJ) – e procura nortear suas ações tendo em vista a conquista de benefícios trabalhistas para o funcionalismo. Em 1954 e 1958, elege-se deputado federal pelo PTB do Distrito Federal do Rio de Janeiro.

Integra, a partir de 1955, a Liga de Emancipação Nacional (LEN), criada em 1954 na Capital Federal, que defende o desenvolvimento econômico autônomo do país, preservadas as liberdades democráticas.

Sérgio Magalhães é o candidato lançado na disputa pelo governo da Guanabara, em 1960, com o apoio do PTB, do PSB e dos comunistas, sendo derrotado por Lacerda por uma diferença pequena de em torno de 20 mil votos. Análises dessa eleição, feitas por alguns estudiosos,

¹²⁷ DIAS, Sônia. *Sérgio Magalhães*. In: ABREU (Coord.)...et al, 2001, v. 3, p. 3469 a 3472. FLEISCHER, 1981,

apontam, como um dos aspectos fundamentais da vitória de Lacerda, o fato de Tenório Cavalcanti, candidato pelo PST, ter concorrido no pleito, atraindo um grande número de votos nos subúrbios cariocas. Sem Tenório na disputa, afirmam, esses votos seriam, provavelmente, conferidos a Sérgio Magalhães, já que ambos dividiam o apoio dos setores populares¹²⁸.

Um dos principais articuladores, em 1956, da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), eleito, em fevereiro de 1963, presidente da entidade, Sérgio Magalhães, em plenário, no dia 18 de julho de 1963, enunciaria as principais propostas da FPN:

(...) As medidas que poderiam contribuir rapidamente para a estabilização do custo de vida seriam as seguintes, no entendimento da Frente Parlamentar Nacionalista: monopólio estatal do câmbio, monopólio do comércio exterior, monopólio integral do petróleo, aplicação das leis que limitam a remessa de lucros e que reprimem os abusos do poder econômico, nacionalização do comércio de seguros, nacionalização dos bancos de depósito, nacionalização dos moinhos de trigo, nacionalização dos frigoríficos, nacionalização das sociedades de investimento, nacionalização da indústria farmacêutica, nacionalização da indústria automobilística, nacionalização da mineração em geral, aproveitamento dos recursos minerais e distribuição da eletricidade. (...) Sem medidas desta natureza, que façam com que a poupança brasileira, com que o capital formado neste país permaneça no território nacional, para ser reinvestido e promover o nosso desenvolvimento econômico, não conseguiremos em absoluto sair desta situação de dificuldade¹²⁹.

Quando é deflagrado o golpe de 1964, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, convoca o Congresso para comunicar a vacância da Presidência da República. Sérgio Magalhães reage enfaticamente, numa tentativa fracassada de impedir o ato de tal comunicação, que ocorria a partir de uma convocação extraordinária que contrariava os regimentos da Câmara e do Senado:

Sr. Presidente, não vejo como enquadrar no Regimento Comum a convocação que V. Exa. fez com fim de que o Congresso ouvisse essa comunicação. Esta comunicação é, portanto, anti-regimental,

p.616.

¹²⁸ Ver, por exemplo, SOARES, 1965; COUTTO, 1966 e PICALUGA, 1980.

¹²⁹ DIÁRIO DO CONGRESSO, Seção I,19/07/1963, p.4558.

como anti-regimental em conseqüência é a convocação do Congresso para ouvir esta simples comunicação¹³⁰.

O nome de Magalhães constará já da primeira lista de cassações lançada em 10 de abril de 1964, ele voltando a atuar, então, no ramo da engenharia civil. Em 1974, readquire seus direitos políticos, com a expiração do prazo de sua punição pelo AI-1, mas, embora chegue a candidatar-se em 1990 à Câmara Nacional, não consegue retomar a vida parlamentar.

3.1.3. Eloy Ângelo Coutinho Dutra (PTB)¹³¹

Eloy Dutra nasceu no Distrito Federal do Rio de Janeiro, em 06 de julho de 1916. Funcionário da Caixa Econômica Federal desde 1934, forma-se bacharel em Direito, em 1938, desenvolvendo também larga carreira no jornalismo político, tanto na imprensa escrita (*Última Hora*, *Diário de Notícias* e *Gazeta de Notícias*) como nas rádios Metropolitana e Continental.

Em outubro de 1958 é eleito o deputado federal do PTB com maior número de votos no Distrito Federal e, em 1962, além de reeleito para a Câmara Nacional, elege-se vice-governador da Guanabara, derrotando Lopo Coelho, o candidato apoiado pelo governador Carlos Lacerda.

Durante e após a campanha eleitoral de 1962, Eloy Dutra se destaca apresentando denúncias contra o financiamento de candidaturas antinacionalistas realizado pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), sendo o principal articulador da instalação da CPI que, por fim, determinaria a dissolução do órgão. Reunindo informações sobre as atividades ilícitas do IBAD, em 1963, Dutra lançaria o livro *IBAD: sigla da corrupção*.

Defensor incansável da soberania nacional, carimba sua atuação pública com declarações em defesa da autodeterminação dos povos e da adoção no país de uma política externa

¹³⁰ Transcrição de fita-cassete com gravação da Seção Especial do Congresso Nacional, em Brasília, realizada em 01 de abril de 1964. Arquivo pessoal de Maria Helena Versiani.

independente. Defende a regulamentação das remessas de lucro para o exterior, o monopólio do Estado sobre o petróleo e os serviços de transporte e de eletricidade e a execução de um amplo plano de reformas no Brasil:

Esses homens dessas Federações [agrárias e industriais] que votam verbas fabulosas para que se combata a reforma agrária e as demais reformas, esses homens são mais realistas do que o rei. O próprio Presidente Kennedy declarou à imprensa internacional que não seria possível à América Latina resolver os seus problemas sem estas reformas e que um grupo privilegiado, vivendo nababescamente, transgredindo todas as regras cristãs, este grupo está impedindo estas reformas para que a maioria da população dos países da América Latina viva em situação abjeta¹³².

Com o golpe de 1964, Dutra é incluído na primeira lista de cassações do regime militar, sendo substituído por Raphael de Almeida Magalhães no cargo de vice-governador. Viaja, então, para o Uruguai, mas retorna ao Brasil alguns meses depois, afirmando não ter como sustentar-se no exílio. Em 1979, é anistiado e, um ano depois, reintegrado à Caixa Econômica. Atuaria, também, a partir de então, como empresário na área financeira.

3.1.4. Antônio Garcia Filho (PTB)¹³³

Antônio Garcia Filho nasceu em Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, em 21 de agosto de 1926. Voluntário na Segunda Guerra, ingressa no Exército em 1944, incorporando-se à Força Expedicionária Brasileira (FEB) que combate na Itália ao lado das forças aliadas¹³⁴.

¹³¹ ABREU (Coord.)...et al, 2001, v. II, p.1929-1931. FLEISCHER, 1981, p.253.

¹³² DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 04/05/1963, p.2048.

¹³³ ABREU (Coord.)...et al, 2001, v.III, p.2494-2495. FLEISCHAR, 1981, p.297.

¹³⁴ O 1º Escalão da Força Expedicionária Brasileira participa dos combates da Segunda Guerra em Nápoles, em julho de 1944, incorporados ao Exército norte-americano. Os pracinhas recebem armamentos de primeira qualidade, para os quais não haviam sido treinados. Ainda assim, ao longo de quase um ano de permanência na Itália, realizam importantes conquistas, como a Tomada do Monte Castelo e a captura da 148ª Divisão do Exército alemão. Os combatentes brasileiros mortos na guerra são enterrados no cemitério brasileiro de Pistóia, de onde os corpos são posteriormente removidos e encaminhados às suas famílias no Brasil. Sobre o assunto, ver, por exemplo, Revista

Segue na carreira militar, sendo transferido em 1947 para a Escola de Infantaria da Vila Militar, do Distrito Federal do Rio de Janeiro. Em 1948, é promovido a segundo-sargento.

Líder do Comando Nacional dos Sargentos, organização que teve particular atuação, durante todo o governo Goulart, na luta pelo direito dos sargentos à elegibilidade, integraria também a Frente Parlamentar Nacionalista. Ao longo de sua trajetória política, empenha-se na defesa das reformas de base e pela definição de regras que garantissem a tutela do Estado sobre os investimentos estrangeiros no país, tornando-se um aliado de Brizola quando da formação do *Grupos dos 11*.

No pleito de 1962, Antônio Garcia Filho é eleito como o representante dos sargentos na Câmara Nacional. Sua candidatura, contudo, a princípio é vetada por decisão do Supremo Tribunal Federal, que, com base na Constituição, reafirma a condição de inelegibilidade da categoria. Antônio Garcia Filho obtém mandado de segurança para participar do processo eleitoral e, depois de eleito, consegue tomar posse, porque a anulação definitiva de sua eleição, para ser consolidada, deveria ser requerida no âmbito do estado, o que não ocorre. Antônio Garcia torna-se, assim, o único sargento eleito em 1962 que toma posse efetiva no cargo.

Os discursos que realiza, durante o mandato, têm caráter combativo e tratam, com prioridade, de questões relacionadas aos direitos e demandas dos sargentos. Igual destaque merecerá, também, o universo amplo dos temas relativos à governança do país. Nesse sentido, faz reiteradas denúncias contra o que considerava ser os “erros” da administração pública. Em 25 de julho de 1963, por exemplo, apresenta na tribuna um documento que retrata o quadro de extrema dificuldade vivenciado por trabalhadores do campo, no Nordeste do país, ponderando ser esse o quadro dramático em todo o Brasil: “Este é um dos milhares de casos semelhantes que existem

por todo território nacional, à espera de que os poderes constituídos decidam resolvê-los, através de medidas socialmente mais justas e humanas”. Defende, então, a consecução das mudanças constitucionais que, a seu ver, permitiriam a realização da reforma agrária. Segundo ele, era preciso “mudar este panorama triste e condenável através de uma reforma agrária justa e honesta”¹³⁵.

O nome de Garcia Filho constará da primeira lista de cassações parlamentares, lançada em 10 de abril de 1964, com base no AI-1. Recusando-se a deixar o Brasil, participa, na clandestinidade, de movimentos armados contra o regime militar. Em 1970, é preso por 41 dias e, em seguida, expulso do Exército, passando a dedicar-se ao ramo do comércio. Em 1979, é anistiado.

3.1.5. Waldir de Melo Simões (PTB)¹³⁶

Nascido no município de Nova Iguaçu, no estado do Rio de Janeiro, em 07 de setembro de 1916, Waldir Simões bacharelou-se, em 1952, em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

Ao longo de sua trajetória profissional, constrói forte interação com a área de navegação. Inicialmente no campo sindical, em 1949, atuando como escriturário na Companhia Nacional de Navegação Costeira, é eleito presidente do Sindicato dos Empregados em Navegação, sendo reeleito em 1951. Entre 1955 e 1956 representa os trabalhadores no conselho técnico do Departamento Nacional de Previdência Social (DNPS) e, entre 1956 e 1961, preside o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM).

¹³⁵ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 26/06/1963, p. 4809.

¹³⁶ ABREU (Coord.)...et al, 2001, v.V, p.5470 a 5471. BRASIL, Congresso, Câmara dos Deputados, 1968, p.598.

Antes de assumir uma cadeira na Câmara, em 1962, elege-se deputado federal em 1958, representando o Distrito Federal do Rio de Janeiro, já vinculado à legenda do PTB. Nessa época, passa a integrar os quadros da Frente Parlamentar Nacionalista.

Em 1966, mais uma vez é eleito, agora pelo MDB, partido que ajudou a fundar e do qual chega a ser presidente regional.

Como parlamentar, assume a defesa de reivindicações trabalhistas, particularmente dos marítimos. Entre fevereiro de 1963 e janeiro de 1967, faz 39 discursos em plenário, dos quais 32 são apelos relativos às condições de trabalho de algumas categorias profissionais no Brasil, tocantes aos salários, décimo-terceiro, aposentadorias, pensões e outros benefícios. De modo específico, 18 entre os seus discursos chamam atenção para a situação profissional e as reivindicações dos trabalhadores marítimos¹³⁷.

Nos pronunciamentos de Waldir Simões, vê-se, também, subjacentes às demandas trabalhistas que enuncia, algumas críticas ao Governo Federal, relativas ao pouco estímulo dispensado às empresas nacionais pelo Estado, e à política de cassações. Não obstante esses seus posicionamentos críticos, Waldir Simões, durante a campanha eleitoral de 1966, no uso das prerrogativas do cargo de presidente da seção regional do MDB, tenta impedir, sem sucesso, as candidaturas emedebistas de Mário Martins para o Senado e de Márcio Moreira Alves e Hermano Alves para a Câmara Nacional, candidatos que, à época, procuravam afirmar o MDB como uma autêntica oposição ao regime. Simões procura justificar sua atitude alegando supor que tais candidaturas, naquele momento de fechamento do regime, seriam necessariamente impugnadas pelo Tribunal Regional Eleitoral – o que acaba não ocorrendo. Nas palavras de Pedro do Couto,

¹³⁷ Ver, por exemplo, DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 19/03/1964, p.2 (Suplemento); 21/04/1964, p.2492; e 30/10/1964, p.9711.

“O julgamento [do TRE] manteve as candidaturas por unanimidade, e a direção do MDB foi para o espaço. Estabeleceu-se um vazio no partido”¹³⁸.

Ainda que fragilizado na função de presidente do MDB regional, Simões consegue grande apoio na Assembléia Legislativa carioca e passa a ser apontado como possível candidato do partido ao governo da Guanabara nas eleições de 1970. Antes, porém, em fevereiro de 1969, seu mandato é cassado, com base no AI-5, e ele deixa definitivamente a cena política carioca e nacional.

3.1.6. Benjamin Miguel Farah (PTB)¹³⁹

Benjamin Farah nasceu em Corumbá, então estado do Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul, no dia 31 de março de 1911. Muda-se para o Distrito Federal, em 1932, ingressando na Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro. Em 1937, forma-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e desenvolve a profissão, deste ano até 1945, em vários serviços hospitalares da Capital, como o Serviço de Cirurgia da Marinha, o Serviço de Clínica do Hospital São Francisco de Assis e o Serviço de Cirurgia do Hospital Central do Exército. Atua também, como médico, em diversos sindicatos. Em 1940, paralelamente às atividades na área de Medicina, torna-se professor de química do Colégio Pedro II.

Constrói longa carreira parlamentar no Distrito Federal do Rio de Janeiro, com o apoio dos sindicatos nos quais atuara como médico, estabelecendo uma forte rede de relações sociais e criando bases de apoio eleitoral. Eleito, em 1945, deputado à Assembléia Nacional Constituinte, na legenda do PTB, elege-se depois, em 1950, 1954 e 1958, deputado federal pelo PSP. Em 1962,

¹³⁸ Pedro do Couto. In: Crônica Política do Rio de Janeiro, 1998, p.148-149.

¹³⁹ ABREU (Coord.)... et al, 2001, v.I, p.620-6212. FLEISCHER, 1981, p.156.

reelege-se pelo PTB. Durante a legislatura 1963/1967, endossa a defesa de causas trabalhistas, particularmente dos funcionários públicos civis e militares¹⁴⁰.

Com atuação parlamentar pouco combativa, do ponto de vista do exercício da oposição ao Governo militar, os discursos de Benjamin Farah em plenário, hegemonicamente, vocalizam reivindicações específicas de diferentes categorias profissionais¹⁴¹. Desse modo, Farah torna-se um entre os dois únicos parlamentares petebistas eleitos em 1962 que não são cassados após o golpe, e, com a decretação do AI-5, em 1968, vem a estreitar vínculos com o grupo político de Chagas Freitas¹⁴².

3.1.7. Max José da Costa Santos (PTB)¹⁴³

Nascido no Distrito Federal do Rio de Janeiro, em 22 de outubro de 1921, Max José da Costa Santos forma-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1944, pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.

Nos anos 1950 e até ser eleito deputado em 1962, constrói larga carreira como dirigente em órgãos públicos – no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal – e ainda atua como procurador da Universidade do Brasil e exercendo o magistério, na Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro e na Faculdade Nacional de Direito.

Como parlamentar, incorpora a luta pela causa nacionalista e em prol das reformas de base propostas no Governo Goulart, vindo a tornar-se mais um membro da Frente Parlamentar Nacionalista.

¹⁴⁰ Ver, por exemplo pronunciamentos de Benjamin Farah em plenário publicados no DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 21/03/1963, p.752; 23/03/1963, p.824-825; 28/03/1963, p.966 e 24/04/1963, p.1661.

¹⁴¹ Ver, por exemplo, DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 21/03/1963, p. 752; 23/03/1963, p.824-825; 28/03/1963, p.966 e 24/04/1963, p.1661.

¹⁴² O grupo político de Chagas Freitas controla o MDB carioca a partir de 1969, e assume posturas adesistas em relação ao Governo militar. Algumas características desse grupo são analisadas no Capítulo 3 desta dissertação.

Na tribuna, via de regra, chamaria a atenção dos parlamentares para questões polêmicas relacionadas ao panorama político e econômico-financeiro do país, denunciando a existência de estratégias golpistas de direita e assumindo postura de intransigência no tocante às relações financeiras mantidas entre o Brasil e os Estados Unidos, a seu ver extremamente desfavoráveis ao desenvolvimento nacional.

Em 27 de novembro de 1963, por exemplo, subiria à tribuna para denunciar as “pressões econômicas que se realizam dentro da sociedade brasileira, condicionando a vida política do país, principalmente aquelas pressões que partem do exterior e que se relacionam com interesses nem sempre coincidentes com os interesses brasileiros”. Segundo Max da Costa Santos:

A Nação inteira se sente alarmada com os anúncios que se fazem golpes de estado, ora pela voz dos políticos brasileiros ora pelo comentário da imprensa estrangeira. (...) Raciocinando sobre a situação do Brasil, dizia a revista [americana ‘United States News and World Report’]: O Brasil vive angústias financeiras que tenderão a se agravar no ano próximo de 1963, em consequência da concentração de vencimentos da sua dívida externa. Espera-se que o Brasil se manifeste desejoso de entrar em novas negociações com o Governo dos Estados Unidos, visando a obter prorrogações para os prazos desses empréstimos. Acontece, comentava a revista, que o Governo americano tem, nesta hora, toda uma longa pauta de exigências a fazer ao Governo do Brasil, relacionadas com o combate à inflação, a política interna, com o combate ao comunismo e com a demissão de funcionários considerados comunistas e anti-estadunidenses no Governo. Reconhecem as autoridades governamentais americanas, dizia ainda a revista, que o Governo do Brasil não dispõe de condições de estabilidade interna suficiente para poder atender a essas exigências. O que se espera, em consequência, é que o Governo americano, criando obstáculos à continuação do intercâmbio financeiro com o Brasil, leve-o à bancarrota e estimule movimentos políticos tendentes a constituir lá um governo de tipo militar¹⁴⁴.

Nessa mesma linha, em 24 de janeiro de 1964, Max da Costa afirmaria fazer-se imperativo que “as forças autenticamente democráticas do país se preparem para impedir que se

¹⁴³ ABREU (Coord.)...et al, 2001, v.V, p.5270. FLEISCHER, 1981, p.471-472.

consoma, seja em nome do golpe seja em nome do contragolpe, a instauração de uma ditadura”¹⁴⁵.

O nome de Max da Costa Santos constaria também da primeira lista de cassações do regime militar, feita com base no AI-1. Exila-se no México e, depois, no Uruguai e na França, retomando a atividade do magistério. Em agosto de 1968 volta ao Brasil e, após a edição do AI-5, em dezembro daquele ano, enfrenta uma série de processos, sem, contudo, chegar a ser preso. Na década de 1970, passa a atuar na área editorial, fundando, em 1976, a Editora Graal.

3.1.8. Rubens Berardo Carneiro da Cunha (PTB)¹⁴⁶

Nascido em Recife, no dia 07 de julho de 1914, Rubens Berardo desenvolve a carreira de industrial e usineiro no Nordeste.

No final da década de 1940, transfere-se para o Distrito Federal do Rio de Janeiro, criando a Rádio Emissora Continental. Em fins da década de 1950, funda também a TV Continental. Como proprietário desses veículos de comunicação, Berardo conseguiria destaque e prestígio.

Inicia sua carreira política no Distrito Federal, a partir do sucesso da Emissora Continental, que, nos anos 1950, introduziria o formato de transmissão do noticiário simultâneo à ocorrência dos fatos, tornando a cobertura jornalística externa e ao vivo um filão das rádios. Repórteres da Continental saíam em busca de acontecimentos do dia-a-dia na cidade, informando os cidadãos sobre eventuais incêndios, assaltos, temporais e desabamentos, além de transmitirem partidas esportivas e grandes eventos, como o Carnaval:

¹⁴⁴ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 16/12/1963, p.10065.

¹⁴⁵ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 25/01/1964, p. 345.

¹⁴⁶ ABREU (Coord.)... et al, 2001, v.II, p.2086-2087. BRASIL, Congresso, Câmara dos Deputados, 1971, p.516.

A Continental fez um gol, que nós chamamos um gol de letra, pelo seguinte, porque depois de 1951 a notícia passou a ser a vedete do rádio [...] e a Continental passou a ter um prestígio muito grande. Quando se queria ouvir alguma notícia, inegavelmente se botava onde? Na Continental, porque a Continental ia até o fato, onde ele acontecesse estava um repórter presente. Um dos slogans da Continental reforçava exatamente essa idéia: a que está em todas. O desenvolvimento do formato se deu com a criação dos ‘Comandos Continental’,¹⁴⁷.

Berardo elege-se deputado federal, pelo PTB carioca, em 1954, 1958 e 1962. Em 1965, é eleito o vice de Negrão de Lima no governo da Guanabara e, em 1970, reelege-se deputado federal, na legenda do MDB. No curso deste seu último mandato, ele é assassinado, dentro de casa, em 07 de fevereiro de 1973.

Considerado um político não-radical, com atuação discreta, ao longo de toda sua vida parlamentar fez um único discurso no plenário da Câmara, justamente no correr de legislatura 1963/1967. Nesse discurso, requer informações: (1) ao Ministro da Fazenda, sobre um loteamento irregular e cessões de terras situadas em Santa Cruz; (2) ao Ministro do Trabalho, sobre a situação de trabalhadores contratados pela Superintendência de Urbanização e Saneamento (SURSAN), na Guanabara; (3) ao Ministro da Justiça, sobre uma transação imobiliária realizada entre o governo da Guanabara e a Fundação Abrigo Cristo Redentor; e (4) ao Ministro da Educação, sobre recursos orçamentários destinadas à Fundação Abrigo Cristo Redentor e sobre trabalhadores contratados pela Rádio Ministério da Educação¹⁴⁸.

3.1.9. Jamil Amiden (PTB)¹⁴⁹

Jamil Amiden nasceu na cidade de Corumbá, então estado do Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul, em 31 de março de 1922.

¹⁴⁷ BESPALHOK, 2005, p.7 (citando depoimento do repórter Jorge Sampaio).

¹⁴⁸ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 03/06/1965, p.3963.

Dedicando-se à formação militar, integra, como capitão, o Iº Escalão da Força Expedicionária Brasileira (FEB), vindo a ter, posteriormente, destacada atuação em prol do reconhecimento da importância dos soldados de guerra brasileiros. A esse respeito, participa da fundação da Associação de Ex-Combatentes do Brasil, assumindo a Presidência de sua seção regional no estado da Guanabara em diversas ocasiões.

Eleito deputado federal em 1962, no correr da legislatura 1963/1967 integra a Comissão de Serviço Público da Câmara dos Deputados, apresentando uma série de projetos relacionados à garantia de pensões aos trabalhadores feridos no curso do desempenho de suas atividades profissionais, como também aos dependentes familiares daqueles que foram atingidos pela AI-1. Especificamente, para a categoria de ex-combatentes, apresenta projetos que contemplam desde a concessão de pensão militar até a instituição do dia do ex-combatente¹⁵⁰.

A partir do golpe de 1964, Amiden assume um discurso pela legalidade e em defesa das instituições:

Sou um ex-combatente. Lutei em campos de guerra juntamente com o atual Presidente da República contra o nazi-fascismo. Lutei ao lado desses mesmos homens que hoje, como se esquecidos estivessem, querem incendiar o país, querem destruir a bandeira de luta que, ontem, gloriosamente, empunhavam: – a defesa da democracia¹⁵¹.

Reeleito em 1966, Jamil Amiden é cassado em 1969, com base no AI-5, readquirindo os seus direitos políticos em 1979, após a decretação da anistia. Em 1982, ainda obteria uma suplência à Câmara dos Deputados pelo estado do Rio de Janeiro.

¹⁴⁹ ABREU (Coord.)...et al, 2001, v. I, p. 212. BRASIL, Congresso, Câmara dos Deputados, 1968, p.303.

¹⁵⁰ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, em 17/05/1963, p.2417; 21/06/1963, p.3556; 22/06/1963, p.8613 e 15/08/1963, p.5457.

3.1.10. *Benedicto Cerqueira (PTB)*¹⁵²

Benedicto Cerqueira nasce em Minas Gerais, no dia 31 de março de 1919. Não chega a cursar qualquer universidade, mas torna-se um líder sindical de expressão internacional.

A militância sindical de Cerqueira tem início em 1935, quando trabalhava numa indústria metalúrgica, no município mineiro de São João Del Rey. A partir de então, ocupa, sucessivamente, os cargos de secretário e gerente da Cooperativa dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (1944 e 1953), presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (primeiro em 1955 e, depois, por várias outras gestões), delegado brasileiro à Federação Sindical Mundial (1957), secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (1960-1964) e dirigente da Confederação Geral dos Trabalhadores (1964). Participa, ainda, em 1958, da organização da entidade intersindical Comissão Permanente de Organizações Sindicais.

Estréia na vida parlamentar, em 1962, eleito com o apoio de comunistas e sindicalistas. Adere à Frente Parlamentar Nacionalista e liga-se à corrente de tendência mais radical dentro do PTB.

Durante seu mandato, deixa claro o vínculo sedimentado com o movimento sindicalista, evidenciando-se também seu engajamento no debate político nacional. Em plenário, profere 48 discursos – todos sobre questões relativas ao movimento sindical e às políticas de governo –, denunciando a existência de forças retrógradas no país, inimigas do povo que, a seu ver, deveriam ser desmascaradas e vencidas.

Por exemplar, destacamos, a seguir, trechos de dois de seus pronunciamentos na Câmara, cujo tom subliminar perpassa todos os seus demais pronunciamentos. Em 04 de junho de 1963, Cerqueira se apresenta em plenário como um representante sindical: “Sr. Presidente, Srs.

¹⁵¹ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 22/10/65, p.5.

Deputados, ocupo a tribuna para fazer uma comunicação e proceder a leitura de um documento expedido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, organismo a que pertenço”. Continua, então, ponderando sobre a relevância dos debates de idéias, afirmando que, ao lado dos que procuravam soluções para os graves problemas nacionais, considerava “seu indeclinável dever manifestar-se perante a Nação, situando-se na atual conjuntura, definindo seus propósitos e objetivos”. Para ele, as medidas políticas a serem tomadas, defensáveis e justas, eram aquelas que objetivassem antes de tudo a melhoria das condições de vida do povo, e conclui: “No momento, o objetivo é dar todo apoio ao Governo do Presidente João Goulart, no tocante à reforma constitucional para possibilitar a reforma agrária”¹⁵³.

Em 01 de abril de 1964, face a deflagração do golpe civil-militar, Benedicto Cerqueira sobe à tribuna: “Tínhamos preparado para o grande expediente deste mês um pronunciamento sobre as reivindicações dos trabalhadores em nosso país. (...) Não obstante, a situação nacional nos obriga a vir a esta tribuna também falar sobre ela”. Ressalvando que já trouxera várias vezes ao plenário apelos em prol das reformas de base reclamadas pela nação, avisa que, naquele dia, faria um especial “apelo aos governadores do nosso país que estão insuflando as classes armadas neste momento para rasgarem a Constituição e implantarem uma ditadura terrorista militar”. E conclama: “Cabe-nos preservar os nossos mandatos e o Congresso, mas cabe também a esta Casa preservar o mandato de S. Exa. O Sr. Presidente da República, tão legítimo como o nosso”¹⁵⁴.

Em 10 de abril de 1964, o nome de Benedicto Cerqueira é incluído na primeira lista de cassações do regime militar, sob a acusação de ter vínculos com o “dispositivo comuno-sindical”. Após ser cassado, exila-se na Tchecoslováquia e, depois, no Chile e no Panamá, porém, mesmo

¹⁵² ABREU (Coord.)... et al, 2001, v.II, p. 1320-1321. FLEISCHER, 1981, p. 252.

¹⁵³ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 05/06/1963, p. 2955.

¹⁵⁴ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 02/04/1964, p. 1960-1962.

estando fora do país, é julgado e condenado à prisão por suposta participação em atividades subversivas – entre as quais, a Revolta dos Marinheiros.

Durante sua permanência no exílio, Cerqueira mantém ativas ligações com o sindicalismo internacional, retornando ao Brasil em 1979, após decretada a Lei da Anistia, e incorporando-se ao PDT e ao grupo político de Brizola.

3.1.11. Breno Dhália da Silveira (PSB)¹⁵⁵

Único pessebista da bancada carioca eleita em 1962, Breno da Silveira nasceu em Mamanguape, na Paraíba, no dia 28 de novembro de 1913, formando-se, em 1936, pela Faculdade de Medicina de Niterói, no estado do Rio de Janeiro.

Silveira muda-se para o Distrito Federal do Rio de Janeiro, em 1940, passando a exercer a medicina, simultaneamente, em clínica própria e no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB). Com o apoio da base sindical na qual exerce a profissão, em 1947 ingressa na vida parlamentar, elegendo-se vereador pela UDN e, em 1950, é eleito deputado federal. Antes de concluir este seu mandato, contudo, deixa a UDN, em 1953, e ingressa no PSB, reelegendo-se deputado federal por esse partido, em 1954, 1958 e 1962. Ainda seria reeleito, em 1966, pelo MDB, porém, em 1969, o seu mandato é cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos, com base no AI-5.

Membro da Frente Parlamentar Nacionalista, desde a sua criação em 1956, afirma-se um político engajado na defesa do desenvolvimento nacional autônomo do país – tendência evidenciada já em 1949, quando Breno da Silveira assumira a vice-Presidência do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN), instituição criada em 1948

com o propósito específico de conquistar a opinião pública para a idéia do monopólio estatal da exploração do petróleo. A proposta do CEDPEN era organizar uma produção farta de artigos e promover encontros, palestras e debates, mobilizando o máximo de populares.

Dentro da perspectiva nacionalista, Silveira faz uma série de pronunciamentos, alertando para a importância da implementação das reformas de base, propostas por Goulart, como solução para os problemas brasileiros:

Quero fixar claramente, não só para esta Casa, como para todo o Brasil, aquela posição de autenticidade nacionalista, que sempre foi um apanágio de minha vida pública, principalmente no momento em que se confunde o que sempre defendemos com a demagogia exuberante, inclusive com o vedetismo que, a meu ver, prejudica toda a tradição de luta nacionalista em nossa Pátria. Quero aqui deixar bem claro e patente que as soluções das reformas de base em nosso país devem ser alcançadas dentro dos postulados democráticos, da legalidade e, principalmente, sem a liderança de ninguém, porque idéias e princípios não possuem donos¹⁵⁶.

Adversário declarado de Carlos Lacerda, Silveira reitera críticas ao governador, tanto do ponto de vista ideológico como destacando aspectos negativos de sua administração¹⁵⁷. Quando ocorre o golpe e é editada a primeira lista de cassações, Silveira sobe à tribuna:

“Não [posso] deixar de externar nesta hora meu ponto de vista e minha posição, inclusive como democrata que sou, para que fique marcado nos Anais desta Casa uma atitude que é a mesma que alimentava há muitos anos, em 1945, quando fundávamos a UDN, hoje infelizmente partido participante do atual golpe de 64 e que combatia àquela época o famoso golpe de 37 e a ditadura que ao mesmo teve seguimento. (...) Por isso, é com aquele sentimento de ver o regime democrático completamente banido de nossa Pátria, (...) que deixo aqui o meu mais veemente protesto e, inclusive, a minha solidariedade, a mais positiva, como democrata, nacionalista autêntico, (...) aos companheiros que possivelmente partirão: talvez terão seus mandatos cassados. Mas

¹⁵⁵ ABREU (Coord.)...et al, 2001, v. V, p. 5455-5456. BRASIL, Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, 1968, p.134.

¹⁵⁶ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 11/05/1963, p.2223.

¹⁵⁷ Ver, por exemplo, discursos de Breno da Silveira publicados no DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 11/05/1963, p.2223 e 02/08/1963, p.5058-5059.

as idéias ficam. Não as idéias exageradas de esquerda, nem muito menos as de direita que ora estão vigorando¹⁵⁸.

A defesa da redemocratização do país seguirá proclamada por Silveira, ao longo de seu mandato, embora a percebesse cada vez mais remota: “Estamos chegando exatamente ao segundo aniversário da Revolução de Abril e, na angústia de que somos possuídos, no balanço de cada dia assistimos ao caos a que o Brasil está lançado realmente”¹⁵⁹. Em fevereiro de 1969, Breno da Silveira é cassado, com base no AI-5, não mais retornando à atividade política.

3.2. Deputados federais: UDN

3.2.1. Fidélis dos Santos Amaral Netto (UDN)¹⁶⁰

Nascido na cidade de Niterói, no estado do Rio de Janeiro, em 28 de abril de 1921, Amaral Netto cursa a Escola de Marinha Mercante e, até 1940, atua como praticante de piloto. Construiria também uma sólida trajetória como jornalista e comentarista político: colaborador do *Correio da Manhã*, *O Jornal*, *Diário da Noite* e da *Gazeta de São Paulo*, está ainda entre os primeiros redatores do *Tribuna da Imprensa*, jornal de Lacerda. Em 1955, funda a *Revista Maquis*, de cunho sensacionalista, que torna-se a porta-voz de um grupo formado dois anos antes sob a liderança de Carlos Lacerda, o Clube da Lanterna – organização que reunia parlamentares com diferentes vinculações partidárias, principalmente da UDN, com o propósito de intensificar a oposição a Vargas e, depois, aos governos trabalhistas que o sucederam.

Fundador da Plantel – Editora e Publicidade, que, entre outras produções, criaria o programa de TV “Amaral Netto, o Repórter”, conquistando grande audiência. Junto com Gustavo

¹⁵⁸ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 11/04/1964, p.2277.

¹⁵⁹ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 18/03/1966, p.1077.

¹⁶⁰ LEMOS, Renato. *Amaral Neto* In: ABREU (Coord.)...et al, 2001, v.I, p. 202-205. BRASIL, Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, 1975, p.57.

Barroso e Jaime Coelho, Amaral Netto lança “O Brasil em Jornal”, cujos números formariam a coleção “A história em Notícia” – tablóide mensal que divulgava fatos da história do Brasil como se fossem notícias atuais¹⁶¹.

Inicia carreira parlamentar, em 1960, como deputado constituinte da Guanabara, mandato que, após elaborada a Constituição do Estado, conclui na ALEG. Em 1962, elege-se deputado federal, sendo o candidato mais votado da UDN e o segundo mais votado no estado, ficando atrás apenas de Brizola.

Amaral Netto atribui ao presidente João Goulart a responsabilidade pelas crises políticas que atravessam o Brasil no início dos anos 1960, percebendo, nele, intenções de implantar um regime de exceção no país:

Falou-se em rebelião de marinheiros e todos consideram o problema como rebelião de marinheiros. Estão enganados. Nenhuma importância sequer poderia ter essa rebelião se ela não fosse um dos elos da cadeia da rebelião geral. (...) Essa rebelião faz parte de um conjunto de rebeliões que se estão sucedendo no país inteiro para solapar a autoridade e implantar um regime diferente do nosso. De baixo para cima, embora (...) tendo a proteção de cima e a iniciativa daquele que tinha o dever de preservar a disciplina¹⁶².

Quando vem o golpe, Amaral Netto faz, na tribuna, grande expediente a seu favor. Novamente responsabiliza a atuação subversiva de Goulart pelo que chama de “o momento difícil” do país, em que as “verdadeiras forças democráticas” viam-se obrigadas a levantar-se em defesa das instituições. Defende o prosseguimento “normal” da “revolução” e sua consolidação¹⁶³. Embora afirmando não ser desejável que a “revolução” desse ensejo a uma ditadura de direita, Netto apoia a tese das cassações de mandatos, em especial as cassações de ex-

¹⁶¹ Informações gerais sobre “A História em Notícias” podem ser obtidas no site www.portalliteral.terra.com.br (05/09/2006).

¹⁶² DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 31/03/1964, p.1908.

¹⁶³ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 02/04/1964, p.1962-1964, e 03/04/1964, p.1991.

ministros do governo Goulart¹⁶⁴. Com o avançar dos acontecimentos, contudo, a extinção do calendário eleitoral e a supressão de eleições diretas para a Presidência da República, sente-se preterido e sem espaço político. Com a implantação do bipartidarismo, filia-se ao partido de oposição, reelegendo-se deputado federal, mas, logo no início de 1967, recapitula e deixa o MDB para ingressar na ARENA. Reeleger-se-ia, ainda, em 1970, dando curso, depois, à longa carreira parlamentar.

3.2.2. *Adauto Lúcio Cardoso (UDN)*¹⁶⁵

Nascido a 24 de dezembro de 1904, em Curvelo, Minas Gerais, Adauto Lúcio Cardoso diploma-se, em 1927, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

Ingressa na UDN nos anos 1940, elegendo-se vereador em 1947, pelo Distrito Federal do Rio de Janeiro – em dezembro, no entanto, renuncia ao mandato, junto com o também vereador, à época, Carlos Lacerda, por divergir das limitações impostas ao poder legislativo local carioca pela recém lançada Lei Orgânica do Distrito Federal. Nos anos 1954, 1958 e 1962, elege-se deputado federal, sempre pela UDN carioca.

Adauto Lúcio Cardoso integra a chamada “Banda de Música” da UDN – que se ocupava com fiscalizar e denunciar a corrupção nos governos Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart –, fazendo críticas constantes ao Governo Federal, que incluíam desde acusações sobre o mau uso dos recursos públicos com despesas supérfluas¹⁶⁶ até declarações de que o Governo

¹⁶⁴ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 09/04/1964, p.2200-2201 e 12/04/1964, p.114.

¹⁶⁵ ABREU (Coord.)... et al, 2001, v.I, p.1076-1079. BRASIL, Congresso, Câmara dos Deputados, 1968, p.37-38.

¹⁶⁶ Ver, por exemplo, DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 30/03/1963, p.1049-1051.

estaria pregando abertamente a subversão da ordem¹⁶⁷. Para Cardoso, João Goulart constituía o principal fator de intranqüilidade do país, o que, segundo ele, evidenciava-se em fatos como a Revolta dos Marinheiros – a seu ver, uma insubordinação de marinheiros e cabos que teria desferido um golpe mortal na hierarquia e disciplina militar, contando com o beneplácito do Governo¹⁶⁸.

Em 22 de outubro de 1963, Adauto Lúcio Cardoso afirmaria na tribuna que o presidente da República montara uma “fábrica de crises”, empenhando-se obstinadamente numa obra de agitação social e de propaganda demagógica:

Provido pelo Congresso de um arsenal de órgãos de administração de instrumentos legislativos de que nenhum de seus antecessores dispôs, disfarça sua incapacidade de governar com uma pregação reformista, que aponta como responsáveis pela miséria do povo, tão somente, as estruturas econômicas, sociais e políticas do país.

A inflação que aumenta em nível de catástrofe, fazendo com que o custo de vida leve o povo ao desespero, o dólar à beira de mil cruzeiros, o empreguismo subornador, parasitando, desmoralizando e destruindo a Previdência Social, a desonestidade de uma administração que encampa empresas falidas e põe a saque o Erário, a infiltração comunista nos altos conselhos do Governo, o pânico que ele propaga nas classes produtoras, da agricultura que deperece e para no temor do confisco, à indústria e ao comércio que se retraem intimidados pelo ódio governamental à livre empresa – tudo compõe o quadro da inépcia, da leviandade [com que o] Senhor Presidente da República conduz a Nação para o caos¹⁶⁹.

Favorável ao golpe de 1964, Adauto Lúcio Cardoso torna-se o primeiro presidente da ARENA na Guanabara, assumindo também a Presidência do “Bloco Parlamentar Revolucionário” – grupo supra-partidário de sustentação ao primeiro Governo militar. Contra as

¹⁶⁷ Ver, por exemplo, DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 26/06/1963, p.3753.

¹⁶⁸ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 31/03/1964, p.1904-1907.

¹⁶⁹ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 23/08/1963, p.11 e 18/10/1963, p.13-15.

vozes de oposição, afirmaria que buscavam explorar os erros inevitáveis de uma revolução que tomara para si a enorme tarefa de pôr ordem no país¹⁷⁰.

Não obstante seu apoio ao governo Castello Branco, em novembro de 1966 renuncia à função de presidente da Câmara, que ocupava desde março daquele ano, por recusar-se a acatar a ordem de cassação de seis deputados federais¹⁷¹. Tal atitude, ao lado de outras manifestações de protesto por parte de muitos parlamentares, seria seguida da edição, pelo Governo Federal, do Ato Complementar n.º 23, determinando o fechamento do Congresso por em torno de um mês.

Em 1966, Cardoso é reeleito para a Câmara Nacional, não chegando porém a exercer o mandato, antes deixando a vida parlamentar para aceitar o convite do presidente Castello Branco para ocupar uma cadeira no Supremo Tribunal Federal (STF) – tal convite já lhe havia sido feito em 1965 e Cardoso o recusara, em protesto contra o AI-2. Em 1971 requer sua aposentadoria e desliga-se do STF, num ato de protesto contra o apoio daquele Tribunal à determinação do presidente Médici de habilitar a censura prévia de livros e periódicos. A partir de então, Cardoso passaria a atuar exclusivamente como advogado.

3.2.3. Eurípedes Cardoso de Menezes (UDN)¹⁷²

Eurípedes Cardoso de Menezes nasce na cidade de Campinas, São Paulo, em 23 de setembro de 1909, e diploma-se em Ciências e Letras, Filosofia e Teologia, pelas faculdades de Teologia do Distrito Federal do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Rio Grande do Sul.

¹⁷⁰ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 27/11/1964, p.11159-11160.

¹⁷¹ Doutel de Andrade, Sebastião Pais de Almeida, Humberto El-Jaick, Abraão Moura, Adib Chammas e César Prieto, todos do MDB.

¹⁷² ABREU (Coord.)...et al, 2001, v. IV, p. 3779-3780. BRASIL, Congresso, Câmara dos Deputados, 1971, p.208-210.

Em 1935, torna-se editor da revista *Anauê*, porta-voz da Ação Integralista Brasileira – movimento liderado por Plínio Salgado, de viés fascista e anti-comunista¹⁷³. Com formação protestante, converte-se ao catolicismo e ganha muita projeção nos meios católicos, nos anos 1940, comandando o programa “Comentários”, da Rádio Nacional, no qual ministrava palestras, dentro da perspectiva cristã, com forte conteúdo anti-comunista.

É eleito para a Câmara Nacional, pela primeira vez, em 1954, na legenda do PSD carioca, sendo reeleito pela UDN em 1958 e 1962. Na legislatura 1963/1967, não profere discurso em plenário.

Com a instituição do bipartidarismo no Brasil, Eurípedes Cardoso de Menezes filia-se ao partido governista e novamente reelege-se, pela ARENA, em 1966 e 1970.

3.2.4. Aliomar de Andrade Baleeiro (UDN)¹⁷⁴

Aliomar Baleeiro nasceu em Salvador, em 05 de maio de 1905, diplomando-se, em 1925, pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Bahia.

Atua como advogado e professor, na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, Universidade Católica da Bahia, Universidade do Estado da Guanabara e Universidade de Brasília, e torna-se membro do Instituto Brasileiro de Direito Financeiro, Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Academia Brasileira de Letras, International Fiscal Association e Instituto Internacional de Finanças Públicas.

Colaborador da *Revista Maquis*, de Amaral Netto, ao longo de suas atividades jornalísticas escreve ainda para *A Imprensa*, *O Imparcial*, *A Tarde*, *O Estado da Bahia* e nas revistas *Seiva* e *Fórum*, entre outros.

¹⁷³ Sobre a Ação Integralista Brasileira, ver, por exemplo, TRINDADE, 1974 e CHASIN, 1978.

Baleeiro ingressa na vida parlamentar como deputado à Assembléia Constituinte da Bahia, em 1934, eleito pelo PSD, permanecendo na Assembléia Legislativa após a promulgação da Constituição. Nos anos 1940, defende a redemocratização do país, sendo eleito, em 1945, deputado pela Bahia à Assembléia Nacional Constituinte, agora na legenda da UDN. Sucessivamente, em 1946, 1950 e 1954, é eleito deputado federal por aquele estado. Secretário da Fazenda da Bahia, em 1959, a convite do então governador Juraci Magalhães, em 1960 volta à atividade parlamentar, eleito para compor a Assembléia Constituinte do estado da Guanabara, ainda pela UDN, concluindo seu mandato na ALEG após a promulgação da Constituição carioca. Em 1962, elege-se para compor a bancada carioca na Câmara Nacional, com base numa campanha radical contra o Governo João Goulart.

No parlamento, Baleeiro incorpora-se ao grupo denominado pela imprensa de “Banda de Música” da UDN e defende a abertura da economia ao capital estrangeiro como uma estratégia para mantê-lo no país: “Se o Governo quer dar voto aos analfabetos, digo: é uma loucura (...), mas se o Governo quer liberalizar a entrada de capitais no país, acho que está certo”¹⁷⁵.

Ao longo da legislatura 1963/1967, são recorrentes seus protestos contra o que chama de “política nefasta” do governo Goulart¹⁷⁶. Numa anotação feita, no dia 16 de fevereiro de 1964, em seu diário pessoal, Aliomar Baleeiro chega a mencionar a “guerra revolucionária que existe em curso com a cumplicidade de João Goulart”¹⁷⁷. Nesse sentido, apóia o golpe, considerando-o ato necessário para a eliminação de grupos e indivíduos que, a seu ver, estavam prestes a subverter o regime constitucional brasileiro¹⁷⁸.

¹⁷⁴ BRANDI, Paulo. *Aliomar Baleeiro* In: ABREU (Coord.)...et al, 2001, v.I, p.459-463. FLEISCHER, 1981, p.89.

¹⁷⁵ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 15/07/64, p.5405-5406.

¹⁷⁶ Ver, por exemplo, DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 26/09/1963, p.19-21 e 02/10/1963, p.30-31.

¹⁷⁷ O arquivo pessoal de Aliomar Baleeiro encontra-se depositado no CPDOC/FGV.

¹⁷⁸ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 03/04/1964, p.2019-2020.

Sempre tive como solução melhor para o país que o Sr. João Goulart completasse o seu mandato, bem ou mal, aos trancos e barrancos, e transmitisse o Poder em 31 de janeiro de 1966 ao seu sucessor legítimo. (...) O Sr. João Goulart não quis assim. (...) A certa altura do Governo João Goulart, quando sucederam-se uns aos outros seus crimes (...), quando as suas provocações chegavam ao auge, quando, enfim, a situação era insuportável, e me havia convencido da inteira possibilidade de o Congresso aplicar-lhe as medidas constitucionais para os Presidentes egressos das condições da Lei, desejei essa revolução. Desejei-a ardentemente. (...) Estava, pois, e ainda continuo e pretendo continuar, se for possível, solidário com esta revolução. (...) Desejaria ter vivido e viver num país em que não fosse necessário conspirar-se, nem tomarem-se armas contra governos maus. Desgraçadamente esta é a sina do Brasil¹⁷⁹.

Muito ligado a Castello Branco, Baleeiro assume a tarefa de escrever seu discurso de posse como primeiro presidente militar: “Luís Viana Filho¹⁸⁰ pediu-me que fizesse um discurso de posse. Redigi três folhas e meia (...). Castello Branco aproveitou 95%”¹⁸¹.

Contudo, embora solidário ao golpe que depõe Goulart, sustenta críticas contra o Ato Institucional editado pelo Comando Supremo da Revolução:

(...) De sorte que estou solidário com a Revolução. Acho que ela deve produzir todos os seus efeitos. Acho que as revoluções, como os Exércitos vitoriosos, devem fazer a limpeza do terreno, ou então não são revoluções. Acho que elas rompem a ordem jurídica. (...) Todavia, Sr. Presidente, não foi com prazer, não foi com alegria, não foi com tranqüilidade de coração que eu li o “Ato Institucional” de ontem. (...) Se deputados podem, por certos motivos de ordem política, interesse de uma causa, sofrer cassação de mandatos, não há necessidade de prendê-los enquanto não atentem contra a ordem, contra a segurança. (...) Pessoalmente, individualmente, meu mandato não é legitimado pelo Comando Revolucionário. Meu mandato recebi-o num pedaço de papel representando milhares de votos, sem opressão, sem corrupção, sem suborno, sem bajulação de cima ou de baixo. Trouxe-o para esta Casa entregando-o ao Presidente no dia 31 de janeiro de 1963. Meu mandato não! Este é do povo¹⁸².

¹⁷⁹ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 11/04/1964, p.2278.

¹⁸⁰ Luís Vianna Filho foi chefe do Gabinete Civil do presidente Castello Branco.

¹⁸¹ Nota de 12/04/1964, constante do diário pessoal de Aliomar Baleeiro (Arquivo Pessoal de Aliomar Baleeiro, CPDOC/FGV).

¹⁸² DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 11/04/1964, p.2278-2279.

Em 1965, Baleeiro aceita convite de Castello Branco para ocupar uma cadeira no Supremo Tribunal Federal e desliga-se da Câmara, tomando posse como ministro em 25 de novembro de 1965. Com a decretação do AI-5, rompe com o regime, passando a criticá-lo.

3.2.5. Arnaldo de Castro Nogueira (UDN)¹⁸³

Arnaldo Nogueira nasceu na cidade de Franca, em São Paulo, no dia 06 de setembro de 1920, formando-se, na capital do estado, em 1944, pela Faculdade de Ciências Econômicas Álvares Penteado.

Desenvolve carreira como apresentador de televisão e radialista, obtendo grande audiência em seu programa “Falando Francamente”, lançado ao ar pela TV Tupi¹⁸⁴. Em 1954, ingressa na vida parlamentar, como vereador do Distrito Federal, pela UDN, sendo reeleito em 1958. Em 1960 assume cadeira na Assembléia Constituinte da Guanabara, tornando-se, em 1961, deputado estadual. Em 1962, é eleito deputado federal.

Seu mandato na Câmara Nacional é marcado por total intransigência em relação ao Governo Federal, contra o qual afirma faltar firmeza e idoneidade na direção das coisas públicas¹⁸⁵. Para Arnaldo Nogueira, o Governo Goulart preocupava-se mais com fazer oposição ao governador Carlos Lacerda do que com a administração do país. Da tribuna, reclama: “90% das vezes que aqui compareço são para protestar contra a política mesquinha, rasteira e baixa que se pratica contra a Guanabara”¹⁸⁶.

¹⁸³ ABREU (Coord.)...et al, 2001, v.IV, p. 4092. BRASIL, Congresso, Câmara dos Deputados, 1968, p.686.

¹⁸⁴ Ver *O Globo*, 12/08/2006, p.35.

¹⁸⁵ Ver, por exemplo, DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 18/05/1963, p.2496-2497 e 18/06/1963, p.3394.

¹⁸⁶ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 23/11/1963, p.9155. Ver também 12/08/1963, p.5377.

Apóia o golpe de 1964, dizendo-se exultante com a vitória da democracia: “De nada adiantava nossos protestos (...) contra aquele Governo que não governava, não administrava, não pacificava, e não procurava dar aos seus concidadãos a paz necessária para o progresso e para o trabalho”¹⁸⁷.

Com a implantação do bipartidarismo, Arnaldo Nogueira filia-se à ARENA, tentando, sem sucesso, reeleger-se em 1966 e 1970.

3.2.6. *Hamilton de Lacerda Nogueira (UDN)*¹⁸⁸

Nascido a 14 de janeiro de 1897, na cidade de Campos, no estado do Rio de Janeiro, Hamilton Nogueira forma-se médico, em 1918, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Ganha popularidade como líder católico, sendo um dos fundadores e diretores daquele que foi considerado por muitos anos o principal centro de estudos e reflexão sobre o catolicismo brasileiro, o Centro Dom Vital.

Em 1945, é eleito senador, pela UDN, representando o Distrito Federal à Assembléia Nacional Constituinte. Em 1958 e 1962, elege-se deputado federal, integrando na Câmara o grupo da “Banda de Música” da UDN.

Nogueira apóia o golpe e inicialmente professa sua defesa, analisando tratar-se, na verdade, de um movimento “contra-revolucionário”:

A nossa [revolução] foi uma contra-revolução, contra a revolução de fato, a revolução armada, a guerra revolucionária que já estava muito avançada no Brasil. (...) As guerrilhas aí estavam, as greves pré-fabricadas, aqueles homens desocupados, pagos para fazer pressão sobre o Congresso. (...) Já estávamos, então, na guerra revolucionária, numa fase adiantada, dentro da revolução comunista. (...) Vários colegas da Tribuna advertiam, mas o caos

¹⁸⁷ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 14/04/1964, p.2325. Ver também 03/04/1964, p.1992.

¹⁸⁸ ABREU (Coord.)... et al, 2001, v.IV, p.4098 a 4099. FLEISCHER, 1981, p.321-322.

crescia, não era só nas Forças Armadas, não eram apenas as guerrilhas preparadas por professores, que publicavam livros dizendo que os estudantes precisavam apresentar-se para as guerrilhas. Era o ensino deturpado nas escolas. O Ministério da Educação, julgando que as coisas estavam próximas, já preparava a deformação das mentalidades. (...) Ao mesmo tempo, as gloriosas Forças Armadas brasileiras preparavam um movimento de restauração do regime democrático. (...) Em verdade, comparando o mês de março desse ano com o mesmo mês do ano passado, verificamos que não há greves, que os trabalhadores trabalham, que a economia cresce, que os estudantes estudam¹⁸⁹.

Não obstante tais convicções, Nogueira, como Lacerda, rompe com o regime militar após a decretação do AI-2, filiando-se ao MDB quando da implantação do bipartidarismo no Brasil. Em 1966, tenta a reeleição, sem sucesso, retomando, logo após, as atividades no Centro Dom Vital.

3.3. Deputados federais: Frente Popular (PSD e PST)

3.3.1. Antônio de Pádua Chagas Freitas (PSD)¹⁹⁰

Chagas Freitas nasceu em 04 de março de 1914, no então Distrito Federal do Rio de Janeiro. Membro de uma família com larga tradição na vida política nacional, estabelece relações, desde jovem, com importantes atores sociais e políticos da Capital.

Em 1935, conclui curso na Faculdade Nacional de Direito, no Distrito Federal, diplomando-se advogado. Exerce a advocacia e, a partir de indicações familiares, ingressa no Ministério Público, onde faz carreira como Juiz da Paz, promotor, curador e procurador. Paralelamente, dedica-se ao jornalismo, atividade através da qual estabeleceria, em 1938, vínculo político com Adhemar de Barros, então interventor federal do estado de São Paulo.

¹⁸⁹ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 26/03/1965, p.1257-1259.

¹⁹⁰ KELLER, Vilma, XAVIER, Libânia. *Chagas Freitas*. In: ABREU (Coord.)... et al, 2001, V.II. p.2376-2381 e BRASIL, Congresso, Câmara dos Deputados, 1968, p.152-153.

Chagas Freitas começa a ganhar popularidade na política carioca a partir de 1950. Desde 1946, filiado ao Partido Social Progressista (PSP) – criado por Adhemar de Barros com o propósito de construir um partido de abrangência nacional, ampliar o seu apelo popular nas principais cidades brasileiras e consolidar a própria candidatura à Presidência da República – e, a partir de 1961, vinculado ao Partido Social Democrático (PSD), Chagas se destaca como um representante do localismo, avesso aos grandes debates nacionais.

Um importante elemento de sustentação da popularidade de Chagas Freitas seria a intensa propaganda veiculada através dos jornais de sua propriedade – inicialmente frutos de uma sociedade com Adhemar de Barros, mas depois sob seu controle direto – *A Notícia* e *O Dia*. As reportagens regularmente divulgadas nesses jornais tinham ampla penetração nos subúrbios cariocas e constituiriam estratégias coordenadas e bem sucedidas em prol de seus aliados políticos e de sua própria vitória nas disputas por uma cadeira de deputado na Câmara Nacional, pelo Distrito Federal, nas eleições de 1954 e 1958, e pelo estado da Guanabara, nos pleitos de 1962. A influência de Chagas Freitas nos meios jornalísticos cariocas fica bem demonstrada quando, em 1956, ele é eleito o presidente do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas, permanecendo à frente da entidade por um período de catorze anos.

Ao longo de sua trajetória política, Chagas mantém-se, via de regra, à margem dos debates nacionais, evitando entrevistas e pronunciamentos, preferindo guardar suas intenções e negociações políticas o mais possível da exposição pública¹⁹¹. Nesse sentido, sua inserção na vida pública ocorre, marcadamente, a partir de uma estreita articulação com o âmbito dos interesses locais da sociedade, dos quais se ocupava lançando mão da montagem de redes assistencialistas e esquemas clientelistas.

¹⁹¹ Sobre o assunto, ver, por exemplo, DINIZ, 1982, Prefácio.

A prática clientelista levada a termo por Chagas Freitas assentava-se no entendimento de que atender às demandas locais da população carioca constituía um importante fator da conquista de votos, sendo, portanto, parte essencial da atividade parlamentar. Supunha-se, assim, a existência de um acordo implícito entre o político e o eleitor, com base no qual trocava-se votos pela promessa de prestação de serviços públicos de diferentes matizes, como a realização de obras em bairros ou a obtenção de vagas e empregos. Ou seja, demonstrar solidariedade com os problemas básicos da população carioca era o grande fator de mobilização eleitoral de Chagas Freitas, sua força eleitoral situando-se, pois, essencialmente dentro dos limites da política local, e, mesmo, dentro dos limites dos interesses específicos, particulares ou de determinados grupos, cujo atendimento tem impacto restrito ao âmbito das partes envolvidas, sem rebatimento na sociedade como um todo.

Nesse sentido, Chagas procuraria evitar conflitos com as esferas superiores de governo, com as quais buscava, antes, sedimentar espaços de negociação para os seus interesses pontuais.

No decorrer da campanha eleitoral de 1962, Chagas Freitas reafirma o comportamento de colocar-se à margem do debate nacional. Sua coluna diária no jornal *O Dia* discorreria, sempre, em linguagem simples, sobre assuntos tocantes aos problemas cotidianos da população carioca, como a alta do custo de vida, a baixa qualidade dos serviços públicos no estado da Guanabara, o mau funcionamento do sistema previdenciário e os baixos salários do funcionalismo público – categoria funcional bastante numerosa na então ex-Capital do Brasil.

Entre o dia 01 de setembro de 1962 e a data do pleito, 07 de outubro de 1962, as colunas do *O Dia* assinadas por Chagas Freitas¹⁹² discutem especificamente os seguintes problemas, na grande maioria das vezes aludindo aos seus impactos na vida da população carioca: mau funcionamento do sistema previdenciário e assistência a inativos e pensionistas (*O Dia*, 01, 05,

22, 26, 29/09, 05 e 06/10/1962); aposentadoria da mulher (*O Dia*, 14/09/1962); assistência hospitalar aos pobres (*O Dia*, 12/09/1962); dívida do estado com o funcionalismo público (*O Dia*, 11, 17 e 27/09/1962); dificuldades vivenciadas pelos profissionais do magistério (*O Dia*, 04/09/1962); baixo padrão de vida dos operários (*O Dia*, 02, 03 e 06/09/1962); problemas enfrentados pelos comerciários (*O Dia*, 08, 13 e 19/09/1962); salário mínimo (*O Dia*, 09, 10, 21, 25, 28/09 e 03/10/1962); 13º salário (*O Dia*, 04/10/1962); condições de trabalho dos padeiros (*O Dia*, 07/09/1962); abastecimento de alimentos (*O Dia*, 15 e 20/09/1962); habitação popular (*O Dia*, 18/09/1962); preconceito racial (*O Dia*, 30/09, 01 e 02/10/1962); pedido de votos para sua candidatura (*O Dia*, 16/09/1962) e afirmação da maioria política do povo (*O Dia*, 07/10/1962).

Também entre o dia 01 de setembro de 1962 e a data do pleito, todos os exemplares do *O Dia* dariam cobertura gloriosa à divulgação da candidatura de Chagas Freitas à Câmara Nacional, inclusive nas chamadas de capa¹⁹³. Chagas, aliás, seria o único candidato a deputado federal pela Guanabara, nesse período, com espaço significativo naquele jornal, aparecendo, a partir de 25 de setembro de 1962, em cada uma de *todas* as suas páginas¹⁹⁴. Em contrapartida, vários candidatos ao legislativo estadual carioca, aliados de Chagas Freitas, tiveram suas candidaturas divulgadas no *O Dia*, confirmando a maior articulação de Chagas com o âmbito da política local, esfera de governo na qual buscava efetivamente alcançar hegemonia.

As colunas do jornal assinadas por políticos aliados também aconselhariam seus leitores a votar em Chagas Freitas. Em 05 de agosto de 1962, por exemplo, Átila Nunes – que à época elege-se suplente de deputado estadual pela Guanabara – conclui texto de sua coluna no *O Dia*

¹⁹² As colunas de Chagas Freitas no *O Dia* saíam sempre na página 02 do jornal.

¹⁹³ A pesquisa feita no *O Dia* realizou-se na seção de microfilmagem da Biblioteca Nacional. Não constam, no acervo pesquisado, os exemplares do jornal de 23 e 24 de setembro de 1962. Consideramos que tal lacuna na pesquisa não compromete a análise aqui realizada.

afirmando que “para deputado federal, os umbandistas reelegerão o amigo certo da umbanda, Chagas Freitas”¹⁹⁵.

Desse modo, embora conquistando a terceira colocação entre os deputados federais mais votados na Guanabara em 1962, Chagas Freitas distingue-se da tendência dominante na bancada federal carioca, por estar longe de encarnar uma representação exemplar do padrão vocacionado para o debate político ou debate de idéias.

Após eleito, sua atenção permanece circunscrita, como deputado federal, aos temas sociais de interesse local da Guanabara. Sua coluna diária no jornal *O Dia*, que assinaria até 1971, mantém o mesmo viés de antes das eleições, com foco nos problemas cotidianos da população carioca. A função política básica do parlamentar, dentro do entendimento de Chagas Freitas, parece sugerir a incorporação, pelo parlamentar, do papel de mediador entre os interesses locais, de sua clientela, e as instâncias governativas.

Chagas Freitas realiza, durante a legislatura 1963/1967, apenas 16 discursos em plenário, incluindo 09 propostas de aumento dos vencimentos e aposentadorias do funcionalismo público, 03 destaques sobre problemas da habitação popular nas favelas da Guanabara, 03 homenagens públicas, 01 manifestação de apoio à decisão do Supremo Tribunal Federal de considerar inelegíveis os sargentos, 01 proposta de isenção de pena aos eleitores que não comparecessem para votar, e 01 comentário elogioso sobre o senador norte-americano Roberto Kennedy, desenvolvido como base para apontar a necessidade de se efetuar um projeto de redistribuição de

¹⁹⁴ No período assinalado, a única exceção é *O Dia*, de 05/10/1962, no qual Chagas aparece em todas as páginas do jornal, menos na última.

¹⁹⁵ *O Dia*, 05/08/1962, p.19.

terras no Brasil, construção de escolas para todos os brasileiros e instituição do voto do analfabeto¹⁹⁶.

Quando ocorre o Golpe de 1964, embora Chagas Freitas mantivesse a conduta de evitar discutir ou desenvolver análises sobre os rumos da política nacional, *O Dia* incorpora a bandeira da luta contra o terrorismo e assume postura favorável ao governo imposto. O golpe de 1964 é retratado no jornal como uma reação necessária ao alastramento da subversão comunista no Brasil. Já a manchete estampada na página de capa do dia 01 de abril de 1964 revela a simpatia do *O Dia* pelo movimento golpista: “Proclamou o General Mourão Filho: ‘Juiz de Fora é a Capital revolucionária!’ Em sensacional manifesto à Nação e às Forças Armadas, o Comandante da 4ª Região Militar toma posição contra a comunização do país”¹⁹⁷.

Várias outras manchetes confirmam a linha adotada pelo jornal: “Revolução terminou sem derramamento de sangue” (*O Dia*, 02/04/1964); “Mais de um milhão de pessoas na ‘Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade!’” (*O Dia*, 03/04/1964); “Fabulosa demonstração de repulsa ao comunismo” (*O Dia*, 03/04/1964); “Ocupada a capital gaúcha sem um disparo” (*O Dia*, 03/04/1964). Complementando as manchetes, reportagens retratam o golpe como uma ação de sucesso, um movimento orientado pela necessidade de reconstrução nacional, e fotografias da Marcha pela Família são publicadas como exemplos de esperança no futuro:

(1) O governador [de Minas Gerais] Magalhães Pinto distribuiu manifesto afirmando que ‘a vitória das Armas da legalidade está em fase de consolidação. E acentuou: “Que se unam todos agora

¹⁹⁶ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 18/01/1963, p.76; 07/06/1963, p.10; 20/09/1963, p.6880; 15/11/1963, p.8906; 29/11/1963, p.4; 10/07/1964, p.02; 12/03/1965, p.724; 24/11/1965, p.9998; 10/05/1966, p.2551-2552; 15/09/1966, p. 5820 e 5824; 30/09/1966, p. 6410 e 6416; 05/10/1966, p.6545; 20/10/1966, p.6788-6789 e 6796.

¹⁹⁷ *O Dia*, 01/04/1964, manchete de capa. A matéria publica manifesto escrito por Mourão Filho contra o governo “inconstitucional” e “comunista” de João Goulart.

no esforço da reconstrução nacional. O movimento foi feito pelas Armas nacionais e pelo povo. Não pode ser dispersado (...) ¹⁹⁸.

(2) Brasil do Amanhã – Desfraudando um lenço branco, que representava a liberdade e a paz, o menino da foto apareceu entre muitos outros de sua idade, na Marcha da Família, como o símbolo do Brasil de amanhã. Nos ombros de seus pais, ele vibrou com o memorável espetáculo de repulsa ao comunismo no país ¹⁹⁹.

A linha editorial adotada no jornal *O Dia* é, pois, de abertura e consentimento em relação ao regime que se estabelecia a partir do golpe de 1964. Parece plausível supor que, naquele momento, o jornal inscrevia-se como parte de uma estratégia política pragmática, que atendia à preocupação de Chagas Freitas de manter boa relação com o poder, garantindo espaço de influência política.

Não obstante a sua postura pró-golpe, com a instituição do bipartidarismo no país, em 1965, Chagas Freitas filia-se ao partido de oposição, passando a compor a ala do MDB reconhecida como “adesista”. Sobre o ingresso de Chagas no MDB, Carlos Eduardo Sarmento analisa que, por um lado, Chagas entendera que a existência de um partido de oposição era admitida pelo Governo Militar, “dentro dos limites de um regime autoritário”. Assim, avaliou o comportamento do eleitorado carioca, concluindo que, contando com uma bem montada rede de apoios locais e com a máquina de propaganda de seus jornais, e também guardando extrema precaução em relação a qualquer tipo de radicalização, suas possibilidades eleitorais e força política seriam maiores dentro do partido de oposição ²⁰⁰.

Chagas ainda se elegeria deputado federal em 1966 e, depois, governador, por duas vezes: eleito indiretamente governador da Guanabara, em 1970, e, após a fusão deste estado com o

¹⁹⁸ *O Dia*, 03/04/1964, p.5.

¹⁹⁹ *O Dia*, 03/04/1964, p.8.

²⁰⁰ SARMENTO, Carlos Eduardo. *O deputado federal*. In: SARMENTO (org.), 1999, p. 98 e 99.

antigo estado do Rio (1975), governador, em 1978, do novo estado do Rio de Janeiro – último cargo que ocupa na administração pública.

3.3.2. *Nélson de Sousa Carneiro (PSD)*²⁰¹

Nelson Carneiro nasceu em Salvador, Bahia, no dia 08 de abril de 1910. Dedicou-se, a partir de 1929, à carreira jornalística, tendo trabalhado em vários jornais, entre eles *O Jornal*, *Imprensa Oficial da Bahia* – do qual é demitido, em 1932, pelo então interventor do estado Juraci Magalhães –, *O Imparcial*, *A Batalha*, *Diário de Notícias* e *Jornal do Brasil*.

Em 1932, diploma-se pela Faculdade de Direito da Bahia, especializando-se na área de família. A experiência profissional faria dele um defensor fervoroso da legalização do divórcio, tema que privilegiará como parlamentar.

Eleito pela primeira vez deputado federal em 1950, pela Bahia, na legenda do PSD, e reeleito em 1958. Em 1962, é sufragado deputado federal pelo estado da Guanabara.

Sua trajetória parlamentar é a de um político tradicional, um legislador, sempre dedicado ao estudo, elaboração e discussão de emendas e projetos de lei, conferindo ênfase à defesa da tese do divórcio, dos direitos da mulher e da assistência à família²⁰².

Crítico de João Goulart, a quem atribui profunda desatenção com as questões administrativas fundamentais de Governo e acusa de ficar inteiramente absorvido com problemas de natureza política²⁰³. Num primeiro momento, apóia o golpe de 1964, ainda que reconhecendo eventuais abusos e erros do regime militar:

²⁰¹ ABREU (Coord.)... et al, 2001, v.I, p.1139-1142. p. 451-453. BRASIL, Congresso, Câmara dos Deputados, 1968, p.451-453.

²⁰² Ver, por exemplo, DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 19/07/1963, p. 4556; 26/09/1964, p. 8221 e 15/10/1964, p. 784.

²⁰³ Ver, por exemplo, DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I (Suplemento), 06/06/1963, p.6.

Nestas horas intranquias que vive o País, tenho ocupado esta tribuna para fazer considerações que constituem críticas aos excessos praticados pela Revolução que aspirei e que prestigio. (...) Vieram as cassações de mandatos. Vieram por força do poder que se constituíra sobre os escombros do Governo passado. Era o Comando Revolucionário. Todas as revoluções têm seus excessos, e a História respeita e perdoa a todos esses excessos.

(...) No primeiro momento os excessos eram explicados. O Ato Institucional foi decretado pelos comandantes das Forças Armadas. Mas com a posse do presidente Castello Branco acabou (...), terminou nesse instante o poder constituinte da Revolução (...). O que era arbítrio quando executado pelo Comando Revolucionário, passou a ser disciplinado pela Constituição (...). O Presidente da República (...) não é um Tribunal de Segurança, não é um tribunal especial, não é um tribunal arbitrário. É o Presidente da República, (...) a mais nobre expressão política do País, o mais alto chefe político da República, chefe político na mais alta expressão do termo, não de uns contra outros, não deste partido contra aquele²⁰⁴.

Defensor inflamado do pleno funcionamento dos poderes Legislativo e Judiciário, o momento da cassação do pessedista Juscelino Kubitschek constituiria um divisor de águas entre o seu apoio e o seu repúdio ao regime militar: “Não se cassa o mandato da figura política brasileira de maior projeção no exterior, sem que se assegure ao menos, a esse acusado, o direito de defesa”²⁰⁵. Quando da implantação do bipartidarismo no país, Carneiro, então, já abandonara sua posição de fiador do Governo golpista, filiando-se ao MDB.

Há muitos anos vivemos de crises sobre crises. Esperávamos que o dia 31 de março fosse a última crise. Mas, homens de todos os partidos, ponhamos as mãos na consciência e vejamos que as crises que antecederam ao 31 de março continuam sucedendo-se depois dessa data. A Nação continua sendo um rosário de crises. De tal forma está emendada a Lei Magna que um observador mais rigoroso poderá dizer que estamos desfigurando a Constituição, que lembraria aqueles tristes prostíbulos, em que a lei é criada por quem os frequenta²⁰⁶.

²⁰⁴ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 03/06/1964, p.3794 e 3795.

²⁰⁵ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 03/06/1964, p.3795.

²⁰⁶ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I (Suplemento), 22/10/1965, p.6.

Nelson Carneiro renovaria seu mandato em 1966, dando curso a uma longa carreira parlamentar na política carioca e, depois, fluminense.

3.3.3. Marco Antônio Tavares Coelho (PST)²⁰⁷

Marco Antônio Coelho nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, no dia 31 de maio de 1926, formando-se pela Faculdade de Direito de Minas Gerais, em 1948.

Em 1943, torna-se membro do Partido Comunista Brasileiro – que até 1962 chamava-se Partido Comunista do Brasil –, atuando diretamente na formação de seus quadros. Em 1959, assume a tarefa de oferecer, pelo partido, assessoria e suporte a parlamentares eleitos em 1958 que comungavam os princípios nacionalistas.

Lança-se candidato a deputado federal pela Guanabara, em 1962, com o apoio de Luís Carlos Prestes. Sua atuação parlamentar transcorre com grande presença nos debates sobre matérias relativas a questões econômicas e trabalhistas, posicionando-se sempre em prol das teses nacionalistas e de apoio às reformas de base propostas por João Goulart²⁰⁸.

Quando vem o golpe de 1964, Coelho alinha-se à oposição, e procura analisar a situação política brasileira a partir da identificação dos setores sociais beneficiados com a deposição do Governo Goulart:

Que interesses e forças (...) podem ser responsabilizados pelo golpe, desde que a traição dos chefes militares acoberta poderosas correntes que se unificaram para que fosse efetivada a derrubada do Presidente João Goulart? Antes de mais nada (...) devemos indicar os agentes norte-americanos como os principais financiadores e articuladores da vitoriosa manobra. Por que fizeram isso? O povo brasileiro vinha obtendo importantes vitórias na defesa de sua soberania. Refiro-me à regulamentação

²⁰⁷ ABREU (Coord.)...et al, 2001, v. II, p.1410-1411. FLEISCHER, 1981, p.457.

²⁰⁸ Ver, por exemplo, DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 19/06/1963, p. 342; 19/07/1963, p.4566-4568 e 19/12/1963, p.10155.

da lei que disciplina a atividade dos capitais estrangeiros, às providências contra grupos que roubam nossas reservas minerais e ainda, (...) às patrióticas medidas adotadas de fortalecimento do monopólio estatal do petróleo, o que contrariou fundamente os poderosos trustes petrolíferos. De outro lado, a atitude do Governo eliminando as dificuldades legais à organização dos milhões de trabalhadores do campo (...) provocou a ira e a revolta dos privilégios dos que monopolizam a terra e espoliam nossos irmãos do campo. Deve-se acrescentar que a conduta compreensiva e democrática do Presidente Goulart ante os movimentos reivindicatórios dos operários, do funcionalismo, dos marinheiros, dos sargentos, dos estudantes etc., despertou o ódio do antipovo. Eis aí, portanto, (...) algumas das razões do golpe e que o caracterizarão diante da História²⁰⁹.

O nome de Marco Antônio Coelho constará da primeira lista de cassações de mandatos do regime militar, feita com base no AI-1, mas ele permanece no país, na clandestinidade, militante ativo da causa comunista. Preso em 1975, sob acusação de planejar a reorganização do Partido Comunista, mais uma vez seus direitos políticos são suspensos por dez anos. Em 1980, contudo, é beneficiado pela Lei da Anistia. Nesse mesmo ano, é expulso do PCB, por ter, sob tortura, confirmado que o Partido recebia recursos do exterior e dera apoio a alguns candidatos nas eleições de 1974.

²⁰⁹ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 07/04/1964, p. 2100.

3.4. Deputados federais: PDC

3.4.1. Juarez do Nascimento Fernandes Távora (PDC)²¹⁰

Juarez Távora nasce em Jaguaribemirim, atual cidade de Jaguaribe, no Ceará, em 14 de janeiro de 1898. Ingresso na carreira militar, participa, nos anos 1920, das insurreições tenentistas brasileiras e é um dos líderes da Revolução de 1930. Entre 1932 e 1934, assume o Ministério da Agricultura, a convite do presidente Getúlio Vargas e, após o suicídio de Vargas, é nomeado chefe do Gabinete Militar de seu vice, João Fernandes Campos Café Filho, cargo que exerce em 1954 e 1955.

Nas eleições presidenciais de 1955, que elegem Juscelino Kubitschek, o PDC lança a candidatura de Távora, que é apoiada pela UDN, parte do PSD, Jânio Quadros e por uma legenda menor, o Partido Libertador²¹¹. Em 1958, Távora filia-se ao PDC, e, nesse partido, é eleito deputado federal pela Guanabara, em 1962.

Sua candidatura ocorre calcada num discurso marcadamente anticomunista e de condenação a todo tipo de extremismo político, de esquerda ou de direita: “Declarei (...) que era candidato para tentar, na Câmara, se eleito, evitar o pior. O pior para mim era a ditadura, quer da direita, quer da esquerda; quer a civil, quer a militar”²¹². Dentro da linha de combate aos

²¹⁰ PANTOJA, Silvia. *Juarez Távora*. In: ABREU (Coord.)... et al, 2001, v.V, p.5675-5689. FLEISCHER, 1981, p.406.

²¹¹ O Partido Libertador é criado, em 10 de novembro de 1945, por políticos que, antes da implantação do Estado Novo no Brasil, integravam um partido regional de mesmo nome no Rio Grande do Sul. Em 1945, o grupo participa da fundação da frente de oposição udenista, mas acaba decidindo pela organização do PL em âmbito nacional, sob a liderança de Raul Pilla, destacado membro do PL regional e professor da Faculdade de Medicina do RS. A base de apoio político fundamental do partido, contudo, bem como a expressiva maioria de seus representantes eleitos, sempre se concentraria nos limites do estado gaúcho. A principal bandeira do PL é a adoção de um sistema de representação popular no Brasil baseado na forma parlamentarista de governo, em que fosse garantida a autonomia política e administrativa dos estados federados (LEAL, Carlos Eduardo. *Partido Libertador (PL, 1945-1965)* In: ABREU (Coord.)...et al, 2001, v.IV, p.4332-4334).

²¹² Carta pessoal de Juarez Távora, de 21 de setembro de 1963, escrita para José Augusto de Araújo. Arquivo Pessoal de Juarez Távora/CPDOC/FGV. Ver também DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 04/10/1964, p.7423-7424.

extremismos, afirma a necessidade de defesa do continente americano contra a ameaça comunista e propõe a organização de uma estratégia militar no país, alicerçada na idéia de colaboração internacional e de alinhamento político e econômico do Brasil com os Estados Unidos. Em decorrência, é acusado de submissão aos interesses imperialistas.

Para a solução dos problemas brasileiros de ordem econômica, referenciados por ele como “a espiral inflacionária que acomete o Brasil”, no início dos anos 1960 conclama a necessidade de superação da intransigência recíproca vivida entre o Governo Federal e a oposição²¹³. Quando ocorre o golpe de 1964, contudo, Távora sobe à tribuna para afirmar que todos os brasileiros deveriam agradecer a Deus pelo fato de as Forças Armadas haverem atuado com sucesso para a superação de um grave momento vivido no Brasil²¹⁴. Em 15 de abril de 1964, licencia-se da Câmara dos Deputados para assumir, a convite do Presidente Castello Branco, o Ministério da Viação e Obras Públicas, ficando no cargo até março de 1967, início da gestão do Presidente Costa e Silva, quando abandona a vida pública, por motivos de saúde.

4. Uma bancada nacional

Um exame do perfil dos deputados federais eleitos em 1962 pelo estado da Guanabara demonstra que a composição da bancada reúne parlamentares de origens, trajetórias e tendências políticas diversas, ao mesmo tempo sendo possível identificar aspectos unificadores no grupo.

Um ponto a destacar, que se inscreve como fator de heterogeneidade dessa representação, é o que se refere ao local de nascimento dos deputados, sobressaindo um alto índice de não-cariocas na formação da bancada. Em 1962, a representação carioca à Câmara Nacional aglutinou atores políticos de diferentes localidades brasileiras, provenientes de São Paulo (02), Minas

²¹³ Ver, por exemplo, DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 25/01/1964, p.340-344.

Gerais (03), Bahia (02), Pernambuco (02), Ceará (01), Paraíba (01), Rio Grande do Sul (02), Mato Grosso (02) e estado do Rio de Janeiro (03), além do próprio Distrito Federal do Rio de Janeiro (03).

Entre os deputados não naturais da cidade do Rio de Janeiro, vêm-se elementos que, antes de lançarem-se candidatos pela Guanabara, haviam construído vasta carreira política em sua região natal, caso, por exemplo, do gaúcho Leonel Brizola, que, em 1962, recém transferira seu domicílio eleitoral, mas, antes, assumira funções públicas como deputado, prefeito e governador no Rio Grande do Sul. Nesse sentido, também são exemplares as candidaturas de Aliomar Baleeiro e Néelson Carneiro, ambos com extensa carreira político-parlamentar, anterior às eleições de 1962, no estado da Bahia.

Ao mesmo tempo, conferindo certa homogeneidade a esse grupo de deputados federais, é significativa a presença de elementos que, embora oriundos de diferentes estados da nação, viveram muito cedo, em território carioca, um importante processo de socialização, construindo vasta e duradoura rede de relacionamentos e de envolvimento político na região. O mineiro Adauto Lúcio Cardoso, por exemplo, estabeleceu-se no então Distrito Federal desde a década de 1920, freqüentando os bancos universitários da cidade e elegendose vereador já em 1946, marco primeiro de uma longa trajetória parlamentar na política carioca. Também egressos, ainda estudantes, de outros estados, os deputados Benjamin Farah, Breno da Silveira, Eurípedes Cardoso de Menezes, Amaral Netto, Hamilton Nogueira, Juarez Távora e Waldir Simões desenvolvem suas carreiras parlamentares acumulando representações na cidade do Rio de Janeiro e efetivamente criando enraizamentos no lugar.

Vale destacar, também, a expressiva participação dos deputados federais eleitos pela Guanabara em 1962, não como estudantes, mas ainda antes de ingressarem na vida parlamentar.

²¹⁴ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 03/04/1964, p.1991.

Desenvolvendo atividades profissionais, nos primórdios de suas carreiras, em órgãos da administração pública ou em entidades trabalhistas locais do Distrito Federal, não raro exerceriam funções de liderança. O desempenho dessas funções lhes permitiria tomar parte em setores importantes da vida local carioca e seria, indubitavelmente, um componente legitimador de suas candidaturas nos processos eleitorais. Sérgio Magalhães, por exemplo, após formar-se pela Escola de Engenharia de Pernambuco, em 1936, exerce a profissão na Diretoria de Limpeza Pública da Secretaria de Viação e Obras Públicas do Distrito Federal, depois trabalhando e alcançando amplo reconhecimento público como diretor da Montepio dos Empregados Municipais, mais tarde Instituto de Previdência do Estado da Guanabara. Por sua vez, Benedicto Cerqueira exerceria a função de secretário e gerente da Cooperativa dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, assumindo depois a Presidência do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro e tornando-se o delegado brasileiro à Federação Sindical Mundial e Secretário Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria. Benedicto Cerqueira é eleito, em 1962, com o apoio de sua base sindical. Do mesmo modo, Waldir Simões contaria com o decisivo apoio eleitoral dos trabalhadores da área de navegação, consolidado a partir de suas atividades profissionais como escriturário da Companhia Nacional de Navegação Costeira e presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos.

Além do desempenho profissional e da militância sindical em órgãos importantes da vida local carioca, muitos membros dessa bancada de deputados haviam já adquirido alguma tradição na política carioca, antes de 1962, a partir de uma história de mandatos parlamentares na Câmara Municipal do Distrito Federal ou como secretários municipais, e mesmo como representantes da antiga Capital no Congresso Nacional. Ou seja, tratava-se de um grupo que adquirira certa familiaridade com os meandros do poder, do ponto de vista institucional, em função de uma experiência passada comum de articulação com as instâncias governativas, que lhes permitira

conhecer de perto as estruturas político-administrativas do país, as leis e brechas da legislação e, também, as circunstâncias e problemas políticos e econômicos cariocas e as dificuldades envolvidas no seu enfrentamento e gestão. Conheciam, pois, por experiência no governo, os processos que envolviam as tomadas de decisão nas instâncias legislativas, apresentando certo *know how* para o exercício da vida política. Além disso, a experiência parlamentar passada comum propiciara convívio com os demais representantes políticos, e com lideranças locais de modo geral, possibilitando o alargamento da base política aliada e a concretização de *dobradinhas políticas* nos processos eleitorais. Nada menos que 12, entre os 21 deputados eleitos, possuíam sólida trajetória parlamentar na política carioca, anterior às eleições de 1962: Aduino Lúcio Cardoso, Chagas Freitas, Arnaldo Nogueira, Benjamin Farah, Breno da Silveira, Eloy Dutra, Eurípedes Cardoso de Menezes, Hamilton Nogueira, Néelson Carneiro, Rubens Berardo, Sérgio Magalhães e Waldir Simões. Além desses, outros dois deputados, Aliomar Baleeiro e Amaral Netto, embora não tivessem trajetória extensa na política carioca, já haviam sido eleitos, em 1960, para compor a Assembléia Constituinte do Estado da Guanabara.

Outros deputados, entre os sufragados em 1962, inserir-se-iam na vida política carioca, fora do âmbito da administração pública ou das associações trabalhistas, no correr de suas vidas profissionais. Dedicados a atividades diversas, algumas profissões conferiam particular popularidade, sem dúvida proporcionando dividendos políticos aos seus titulares. O comando de programas de rádio ou televisão, por exemplo, constituiu um componente determinante e estratégico de divulgação de idéias e propaganda política, pela possibilidade de conquista de grandes audiências. Rubens Berardo, por exemplo, constrói uma sólida trajetória no Distrito Federal do Rio de Janeiro, na área da rádiofusão e televisão, a partir de fins da década de 1940, fundando na cidade a Rádio Emissora Continental, e depois a TV Continental. Do mesmo modo, Arnaldo Nogueira se destaca como apresentador do primeiro *talk-show* da TV brasileira, o

programa “Falando Francamente”, Eurípedes Cardoso atua como radialista, conduzindo o programa *Comentários*, da Rádio Nacional e Amaral Netto cria o programa de TV *Amaral Netto, o Repórter*. Alguns políticos, ainda, como Leonel Brizola, embora sem dedicar-se ao rádio profissionalmente, usariam o meio radiofônico, com frequência, desenvoltura e habilidade, dando ampla repercussão às suas idéias e campanhas políticas.

Nesse mesmo sentido, também a atividade jornalística se inscreveria como um canal privilegiado de comunicação com o público. A imprensa podia ser uma aliada política e era tradição, entre os parlamentares da bancada aqui examinada, dedicar-se ao jornalismo desde os tempos de estudantes ou de recém-formados. Como redatores, repórteres, assinando colunas ou artigos ou, ainda, dirigindo jornais, compartilhavam idéias com os seus leitores, alcançando popularidade e mobilizando apoio político.

Outro segmento da sociedade com alguma presença no grupo aqui analisado são os militares. O sargento do Exército Antônio Garcia Filho se destaca como líder do Comando Nacional dos Sargentos. O capitão Jamil Amiden dedica-se com prioridade à luta em prol do reconhecimento da importância dos ex-combatentes, vindo inclusive a fundar a Associação de Ex-Combatentes do Brasil. Por outro lado, independentemente de formarem-se militares, alguns deputados ingressariam em cursos oferecidos pela Escola Superior de Guerra, caso, por exemplo, de Benjamin Farah, Eurípedes Cardoso de Menezes, Juarez Távora e Max da Costa Santos.

Observamos, ainda, a presença de tribunos, identificados com o universo bacharelesco, da valorização dos indivíduos sociais comprometidos com o saber laureado, que desenvolvem reconhecida carreira no magistério, como Aduino Lúcio Cardoso, Aliomar Baleeiro e Hamilton Nogueira. E a presença de deputados com história de luta e militância em prol de causas específicas, pelas quais se esforçavam muitas vezes organizando movimentos de resistência ou

revolta e mesmo empunhando armas. É nesse sentido, por exemplo, que Marco Antônio Coelho trabalhará para a formação de quadros do PCB e pela causa comunista no Brasil.

Uma visão abrangente nos permite observar que boa parte dos deputados aqui analisados estabelece fortes vínculos políticos na cidade carioca, independente de serem “cariocas naturais”, a partir das experiências profissionais que acumulam, renovando os seus laços sociais e profundos, num processo que faz lembrar as palavras de Saramago: “(...) me levaram para Lisboa, para outros modos de sentir, pensar e viver, como se nascer eu onde nasci tivesse sido consequência de um equívoco do acaso, de uma casual distração do destino, que ainda estivesse nas suas mãos emendar”²¹⁵.

A presença massiva, entre os deputados federais eleitos em 1962 pela Guanabara, de políticos não naturais da cidade do Rio de Janeiro, aponta também para a centralidade do território carioca dentro do quadro federativo brasileiro. A ex-Capital da República, nos anos 1960, consolidara-se como o mais importante centro da vida política, financeira e cultural do país, constituindo-se como um pólo de convergência, magnetizador, em relação às demais regiões brasileiras, tanto no tocante à oferta de serviços e trabalho, como também em relação ao poder de atração de sua ambiência cultural, propícia à difusão do conhecimento e ao debate político. Locus de interação e contatos políticos, além de sediar os órgãos da administração pública federal e as principais instituições financeiras e matrizes das grandes empresas nacionais e internacionais no país, em território carioca era possível ainda circular por espaços informais, como cafés, clubes e associações diversas, participando de rodas intelectuais e literárias e debatendo os rumos e acontecimentos do Brasil e do mundo.

Ao analisar o perfil da bancada carioca de deputados federais, eleita em 1962, a formação educacional surge como um elemento revelador. Os parlamentares eleitos são, em grande maioria, cidadãos que obtêm acesso à formação universitária, esta se colocando, pois, como uma etapa importante para inserção do político na estrutura de governo. A presença nos bancos universitários é uma identidade comum aos deputados, sinalizando que, na Guanabara do início dos anos 1960, aqueles que, em larga medida, monopolizavam os trabalhos na Câmara Nacional, detendo as funções de decidir sobre a elaboração e implementação das leis a preceituar o convívio em sociedade, constituíam um segmento socialmente privilegiado, porque letrado, que se distinguia da maioria dos brasileiros no requisito *acesso à formação superior*.

Nesse sentido, nos parece importante perceber a universidade como uma instância de convivência e troca de idéias, a partir da qual são assimilados valores comuns e consolidadas determinadas relações sociais, que se inscrevem, então, como um tipo de prerrogativa para o exercício da representação parlamentar. Há, pois, certa homogeneidade em relação à formação educacional do grupo aqui analisado: quem alcança o posto político de deputado federal pela Guanabara, em 1962, é, fundamentalmente, uma minoria universitária.

Em relação aos cursos de nível superior almejados, o grupo, ainda que apresentando algumas diferenciações, opta, em ampla maioria, por ingressar no curso de Direito – escolha de 08 deputados entre os 21 eleitos. Como a segunda opção mais procurada, aparecem, de forma equivalente, os cursos de Medicina e de Engenharia, cada um atraindo o interesse de 03 deputados.

Acreditamos ser importante não perder de vista que os cursos superiores de Direito e Medicina possuíam tradição no Brasil desde tempos imperiais, enquanto o curso de Engenharia

²¹⁵ SARAMAGO, José. *As pequenas memórias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.10.

despontava com forte poder de atração desde que a tecnologia começara a assumir papel relevante nos processos de desenvolvimento nacional²¹⁶. Ou seja, Direito, Medicina e Engenharia eram cursos que possuíam certo *status* social.

Além disso, devemos considerar que o exercício da advocacia e da medicina possibilitava aos profissionais dessas áreas estabelecer vínculos fortes, de confiança e gratidão, com o universo de sua clientela, vínculos esses que muitas vezes lhes proporcionava a construção de bases de apoio político. Na bancada aqui analisada, contam com o apoio da base sindical na qual exerciam a medicina, Breno da Silveira, que foi pediatra do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB), e Benjamin Farah, que trabalhou em diversos serviços hospitalares do Distrito Federal e clinicou em vários sindicatos, como o dos Trabalhadores em Calçados. Do mesmo modo, a candidatura de Néelson Carneiro cresce associada ao seu desempenho como advogado especialista em Direito de Família.

Nos parece importante, também, para a análise de perfil aqui pretendida, considerar a trajetória individual profissional dos deputados como um elemento que influi na sedimentação de determinados comportamentos políticos por eles assumidos. Antes de serem homens públicos, esses deputados federais estabelecem diferentes vínculos profissionais que os liga de forma especial a determinados grupos e interesses, no correr da construção de sua *persona* política e de sua inserção no poder formal. Os projetos profissionais e as relações sociais, gerados e renovados ao longo da vida pessoal de cada um dos deputados em questão, influenciam a prática política e os temas por eles relevados durante o exercício do mandato. É desse modo que, por exemplo, o sargento Antônio Garcia Filho leva para dentro do parlamento sua luta em prol da ampliação dos direitos políticos dos praças. Jamil Amiden, que integrou a Força Expedicionária Brasileira

²¹⁶ Sobre o assunto, ver PINTO, 2002. Capítulo 1.

(FEB), participando de combates na Itália e sendo ferido gravemente em batalha, se dedica à causa dos ex-combatentes do Brasil. E Benedicto Cerqueira, a partir de sua experiência como líder sindical, afina o seu discurso, no Congresso, com os que pressionam pela aprovação de leis de interesse da classe trabalhadora.

Certos temas relativos à conjuntura nacional do momento podem, contudo, ser enunciados como pontos de interesse comuns à avassaladora maioria dos parlamentares em foco, no período legislativo 1963/1967, indicando a existência de questões norteadoras, de consenso e dissenso, que articulavam suas atuações políticas. Antes mesmo do início da legislatura, explodem denúncias, alardeadas por vários entre os futuros parlamentares eleitos, sobre recursos ilegalmente investidos pelo Governo Federal e pelo IBAD nas campanhas eleitorais de candidatos às eleições de 1962. As denúncias ocorriam através dos meios de comunicação – jornal, rádio e TV – e em pronunciamentos públicos. Num jogo de acusações recíprocas, dizia-se, de um lado, que os órgãos públicos federais haviam se transformado em escritórios eleitorais e que estavam sendo desviadas verbas públicas para patrocínio de candidatos. Por outro lado, o IBAD era apontado como o maior financiador de candidaturas anti-nacionalistas e anti-comunistas.

Apoio e oposição ao Governo João Goulart e seu programa de reformas é outro vetor mobilizador da bancada. Unia os parlamentares o exercício de uma ação fiscalizadora da administração federal, atenta a eventuais atos ilícitos e à aplicação dos recursos públicos. Sublinearmente, debatia-se a necessidade de serem levadas a termo, no Brasil, ações estatais interventivas, em prol da prosperidade social e econômica do país. Suscitavam divergências, em especial, a definição das diretrizes econômico-financeiras a serem adotadas, os acordos econômicos firmados com outros países, a regulamentação dos investimentos estrangeiros e

questões relativas à definição de políticas de controle sobre a exploração das riquezas minerais brasileiras. Fundamentalmente, o que se debatia era a adoção ou não de políticas econômicas insubmissas aos interesses “imperialistas” no país, tendo em vista o propósito de fomentar o desenvolvimento nacional autônomo.

A infiltração comunista no Governo Jango era outro ponto de dissenso e comprometimento das forças políticas dentro da Câmara. Uma corrente no Parlamento, alardeava sobre as intenções de Goulart, influenciado pela ideologia comunista, de dar um golpe de Estado e implantar um regime de exceção no país. Outra corrente denunciava a emergência de um golpe de direita, pretextado pela necessidade de empreender um combate ao comunismo e à subversão. Em 1964, a bancada se dividiria entre assumir uma postura favorável ou crítica ao golpe. São cassados, pelo regime imposto, 10 entre os 21 parlamentares, a bancada de deputados federais carioca sendo a mais atingida no país pelas ordens de cassação.

O caráter homogeneizador do envolvimento da bancada em exame nos debates das questões acima assinaladas pode ser observado pela recorrência com que eram formadas diferentes frentes parlamentares, e mesmo extra-parlamentares, visando uma atuação em bloco a favor de determinadas idéias e plataformas políticas, às quais os deputados aderiam de forma expressiva. Esse foi o caso, por exemplo, da participação de 07 deputados, da bancada carioca eleita em 1962, como membros da Frente Parlamentar Nacionalista – Sérgio Magalhães, Brizola, Antônio Garcia Filho, Benedicto Cerqueira, Breno da Silveira, Max José da Costa e Waldir Simões. E nesse mesmo sentido é expressiva a participação dessa bancada na Banda de Música da UDN, no Clube da Lanterna, na Frente de Mobilização Nacional e no Grupos dos 11. Do mesmo modo, alguns órgãos da imprensa política, de cunho partidarista, reuniram colaboradores dentro desse grupo parlamentar, como a *Revista Maquis*, fundada por Amaral Netto com o

propósito de intensificar a oposição a Vargas e, depois, aos governos trabalhistas que o sucederam.

Pelo apresentado, é possível dizer que partilhar princípios e projetos de sociedade era um aspecto intrínseco da dinâmica relacional entre os parlamentares em exame. E, também, que tratava-se de um grupo com presente participação nos debates nacionais.

Não obstante as distinções entre os deputados, quando tomados em consideração os seus discursos e convicções políticas, uma tendência geral pode ser verificada, relacionada ao fato de a maioria entre eles assumir compromissos políticos e formular idéias em concerto com preocupações que ultrapassam a perspectiva particularista dos interesses pessoais.

Dentro desse viés, hegemonicamente esse grupo de deputados federais fazia do parlamento um espaço de discussão sobre as soluções para os problemas nacionais. As bandeiras por eles levantadas eram defendidas a partir de uma visão articulada dos fatores que compõem a ordem econômica, social e política mais ampla, isso constituindo um elemento fundamental para a caracterização do perfil parlamentar dessa bancada. Seus posicionamentos frente os problemas da nação e a maneira como procuravam articular compromissos políticos com o bem público de modo geral sinalizam que, no decurso de suas trajetórias, estiveram em jogo não apenas os ganhos pessoais que poderiam ser extraídos da experiência parlamentar, mas também comprometimentos e filiações a determinadas orientações político-ideológicas.

Algumas exceções, contudo, devem motivar certa cautela quando é afirmado o perfil nacional da bancada em exame. Se, por um lado, é de fácil verificação o fato de a maioria, entre os parlamentares analisados, demonstrar forte vocação para o debate político e interesse pela discussão dos grandes temas nacionais, por outro lado Chagas Freitas conquista a terceira

colocação entre os deputados federais mais votados na Guanabara em 1962, distinguindo-se absolutamente em relação àquela tendência dominante na bancada, por estar longe de encarnar uma representação exemplar do padrão vocacionado para o debate político ou debate de idéias. Acreditamos, então, que sua candidatura deve ser considerada, conferindo complexidade à tese de que a bancada federal carioca, eleita em 1962, tem vocação para o debate nacional, não desconstruindo o argumento mas apontando para a presença, ainda que minoritária, também nessa esfera de Governo, da lógica política localista, avessa aos debates nacionais, lógica política essa que é identificada como tradição dominante nas instâncias do poder local carioca desde os primeiros anos da República.

Reforçando essa idéia, além de Chagas Freitas, mais dois deputados eleitos são reputados como parlamentares não-radicais, com atuação discreta e participação moderada nos debates: Benjamin Farah e Rubens Berardo. A esse respeito é interessante observar que uma leitura dos discursos de ambos os deputados, pronunciados em plenário ou na mídia, não nos permite perceber o contexto de radicalização política vivenciado em âmbito nacional e, sequer, a ocorrência do golpe de 1964 e a instalação de um Governo Militar no país.

Não obstante tais ponderações, um breve balanço da investigação até aqui realizada em torno das histórias pessoais e profissionais dos deputados federais eleitos pela Guanabara em 1962 – que levou em conta os seus nascimentos, carreiras, redes de sociabilidade, experiências políticas e os eixos orientadores de suas práticas e discursos parlamentares –, permite concordar com a verificação de que a vocação para o debate nacional é uma marca predominante no comportamento dessa bancada. Efetivamente, os principais temas relativos à política nacional absorveram, ainda que em graus diferenciados, a grande maioria desses parlamentares, ao longo do exercício de seus mandatos na legislatura 1963/1967.

Capítulo 3

*A Bancada Carioca de Deputados Federais Eleita em 1970*²¹⁷

O meu pensamento é o pensamento dos meus eleitores: para onde eles quiserem que eu vá, eu vou ²¹⁸.

Pretendemos, neste Capítulo, traçar um perfil das trajetórias políticas individuais dos deputados federais eleitos pelo estado da Guanabara, em 1970. Serão realçados, inicialmente, aspectos das condições primeiras de vida dos deputados, como os locais e datas de nascimento e sua formação educacional. Procuraremos, também, fazer um mapeamento de suas atividades profissionais e experiência parlamentar, dando ênfase às temáticas que os incitaram de modo preponderante ao longo da vida pública, norteando suas ações e pronunciamentos.

A idéia basilar, neste Capítulo, é, a partir das trajetórias individuais, delinear as principais características do comportamento político daqueles parlamentares, distinguindo os aspectos hegemônicos e homogeneizadores do grupo. Particularmente, estaremos atentos à verificação sobre se há continuidade ou não em relação à vocação para o debate nacional identificada no perfil da bancada de deputados federais eleita pela Guanabara em 1962. Intentamos, ainda, cotejar a hipótese de que, nas eleições de 1970, ganha força inédita, no âmbito parlamentar federal carioca, a prática política clientelista e fisiológica, para o que colabora, em grande medida, o processo de cassações desencadeado com a instauração do regime militar.

²¹⁷ Anexo a esta dissertação, apresentamos um quadro com dados biográficos de cada um dos deputados federais eleitos pela Guanabara em 1970.

1. *Ambiência política nacional*

Em 31 de março de 1964, estoura o golpe que depõe João Goulart da Presidência da República e institui por 21 anos uma ditadura militar no Brasil²¹⁹. Movimento apoiado por parte dos setores civis da população, de acordo com os seus patronos tem o propósito central de eliminar a subversão e a corrupção, tanto na administração pública como em todos os setores da vida social. No preâmbulo do Ato Institucional n.º 2²²⁰, decretado em outubro de 1965, os objetivos do golpe de 1964 são lembrados nos seguintes termos: “A Revolução é um movimento que veio da inspiração do povo brasileiro para atender às suas aspirações mais legítimas: erradicar uma situação e um governo que afundavam o país na corrupção e na subversão”. Contudo, as primeiras medidas do governo golpista demonstrariam um interesse localizado em “eliminar as pretensões da esquerda, os seus projetos sociais e a sua real ou suposta hegemonia no poder nacional”²²¹.

A partir do golpe de 1964, as funções legislativas do Congresso Nacional sofrem forte esvaziamento. Para garantir um determinado desenho hierárquico de poder, o governo militar lança mão da repressão e da criação de toda uma legislação de exceção, legitimadora daquelas ações – os Atos Institucionais, a Constituição de 1967 e a Emenda Constitucional de 1969. A atividade legislativa reduz-se praticamente à prerrogativa de confirmar, em última instância, as medidas tomadas por um Poder Executivo autorizado a governar por decreto. Tratava-se de

²¹⁸ Trecho de declaração de um deputado do grupo de Chagas Freitas entrevistado por Eli Diniz. A autora realiza uma série de entrevistas com deputados estaduais e federais vinculados ao grupo político de Chagas, sem contudo citar os seus nomes. Ver DINIZ, 1982, p.193.

²¹⁹ Um balanço historiográfico dos estudos sobre o golpe de 1964 e o regime militar brasileiro é apresentado em FICO, 2004.

²²⁰ Algumas considerações serão feitas, mais adiante, ainda nesta seção, sobre as regras políticas introduzidas com o AI-2.

²²¹ FIGUEIREDO, 1978, p.15

impor novas regras, novas leis, que surgiam para legitimar um governo construído com base na coerção e no autoritarismo.

O primeiro Ato Institucional²²² é baixado poucos dias após o golpe, em 09 de abril de 1964, com vigência determinada para até 31 de janeiro de 1966. Através dele, delega-se autoridade ao denominado *Comando Supremo da Revolução*²²³ para, entre outras prerrogativas, cassar mandatos parlamentares e suspender os direitos políticos dos cidadãos por um prazo de dez anos. Determina-se, também, a realização, em 11 de abril de 1964, de eleições indiretas para a Presidência e a Vice-Presidência da República, quando são eleitos, respectivamente, o marechal Humberto de Alencar Castello Branco e o pessedista José Maria Alkmin, para mandatos com vigência idêntica a do AI-1, até 31 de janeiro de 1966. Nesta data, então, previa-se que assumiriam o presidente e o vice-presidente eleitos em pleito direto marcado para 03 de outubro de 1965. Em 17 de julho, porém, o Congresso Nacional, por maioria absoluta, vota pela prorrogação, até 15 de março de 1967, do mandato do presidente Castello Branco e pelo adiamento da eleição presidencial para 03 de outubro de 1966. Tal prorrogação se fundamentaria na justificativa de que as medidas de reestruturação política e econômica que necessitavam ser adotadas não se poderiam efetivar dentro do prazo de vigência do AI-1²²⁴.

Em 10 de abril de 1964, com base no AI-1, é divulgada a primeira e extensa lista de cassações de mandatos políticos. Outras listas a sucederiam, impondo punições a cerca de 812

²²² A referência a este Ato Institucional como sendo o primeiro de uma série só aparece após o lançamento do segundo Ato Institucional, em 27 de outubro de 1965.

²²³ Em 01 de abril de 1964, o então presidente do Senado Auro de Moura Andrade declara a vacância da Presidência da República, embora o presidente João Goulart se encontrasse ainda em território nacional. Conforme prescrição constitucional, o presidente da Câmara dos Deputados, o então deputado Pascoal Ranieri Mazzilli, assume interinamente a Presidência do país, porém o poder de fato passa a ser exercido pelo Comando Supremo da Revolução, formado por três representantes das Forças Armadas, até a posse, em 15 de abril, do presidente eleito pelo Congresso, Humberto Castello Branco. Organizado a 02 de abril pelo então autoproclamado comandante-em-chefe do Exército, general Arthur da Costa e Silva, o Comando Supremo da Revolução tem como membros, além dele próprio, o brigadeiro da Aeronáutica Francisco de Assis Correia de Melo e o vice-almirante da Marinha Augusto Rademaker. Sobre os episódios que marcaram a declaração de vacância do cargo de presidente da República, então ocupado por João Goulart, e os seus desdobramentos imediatos, ver FICO, 2004, p. 15 a 20.

parlamentares em todo o país, entre os anos 1964 e 1973 (Quadro 1). É interessante observar que, consideradas todas as unidades federativas, a Guanabara é a mais atingida pelas cassações de mandatos, no correr do regime militar.

Quadro 1

**NÚMERO DE DIREITOS POLÍTICOS OU DE MANDATOS CASSADOS POR ESTADO
DE RESIDÊNCIA DOS PUNIDOS – 1964/1973**

Estado/ Região	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	Total
AC	1		3			4					8
AM	7		2			6					15
PA	17		1			9					27
Norte	25		6			19					50
MA	1		2		1	2					6
PI	1					4					5
CE	9					11					20
RN	7			2		6					15
PB	4		1	1		12					18
PE	18		2	8	2	24	4				58
AL	3		1			11					15
SE			1			10					11
BA	15		2			9					26
Nordeste	58		9	11	3	89	4				174
MG	14		4	1		28					47
ES	3		1			8					12
RJ	13		13	2		35	13				76
GB	81		13	2	3	35	10				144
SP	36		9	2	4	49	8				108
Sudeste	147		40	7	7	155	31				387
PR	12			1		16					29
SC	3		3			11					17
RS	48		12	1	2	40	1				104
Sul	63		15	2	2	67	1				150
MT	3					8					11
GO	11		2			13	1				27
DF	5					4					9
Centro-Oeste	19		2			25	1				47
Territórios	3					1					4
Sub-total	315		72	20	12	356	37				812
S/Informação	70		82	66	1	27					246
Brasil	385		154	86	13	383	37				1058

Fonte: SANTOS, Wanderley Guilherme dos (Coord.) *Que Brasil é este? Manual de indicadores políticos e sociais*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice, 1990, p.247.

²²⁴ CALICCHIO, Vera. *Atos Institucionais*. In: ABREU (Coord.)...et al, 2001, v.1, p.419.

Em 15 de julho de 1965, através da Lei n.º 4.737, é promulgado Código Eleitoral segundo o qual os governadores em exercício não poderiam reeleger-se no pleito previsto para 03 de outubro de 1965. Quando ocorrem as eleições, a vitória de candidatos da oposição ao regime militar, em Minas Gerais – Israel Pinheiro (PSD) – e na Guanabara – Negrão de Lima (PSD/PTB) –, suscita pressões por parte de alguns setores das Forças Armadas, identificados como a “linha dura”, no sentido de reforçar ainda mais os poderes do Executivo Federal e criar mecanismos que impedissem o retorno à arena política de indivíduos ligados à ordem anterior ao golpe. Os militares da “linha dura” acusavam Castello Branco de ser excessivamente conciliador quando deveria combater, “sem tréguas”, a corrupção e o comunismo. Diante das pressões, Castello Branco posiciona-se:

Se contemos legítimas preocupações do combate à volta funesta da subversão e da corrupção, e tomamos uma a uma como elemento de nossa própria orientação, não podemos, absolutamente, deixar à solta as tentativas de homens, meios e regimes afastados pela Revolução. O Governo, inexoravelmente, as combaterá, e assim afirma como imperativo da própria segurança nacional²²⁵.

A 27 de outubro de 1965, é decretado o Ato Institucional n.º 2, a vigorar até 27 de outubro de 1967. Entre outras medidas, o AI-2 atualiza a prerrogativa do presidente de cassar mandatos e suspender direitos políticos, estabelece a extinção de todos os partidos políticos existentes e eleições indiretas para a Presidência da República. Nesse momento, as forças que haviam apoiado o golpe já não se mantinham coesas em torno de um mesmo projeto político e várias lideranças civis, como o governador Carlos Lacerda, sentindo-se preteridas pelo Governo, passam à oposição.

Em 20 de novembro de 1965, subseqüentemente à decretação do AI-2, o Ato Complementar n.º 4, define regras para a formação de novos partidos, estabelecendo que as novas

legendas partidárias deveriam ter um quadro de no mínimo 120 deputados e 20 senadores, estruturando-se dentro de um prazo de 45 dias – prazo depois prorrogado para 15 de março de 1966. Tais disposições acabam por estabelecer no país o sistema bipartidário, com a criação do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição, e da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de apoio ao Governo golpista.

Ainda visando regulamentar a formação dos novos partidos, é elaborada, também em 1965, a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, definindo, entre outros pontos, que as organizações partidárias deveriam constituir diretórios regionais em pelo menos 50% dos estados brasileiros e que cada um desses diretórios regionais só poderia ser organizado se o partido conseguisse fundar diretórios zonais em no mínimo $\frac{1}{4}$ dos municípios do estado²²⁶. MDB e ARENA, porém, são criados antes da homologação definitiva dessa Lei Orgânica e obtêm autorização do Tribunal Superior Eleitoral para disputar as eleições de 1966 sem o cumprimento daquela cláusula.

O MDB é criado, então, como partido de oposição para funcionar num sistema político autoritário, atuando dentro de uma lógica em que vigoravam claros impedimentos à sua ascensão ao poder, com toda uma legislação de exceção outorgada para permitir cassações de mandatos de opositores do regime, suspensões de direitos políticos e prisões, além do acobertamento da prática da tortura.

Formado por membros que estavam longe de ser um grupo de identidades e idéias comuns, o MDB surge com caráter de frente parlamentar. Naquele momento, era o único canal formal de oposição no país e, dentro do partido, políticos de origens partidárias e tendências ideológicas diferentes se reúnem, a princípio, em torno do objetivo comum de opor-se à ditadura

²²⁵ VIANA FILHO, 1975, p.340.

²²⁶ TRINDADE, 2000, p.9.

militar e defender o restabelecimento do regime democrático no Brasil. Na prática, contudo, alguns membros do MDB ingressam no partido por avaliar a possibilidade de extrair vantagens eleitorais filiando-se a uma legenda que, supunham, tinha a preferência do eleitorado que pretendiam conquistar.

Como uma grande casa partidária, formam-se dentro do partido grupos distintos, alguns adotando posturas mais moderadas, outros não só posturas moderadas como também adesistas e, outros, posturas mais combativas. Moderados evitavam o enfrentamento aberto com os militares, procurando apresentar-se como uma oposição de poucas críticas, que não pretendia burlar as regras autoritárias do jogo político. Adesistas somavam a esse comportamento uma linha de composição com o governo militar, não só evitando criticá-lo, mas, também, procurando destacar os seus aspectos positivos. Já a corrente combativa do MDB assumia uma postura firme de oposição ao regime e contrapunha-se às orientações adesistas, sendo, a partir de 1970, chamada de “grupo autêntico do MDB”²²⁷. Desse modo, durante a vigência do bipartidarismo no Brasil, as contendas políticas do MDB não ocorrem apenas na forma de embates com a ARENA, mas também em âmbito intrapartidário, entre os próprios emedebistas.

Pouco mais de dois meses após a regulamentação da criação dos partidos políticos, em 05 de fevereiro de 1966, é decretado o terceiro Ato Institucional, o AI-3, determinando que os governadores e vice-governadores passariam a ser eleitos indiretamente pelas assembleias legislativas. Em 03 de outubro ocorrem as eleições indiretas para a Presidência da República, sendo eleito o general Arthur da Costa e Silva, com o apoio da maioria da oficialidade da “linha

²²⁷ Márcio Moreira Alves. In: Crônica Política do Rio de Janeiro, 1998, p.190.

dura” e a abstenção de toda a bancada do MDB²²⁸. A 15 de novembro realizam-se as eleições diretas para senadores, deputados federais e estaduais.

Logo após a eleição de Costa e Silva, ainda em outubro de 1966, começa a ser articulado o movimento da Frente Ampla, lançado em defesa da restauração do regime democrático brasileiro, que, após intensas negociações, reúne o apoio e a participação de inimigos históricos: Carlos Lacerda, João Goulart, Juscelino Kubitschek e vários seus correligionários. O movimento cresce e mobiliza boa parte da opinião pública, mas tem suas atividades proibidas em 05 de abril de 1968, com base na Portaria n.º 177 emitida pelo Ministério da Justiça²²⁹.

Em 24 de janeiro de 1967, é promulgado um novo texto constitucional, a Constituição de 1967, que entra em vigor a partir de 15 de março. Nessa Carta é dada uma estrutura única e formal à expressiva parcela das determinações políticas do Executivo Federal impostas a partir de 1964 pela via dos atos institucionais e complementares, decretos e leis. Porém, não obstante a nova Carta incorporar em suas cláusulas o universo principal dos arranjos governamentais pós-golpe, o domínio constitucional seguiria com frequência subordinado à decretação de novos atos institucionais.

A insatisfação com o Governo levaria à organização, por diferentes setores da sociedade, de uma série de movimentos políticos de oposição ao regime, sempre enfrentados com dura repressão policial. Organizações de guerrilha urbana adotam a luta armada, investindo em ações de assalto a bancos e atentados a núcleos militares. Em fevereiro de 1968, é formada a Ação

²²⁸ Sobre o assunto, ver LEMOS, Renato. *Costa e Silva*. In: ABREU (Coord.)...et al. 2001, p.5395-5401.

²²⁹ Informações sobre o movimento da Frente Ampla podem ser encontradas em GOMES, 1968, p. 199 a 220 e LAMARÃO, Sérgio. *Frente Ampla*. In: ABREU (Coord.)...et. al., 2001, v. II, p.2391-2393. Ver também LACERDA, 1978, cap. 33; e BOJUNGA, 2001, cap. *A Frente contra os rinocerontes*.

Libertadora Nacional (ALN)²³⁰, importante organização de guerrilha urbana que, em 1969, participaria, ao lado do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), de uma ação de seqüestro contra o embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, depois libertado em troca de 15 presos políticos brasileiros e da divulgação de um manifesto contra a ditadura militar. Dias após a libertação de Elbrick, em 09 de setembro, são decretados o AI-13 e o AI-14, respectivamente, instituindo a pena do banimento (aplicada aos 15 presos libertos) e prevendo a pena de morte e prisão perpétua para os casos definidos na Lei de Segurança Nacional como “guerra psicológica adversa” ou “guerra revolucionária subversiva”. Mais três seqüestros de autoridades estrangeiras seriam organizados, no ano de 1970, todos obtendo a libertação de presos políticos²³¹.

As manifestações estudantis também ocupariam um lugar central no conturbado cenário político brasileiro, ao longo de toda a segunda metade dos anos 1960, apoiadas por vários setores da sociedade e da igreja. Com bandeiras que combinavam reivindicações por reformas na política educacional do Governo, pressões pela libertação dos estudantes presos durante a realização de passeatas violentamente reprimidas por tropas de choque da polícia militar e pelo fim da ditadura, no início de 1968 intensificam-se os conflitos políticos na área estudantil. Em março, uma passeata é realizada em protesto contra o aumento do preço da refeição no restaurante do Calabouço²³². Reprimida pelas forças policiais, um estudante, Edson Luís de Lima Souto, chega a ser assassinado. O corpo do rapaz é velado na Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara,

²³⁰ A Ação Libertadora Nacional é criada pelo ex-integrante do PCB Carlos Marighela e atua até meados de 1970, quando seus últimos integrantes são presos, assassinados ou exilados.

²³¹ Foram também seqüestrados o cônsul japonês Nabuo Okuchi, em março de 1970, em ação armada liderada pelo movimento de esquerda Vanguarda Popular Revolucionária; o embaixador alemão Von Hollebem, em julho de 1970, por integrantes das organizações Vanguarda Popular Revolucionária e Ação Libertadora Nacional; e o embaixador suíço Enrico Bucher, em dezembro de 1970, em seqüestro comandado pelo líder guerrilheiro Carlos Lamarca. A libertação dessas autoridades é condicionada à troca, respectivamente, de 05, 40 e 70 presos políticos, que partem para o exílio.

²³² O Restaurante do Calabouço era freqüentado por estudantes e subsidiado pelo Governo.

por em torno de 50 mil pessoas. Em junho seguinte, realizar-se-ia nova mobilização – a Passeata dos Cem Mil –, dessa vez autorizada pelo então governador da Guanabara, Negrão de Lima. O não atendimento, pelo Governo Federal, das reivindicações enunciadas no movimento, levaria ao acirramento dos conflitos políticos. Em agosto, a Universidade de Brasília é invadida pela Polícia Federal, sendo efetuadas prisões de alunos e professores, e a Universidade Federal de Minas Gerais sofre intervenção policial e é fechada.

Movimentos operários também eclodiriam ao longo de 1968, em protesto contra a política de contenção salarial implementada pelo Governo militar, sendo deflagradas greves em diferentes cidades do país²³³.

Enquanto a imprensa nacional e estrangeira denunciava os excessos da política repressiva do Governo, contra intelectuais, artistas, estudantes, religiosos, entre outros, perseguições a “subversivos” e atrocidades cometidas nos órgãos policiais contra os presos políticos, inclusive com uso de meios de tortura, militares governistas insistiam em alardear a existência, no Brasil, de uma guerra revolucionária subversiva comunista, que, segundo eles, devia ser combatida. Oficiais da “linha dura” das Forças Armadas alegavam existir uma campanha difamatória ostensiva contra o Governo, visando desmoralizá-lo, e clamavam por medidas repressivas de exceção radicais. No dia 13 de dezembro de 1968, é lançado pelo presidente Arthur da Costa e Silva, sem prazo de vigência, o Ato Institucional n.º 5, o AI-5. O estopim que serviu como justificativa para o Ato foi um discurso proferido na Câmara pelo então deputado emedebista Márcio Moreira Alves, condenando as ações violentas orquestradas pelo governo militar na Universidade Federal de Minas Gerais e na Universidade de Brasília, e conclamando os estudantes agredidos a se recusarem a desfilar nas comemorações de 07 de Setembro. Na ocasião,

²³³ Uma breve descrição dos movimentos de greve deflagrados ao longo do ano de 1968 é apresentada em KORNIS, Mônica, SANTORO, Marco Aurélio. Greve. In: ABREU (Coord.)...et al, 2001, v.III, p.2639-2654.

o Congresso Nacional nega ao Supremo Tribunal Federal licença para processar o deputado, que tinha imunidade parlamentar, e, um dia depois, o AI-5 é editado e o Congresso fechado²³⁴.

Com base no AI-5, entre outras medidas, são suspensas as imunidades parlamentares e conferidos poderes coercitivos extremos ao presidente da República, inclusive para fechar o Congresso (reaberto de novo apenas em outubro de 1969), intervir em estados e municípios, cassar mandatos e suspender direitos políticos. Medidas são adotadas, visando o fortalecimento do Poder Executivo, sendo facultado ao ministro da Justiça o direito de interferir em jornais e programas de rádio e televisão, filtrando a divulgação de notícias. É levada a termo uma intensa política repressiva, com a efetivação de várias prisões de opositores do regime. Anos depois, a revista *Isto É* noticiaria que, entre 1969 e 1973, teriam sido registradas no país 77 ocorrências de mortes por tortura de presos políticos²³⁵.

Ao mesmo tempo, sucessivas listas de cassações são publicadas, atingindo 45% dos parlamentares emedebistas²³⁶. De acordo com Marcus Faria Figueiredo, a grande novidade do AI-5, em relação às cassações, era o fato de seu propósito último não ser mais eliminar da cena política brasileira indivíduos comprometidos com o regime anterior ao golpe e, sim, as oposições surgidas no decorrer dos governos militares e dos embates que o sucederam, oposições essas que teriam se tornado incompatíveis com os objetivos do golpe, ainda que dele tivessem inicialmente participado²³⁷.

Em 26 de agosto de 1969, Costa e Silva sofre uma trombose cerebral, afastando-se do cargo, e até o fim de sua gestão, com base no AI-12, em 31 de agosto decretado pelos ministros

²³⁴ O assunto é abordado em depoimento de Márcio Moreira Alves publicado em *Crônica Política do Rio de Janeiro*, 1998, p. 175-198.

²³⁵ DIAS, Sônia. *Emílio Garrastazu Médici*. In: ABREU (Coord.)...et al, 2001, v.III, p.3686.

²³⁶ TRINDADE, 2000, p.09

²³⁷ FIGUEIREDO, 1978, Conclusão.

das pastas militares²³⁸, o presidente é substituído, não pelo vice-presidente, o civil Pedro Aleixo, mas por uma Junta composta pelos próprios ministros militares do Governo. Em 25 de outubro de 1969, são eleitos indiretamente, pelo Congresso, os oficiais indicados pela Junta Militar para a Presidência e Vice-Presidência da República, respectivamente, o general Emílio Garrastazu Médici e o almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald, que tomam posse quatro dias depois.

Não obstante as medidas de exceção imputadas à sociedade brasileira desde o primeiro ano da ditadura militar, em maio de 1969, cinco meses após a decretação do AI-5, é editado pelo presidente Costa e Silva o Ato Complementar n.º 54, regulando a organização das convenções partidárias que deveriam anteceder a formação dos diretórios zonais dos partidos políticos. Aos diretórios zonais caberia a eleição dos respectivos diretórios regionais. Ainda dentro das novas regras estabelecidas, as filiações partidárias deveriam ser controladas pelos diretórios zonais, registradas em livros próprios, constando o nome, residência e número do título do eleitor, acompanhados de sua assinatura e com todas as folhas rubricadas pelo juiz eleitoral. Em 17 de outubro de 1969, é outorgada a Emenda Constitucional n.º 1, que, entre outros pontos, redefine as regras eleitorais para determinação do número de deputados federais a compor as bancadas parlamentares. O número de deputados, por estado, ficava estabelecido em lei, na proporção dos eleitores nele inscritos, conforme os seguintes critérios: a) até cem mil eleitores, 03 deputados; b) de cem mil e um a três milhões de eleitores, mais um deputado para cada grupo de cem mil ou fração superior a cinquenta mil.

²³⁸ Durante o Governo Costa e Silva, os ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica são, respectivamente, o general Aurélio Lira Tavares, o almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald e o marechal-do-ar Márcio de Sousa e Melo.

Em 03 de outubro de 1970 são realizadas eleições indiretas para os governos dos estados, a respeito das quais o presidente Médici advertiria de antemão não aceitar candidaturas da oposição “que pudessem representar uma contestação ao processo revolucionário”²³⁹. Em 15 de outubro, realizam-se eleições diretas para as assembleias legislativas e o Congresso Nacional. O endurecimento do regime, a partir da decretação do AI-5, que leva à cassação massiva de elementos da oposição, acaba provocando um “saque” no MDB, retirando de seus quadros o grupo mais combativo e favorecendo o fortalecimento, dentro do partido, das correntes moderadas e adesistas.

Naquele momento, o MDB mantém-se fundamentalmente como uma oposição aparente, que não assume aberto confronto com o Governo Federal, chegando às eleições de 1970 maculado no seu *status* de firme representante da oposição ao regime militar²⁴⁰. Indicador de que o partido já não era uma alternativa bastante para muitos que se opunham ao regime, ganha grande vulto a campanha em favor do voto nulo e branco em protesto contra o contexto político repressivo brasileiro e, efetivamente, ocorre uma elevação do índice de votos nulos e brancos contabilizados nas eleições de 1970 em relação às eleições de 1966 (Quadro 02).

Quadro 02							
Votos nulos e brancos: eleições de 1966 e 1970							
		Senado		Câmara dos Deputados		Assembléia Legislativa	
		1966	1970	1966	1970	1966	1970
<i>Brasil</i>	Nulos	1.614.276	2.821.306	1.176.925	2.098.828	1.127.416	1.893.823
	Branco	2.014.579	10.199.841	2.461.523	4.690.952	2.088.927	4.129.835
Fonte: MOTTA, 2000, p.130							

Os desmandos do Poder Executivo, no processo eleitoral de 1970, incluíam desde o uso da máquina administrativa do Governo Federal, como instrumento de pressão sobre o

²³⁹ DIAS, Sônia. *Emílio Garrastazu Médici*. In: ABREU (Coord.)...et al, 2001, v.III, p.3683.

funcionalismo, visando angariar votos para os candidatos oficiais, até a intimidação levada a termo, às vésperas do dia das eleições, com a decretação de ordens de prisão para em torno de cinco mil pessoas – sob alegação de estarem planejando atos subversivos. Tais violações também competiriam para o aumento de votos nulos e brancos nessas eleições, opção de muitos que se negavam a participar de um processo eleitoral marcadamente manipulado²⁴¹.

A derrota eleitoral do MDB no país como um todo, nas eleições de 1970, deixaria em evidência a profunda crise atravessada pelo partido (Quadro 03).

Quadro 03		
N.º de votos obtidos pelo MDB e pela ARENA no Brasil - eleições de 1970		
Esfera de Governo	MDB	ARENA
Senado	13.440.875	20.606.480
Câmara dos Deputados	4.777.928	10.917.814
Assembléia Legislativa	4.940.072	11.442.884
Fonte: ABREU (Coord.) ... et al, 2001, v.I, p.113-114; v.IV, p.3964-3965.		

No plano econômico, em 1970 vivia-se um período que passou à História como “milagre econômico brasileiro” (1967/1973). Os pontos centrais do programa adotado pelos então ministros da Fazenda, Antônio Delfim Netto, e do Planejamento, Hélio Beltrão, intentavam promover uma aceleração do desenvolvimento econômico e conter o crescente descontrole inflacionário do país. Ao custo de uma política de “arrocho” salarial e de rápido aumento da dívida externa, ocorrem importantes investimentos em setores diversificados da atividade produtiva e a elevação do Produto Interno Bruto nacional, processo do qual decorreria um aumento da concentração de renda e das desigualdades sociais²⁴².

²⁴⁰ TRINDADE, 2000, p.12.

²⁴¹ TRINDADE, 2000, p.14.

2. A disputa eleitoral na Guanabara para a Câmara dos Deputados: 1970

O processo eleitoral de 15 de novembro de 1970 ocorre no contexto do endurecimento do regime militar brasileiro. Na Guanabara, como nos demais estados, o ciclo punitivo pós-1964 suprimira da disputa personagens com tradição e força política, mas com a especificidade de tratar-se da unidade federativa mais atingida pelas ordens de cassações de mandatos e suspensões de direitos políticos.

A repressão que se instaura abre espaço para o fortalecimento de parlamentares com discurso menos radical, mais afeitos a combinações e acordos com as demais partes do jogo político e logrando articulações no âmbito da política local – principalmente a partir da edição do AI-3, decretado em 5 de fevereiro de 1966, determinando que os governadores estaduais passariam a ser eleitos pelas assembleias legislativas.

Se, por um lado, nas eleições de 1970, o quadro de candidatos que concorrem pelo partido de oposição da Guanabara perdera em muito a sua face combativa, por outro lado, o estado carioca é o único âmbito regional no qual o MDB sai vitorioso, com votação superior à obtida pelo partido no conjunto do país, em todas as instâncias do Poder Legislativo (Quadro 04), elegendo, ainda, indiretamente, Chagas Freitas para o Governo do Estado – único governador eleito pelo MDB em 1970.

Quadro 04		
N.º de votos e % do MDB na Guanabara e Brasil – eleições de 1970		
	Brasil	Guanabara
Assembléia (s) Legislativa (s)	4.940.072 (22,04%)	789.102 (51,53%)
Câmara dos Deputados	4.777.928 (21%)	765.928 (50,02%)
Senado	13.440.875 (28,6%)	2.230.996 (48,56%)
Fonte: Motta, 2000, p.132		

²⁴² Uma breve apresentação e análise do “milagre econômico brasileiro” é desenvolvida em LAGO, Luís Aranha

A força eleitoral do MDB na Guanabara, contudo, nesse momento, expressaria menos a vitória de uma oposição ao regime militar ativa e agressiva e, mais, a influência que Chagas Freitas alcançara na política carioca.

Após o golpe de 1964, Chagas filia-se ao MDB, mas, se apresenta como uma oposição avessa a qualquer posicionamento crítico em relação ao Governo militar. Tratava-se de uma oposição que na prática não fazia oposição.

Detendo um capital político que se beneficiava de uma bem montada rede de apoios locais e da máquina de propaganda representada pelos jornais de sua propriedade, *O Dia* e *A Notícia*, Chagas Freitas receberia, nas primeiras eleições realizadas após o golpe de 1964, já no contexto de um regime fechado – as eleições de 1966 –, 29% dos votos dados aos candidatos do MDB carioca à Câmara Nacional, elegendo ainda um número expressivo de deputados estaduais seus aliados²⁴³. Contudo, não obstante sua boa votação, a corrente chaguista permaneceria minoritária no MDB carioca ao longo dos anos 1967 e 1968²⁴⁴.

Em 1969, quando são editadas as regras para organização das convenções regionais partidárias e reestruturação dos partidos políticos, Chagas Freitas assume a Presidência do MDB carioca e consegue obter, do deputado Waldir Simões – seu antecessor no cargo, cassado pelo AI-5 –, os fichários com as relações de eleitores e cabos eleitorais do partido. Nesse momento, Chagas passa a dedicar-se, com particular empenho, à tarefa de organizar, sob seu controle político, o maior número possível de diretórios zonais emedebistas da Guanabara. Na opinião de Erasmo Martins Pedro, Chagas Freitas tinha, então, capital político suficiente para assumir a

Correia do. *Milagre Econômico Brasileiro* In: ABREU (Coord.)...et al, 2001, v.IV, p.3800-3805.

²⁴³ De acordo com Vilma Keller e Libânia Xavier, “formou-se assim [na Assembléia Legislativa] o núcleo inicial da chamada ‘corrente chaguista’ do MDB carioca, composto por Nelson José Salim, Miécimo da Silva, Ubaldo de Oliveira, Telêmaco Gonçalves Maia, Átila Nunes, Levi Neves e Índio do Brasil. KELLER, XAVIER, *Chagas Freitas* In: ABREU (Coord.)...et. al, 2001, v.II, p.2378.

²⁴⁴ Sobre a força da corrente chaguista dentro do MDB ao longo da década de 1960 e 1970, ver, por exemplo, DINIZ, 1982, Cap.2.

Presidência regional do MDB e agregar as forças políticas do partido, em função da base de sustentação oferecida pelo jornal *O Dia*:

A maioria do PTB tinha sido cassada. De maneira que não existiam mais as lideranças iniciais do partido. (...) Só ele [Chagas Freitas] tinha condições de reviver o partido. Ninguém mais tinha recursos, nem meios de comunicação. Nenhum jornal sequer dava uma nota sobre a oposição²⁴⁵.

De fato, Chagas utilizaria seus jornais como principal veículo para uma intensa campanha de filiação ao MDB²⁴⁶. *O Dia* e *A Notícia* passam a circular com cupons do partido e orientações informando que os cupons deveriam ser preenchidos com o nome e o endereço dos leitores interessados em filiar-se ao MDB. Quem encaminhasse à sede dos jornais os cupons corretamente preenchidos, recebia a visita de uma pessoa ligada ao grupo de Chagas Freitas, que lhe entregava um prêmio e a ficha de registro partidário.

Com essa campanha, Chagas intentava reduzir ainda mais o peso da oposição à sua liderança dentro do MDB carioca – já favorecida pelo afastamento da cena política dos setores oposicionista mais ativos do estado, a partir da cassações de mandatos.

Os que colaboravam com o projeto de Chagas Freitas de estruturação do partido, garantiam espaço de propaganda política nos jornais *O Dia* e *A Notícia*. A situação é descrita por Erasmo Martins Pedro:

Quando veio a notícia de que estava sendo preparada a reabertura dos partidos, Chagas [em almoço com Reynaldo Santana e Erasmo Martins Pedro] nos perguntou se queríamos participar da reconstrução do MDB para torná-lo o “nosso” partido.

(...) A legislação determinava que os filiados deveriam assinar a filiação em livros, de acordo com a zona eleitoral onde estavam inscritos. Chagas até comentou: “Vamos agora ver quem aceita vir para o MDB. Quem aceitar, tem que participar da coleta de

²⁴⁵ Erasmo Martins Pedro, 1998, p.123-124.

²⁴⁶ Ver, por exemplo, DINIZ, 1982, p.91-95.

inscrições nos livros”. Vários não aceitaram porque preferiram ir para a ARENA; outros, porque disseram que não queriam mais fazer política, acho que com receio do que poderia acontecer. Foi feita então uma checagem dos elementos que poderiam constituir o partido, de acordo com o prestígio de cada um na sua zona eleitoral. A cada um deles, foi entregue um livro para colherem filiações. Normalmente, quem ficava com essa atribuição era um futuro pleiteante da deputação estadual ou federal²⁴⁷.

Chagas consegue efetivar em torno de 40 mil adesões ao MDB, e obtém o controle sobre todos os 25 diretórios zonais e o diretório regional do partido na Guanabara. Tal controle permite à corrente chaguista influenciar de forma decisiva na indicação e veto de nomes para formação de chapas eleitorais, posto caber aos delegados zonais, na Convenção Regional do partido, definir quais candidatos concorreriam aos cargos eletivos²⁴⁸. Um comentário do deputado da corrente “autêntica” emedebista, eleito em 1970, J.G.de Araújo Jorge, aponta para as arbitrariedades cometidas pelos dirigentes chaguistas nos processos de escolha de candidatos do MDB carioca às eleições parlamentares. Referindo-se ao fato de que o então senador Danton Jobin teria feito declarações à mídia que deixavam a impressão de que a organização das chapas apresentadas na Convenção Regional do MDB, visando as eleições de 1974, fora antecedida por reuniões da Comissão Executiva e até do Diretório do partido, Araújo Jorge afirma:

Na realidade essas reuniões foram transferidas seguidamente... Não teria havido reunião nenhuma, porque o Governador já tinha estabelecido os critérios. Como todos sabem, chegamos à Convenção com as chapas feitas, sem que tenha sido ouvida a representação política do estado²⁴⁹.

O controle sobre os principais níveis de decisão da seção carioca do partido permitiria ainda, a Chagas Freitas, manipular os processos de filiação partidária, pela criação de obstáculos à aceitação e/ou ao encaminhamento de fichas de filiações daqueles que possivelmente

²⁴⁷ Erasmo Martins Pedro, 1998, p.118-119.

²⁴⁸ Ver, por exemplo, reportagem de Flávio Pinheiro publicada na Revista Veja, 28/06/1978, p.28-31, intitulada “O milagre de Chagas – De onde o cacique do Rio tira os votos que distribui entre seus discípulos há 25 anos”.

²⁴⁹ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, 16/08/1974, p.6147.

engrossariam as fileiras da oposição à sua liderança. Vale lembrar que a filiação partidária dava direito ao filiado de eleger os delegados zonais, que, por sua vez, não só, como já foi dito, definiam a chapa de candidatos do partido aos cargos legislativos, como também indicavam o nome do futuro candidato ao Governo do estado, tendo maior peso de voto. Todos esses mecanismos de controle alcançados por Chagas Freitas acaba inibindo a força dos não-chaguistas dentro do MDB carioca, impulsionando a consolidação de sua liderança política.

Além disso, dentro da lógica de evitar enfrentamentos abertos e debates, preferindo as barganhas e conversas reservadas, Chagas procura estabelecer uma boa convivência tanto com a direção nacional do MDB como, também, nos meios militares. A eleição indireta de Chagas Freitas para o governo da Guanabara, em 1970, contaria com o apoio do então comandante do I Exército, general Adalberto Pereira dos Santos, e do ministro do Exército, general Orlando Geisel – que, inclusive, condecora Chagas Freitas, em dezembro de 1970, com a Medalha do Pacificador. Poucos dias antes de sua eleição, o *Jornal do Brasil* publicaria as seguintes considerações sobre a sucessão estadual:

O governador Negrão de Lima, em conversas informais com amigos, acha que o Sr. Chagas Freitas ainda é o nome que reúne mais chances dentro do MDB, não só por dominar a maior parte da máquina partidária, como por ser um homem de convicções políticas que se afinam com os princípios da Revolução de Março (...). A concessão da Medalha do Pacificador ao Sr. Chagas Freitas, indicação feita pelo Exército na pessoa do seu Ministro, General Orlando Geisel, constitui para os partidários do Sr. Chagas Freitas um documento de idoneidade política (...) ²⁵⁰.

Na cerimônia de sua posse, comparecem, além do ministro do Exército, representantes dos ministros da Marinha e da Aeronáutica e da Presidência da República ²⁵¹. O *Jornal do Brasil* faria a cobertura do evento, mostrando que Chagas elogiara a postura do Governo Federal na

²⁵⁰ *Jornal do Brasil*, 17/04/1970, p.04, “Negrão vai a Médiçi para examinar sucessão do Rio”.

²⁵¹ Ver *O Dia*, de 16/03/1971, p.08.

questão sucessória, por ter autorizado o MDB a lançar candidatos – embora, como vimos anteriormente, o presidente Médici tivesse ameaçado impugnar candidaturas do MDB que representassem uma contestação ao Governo golpista:

Em seu discurso no ato de transmissão, o Sr Chagas Freitas disse que “a Guanabara colaborará com as forças que se empenham na defesa da segurança nacional, porque não haverá ordem e tranqüilidade senão sustentando dia a dia, minuto a minuto, um combate sem trégua à subversão. Por isso, todos os recursos do Estado estarão à disposição das forças que se empenham na defesa da segurança nacional contra seus inimigos internos e externos, com a mesma implacável pertinácia meu governo conduzirá a luta contra a corrupção”.

(...) No discurso ele afirmou que “a ascensão de um representante da oposição ao governo da Guanabara só se tornou possível graças a isenção do Exmo. Presidente da República, em sua decisão de fazer cumprir a Constituição”.

(...) Falando sobre a corrupção, Chagas Freitas afirmou: “Dentro das fronteiras desse estado não haverá interrupção na obra de saneamento moral e consolidação democrática que vem sendo realizada no país”²⁵².

Desse modo, embora eleito governador da Guanabara pelo partido de oposição, Chagas Freitas adotaria uma linha de conciliação com o regime, viés que já vinha sendo seguido pelo jornal *O Dia* desde a deflagração do golpe, com a divulgação de uma boa imagem do Governo militar e suas realizações²⁵³. Com o título “Muita Ação, com Menos Discurso”, em 20-21 de junho de 1971, é publicada, por exemplo, matéria apontando o avanço obtido pelo governo militar no tocante à construção de vias para intercomunicação das diversas regiões brasileiras, o que, segundo a matéria, contrastaria com a tradição política vigente no país até 1964, de incorrer em “excesso de verbalismo e pouca ação”:

²⁵² Jornal do Brasil, 16/03/1971, p.8, “Chagas Freitas: buscarei no seio do povo inspiração para os rumos do meu mandato”.

²⁵³ Ver, por exemplo, editoriais do *O Dia*, 17/09/1970, 22/10/1970, 24/10/1970, 01-02/11/1970 e 07/11/1970.

Uma das características da Revolução de 1964, e que merece ser posta em relevo, é a que nela a palavra foi substituída pela ação direta. O exemplo começou de cima, oferecido pelo Presidente Médici que age mais do que fala (...).

Agora, sem discurso, as rodovias rasgam o interior da selva, e ligam cidades, antes solitárias e vegetativas (...), e unem simultaneamente a região amazônica – quase dois terços do nosso território – ao resto do Brasil, integrando-a no corpo da nação, física e espiritualmente.

(...) Uma grande pátria não se constrói com discursos, por mais eloqüentes que sejam os tribunos. É com a decisão audaciosa dos homens que com o braço, a inteligência e as máquinas abrem possibilidade a uma presença nacional sem muitas palavras e com o máximo de vontade de plantar em terra firme os baluartes de um progresso disciplinado²⁵⁴.

O reconhecimento de méritos no Governo militar estender-se-ia ao próprio presidente da República:

A popularidade do Presidente Garrastazu Médici não é novidade para nenhum brasileiro, mas constitui um fenômeno político que se tem de levar em conta quando se pretende captar e compreender a atualidade brasileira. Parte desse prestígio lhe veio naturalmente às mãos como continuador da obra revolucionária iniciada pelo governo Castello Branco. Outra parcela maior deve-o ele às realizações de seu próprio governo no setor da educação e da economia (...), à multiplicidade de iniciativas que tem tomado em benefício do trabalhador e das camadas mais pobres da população brasileira, em suma, à obra de integração econômica, social e política que lançou e vem ampliando com zelo, constância e sabedoria. Mas a maior afluência de popularidade do Presidente Médici decorre de sua simpatia pessoal, de sua simplicidade, da naturalidade²⁵⁵.

Acerca das relações entre os poderes executivos carioca e federal, Chagas Freitas chegaria a afirmar que a União tinha “boa vontade” com os cariocas: “(...) À imprensa, ele [governador Chagas Freitas] disse que o fato de pertencer ao MDB não lhe tem criado qualquer dificuldade nas esferas oficiais, pois só tem encontrado boa vontade e espírito de cooperação nos setores da

²⁵⁴ *O Dia*, 20-21/06/1971, p.2.

União”²⁵⁶. Tal comportamento suscitaria comentários sobre a inadequação de sua permanência no partido de oposição, como o de Célio Borja, eleito, em 1970, deputado federal pela ARENA: “O governador Chagas Freitas (...) fazia a mímica da oposição quando era preciso, sobretudo na época da eleição, e depois se entendia e convivia com o Governo militar. Não enfrentava o regime”²⁵⁷. Na mesma linha, em 1974 o deputado emedebista J.G.de Araújo Jorge, comentaria:

Não é à-toa que corre de boca em boca, no meu estado, não sei se como piada, que o Presidente Geisel, na sua primeira ida à terra carioca, depois de ter sido recebido pelo Governador Chagas Freitas e todo o Secretariado, comentou: ‘Tenho muitos governadores da ARENA em todo o país, mas este é o mais arenista de todos’. Faltou ao Sr. Governador a coragem de ser arenista, porque na ARENA é que seria o seu lugar²⁵⁸.

O papel do jornal *O Dia* como irradiador de candidaturas, nas campanhas políticas que antecedem as eleições de 1970, deve ser relevado. *O Dia* revelou-se um poderoso veículo de comunicação, com enorme circulação nos meios populares, abrindo-se como canal de projeção pública para uma série de pleiteantes a cargos legislativos, e isso num contexto nacional em que grassava a censura à propaganda política. Em pesquisa do IBOPE publicada em 03 de abril de 1969, *O Dia* aparece como o jornal de maior circulação na Guanabara, com uma tiragem que seria “mais de sete vezes e meia a lotação do Maracanã”²⁵⁹.

Sem apresentar análises políticas substanciosas, *O Dia* dirigia-se ao leitor em linguagem simples, privilegiando o noticiário policial e a forma sensacionalista. O jornal realizava, também,

²⁵⁵ *O Dia*, 07/10/1971, p.2, “Um fenômeno de nossos dias”.

²⁵⁶ *Jornal do Brasil*, 06/05/1971, p.13, “Chagas informa a Médici situação financeira da GB”.

²⁵⁷ Célio Borja, 1999, 155-156.

²⁵⁸ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 15/10/1974, p.8162. Em matéria do *O Globo*, intitulada “Petrônio diz que Chagas seria bem recebido na Arena / MDB concorda”, o então senador emedebista Benjamin Farah chega a dizer que, se Chagas Freitas mudasse de partido, isso apenas confirmaria algo já expresso em sua trajetória política: a sua identificação com os princípios arenistas (*O Globo*, 24/04/1975, p.06). O título da matéria alude a Petrônio Portella, à época presidente nacional da Arena.

²⁵⁹ *O Dia*, 03/04/1969, p.03.

uma ampla cobertura dos problemas cotidianos vivenciados pela população carioca de baixa renda e, particularmente, pelos trabalhadores urbanos, cujas condições de trabalho eram reportadas muitas vezes em colunas específicas, intituladas “Coluna do Motorista”²⁶⁰, “Tudo que interessa ao funcionário”²⁶¹, entre outras.

Assim, com base num jornalismo que destacava os problemas do dia-a-dia da população e dos trabalhadores de baixa renda, *O Dia* tornou-se um veículo de forte apelo eleitoral – razão porque o controle que Chagas exercia sobre o jornal favoreceria o seu domínio dentro do MDB. De acordo com o jornalista Pedro do Couto:

Chagas Freitas sentiu que as classes pobres, naquela ocasião, atendiam muito melhor ao comando publicitário no sentido da eleição do que as classes médias. A força, não política, mas eleitoral, d’O Dia era muito maior do que a força eleitoral d’O Globo ou do Jornal do Brasil. O Globo e o Jornal do Brasil não elegiam ninguém. Ninguém é força de expressão, elegiam um. Mas Chagas Freitas elegia seis, sete, com O Dia²⁶².

De fato, o apelo eleitoral do jornal *O Dia* era grande. Nos meses que antecedem as eleições de 1970, seriam regulares as publicações de matérias em favor das campanhas dos candidatos emedebistas, com destaque para aqueles que integravam o grupo político de Chagas Freitas. As matérias eram publicadas sempre num clima de vitória e de grande aceitação popular. Os candidatos apareciam estampados em fotos, em momentos de campanha de rua e de inauguração de comitês. Apareciam ao lado dos populares, sugerindo a existência de apoio recíproco. Os exemplos são inumeráveis²⁶³.

²⁶⁰ Ver, por exemplo, *O Dia*, 01-02/11/1970, Segundo Caderno, p.07.

²⁶¹ Ver, por exemplo, *O Dia*, 08-09/11/1970, Segundo Caderno, p.01.

²⁶² Pedro do Couto. In: *Crônica Política do Rio de Janeiro*, 1998, p.147.

²⁶³ Entre outros, *O Dia*, de 01/09/1970, p.08, “Candidatos da Oposição aplaudidos em diversos bairros da Guanabara”, menciona Marcelo Medeiros, Bezerra de Norões, Reynaldo Sant’Anna, José Bonifácio, Léo Simões e Waldemiro Teixeira, além do próprio Chagas Freitas. *O Dia*, 04/09/1970, p.08, “Funcionários do IPEG homenageiam deputado” (Reynaldo Sant’Anna). *O Dia*, 15/10/1970, p.02, “Caravana do povo festejada por toda a população da Guanabara” (Bezerra de Norões, Pedro Faria, Marcelo Medeiros e Miro Teixeira). *O Dia*, 17/10/1970, p.2, “Vibração popular na feira da Tijuca com presença dos candidatos do MDB” (Benjamin Farah e Nelson

Também freqüentes, reportagens divulgavam pesquisas eleitorais, não raro realizadas pelo próprio jornal, em que o MDB e seu quadro de candidatos apareciam como a grande preferência do eleitorado carioca²⁶⁴. Sobre este ponto, nos fala Erasmo Martins Pedro: “*O Dia* se tornou o órgão oficial do MDB. Todo mundo lia *O Dia*. Chagas fazia pesquisas eleitorais, e sempre colocava os nomes dos mais votados. Se bem que às vezes colocava um ou dois que não tinham realmente aparecido muito, apenas para o nome não ficar esquecido”²⁶⁵.

Além de patrocinar a campanha do grupo chaguista, *O Dia* também promovia o MDB como um todo, possivelmente com o tento de evitar divergências, fomentando a agregação do partido. Desse modo, alguns políticos emedebistas que não tinham vínculos políticos com Chagas Freitas encontravam lugar dentro do partido e também nas páginas do *O Dia*, embora sem ocupar funções de liderança no MDB e sem que fossem feitos grandes investimentos para proporcionar visibilidade às suas candidaturas. Nas palavras do jornalista Rogério Coelho Neto:

A História é feita de incoerências (...). Embora o Chagas fosse um homem composto com a revolução – se não fosse, não teria sido governador indireto dentro do processo revolucionário –,

Carneiro). *O Dia*, 18 e 19/10/1970, p.08, “Aplaudidos na Rocinha os candidatos do MDB” (Benjamin Farah, Nelson Carneiro, Miro Teixeira e Marcelo Medeiros), e p.11, “Pavuna recebeu com festa os candidatos da Oposição” (Chagas Freitas, Marcelo Medeiros e Reynaldo Sant’Anna). *O Dia*, 20/10/1970, p.06, “Candidatos da Oposição aclamados em todos os bairros da GB” (Nelson Carneiro, Benjamin Farah, Marcelo Medeiros, Miro Teixeira, Florim Coutinho, Reynaldo Sant’Anna, Léo Simões, Bezerra de Norões e Chagas Freitas). *O Dia*, 21/10/1970, p.06, “Povo recebe os candidatos do MDB com aplausos e flores” (Nelson Carneiro, Benjamin Farah, Miro Teixeira e Marcelo Medeiros). *O Dia*, 22/10/1970, p.08, “Eleitorado carioca apóia maciçamente a Oposição” (Reynaldo Sant’Anna). *O Dia*, 23/10/1970, p.08, “Largo da Glória recebe com aplausos os candidatos do MDB” (Marcelo Medeiros, Miro Teixeira e Reynaldo Sant’Anna). *O Dia*, 24/10/1970, p.07, “Candidatos do MDB recebidos com vibração e alegria no Grajaú” (Marcelo Medeiros, Miro Teixeira e Reynaldo Sant’Anna). *O Dia*, 01-02/11/1970, p.05, “Oposição comanda a campanha eleitoral na Guanabara” (Miro Teixeira, Rubens Berardo e Marcelo Medeiros). *O Dia*, 03/11/1970, p.12, “Intensas manifestações populares em homenagem aos candidatos da Oposição” (Marcelo Medeiros, Miro Teixeira, Reynaldo Sant’Anna e Bezerra de Norões). *O Dia*, 14/11/1970, p.04, “Dentro de 24 horas: o pleito sensacional. Amanhã, povo da Guanabara dará ao MDB a maior vitória da história” e de 15/11/1970, Capa e p.02, “Hoje: o povo dará a vitória ao MDB” (Miro Teixeira, José Bonifácio, Reynaldo Sant’Anna, Marcelo Medeiros, Bezerra de Norões, Rubens Berardo, Pedro Faria, Ruben Medina, Léo Simões e J.G.de Araújo Jorge).

²⁶⁴ Ver, por exemplo, *O Dia*, 18 e 19/10/1970, p.09, “Eleitorado prefere os candidatos do MDB” e *O Dia*, 13/11/1970, p.12, “Faltando 48 horas para a eleição, povo já festeja a vitória do MDB” (respectivamente, pesquisas do IBOPE e do próprio jornal *O Dia* mostram vantagem dos candidatos Miro Teixeira, José Bonifácio, Reynaldo Sant’Anna, Marcelo Medeiros, Bezerra de Norões, Rubens Berardo, Pedro Faria, Ruben Medina, Léo Simões e J.G.de Araújo Jorge).

²⁶⁵ Erasmo Martins Pedro, 1998, p.126.

ainda assim deixou um espaço em que foi possível aproveitar as forças que se contrapunham ao regime de exceção militar, para ocupar determinadas funções na área parlamentar. O Chagas fazia composições, por ter o comando do MDB, com algumas parcelas da esquerda que se elegiam sob a legenda do chaguismo. Quando eu digo legenda do chaguismo é porque naquela época o MDB era o Chagas. Ele tinha um livro de atas do MDB. Fazia as reuniões, levava o livro debaixo do braço, todo mundo assinava, ele guardava e decidia o que queria²⁶⁶.

Muitos nomes ingressam na política carioca lançados por Chagas Freitas, a partir da visibilidade lhes proporcionada pelo *O Dia* e da possibilidade de, através do jornal, estreitar diálogo regular com parcelas do eleitorado da Guanabara. Um exemplo, nesse sentido, era a coluna *Comandos em Ação*: a equipe de reportagem visitava, *in loco*, diversas comunidades carentes, para ouvir seus moradores discorrerem sobre os principais problemas por eles vivenciados. As matérias eram divulgadas aludindo à presença de deputados do grupo de Chagas nas visitas realizadas, destacando a disponibilidade desses deputados para conhecer as circunstâncias de vida dos moradores dos bairros populares, testemunhando seus problemas e ouvindo pessoalmente suas reclamações. Assim, sublinearmente, buscava-se insuflar a existência de um vínculo positivo entre os candidatos chaguistas e os moradores dos bairros visitados, sugerindo uma relação de confiança entre eles²⁶⁷.

Uma vez que a articulação da corrente chaguista sempre foi significativamente mais acentuada no âmbito da política local, o jornal *O Dia* procurava divulgar um leque amplo de candidatos ao Legislativo Estadual vinculados ao grupo, enquanto, em relação ao Legislativo Federal, concentrava forças na campanha de um universo menor de candidatos. Em 1970, foram

²⁶⁶ Rogério Coelho Neto. In: *Crônica Política do Rio de Janeiro*, 1998, p.225-226.

²⁶⁷ Ver, por exemplo, *O Dia*, 03/09/1970, p.09, “Comandos em Ação – Jardim Pedregoso: condução é problema” (Miro Teixeira); *O Dia*, 05/09/1970, p.07, “Comandos em Ação – Moradores da Tijuca querem o aceleração das obras” (Marcelo Medeiros); e *O Dia*, 26/10/1970, p.07, “Comandos em Ação – Bairro de Mangueiros está sendo isolado” (Bezerra de Norões).

sem dúvida, privilegiadas, nas páginas do *O Dia*, as candidaturas de Marcelo Medeiros, em primeiro plano, e de Miro Teixeira e Reynaldo Sant'Anna.

Por outro lado, há de se observar que conseguir ocupar algum espaço político no Legislativo Federal constituiu um fator importante para a consolidação da força de Chagas Freitas no âmbito da política local carioca, por exemplo por lhe possibilitar maior influência a favor dos interesses de seu grupo em eventuais negociações dentro do partido no plano nacional²⁶⁸.

É possível afirmar, pois, que a intensa política repressiva do Governo militar, cassando nomes da oposição que poderiam atrair votos do eleitorado carioca de esquerda, acaba favorecendo o fortalecimento do grupo chaguista na Guanabara. Ou seja, é com o MDB tolhido dentro de uma realidade política absolutamente autoritária, em que a violência fora institucionalizada, que se consolida, no campo político carioca, o fenômeno do chaguismo.

Na seção seguinte, serão focalizados alguns aspectos da trajetória política dos deputados federais eleitos pela Guanabara em 1970, que confirmam a ascendência da corrente chaguista na Câmara Nacional.

3. Os Deputados Federais eleitos pela Guanabara em 1970

Os resultados eleitorais de 15 de novembro de 1970 reeditam a presença de parlamentares engajados no debate político nacional, dentro da bancada carioca eleita para compor a Câmara dos Deputados, mas apenas no que diz respeito aos representantes eleitos pelo partido governista. O ciclo de cassações instaurado pelo regime militar a partir de 1964, ao retirar da disputa eleitoral

²⁶⁸ Ver, sobre o assunto, DINIZ, 1982, Capítulo 3.

nomes da oposição combativa, com força política no estado da Guanabara, acaba induzindo uma renovação da bancada oposicionista, com o fortalecimento do que ficou conhecido como o *estilo chaguista* de atuação política, desenvolvido a exemplo do comportamento político de Antônio de Pádua Chagas Freitas e sob sua liderança.

São eleitos 20 deputados federais para integrar a bancada carioca à Câmara Nacional, em 1970, dos quais 13 vinculados ao MDB e 07 à ARENA (Quadro 05).

Quadro 05			
Bancada de deputados federais eleita pela Guanabara - 1970			
Ordem	Nome do Deputado	Partido	Votos
1	Marcelo Medeiros	MDB	112283
2	Amaral Neto	ARENA	69777
3	Rubem Medina	MDB	68424
4	Reynaldo Sant'Anna	MDB	53322
5	Nina Ribeiro	ARENA	51739
6	Carlos Flexa Ribeiro	ARENA	51296
7	Lopo Coelho	ARENA	33459
8	Pedro Faria	MDB	28625
9	Léo Simões	MDB	26158
10	Bezerra de Norões	MDB	23918
11	J. G. de Araújo Jorge	MDB	23370
12	Célio de Oliveira Borja	ARENA	22248
13	Florim Coutinho	MDB	21780
14	Waldemiro Teixeira	MDB	21507
15	José Bonifácio	MDB	21479
16	Rubens Berardo	MDB	18423
17	Eurípedes Cardoso de Menezes	ARENA	17402
18	Osnelli Martinelli	ARENA	15526
19	Lysaneas Maciel	MDB	14342
20	Alcir Pimenta	MDB	14076
Fonte: TSE.Dados Estatísticos, v.9,1973			

O candidato que obtém o maior número de votos nessas eleições, o único que atinge um total de mais de 100 mil votos contabilizados, é justamente aquele em relação a quem Chagas Freitas engendrara os maiores esforços e investimento no período da campanha eleitoral: Marcelo Medeiros. Por outro lado, entre os 10 primeiros colocados, todos os deputados eleitos pelo MDB

pertenciam ao grupo chaguista. Pela ARENA, Amaral Netto, novamente na segunda colocação, reafirmaria a força política demonstrada nas eleições de 1962.

Os resultados eleitorais de 1970 garantem ao grupo chaguista ocupar mais de 50% da bancada carioca do MDB à Câmara Nacional, o que expressa uma força nova do chaguismo na política carioca, com o crescimento de sua representação fora do âmbito da política local – muito embora o poder de mobilização e a força eleitoral de Chagas Freitas permanecerem mais acentuados no âmbito das eleições locais²⁶⁹.

Num sistema político ditatorial, os partidos e candidatos encontravam-se sujeitos a leis de exceção, que tanto limitavam o funcionamento do Congresso como impunham condições rigorosas às atividades de propaganda política. Nesse contexto, a força eleitoral do MDB da Guanabara, em 1970, contrastaria com a fragilidade do partido nos demais estados da Federação.

A ascendência do grupo chaguista na política carioca é confirmada à luz do exame de alguns aspectos das trajetórias individuais dos deputados federais eleitos em 1970. Vamos, então, às suas trajetórias.

²⁶⁹ Ver, por exemplo, DINIZ, 1982, p.12, 68, 89 e 126.

3.1. Deputados federais: ARENA

3.1.1. Fidélis dos Santos Amaral Netto (UDN)²⁷⁰

Nascido na cidade de Niterói, no estado do Rio de Janeiro, em 28 de abril de 1921, e aluno da Escola de Marinha Mercante – conforme já assinalado no Capítulo 2 desta dissertação –, Amaral Netto transfere-se para o Distrito Federal do Rio de Janeiro após formado, em 1940, e ganha destaque público como jornalista e comentarista político.

No ramo jornalístico, entre outras experiências, une-se à Lacerda, na *Tribuna da Imprensa*, e funda a *Revista Maquis*, em 1955, realizando intensa campanha de oposição aos governos trabalhistas. Na televisão, alcançaria grande audiência com o programa “Amaral Netto, o Repórter”.

Sua carreira parlamentar tem início, em 1960, como deputado à Assembléia Constituinte da Guanabara, elegendo-se, depois, em 1962, o deputado federal campeão de votos da UDN.

Fervoroso opositor do Governo Goulart, apóia o golpe de 1964, mas rompe com o regime quando são suprimidas as eleições diretas para a Presidência da República, com base no AI-2, em 1965. Filia-se ao MDB e reelege-se deputado federal em 1966. Tal postura oposicionista duraria, contudo, um pequeno interregno, pois já no início de 1967 transferiria sua ficha de filiação para a ARENA, reelegendo-se deputado, por esse partido, em 1970. A trajetória parlamentar de Amaral Netto prosseguiria ao longo dos anos, até a década de 1990.

Na legislatura 1971/1975, profere apenas 04 discursos na Câmara, sobre: (1) o panorama político brasileiro durante os anos que atuou como deputado e repórter, concluindo que somente um entrosamento das classes políticas e militares permitiria prescindir das medidas de exceção adotadas pelo Governo militar; (2) a Emenda Constitucional que regula as eleições dos

Governadores e Vice-Governadores dos Estados, em 1974; (3) as realizações do Governo golpista após nove anos no poder; e (4) o grupo empresarial Editora Abril, ao qual atribui atividades contrárias à segurança nacional. Condena uma série de reportagens da revista *Veja*, dessa editora, por, no seu entendimento, atingir os governos militares. Além disso, responde críticas que lhe foram feitas, contra sua atuação parlamentar e na campanha eleitoral de 1974²⁷¹.

3.1.2. *Emílio Antônio Sousa Aguiar Nina Ribeiro (Arena)*²⁷²

Nina Ribeiro nasce no Distrito Federal do Rio de Janeiro, no dia 20 de fevereiro de 1938. Forma-se, em 1961, pela Faculdade de Direito da PUC, no então estado da Guanabara, passando, no ano seguinte e até 1971, a lecionar Direito Penal naquela instituição. Em 1975, diploma-se pela Escola Superior de Guerra.

Udenista, ligado politicamente a Carlos Lacerda, elege-se deputado estadual pela Guanabara em 1962. Em 1965, filia-se à ARENA, reelegendo-se deputado estadual em 1966.

Apóia o golpe de 1964, várias vezes professando sobre as conquistas dele advindas para o país. Segundo ele, o Governo militar pós 1964 teria somado um acervo imenso de trabalho em prol do desenvolvimento econômico do Brasil:

Estamos a construir os nossos próprios aviões; nossa Marinha Mercante se engrandece não apenas na construção e na exportação de navios, mas levando mesmo, na base de acordos bilaterais, antes jamais existentes à nossa bandeira que tremula e freqüente hoje portos nórdicos, cujos países antigamente tinham o privilégio, o monopólio do frete, mesmo quando dizia respeito ao transporte de mercadorias destinadas ao Brasil. Conseguimos uma

²⁷⁰ LEMOS, Renato. *Amaral Net*. In: ABREU (Coord.)...et al, 2001, v.I, p. 202-205. BRASIL, Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, 1971, p.57.

²⁷¹ Ver DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 03/04/1971, p.87; 04/05/1972, p.344; 29/03/1973, p.459 e 16/10/1974, p.8199.

²⁷² ALDÉ, Lorenzo. *Nina Ribeiro*. In: ABREU (Coord.)...et al, 2001, v.V, p.5054-5055. BRASIL, Congresso, Câmara dos Deputados, 1971, p.431-432.

solução razoável e quero crêr benéfica no que concerne ao café solúvel.

(...) Em todos os campos, vemos um Governo tentando valorizar o produto do trabalho brasileiro, tentando valorizar os nossos produtos de exportação. (...) Está aí o saldo de nossa balança comercial e o acréscimo de divisas que, de ano para ano, (...) se vem somando de maneira a ser proclamado perante todos. (...).

E é exatamente nesta hora, em que o progresso e a tecnologia se irmanam para possibilitar alimentar os subnutridos, que não são privilégios da nossa terra, que evidentemente cumpre exaltar, sublinhar e elogiar, sem dúvida alguma, com a imparcialidade necessária, a providência elogiável do Governo²⁷³.

Eleito deputado federal, em 1970, ao longo de toda a legislatura manifestaria apoio às medidas tomadas pelo governo revolucionário²⁷⁴, ainda que pontuando desacordos específicos – por exemplo, em relação à edição do AI-5 –, e acusaria as lideranças do MDB de não assumirem uma postura clara de combate à ação comunista no país²⁷⁵. Em 1974, é reeleito deputado federal, mas em 1978 obtém apenas uma suplência.

A partir da década de 1970, até início dos anos 1990, participa de programas de televisão, esclarecendo questões respeitantes ao direito do consumidor, na TVE e no programa *Defesa do Consumidor*, da TV Tupi.

²⁷³ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 13/04/1971, p.124-128.

²⁷⁴ Entre outros, DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 30/07/1971, p.3421-3427; 06/10/1971, p.5596-5599; 11/05/1972, p.838-842; 23/06/1973, p.3317-3319; 06/06/1974, p.3916-3918.

²⁷⁵ Ver, por exemplo, DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 18/08/1972, p.2773.

3.1.3. Carlos Octávio Flexa Ribeiro (Arena)²⁷⁶

Flexa Ribeiro nasceu em Belém, no estado do Pará, a 11 de agosto de 1914, porém seus primeiros estudos ocorrem no Colégio Andrews, no Distrito Federal do Rio de Janeiro. Diplomado, em 1935, em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Universidade do Distrito Federal, Flexa Ribeiro bacharelou-se em História, em 1938, passando a lecionar no Colégio Andrews, do qual se tornaria proprietário. Em 1951, ingressa, como professor de Artes, no Instituto de Belas-Artes do Rio de Janeiro e, em 1952, como professor de História da Arte e de Estética, na Faculdade Nacional de Arquitetura. Em 1955, assume a Direção do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM) e, ao longo dos anos 1950, participa ativamente tanto da definição do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, como também das discussões sobre a reestruturação do MAM.

Entre 1961 e 1965, durante o governo de Carlos Lacerda, ocupa o cargo de secretário de Educação e Cultura da Guanabara. Candidata-se ao governo da Guanabara, pela UDN, em 1965, perdendo a eleição para Negrão de Lima, candidato da coligação PSD/PTB.

Em 1964, após o golpe e, com a implantação do bipartidarismo no país, participa da criação da ARENA, chegando a exercer a função de secretário-geral do partido na Guanabara. Pela ARENA, elege-se, em 1966, deputado federal para formar a bancada carioca, mas licencia-se do cargo para assumir, entre julho de 1967 e julho de 1970, a Direção do Departamento de Educação da Comissão das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Em 1970 é reeleito deputado federal.

Ao longo de sua trajetória parlamentar, Flexa Ribeiro se afirma particularmente como um pensador atuante no campo das políticas públicas educacionais, inclusive publicando livros sobre

²⁷⁶ ABREU (Coord.)...et al, 2001, v.V, p.5042-5043. BRASIL, Congresso, Câmara dos Deputados, 1971, p.228-229.

o tema²⁷⁷. No entanto, em plenário, profere poucos discursos, apenas dois durante a legislatura 1971/1975: a leitura de uma moção, aprovada pela Convenção Nacional da ARENA, de reconhecimento aos méritos do senador Petrônio Portella como presidente do partido e um esclarecimento sobre não opor-se à organização de estágios de universitários na Câmara dos Deputados²⁷⁸.

Em 1974, reelege-se mais uma vez deputado federal, porém, nas eleições de 1978, obtém apenas uma suplência e abandona a carreira parlamentar.

3.1.4. Lopo de Carvalho Coelho (Arena)²⁷⁹

Lopo Coelho nasce na cidade de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, em 18 de fevereiro de 1911. Diploma-se em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito de Niterói, em 1939, transferindo-se para o Distrito Federal do Rio de Janeiro, depois de formado. Como atividade adicional, atua na área jornalística.

Ganha experiência na área pública, na década de 1940, durante o governo presidencial de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), atuando como diretor do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e como subchefe do Gabinete Civil da Presidência da República. Nos anos 1950 e 1954, respectivamente, é eleito e reeleito deputado federal pelo Distrito Federal do Rio de Janeiro, na legenda do PSD.

Entre 1959 e 1960, assume a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Distrito Federal do Rio de Janeiro, na gestão do prefeito José Joaquim de Sá Freire Alvim (1958/1960) e,

²⁷⁷ *A reforma da educação na França* (1948) e *Educação no Brasil* (1967).

²⁷⁸ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 20/09/1973, p.5910-5911 e 14/11/1973, p.8736-8737.

²⁷⁹ ABREU (Coord.)...et al, 2001, v. 2, p. 1408-1409. BRASIL, Congresso, Câmara dos Deputados, 1971, 380-381.

em outubro de 1960, elege-se deputado à Assembléia Constituinte do novo estado da Guanabara, pelo PSD, assumindo a Presidência da Casa.

Em 1962, Lopo Coelho recebe o apoio do governador Carlos Lacerda para candidatar-se a vice-governador da Guanabara, na disputa contra o candidato do PTB, Eloy Dutra, afinal vitorioso. De acordo com Marly Silva da Motta, a razão do apoio de Lacerda a Lopo Coelho seria, por um lado, o fato de Coelho ser considerado um político “neutro”, supostamente um vice “confiável” por não possuir um perfil com forte marca ideológica. Por outro lado, como Lopo Coelho era vinculado ao PSD, Lacerda deixava o pessedista Juscelino Kubitschek numa encruzilhada: naquelas eleições, ou Juscelino apoiava o colega de chapa, prejudicando uma possível futura aliança com o PTB em torno do lançamento de seu próprio nome nas eleições presidenciais previstas para 1965 – às quais Lacerda também aspirava ser candidato –, ou Juscelino apoiava o candidato a vice do PTB contra o seu próprio partido²⁸⁰. Com a vitória de Eloy Dutra, Juscelino responde à acusação de Lacerda de que teria traído o seu partido nos seguintes termos: “O traidor do PSD é Lopo Coelho, que em 1955 apoiou Juarez Távora, [candidato da UDN lançado para disputar com Juscelino as eleições presidenciais de 1955], e que continua hoje sendo apoiado por Lacerda”²⁸¹. Dentro da UDN, Lacerda seria criticado pela vitória de Eloy Dutra, “por ter escolhido, na pessoa de Lopo Coelho, um candidato fraco”²⁸².

Em 1963, Lopo Coelho é convidado por Lacerda a ocupar a Secretaria Sem Pasta do governo do estado. Em 1964, cursa a Escola Superior de Guerra (ESG), na Guanabara, e, entre este ano e 1966, desempenha a função de ministro plenipotenciário do Brasil para missões diplomáticas relativas à participação em reuniões da Organização Internacional do Trabalho.

²⁸⁰ MOTTA, 2000, p.71.

²⁸¹ DULLES, 2000, v.2, p.121.

²⁸² DULLES, 2000, v.2, p.121.

Filiado à ARENA, em 1966 é eleito deputado federal pela Guanabara, sendo reeleito em 1970. Na legislatura 1971/1975, faz um único discurso em plenário, em que anuncia a construção de um novo hospital na Guanabara²⁸³. Em 1974 tenta nova reeleição, mas obtém apenas uma suplência. Quando deixa a vida parlamentar, é nomeado por Ernesto Geisel, em 1977, ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

3.1.5. Célio de Oliveira Borja (Arena)²⁸⁴

Célio Borja nasce no Distrito Federal do Rio de Janeiro, em 15 de julho de 1928. Diploma-se pela Faculdade de Direito do Distrito Federal, hoje pertencente à Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, completando curso de Doutorado na instituição em 1957. Suas primeiras atividades políticas ocorrem como membro da Juventude Universitária Católica (JUC), Borja vindo a ser um dos fundadores do diretório nacional estudantil da UDN.

Nos anos 1950, dá início ao exercício da advocacia e à longa trajetória no magistério, lecionando, Direito Público e Privado e Direito Constitucional e Administrativo, em diversas universidades e no Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores.

Em 1962, obtém uma suplência nas eleições para deputado estadual da Guanabara, pela UDN, assumindo mandato em 1963 em substituição a Raimundo de Brito, nomeado por Lacerda secretário de Saúde do governo do Estado. Torna-se vice-presidente da UDN carioca entre 1963 e 1964, ano em que assumiria a liderança do governo Lacerda na ALEG e, logo depois, a Secretaria de Governo do Estado, permanecendo no cargo até Lacerda afastar-se do governo, em 04 de

²⁸³ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 18/09/1973, p.5759.

²⁸⁴ CARDOSO, Elizabeth Dezouart, SOUSA, Luís Otávio de. *Célio Borja*. In: ABREU (Coord.)...et al, 2001, v.I, p.727-731. BRASIL, Congresso, Câmara dos Deputados, 1971, p.153-154.

novembro de 1965, em protesto contra a suspensão das eleições presidenciais, decretada com o AI-2.

Célio Borja se apresenta como um parlamentar obstinado defensor das instituições políticas democráticas. A seu ver, João Goulart opta pelo desgoverno, no momento em que começa a ameaçar o país com a imposição de um determinado modelo de gestão – o seu modelo de reformas de base –, atropelando as discussões que, segundo ele, antes ocorriam de forma *civilizada* dentro do Parlamento. Em sua opinião, tal conduta, de Goulart, despertaria em diversos segmentos da sociedade o receio de que o regime democrático estaria a correr riscos e o governo federal a um passo curto de instaurar o golpe armado, caso, dentro dos caminhos da democracia representativa, prevalecesse a oposição ao seu programa de governo:

Houve da parte de muita gente a persuasão de que o governo iria recorrer à força para, de um lado, impor a sua autoridade, que se estava enfraquecendo, e, de outro, alcançar os seus objetivos políticos compreendidos no que se chamou de reformas de base.

(...) O golpe viria, não havia como não vir. Os projetos do Jango não passariam no Congresso, uma vez que ele não contava com a maioria. Mas ele insistia neles. Tentaria, primeiro, aliciar o apoio popular possível para as suas teses; em seguida, forçaria o Congresso, o Congresso reagiria, e o desfecho só poderia vir pela força. Àquela altura supunha-se que o governo não estava absolutamente interessado em saber se o que queria era de direito ou não, se podia ou não legalmente fazer isso ou aquilo²⁸⁵.

Para Borja, o Governo Federal e seus aliados políticos erravam ao supor ser possível combinar desenvolvimento social com rejeição às instituições democráticas e aos princípios do liberalismo: “Vivia-se o equívoco de imaginar que o avanço social dependia da destruição das instituições e das idéias liberais. Que as duas coisas não podiam conviver. Até isso levava à suposição, e mais do que à suposição, à certeza de que o desfecho seria o golpe armado”²⁸⁶:

²⁸⁵ Célio Borja, 1999, p.73.

²⁸⁶ Célio Borja, 1999, p.77.

Houve uma mudança de atitude provocada pela certeza de que um golpe estava em tramitação e viria. Provavelmente, do outro lado também se pensava a mesma coisa, que se estava preparando um golpe para depor Jango. Essa prevenção recíproca dos democratas e da esquerda é hoje evidente. Havia um elemento real, objetivo, que nos poderia induzir, como nos induziu, a acreditar que o governo iria dar o golpe; o governo e as pessoas mais próximas dele também podiam imaginar que a UDN estava nos quartéis, conspirando para derrubar o presidente²⁸⁷.

Dizendo-se “norteado por uma visão da história brasileira e, ao mesmo tempo, pela educação democrática do espírito e da vontade”²⁸⁸, poder-se-ia esperar que Célio Borja, a princípio, se opusesse ao golpe de 1964, e ele chega mesmo a declarar que, a partir do golpe, “Todos aqueles, como eu, que não quiseram a intervenção militar e aspiravam declaradamente à normalidade democrática, começaram a perder espaço”²⁸⁹. No entanto, Borja filia-se ao partido governista e, se não consegue eleger-se para a Câmara Nacional em 1966, é nomeado, em 1967, diretor da Carteira de Habitação e Hipotecas da Caixa Econômica da Guanabara, sendo ainda eleito deputado federal em 1970, 1974 e 1978, com número crescente votos, eleição a eleição, dando curso a uma longa carreira política que incluiria, também, a ocupação de postos ministeriais²⁹⁰.

Antes de filiar-se à ARENA, Borja une-se a Lacerda na tentativa de organizar o Partido de Reforma Democrática (Paredo), que acaba não conseguindo reunir o número necessário de filiações e representações para registro legal:

A questão que se apresentava era prosseguir ou não prosseguir. Estávamos premidos a escolher um dos partidos, ou a ARENA ou o MDB, porque as eleições se avizinhavam. Quem não se filiasse, não poderia ser candidato em novembro de 1966. Era preciso optar. No Rio, havia um problema sério, que era o fato de o MDB ter sido absorvido pelo pessoal do PTB e da esquerda, que eram os adversários tradicionais da UDN. Tanto que os nossos

²⁸⁷ Célio Borja, 1999, p.76.

²⁸⁸ Célio Borja, 1999, p.70.

²⁸⁹ Célio Borja, 1999, p.86.

²⁹⁰ Ministério do Supremo Tribunal Federal (1986-1992) e Ministério da Justiça (1992).

companheiros que optaram pelo MDB, não por afinidade de idéias, mas em sinal de protesto contra o que haviam feito a Lacerda, logo tiveram a repulsa dos que haviam formado o partido: ‘Como um lacerdista, um inimigo histórico, um inimigo de classe, vem para cá!’.

(...) No começo, eu não tinha qualquer simpatia pela ARENA. Ao contrário, se pudesse escolher, se não houvesse o problema da repulsa, iria para o MDB. Meu primeiro impulso foi esse. Hesitei durante algum tempo, até que, num determinado momento, me decidi e disse ao Aduino [Aduino Lúcio Cardoso]: ‘Quero continuar na vida pública como deputado, para exercer a representação. Posso ser malsucedido na eleição – como fui aliás – mas tenho certeza de que os eleitores que represento jamais aceitarão o meu ingresso no MDB. Eles não pensam como as pessoas que estão hoje no MDB – e têm todo o direito de estar. Continuam achando que Castello salvou o país, que os militares, quando fizeram a intervenção, que agora já está ficando longa, não tinham outro jeito, porque a situação estava indo para a loucura²⁹¹.

Borja confiava que o golpe seria breve, que aos próprios militares interessava restaurar rapidamente o governo democrático e civil: “Se houver uma intervenção militar, será curta, tópica, cirúrgica. Afinal os militares têm um compromisso com a democracia”²⁹²:

Em 1964, (...) a liderança militar pertencia aos oficiais formados à época da Segunda Guerra e convictos da superioridade do governo democrático do tipo ocidental sobre qualquer outro regime político. O sentimento democrático desses oficiais não era de ocasião, mas sociologicamente orgânico. (...) Eram homens que haviam lutado no exterior e, depois, internamente, para que o país se democratizasse²⁹³.

Exercendo intensa atividade legislativa, Célio Borja assumiria a responsabilidade ainda da elaboração do projeto de fusão entre o estado da Guanabara e o antigo estado do Rio de Janeiro, concretizada em março de 1975. Entre 1971 e 1975, realiza 53 discursos em plenário, atinentes a

²⁹¹ Célio Borja, 1999, p.109-110.

²⁹² Célio Borja, 1999, p.79.

²⁹³ Célio Borja, 1999, p.74.

questões de ordem geral da organização da sociedade brasileira, sempre em consonância com os princípios do pensamento liberal²⁹⁴:

Era muito visível, na época, o contraste entre a concepção liberal da sociedade e do Estado que preconizávamos e a concepção marxista, de esquerda, totalitária, para a qual tanto as instituições quanto as franquias liberais não tinham valor, ou tinham um valor muito relativo²⁹⁵.

Célio Borja afirmaria que, no decorrer de sua trajetória parlamentar, nunca criara bases políticas clientelistas, no sentido de um atendimento individual em troca de votos, buscando antes o caminho do debate de idéias:

A minha visão da política era teórica. Eu havia estudado nos livros e queria vê-lo na vida. Meus grandes modelos eram homens que aliavam o interesse teórico pelo direito público à prática da vida parlamentar. (...) Eu imaginava que ainda se podia fazer no Brasil uma carreira política como a dos homens públicos do passado, (...) deputados que tinham preparo intelectual, conheciam os grandes temas nacionais e universais, vinham equipados com uma boa bagagem cultural (...). Eles haviam revelado e ensinado (...) a dignidade e a importância social do parlamento como instituição e instrumento de promoção do bem público²⁹⁶.

3.1.6. Eurípedes Cardoso de Menezes (Arena)²⁹⁷

Paulista, nascido no município de Campinas, em 23 de setembro de 1909, Eurípedes Cardoso de Menezes, como já apontado no Capítulo 2 deste trabalho, diploma-se em Ciências e

²⁹⁴ Ver, por exemplo, DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 06/04/1973, p.691-692 (sobre o estatuto do Índio); 10/05/1973, p.1298 (contra a estatização dos meios de comunicação), 08/08/1973, p.4008-4009 (integração de todo o território nacional no Movimento Brasileiro de Alfabetização) ou 30/04/1974, p.2257 (utilização do carvão nacional como fonte energética).

²⁹⁵ Célio Borja, 1999, p.74.

²⁹⁶ Célio Borja, 1999, p.70.

²⁹⁷ ABREU (Coord.)...et al, 2001, v. IV, p. 3779 a 3780. BRASIL, Congresso, Câmara dos Deputados, 1971, p.208-210.

Letras, Filosofia e Teologia, pelas faculdades de Teologia do Distrito Federal do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Rio Grande do Sul.

Católico e crítico implacável da ideologia comunista, consegue grande reconhecimento público nos anos 1940, como comunicador do programa *Comentários*, da Rádio Nacional, de forte viés anti-comunista.

Deputado federal, pelo PSD, em 1954, reelege-se, na legenda da UDN, em 1958 e 1962, e pela ARENA, em 1966 e 1970. Na condição de deputado arenista, em 1972 faz o curso da Escola Superior de Guerra.

Durante a legislatura 1971/1975, profere 19 discursos em plenário, hegemonicamente em defesa de direitos territoriais do Brasil no continente antártico. Insiste no fato de muitos países reivindicarem tais direitos, pelas imensas riquezas minerais da região, onde, segundo ele, eram investidas vultosas somas em pesquisas científicas e instalações de bases²⁹⁸.

3.1.7. Osnelli Leite Martinelli (Arena)²⁹⁹

Nascido em 05 de abril de 1922, na cidade de Corumbá, no estado do Mato Grosso do Sul, à época estado do Mato Grosso, Osnelli Martinelli realiza seus estudos secundários no Distrito Federal do Rio de Janeiro e, a partir de 1941, frequenta a Escola Militar de Realengo. Integrante da Força Expedicionária Brasileira (FEB), em 1944, combate na Itália, ao lado do Exército norte-americano, durante a II Guerra Mundial. Dedicar-se, ainda, ao magistério, atuando, em 1965, como adjunto catedrático de Geografia Geral no Colégio Militar do RJ.

Como oficial militar, torna-se membro do Conselho Deliberativo do Clube Militar e participa ativamente do golpe de 1964, assumindo o comando de defesa do Palácio da

²⁹⁸ Ver, por exemplo, DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 24/04/1971, p.390; 14/06/1972, p.1778; 06/04/1973, p.677; 16/08/1973, p.1201; 17/08/1973, p.4392; 08/11/1973, p.8399 e 29/11/1974, p.2057.

Guanabara. Em 1965, funda a Liga Democrática Radical (Lider), movimento que reunia membros das Forças Armadas considerados da “linha dura”, que defendiam a permanência dos militares no poder e a repressão incondicional ao comunismo e à corrupção.

Nas eleições para o governo dos estados, em outubro de 1965, a vitória de Negrão de Lima, na Guanabara, e de Israel Pinheiro, em Minas Gerais, dois opositores do regime militar, suscita forte insatisfação no grupo da Lider, que tenta articular uma intensificação da política de repressão do Governo Federal, propondo a deposição de Castello Branco. O movimento é contido, com a interferência do então ministro da Guerra, general Costa e Silva, que conclama a submissão do Exército à autoridade do presidente, garantindo aos conspiradores que todas as medidas necessárias para a consolidação dos objetivos da “revolução de 1964” seriam tomadas. O AI-2 é decretado, em 27 de outubro de 1965, reforçando o caráter repressivo do regime, mas também são punidos vários membros da Lider. Osnelli Martinelli é preso e, logo depois, transferido do Rio de Janeiro para o Colégio Militar de Salvador. A Lider é dissolvida em novembro do mesmo ano.

Em 1970, Martinelli é eleito deputado federal pela Guanabara, o seu primeiro e único mandato parlamentar. Em plenário, realiza 13 discursos, que, com destaque, propõem alterações na legislação previdenciária, visando a incorporação de novas atividades produtivas para fins de Previdência Social e a eliminação de pontos, a seu ver, prejudiciais à classe trabalhadora³⁰⁰. Em 1974, tentaria a reeleição, conseguindo apenas uma suplência.

²⁹⁹ ABREU (Coord.)...et al, 2001, v.III, p.3605-3606. BRASIL, Congresso, Câmara dos Deputados, 1971, p.448-449.

³⁰⁰ Ver, por exemplo, DIÁRIO DO CONGRESSO, Seção I, 17/09/1971, p.4994 ; 31/05/1973, p.819-821 e 05/12/1973, p.10125.

3.2. Deputados federais: MDB

3.2.1. Marcelo Machado Medeiros (MDB)³⁰¹

Marcelo Medeiros nasceu em Juíz de Fora, Minas Gerais, no dia 16 de setembro de 1945. Filho de Carlos Medeiros Silva, que, entre outras funções públicas, foi ministro do Supremo Tribunal Federal (1965-1966) e ministro da Justiça (1966-1967), Medeiros forma-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1969, pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro e desde o início de sua carreira política conta com o apoio de Chagas Freitas, amigo pessoal de seu pai.

Lançado candidato a deputado federal em 1970, um mês antes das eleições começa a assinar uma coluna própria no *O Dia*. Entre outubro e novembro de 1970, Marcelo Medeiros assinaria 33 colunas naquele jornal, através das quais manifestaria apoio a causas trabalhistas específicas e às reivindicações populares por melhores condições de moradia:

As empregadas no comércio continuam reclamando o não cumprimento da Lei dos Banquinhos (...). Dizem que vêm contraindo uma série de enfermidades porque ficam de pé, o dia inteiro, desnecessariamente (...). D. Nadir de Oliveira, que é candidata à deputada estadual, vai exigir, certamente, após a sua eleição, que a lei oriunda de projeto apresentado por seu pai seja cumprida para atender aos justos reclamos da classe comerciária³⁰².

Sua coluna, no entanto, é suspensa logo após o pleito de 1970, só voltando a ser publicada nos meses que antecedem as eleições de 1974 – deixando sinais sobre o seu caráter eleitoreiro. Contudo, mesmo no período em que não mantém uma coluna pessoal no *O Dia*, Marcelo Medeiros tem grande parte dos 53 pronunciamentos que realiza em plenário publicados no jornal, ora regularmente ora com intervalos, a partir de setembro de 1972. Tais pronunciamentos

³⁰¹ ABREU (Coord.)...et al, 2001, v. III, p. 3671-3672. BRASIL, Congresso, Câmara dos Deputados, 1971, p.400.

revelariam a estreita ligação política entre Medeiros e Chagas Freitas, a quem via de regra parabeniza pelas “importantes” medidas político-administrativas tomadas no governo, citando concessões de gratificação aos magistrados, a construção de novos conjuntos habitacionais ou a realização de obras de infra-estrutura em bairros populares³⁰³.

Além de coluna própria *no O Dia*, Medeiros tem sua candidatura sobejamente divulgada nas páginas daquele jornal, com excelência na coluna “Comandos em Ação” ou em reportagens que destacavam visitas testemunhais por ele realizadas a bairros populares³⁰⁴.

Outro mote importante do discurso político de Marcelo Medeiros é demonstrar solidariedade para com os grupos religiosos. A partir de uma aliança com o deputado estadual Átila Nunes, por exemplo, Medeiros incorpora a defesa dos interesses umbandistas, passando a ser considerado, por esse grupo, na Guanabara, um representante e defensor³⁰⁵.

Após sua eleição, em 1970, Medeiros abandona a ênfase antes conferida aos problemas de moradia das camadas populares urbanas, orientando seus discursos mais em torno de questões relativas à alta do custo de vida e à necessidade de promoção de melhores condições de trabalho para as camadas menos privilegiadas e média da população – possivelmente porque criticar as condições de moradia popular seria criticar a política de atendimento às comunidades implementada pelo Governo do estado, desde então ocupado por Chagas Freitas³⁰⁶.

³⁰² *O Dia*, 09/10/1970, p.03, “Comerciários” (Coluna de Marcelo Medeiros). Em TRINDADE, 2000, é realizada uma análise cuidadosa do conteúdo de cada coluna assinada por Marcelo Medeiros no *O Dia*.

³⁰³ Ver, por exemplo, DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 16/09/1972, p.3568; 03/10/1972, p.3983; 25/11/1972, p.5257-5258 e 14/08/1973, p.4218.

³⁰⁴ Ver, por exemplo, *O Dia*, 05/09/1970, p.07, “Comandos em Ação: Moradores da Tijuca querem o aceleração das obras”; 06-07/09/1970, p.03, “Melhoramentos para o Jacarezinho”; 20/10/1970, p.05, “Águas poluídas atormentam os moradores de Quintino Bocaiúva”; 21/10/1970, p.05, “Cidade Jardim Boca do Mato foi esquecida pelo Governo” e p.06, “Deodoro: conjunto não possui água encanada”.

³⁰⁵ Ver, por exemplo, *O Dia*, 04/11/1970, p.03, “Consagradora manifestação dos espíritos a seus defensores”; 07/11/1970, p.03, “Tendas espíritas empenhadas na eleição de seus defensores” e 15/11/1970, p.03, “Espíritas unidos na eleição de hoje”.

³⁰⁶ Ver, por exemplo, DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 05/10/1972, p.33-34; 26/10/1972, p.4547; 09/11/1972, p.4861 e 06/04/1974, p.1407.

Algumas considerações de Marcelo Medeiros sobre o papel do partido da oposição no contexto do regime militar brasileiro revelam uma postura política moderada e a convicção de que o golpe fora, quando deflagrado, uma solução acertada: “Como filho da Revolução de 1964, o MDB deve impedir, através de uma posição-permanente, vigilante, coerente, crítica e até dura, que a revolução caia fora de seus trilhos, e ajudá-la a encontrar o rumo de suas inclinações democráticas”. Defendendo uma composição entre oposição e governo, para realização conjunta de uma reforma constitucional (que incluísse a revogação do AI-5), Medeiros afirmaria ainda ser os militares “um dos setores mais capazes, com melhor preparo de toda a nossa classe média, para assumir ou compartilhar as responsabilidades do poder, sem exclusividade ou preconceito”³⁰⁷.

Marcelo Medeiros reelege-se deputado federal, pelo estado do Rio de Janeiro, em 1974, 1978 e 1982, afastando-se da vida política ao final deste último mandato, quando passa a dedicar-se fundamentalmente à advocacia.

3.2.2. Rubem Medina (MDB)³⁰⁸

Nascido no Distrito Federal do Rio de Janeiro, em 01 de setembro de 1942, filho do empresário Abraão Medina, Rubem Medina iniciaria sua trajetória profissional na firma de aparelhos eletrodomésticos *O Rei da Voz*, de propriedade de seu pai, em 1957, ascendendo na empresa até a função de presidente. Em 1964, diploma-se bacharel pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado da Guanabara.

Com a instituição do bipartidarismo no país, filia-se ao MDB, elegendo-se em 1966, com 24 anos de idade, o deputado federal mais jovem da Guanabara e com maior número de votos.

³⁰⁷ ABREU (Coord.)...et al, 2001, v.III, p.3671-3672.

Em 1969 integra o grupo de Chagas Freitas que se empenha na reorganização da seção carioca do MDB, responsabilizando-se por buscar novas filiações na 18ª zona eleitoral³⁰⁹. O vínculo com Chagas Freitas lhe garante espaço de propaganda eleitoral no jornal *O Dia*, com vistas nas eleições de 1970³¹⁰. Reeleito, sua atuação parlamentar é absolutamente alheia ao exercício da oposição ao governo militar. Em plenário, destaca-se, principalmente, por considerações acerca da vocação da Guanabara para tornar-se um grande centro turístico, industrial e comercial, o que, a seu ver, deveria ser objeto de planejamento dos governantes, estando por exigir, inclusive, uma revisão de todo o sistema de arrecadação e tributação no estado³¹¹.

Rubem Medina ainda retorna à Câmara em 1974, 1978 e 1982 (nesse último ano, pelo PDS). No setor privado, viria a assumir a vice-presidência da agência de propaganda Artplan, de propriedade de seu irmão, promovendo grandes eventos de sucesso na cidade do Rio de Janeiro, como o *Rock in Rio*. Em 1986, elege-se deputado à Assembléia Nacional Constituinte, pelo PFL, e depois novamente para a Câmara dos Deputados em 1990, 1994 e 1998.

³⁰⁸ ABREU (Coord.)...et al, 2001, v.III, p.3692-3694. BRASIL, Congresso, Câmara dos Deputados, 1971, p.515.

³⁰⁹ MOTTA, 1998, p.119. De acordo com a publicação *Dados comparativos das eleições gerais realizadas no extinto estado da Guanabara nos anos 1966, 1970 e 1974*, do TRE, a 18ª zona eleitoral englobava o bairro de Ipanema e parte de Copacabana e Lagoa.

³¹⁰ Ver, por exemplo, *O Dia*, 13/11/1970, p.12, “Faltando 48 horas para a eleição, povo já festeja a vitória do MDB”, 14/11/1970, p.04, “Dentro de 24 horas: o pleito sensacional amanhã, povo da Guanabara dará ao MDB a maior vitória da história” e 15/11/1970, Capa e p.02, “Hoje: o povo dará a vitória ao MDB”.

³¹¹ Ver, por exemplo, DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 25/05/1971, p.1178; 29/07/1971, p.3341-3342; 13/04/1972, p.224; 26/10/1972, p.4545 e 01/06/1973, 1978-1979.

3.2.3. Reynaldo Gomes Sant'Anna (MDB)³¹²

Nascido em Viçosa, no estado de Minas Gerais, no dia 30 de novembro de 1926, Sant'Anna realiza seus estudos secundários no Colégio Anglo-Americano, no Distrito Federal do Rio de Janeiro, e diploma-se, em 1952, pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

Em 1956, quando atuava como procurador do diretório carioca do PSD, é nomeado assessor da Prefeitura do Distrito Federal, na gestão do prefeito Negrão de Lima (1956-1958), permanecendo no cargo ainda durante a gestão do prefeito José Joaquim de Sá Freire Alvim (1958-1960).

Com a instituição do bipartidarismo no país, filia-se ao MDB, legenda na qual é eleito deputado federal pela Guanabara em 1966. No curso deste mandato, contudo, licencia-se da Câmara, entre dezembro de 1969 e abril de 1970, período no qual novamente trabalharia ao lado de Negrão de Lima, agora governador da Guanabara, na função de secretário de Agricultura do Estado.

Reynaldo Sant'Anna terá expressiva participação no projeto de Chagas Freitas de reorganização do MDB carioca, em 1969, vindo a compor a primeira direção regional do partido e, depois, a presidi-lo.

Com o apoio de Chagas Freitas, lança-se candidato à reeleição em 1970. Nas páginas do *O Dia*, seu nome seria citado, tanto a partir de previsões eleitorais, com chamadas como “Eleitorado carioca apóia maciçamente a oposição”³¹³, que divulgavam num só tempo vários

³¹² ABREU (Coord.)...et al, 2001, v. V, p.5243-5244. BRASIL, Congresso, Câmara dos Deputados, 1971, p.505-506.

³¹³ *O Dia*, 22/10/1970, p.08.

candidatos do MDB, como também em matérias que relatavam homenagens prestadas a ele próprio ou a ele entre outros deputados do MDB, em vários bairros cariocas³¹⁴.

Reynaldo Sant'Anna reelege-se deputado federal em 1970. Seus pronunciamentos parlamentares em nada desabonam as circunstâncias da conjuntura social brasileira submetida a uma ditadura militar. Em torno de 25% de seus 61 discursos em plenário tecem homenagens pela passagem do aniversário natalício ou de falecimento de personagens da política nacional, como Negrão de Lima, ou de empresas, como o jornal *O Dia*, ou ainda de eventos históricos, como a Batalha do Riachuelo. Entre os demais discursos, predominam pedidos de auxílio financeiro ao Governo Federal, para o estado da Guanabara, e afirmações de que a “excelente” administração de Chagas Freitas estaria alavancando o desenvolvimento econômico do estado³¹⁵.

Em maio de 1974, Sant'Anna renuncia ao mandato, para assumir uma vaga de conselheiro no Tribunal de Contas do Estado da Guanabara (TCE), órgão no qual fazia longa carreira política, ocupando os postos de vice-presidente e presidente, e no qual se aposentaria compulsoriamente em 1997, aos 70 anos de idade, afastando-se da vida pública.

3.2.4. Pedro Alves de Faria (MDB)³¹⁶

Pedro Alves de Faria nasce no Distrito Federal do Rio de Janeiro, no dia 01 de julho de 1924, e forma-se eletrotécnico pelo Instituto Central de Estudos e Pesquisa.

Atua como professor de ensino técnico na Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) e no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), ao longo dos anos 1940, 1950 e 1960, e

³¹⁴ Ver, por exemplo, *O Dia*, 04/09/1970, p.08, “Funcionários do IPEG homenageiam deputado”; 18-19/10/1970, p.11, “Pavuna recebeu em festa os candidatos da Oposição” e 24/10/1970, p.07, “Candidatos do MDB recebidos com vibração e alegria no Grajaú”.

³¹⁵ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 12/06/1971, p.1797; 25/08/1971, p.4284; 06/06/1972, p.1504; 07/06/1972, p.1536 e 15/03/1973, p.136-137.

³¹⁶ ABREU (Coord.)...et al, 2001, v.II, p.2093-2094. BRASIL, Congresso, Câmara dos Deputados, 1968, p.506.

dá início a sua carreira parlamentar na política local carioca como vereador do Distrito Federal, eleito em 1954 pelo PST e reeleito em 1958 pelo PSD.

Em 1966, obtém uma cadeira na Câmara Nacional, pelo MDB da Guanabara e, a partir de 1969, passa a integrar o grupo político de Chagas Freitas e a beneficiar-se da propaganda política veiculada no jornal *O Dia*³¹⁷. Em 1970, reelege-se deputado federal.

Pedro de Faria estrutura sua base eleitoral na zona Norte carioca, principalmente no bairro de Madureira, chegando a presidir, em 1984, o Madureira Esporte Clube, e tornando-se depois o seu presidente de honra.

Considerado um parlamentar de atuação discreta³¹⁸, no decorrer da legislatura 1971/1975 suas participações em plenário registram o papel que assume de mediador dos interesses dos moradores da zona Norte carioca, fazendo recorrentes apelos às autoridades governamentais para que fossem instalados serviços públicos eficientes naquela região, nas áreas de saúde, educação, transporte e saneamento³¹⁹. Críticas em relação à conjuntura nacional ou ao Governo Federal não são pronunciadas, pelo contrário, as poucas menções à governança do país restringem-se a elogios em relação a determinadas decisões do Executivo – por exemplo, de conceder um canal de televisão ao Jornal do Brasil – ou à atuação de ministros³²⁰.

Pedro de Faria é novamente eleito deputado federal em 1974, já pelo estado do Rio de Janeiro, e em 1978, seu último mandato parlamentar.

³¹⁷ Ver, por exemplo, *O Dia*, 15/10/1970, p.02, “Caravana do povo festejada por toda a população da Guanabara” e 18-19/10/1970, p.09, “Eleitorado prefere os candidatos do MDB”.

³¹⁸ Ver ABREU (Coord.)...et al, 2001, v.II, p.2094.

³¹⁹ Ver, por exemplo, DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 04/05/1974, p.2424 e 07/09/1974, p. 6952.

³²⁰ Ver, por exemplo, DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 29/06/1973, p.3554 e 04/08/1973, p.3899.

3.2.5. Léo Mello Simões (MDB)³²¹

Léo Simões nasce no município de Santos Dumont, em Minas Gerais, no dia 30 de janeiro de 1929. Realiza os seus estudos secundários no Colégio Sousa Aguiar, no Distrito Federal do Rio de Janeiro, mas só conclui o curso superior muito mais tarde, em 1984, formando-se em Direito pela Sociedade Unificada de Ensino Superior Augusto Mota (SUAM).

Ingressa no funcionalismo público ainda rapaz, vinculado ao Ministério da Viação e Obras Públicas. Em 1956, com 27 anos, assume funções de assessor técnico e secretário-geral da Presidência do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM), então presidido por seu irmão, Waldir Simões. Léo Simões permaneceria no órgão até 1960, três anos após o irmão já ter se afastado para integrar a bancada carioca de deputados federais. Em 1962 torna-se assessor sindical da Companhia Nacional de Navegação Costeira e, entre 1963 e 1964, exerce o cargo de oficial de Gabinete do ministro da Viação Expedito Machado (1963-1964).

Léo Simões liga-se ao grupo político de Chagas Freitas, em 1969, incorporando-se ao seu esforço de reorganizar o MDB e responsabilizando-se pelo recolhimento de filiações na 1ª zona eleitoral carioca, a região do Cais do Porto, que antes constituía área de influência política de seu irmão Waldir Simões³²². Waldir é cassado, com base no AI-5, e Léo Simões lança-se candidato, elegendo-se deputado federal pela Guanabara em 1970, com apoio de Chagas e da base eleitoral do irmão. No jornal *O Dia*, a candidatura de Léo Simões não chega a ser divulgada com o destaque conferido a de Miro Teixeira, Marcelo Medeiros ou Reynaldo Sant'Anna, mas aparece citada em todas as matérias que listam os nomes emedebistas preferenciais do eleitorado carioca,

³²¹ ABREU (Coord.)...et al, 2001, v.V, p.5470-5471. BRASIL, Congresso, Câmara dos Deputados, 1971, p.373.

³²² MOTTA, 1998, p.119.

a partir de chamadas como, por exemplo, “Acentua-se a simpatia do eleitorado carioca pela oposição - 81% com o MDB”³²³.

Na legislatura 1971/1975, Léo Simões alia-se à corrente moderada do MDB. Seus discursos na tribuna em nenhum momento focalizam questões da conjuntura nacional, antes privilegiando temas relacionados às condições de trabalho de algumas categorias profissionais, com destaque para o funcionalismo público e os profissionais da área de navegação, e, como regra, colocando-se como um admirador da obra administrativa de Chagas Freitas³²⁴.

Léo Simões é reeleito em 1974 e 1978, pelo MDB, sempre com o apoio de Chagas Freitas³²⁵, e em 1982, pelo PDS.

3.2.6. José Bezerra de Norões Filho (MDB)³²⁶

Nascido em Humaitá, no estado do Amazonas, no dia 19 de junho de 1918, Bezerra de Norões forma-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1953. Com grande experiência acumulada na área administrativa educacional, como diretor de diversas escolas no Rio de Janeiro, Norões ingressa na vida parlamentar elegendo-se, em 1970, deputado federal pela Guanabara.

Em sua campanha eleitoral, conta com o apoio de Chagas Freitas, seu nome ocupando importante espaço no jornal *O Dia*, divulgado em matérias que destacavam homenagens a ele

³²³ *O Dia*, 13/09/1970, p.02, “Aumentam dia a dia as preferências do eleitorado da Guanabara pelos candidatos do MDB”.

³²⁴ Ver, por exemplo, DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 14/05/1971, p.989; 08/06/1972, p.1579; 22/03/1973, p.251 e 19/04/1974, p.1820.

³²⁵ DINIZ, 1982, p.92.

³²⁶ ABREU (Coord.)...et al, 2001, v.IV, p.4112. BRASIL, Congresso, Câmara dos Deputados, 1971, p.137.

feitas por populares³²⁷. Tal apoio seria retribuído no correr da legislatura 1971/1975, com pronunciamentos em plenário em louvor ao espírito público do governador Chagas Freitas e seus méritos para equacionar problemas do estado da Guanabara. Em diferentes momentos Bezerra de Norões subiria à tribuna para enaltecer o respeito e a atenção de Chagas Freitas com os congressistas, e agradecer e aplaudir medidas políticas por ele adotadas: “Está de parabéns o governador Chagas Freitas!”³²⁸.

Dizendo-se um político atento ao campo da educação, Norões reconheceria em Chagas Freitas e em sua equipe de trabalho a necessária preocupação com o tema: “[Chagas Freitas] busca melhorias para a educação, como se fora um autêntico educador. (...) Parabéns ao eminente e digno Governador Chagas Freitas”³²⁹.

Em 1974, Bezerra de Norões tenta a reeleição para a Câmara, mas obtém apenas uma suplência, afastando-se desde então da carreira político-parlamentar e retornando às atividades privadas na área educacional.

3.2.7. José Guilherme de Araújo Jorge (MDB)³³⁰

J.G. de Araújo Jorge nasce em Tarauacá, no Acre, no dia 20 de maio de 1916. Forma-se, em 1937, em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil e acumula experiência profissional na área da educação, como técnico educacional do Ministério da Educação e Cultura e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e como professor do colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Trabalha também no Instituto de Pensões

³²⁷ Ver, por exemplo, O Dia, 16/10/1970, p.07, “Comandos em Ação: bairro de Manguinhos está sendo isolado”; 17/10/1970, p.05, “MDB inaugura comitês e recebe solidariedade” e 03/11/1970, p.12, “Intensas manifestações populares em homenagem aos candidatos da Oposição”.

³²⁸ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 28/03/1973, p.426. Ver também, por exemplo, 06/08/1971, p.3684.

³²⁹ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 10/11/1973, p.8590.

e Aposentadoria dos Servidores do Estado (IPASE) e dedica-se à carreira de jornalista, escrevendo para os jornais cariocas *A Manhã*, *A Resistência* e *Correio da Manhã*. Como redator e locutor, trabalha ainda na Rádio Nacional e na Rádio Cruzeiro do Sul.

Em 1970 é eleito para seu primeiro mandato parlamentar, assumindo uma cadeira na Câmara Nacional pelo MDB da Guanabara. Ligado ao grupo autêntico emedebista, condenaria a política governamental dos militares, pleiteando do governo federal a implantação de reformas que proporcionassem melhor distribuição de riqueza interna, incluindo uma revisão do critério adotado para fixação do salário mínimo e o fim da tomada de empréstimos externos. Também reclamaria a adoção de medidas que garantissem o restabelecimento da democracia no país e o pleno exercício da cidadania, com a concessão do direito aos atingidos pelos atos institucionais e cassações de mandatos a pleitearem junto aos poderes públicos a instauração regular e revisão dos processos aos quais deveriam ter sido submetidos³³¹:

Porque é preciso que se diga que o critério sumaríssimo aplicado pelo Governo nas punições, em nome da segurança do país, não deu a centenas, quem sabe a milhares de brasileiros, a possibilidade sequer de se defenderem. Já não me refiro àquela plena defesa tão caracterizada em vários dispositivos da Carta Constitucional, mas à defesa pura e simples, de modo a comprovar que as penas a que foram submetidos são justas³³².

J.G.de Araújo Jorge pronuncia-se recorrentemente contra a polícia política do regime militar, a qual atribui ações de violência criminosa, e cobra do Governo Federal esclarecimentos sobre o desaparecimento de opositores do regime, além da supressão dos atos institucionais baixados a partir do golpe e a volta do país às liberdades constitucionais³³³:

³³⁰ ABREU (Coord.)... et al, 2001, v. 3, p. 2861. BRASIL, Congresso, Câmara dos Deputados, 1971, p.307-309.

³³¹ Ver, por exemplo, DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 03/04/1971, p.86; 08/05/1974, p.2530-2531; 28/05/1974, p.3467-3468; 26/11/1974, p.9025.

³³² DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 08/05/1971, p.866.

³³³ Ver, por exemplo, DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 13/08/1971, p.3895; 25/08/1971, p.4280-4281; 15/06/1972, p.1803-1804 e 14/05/1974, p.786-787 e 2790-2791.

O MDB luta por aberturas democráticas que possibilitem a restauração daquele estado de direito que deve funcionar como elemento positivo no desarmamento dos espíritos, na tranquilidade do país, na restauração da confiança, no impedir de atos de violência, de vindita, de desforra, para que a pregação do ódio não se torne interminável, com conseqüências imprevisíveis fazendo vítimas de ambos os lados, quer do terrorismo da subversão, quer do terrorismo da repressão. É necessário dizer-se com coragem, para que o Governo tenha consciência disso, que não há apenas um terrorismo e sim dois³³⁴.

Adotando uma postura crítica em relação ao governo Chagas Freitas, J.G.de Araújo Jorge acusava-o de tentar “silenciar as vozes autênticas de uma oposição construtiva e corajosa”³³⁵. Candidato à reeleição em 1974, durante a campanha eleitoral, entra em conflito com Chagas, que tenta impedi-lo, como a Lysâneas Maciel, de aparecer na televisão no horário da propaganda eleitoral do partido: “Lysâneas e eu fomos silenciados na Guanabara. Não temos acesso ao rádio e à televisão. Nosso nome está incluído no índice do Governo da Guanabara, do próprio MDB, que lá funciona como uma sublegenda da ARENA, a pior de todas”³³⁶. Junto com Lysâneas, J.G.de Araújo Jorge recorre ao TSE, conseguindo garantir seu acesso ao programa emedebista. Reeleito deputado federal em 1974, ainda voltaria à Câmara em 1978 e em 1982.

3.2.8. Florim Ferreira Coutinho (MDB)³³⁷

Florim Coutinho nasce no Distrito Federal do Rio de Janeiro, em 28 de fevereiro de 1913. Aluno da Escola Militar, seguiria a carreira, chegando ao posto de tenente-coronel, em 1960. Passa à reserva em 1966, quando obtém promoção para a patente de general-de-brigada.

³³⁴ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 08/05/1971, p.866.

³³⁵ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 15/10/1974, p.8162.

³³⁶ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 15/10/1974, p.8162. Comentários críticos de J.G.de Araújo Jorge sobre a decisão da cúpula do MDB da Guanabara de impedir-lhe e a Lysâneas Maciel o acesso a televisão no horário reservado ao partido pelo TRE podem ser encontrados também em DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 16/10/74, p.8207-8212.

³³⁷ ABREU (Coord.)... et al, 2001, v.II, p.1699-1700. BRASIL, Congresso, Câmara dos Deputados, 1971, p.230.

Exercendo a direção da Organização de Vigilância do Estado da Guanabara desde 1965, lança-se candidato e elege-se deputado federal, nas eleições de 1970, pelo MDB carioca.

Durante seu mandato, destaca-se como crítico da administração do governador Chagas, a quem acusa de “inoperância e incompetência”³³⁸. Aponta a gravidade da existência de um grande número de obras públicas mal planejadas pelo governo, ou inacabadas³³⁹, e denuncia a desestruturação ou carência de serviços básicos de saúde, educação e transportes em bairros populares cariocas, especialmente das zonas Norte e Oeste³⁴⁰.

Além de criticar a capacidade de gestão de Chagas Freitas, o acusa de montar e manipular uma máquina eleitoral na Guanabara, inclusive lançando mão da corrupção, visando garantir que seu comando no partido e sua força nos esquemas sucessórios fossem perpetuados – ao que chamava de “O mal de Chagas na Guanabara”³⁴¹. Para Coutinho, “só em obediência a estranhas diretrizes e manobras [Chagas] foi ‘escolhido’ para governador da Guanabara”³⁴², sua administração fundando-se no empreguismo de cabos eleitorais e protegidos políticos, e desestimulando os honestos³⁴³. Nesse sentido, conclamaria pela renúncia do governador³⁴⁴.

Florim Coutinho fazia constantes ressalvas sobre o MDB não poder ser julgado em função da liderança de Chagas Freitas no partido, chamando atenção para o fato de muitos emedebistas não apoiarem Chagas e, também, de não haver um só membro do MDB entre os colaboradores de

³³⁸ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 10/06/1972, p.1688. Ver também, por exemplo, 13/03/1974, p.434-435.

³³⁹ Ver, por exemplo, DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 18/11/1971, p.2945 e 23/11/1971, p.7097-7098.

³⁴⁰ Ver, por exemplo, DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 27/11/1971, p.7256; 12/05/1972, p.419, 03/08/1972, p.2398; 20/09/1972, p.3657; 24/11/1972, p.5201; 25/10/1973, p.7830; 25/04/1974, p.704-705, 21/03/1974, p.4535.

³⁴¹ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 24/05/1972, p.1164-1166. Ver também, por exemplo, 27/09/1972, p.3835; 03/05/1973, p.428 e 26/06/1973, p.3377; 04/04/1974, p.491-492, 504 e 531-532; 08/05/1974, p.2537-2538; 13/08/1974, p.434-435 e 1223-1225.

³⁴² DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 14/06/1972, p.1760.

³⁴³ Ver, por exemplo, DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 14/03/1973, p.97-98.

³⁴⁴ Ver, por exemplo, DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 24/08/1972, p.1025-1026; 18/10/1972, p.1311-1312; 01/12/1972, p.5601 e 5612-5613 e 05/12/1974, p.9580 e 9592.

Chagas no seu Governo, o que considerava inaceitável³⁴⁵. Segundo Coutinho, ele próprio estaria sendo alvo de maquinações orquestradas por Chagas Freitas dentro do MDB, que propositavam afastá-lo do partido³⁴⁶.

Dentro de seu entendimento, era incompreensível o fato de Chagas Freitas não ter sido punido pelo governo militar instalado em 1964, já que fazia uso de tráfico de influência e abuso de cargo para enriquecimento ilícito, inclusive concedendo privilégios a firmas de parentes, “delitos pelos quais a salvadora Revolução de 1964 tem punido tantos corruptos”. Diz ele: “Não posso compreender a razão da imunidade, da impunibilidade do Senhor Chagas Freitas pela Revolução de 1964”³⁴⁷.

Tanto o golpe de 1964 como os governos militares que imediatamente o sucederam contaram com um bom julgamento de Florim Coutinho, embora sua filiação no partido da oposição:

Em 31 de março tivemos a Revolução moralizadora – pelo menos esta a minha convicção – que veio trazer ao país grandes benefícios. Com o país em calma, em perfeita ordem e tranqüilidade, vivendo, trabalhando e produzindo de acordo com lema do atual Governo: ‘Segurança e desenvolvimento’³⁴⁸.

A minha posição, todos conhecem, é a de oposição ao Governo Federal, com o objetivo da tomada do poder pelo voto. Não sou sectário e nem oposicionista sistemático... Não sou e não serei adesista, mas, com a mesma intensidade com que critico e fiscalizo os atos e planos situacionistas, não tenho escrúpulos de proclamar os seus êxitos e sucessos.

(...) Aceitei a Revolução de março de 1964 como um direito de fato, social e político, da mesma forma que a reconheceu o poder Judiciário e foi referendado pelo poder Legislativo.

³⁴⁵ Ver, por exemplo, DIÁRIO DE CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 12/04/1972, p.202; 08/08/1973, p.1097-1098; 28/05/1974, p.3445-3446 e 16/10/1974, p.8195.

³⁴⁶ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 01/09/1972, p.3165.

³⁴⁷ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 16/05/1973, p.1443. Ver também, entre outros, 04/09/1974, p.6799-6800.

³⁴⁸ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 01/10/1974, p.7706.

(...) Não lutamos pelo poder como revanchistas e não toleramos a volta à anarquia, à incompetência, à corrupção e à subversão. Continuaremos, se formos elevados ao poder, os planos e realizações dos governos revolucionários³⁴⁹.

Na opinião de Coutinho, o golpe de 1964 realizou-se sem o propósito de perder de foco o compromisso de institucionalizar os princípios e objetivos da *democracia*, o compromisso com um governo “que emana do povo e em seu nome é exercido”. A tomada do poder teria ocorrido com base no julgamento de ser necessária uma ação revolucionária para remover do país graves vícios político-administrativos, punindo e afastando do processo político figuras comprometidas com o passado e obtendo elaborar e executar planos administrativos para a solução dos problemas econômico-sociais brasileiros, o que de fato se realizara. Para tanto, fortaleceu-se o Poder Executivo, enquanto os poderes Legislativo e Judiciário ficavam esvaziados de suas prerrogativas.

Passados dez anos do golpe, dentro da perspectiva de Florim Coutinho, o ciclo de consolidação do regime já estaria assegurado, fazendo-se necessário o Governo militar honrar o compromisso assumido de restabelecimento democrático, promovendo uma ampla abertura política³⁵⁰, inclusive concedendo anistia aos que foram marginalizados em 1964, “principalmente aos injustiçados” – em sua opinião já suficientemente punidos³⁵¹.

Florim Coutinho reelege-se deputado federal em 1974 e em 1978, deixando a vida parlamentar após tentar novas reeleições, sem sucesso, em 1982, 1986 e 1990.

³⁴⁹ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 13/03/1974, p.434-435.

³⁵⁰ Ver, por exemplo, DIÁRIO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 08/11/1973, p.1823-1824 e 27/08/1974, p.6537-6538.

³⁵¹ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 01/10/1974, p.7706 e 7708. Ver também, por exemplo, 31/10/1974, p.8494-8495 e 25/11/1974, p.9031.

3.2.9. Waldemiro Abdalla Teixeira (MDB)³⁵²

Nascido no Distrito Federal do Rio de Janeiro, no dia 27 de maio de 1945, Miro Teixeira forma-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1968, pela Faculdade Cândido Mendes/RJ. Ainda estudante, dedica-se ao jornalismo, inicialmente como repórter policial no jornal *A Noite* e, a partir de 1966, nos jornais *O Dia* e *A Notícia*.

Nos jornais de Chagas Freitas, no mesmo ano de 1966 é transferido para a seção de política e participa da campanha para eleição de Chagas, que acaba elegendo-se o deputado federal com maior número de votos da Guanabara.

Em 1970, a candidatura de Miro Teixeira às eleições também receberia grande cobertura no jornal, sendo divulgadas a criação de comitês de sua campanha e visitas que o candidato fazia a diversos bairros, identificando os problemas vivenciados pelos moradores³⁵³. Pouco antes da data do pleito, Miro passa a assinar uma coluna própria no *O Dia*, que mantém até 1982.

Sua coluna no *O Dia* se constituiria num espaço de diálogo com as camadas populares e médias cariocas, em que Miro Teixeira demonstrava-se solidário com os problemas cotidianos e as reivindicações da população. Segundo Eli Diniz, a Miro Teixeira é atribuída, à época, frase então incorporada por vários outros parlamentares chaguistas: “O populismo não desmerece ninguém”³⁵⁴. Os destaques de sua coluna contemplavam principalmente demandas por melhorias em bairros do subúrbio, ligadas a problemas de falta de água, rede de esgoto, iluminação, policiamento etc., e reivindicações diversas dos trabalhadores urbanos. Entre julho e novembro de 1970, meses que antecedem as eleições, Miro Teixeira assina 96 colunas no *O Dia*, das quais,

³⁵² MONTEIRO, Maria Carmina, SOUSA, Luís Otávio de. *Miro Teixeira*. In: ABREU (Coord.)...et al, 2001, v.V, p.5708-5713. BRASIL, Congresso, Câmara dos Deputados, 1971, p.574.

³⁵³ Ver, por exemplo, *O Dia*, 03/09/1970, p. 09, “Comandos em Ação – Jardim Pedregoso: condução é problema”; 15/10/1970, p.07, “Sinal para Suburbana”; p.10, “Novo comitê [de Miro Teixeira] da oposição” e 17/10/1970, p.07, “Falta água até para beber no loteamento Jardim Inhaúma”.

³⁵⁴ DINIZ, 1982, p.134.

apenas 06 são dedicadas a assuntos gerais. As demais dividem-se entre temas específicos, apresentando reivindicações de moradores de bairros populares (32), problemas de infra-estrutura nos conjuntos residenciais construídos pelo Governo do estado (15), aposentadoria e aumento salarial para a classe de professores (11), necessidade de urbanização das favelas, em lugar de removê-las (09), reivindicações dos taxistas (09), problemas do sistema de trânsito carioca (06), reivindicações do funcionalismo público (05) e dos pequenos comerciantes (03):

Água Santa vai de mal a pior. Falta tudo, até mesmo a santa água. Seus moradores, na maioria funcionários públicos, vivem o drama da falta de policiamento, ruas sem pavimentação e condução precária até as 24hrs. (...) A reclamação chega ao nosso conhecimento pelos moradores das ruas Borja Reis, Cruz e Sousa e Paconé³⁵⁵.

Depois de eleito deputado federal, em 1970, Miro Teixeira passa a veicular em suas colunas, com maior centralidade, reivindicações feitas por diversas categorias profissionais populares, em detrimento das reivindicações por melhorias nos bairros – já que divulgar estas últimas constituiria uma forma de pressão sobre o recém-eleito governador Chagas Freitas³⁵⁶.

A partir de 1971, Miro Teixeira projeta-se como o mais próximo aliado do governador Chagas Freitas, que passa a apoiá-lo para seu sucessor. Ao lado do governador, percorreria, passo-a-passo, cada evento de inauguração de obra realizada pela administração estadual, o que era amplamente divulgado, com abundância de imagens, nas páginas do *O Dia*.

O namoro político com Chagas Freitas aparece também entre os 13 pronunciamentos de Miro Teixeira em plenário, quando a atuação do governador do estado é elogiada:

³⁵⁵ *O Dia*, 18-19/10/1970, p.07, “Abandono em Água Santa” (Coluna de Miro Teixeira). Ver também, por exemplo, *O Dia*, 01/09/1970, p.05, “Sinais para cruzamentos perigosos”; 03/09/1970, p.11, “Conjuntos habitacionais abandonados”; 04/09/1970, p.08, “São Cristóvão e Ramos em dificuldades”; 06-07/09/1970, p.06, “Ônibus para Vila Aliança”; 17/10/20/10/1970, p.05, “Motoristas continuam sob terror” e 21/10/1970, p.05, “Remoção de Catacumba cria problemas”. Em TRINDADE, 2000, é realizada uma análise cuidadosa do conteúdo de cada coluna assinada por Miro Teixeira no *O Dia*, procurando identificar, a partir do seu discurso, os vínculos que este político estabeleceu com o eleitorado carioca.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, passo a ler o editorial do Jornal do Brasil, de 14 do corrente, em que é focalizada a privilegiada situação em que se encontra o Estado da Guanabara, mercê do brilhante desempenho com que se tem havido o Governador Chagas Freitas.

A grande experiência do Chefe do Governo carioca permitiu-lhe associar a solução dos problemas da cidade ao magnífico desenvolvimento do Estado, legando ao povo da Guanabara um sentimento maior de confiança no Poder Público³⁵⁷.

A maior parte dos discursos de Miro Teixeira à Câmara, contudo, versaria sobre as condições de trabalho de determinadas categorias profissionais³⁵⁸.

A carreira política de Miro Teixeira prossegue até os dias atuais e inclui eleições para deputado constituinte e várias vezes deputado federal, além do exercício do cargo de ministro das Comunicações (2003/2004). Em 1982, é lançado candidato ao governo fluminense, pelo PMDB – durante esta sua campanha eleitoral, aproxima-se da corrente autêntica do antigo MDB, rompendo politicamente com Chagas Freitas.

3.2.10. José Bonifácio Diniz de Andrada Neto (MDB)³⁵⁹

José Bonifácio Neto nasce no Distrito Federal do Rio de Janeiro, em 05 de janeiro de 1928, membro de uma família tradicional na política brasileira, desde tempos imperiais. Filho de Antônio Carlos Lafayette de Andrada, ministro do Supremo Tribunal Federal por longos anos (1945-1969) e sobrinho-bisneto do Patriarca da Independência José Bonifácio de Andrada e Silva, seu tio, José Bonifácio Lafayette de Andrada, foi deputado federal por Minas Gerais, de

³⁵⁶ Ver, por exemplo, *O Dia*, 25/06/1974, p.05, “Seguro para os táxis” e 25/09/1974, p.05, “Férias de 30 dias para comerciários”.

³⁵⁷ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 22/03/1974, p.884.

³⁵⁸ Ver, por exemplo, DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 18/09/1971, p.5055 ; 09/11/1972, p.4859; 10/11/1972, p.4918 e 4923-4924 e 29/03/1973, p.458.

³⁵⁹ ALDÉ, Lorenzo. *José Bonifácio Neto*. In: ABREU (Coord.)...et al, 2001, v.I, p.709-710. BRASIL, Congresso, Câmara dos Deputados, 1971, p.339-340.

1946 a 1979, primeiro pela UDN e depois pela ARENA, e, para marcar sua diferença em relação a este tio homônimo, José Bonifácio Neto seria chamado de “José Bonifácio, o Bom”.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela PUC/RJ, diplomado em 1950, Bonifácio Neto torna-se membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Faz carreira na política local carioca, como vereador, eleito em 1958 pelo PSD, e deputado estadual, eleito em 1962, também pelo PSD, e reeleito em 1966, já pelo MDB. Assume, também, a Secretaria Sem Pasta do governo Negrão de Lima (1966-1967).

Seu ingresso na Câmara Nacional, nas eleições de 1970, encontra o apoio de Chagas Freitas e espaço no jornal *O Dia*³⁶⁰. Durante o mandato, em plenário, abstém-se de fazer críticas ao regime militar, ao mesmo tempo que tece elogios à administração de Chagas Freitas no governo do estado da Guanabara³⁶¹. As intervenções de Bonifácio Neto na tribuna destacam ainda a importância do fomento ao ensino técnico de qualidade e à atividade industrial, tendo em vista o desenvolvimento do estado da Guanabara, porém conferindo particular ênfase ao desenvolvimento da zona Oeste carioca³⁶².

Reeleito deputado federal, pelo estado do Rio de Janeiro, em 1974, não consegue renovar seu mandato em 1978, afastando-se da vida parlamentar.

³⁶⁰ Ver, por exemplo, *O Dia*, 01/09/1970, p. 08, “Candidatos da Oposição aplaudidos em diversos bairros da Guanabara” e 06-07/09/1970, p.09, “Inauguração do diretório do MDB da Barreira do Vasco.

³⁶¹ Ver, por exemplo, DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 22/07/1971, p.3091; 17/09/1971, p.4989; 11/11/1971, p.6670; 30/06/1972, p.2316; 24/11/1972, p.5212 e 17/05/1973, p.656.

³⁶² Ver, por exemplo, DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 30/06/1971,p.2375; 03/07/1971, p.2477; 02/09/1971, p.4554; 22/06/1972, p.09 e 15/05/1973, p.1398.

3.2.11. Rubens Berardo Carneiro da Cunha (PTB)³⁶³

Rubens Berardo nasce na cidade de Recife, em Pernambuco, no dia 07 de julho de 1914, como já foi indicado no Capítulo 2 desta pesquisa, e dedica-se inicialmente à carreira de industrial e usineiro no Nordeste.

Muda-se para o Distrito Federal do Rio de Janeiro, no final da década de 1940, criando a Rádio Emissora Continental e, depois, a TV Continental. É a partir de seu trabalho nesses meios de comunicação que ganha popularidade e apoio eleitoral para eleger-se deputado federal, pelo PTB carioca, em 1954, 1958 e 1962.

Em 1965, elege-se vice-governador da Guanabara, na gestão Negrão de Lima e, em 1970, volta à Câmara Nacional, eleito pelo MDB. No curso deste seu último mandato, ele é assassinado, dentro de casa, em 07 de fevereiro de 1973.

Político da corrente moderada do MDB, não há qualquer registro sobre uma postura sua crítica ao regime. Durante o tempo que cumpre mandato, na legislatura 1971/1975, abstém-se de fazer qualquer pronunciamento em plenário.

3.2.12. Lysâneas Dias Maciel (MDB)³⁶⁴

Lysâneas Maciel nasce em Patos de Minas, no estado de Minas Gerais, no dia 23 de dezembro de 1926. Diplomado em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, em 1951, nesse mesmo ano passa a trabalhar como assistente jurídico do Ministério do Trabalho e Previdência Social, abrindo também escritório particular de advocacia. A partir do golpe de 1964, adere ao movimento pela defesa dos direitos humanos,

³⁶³ ABREU (Coord.)... et al, 2001, v.II, p.2086-2087. BRASIL, Congresso, Câmara dos Deputados, 1971, p.516.

tornando-se advogado de vários presos políticos. O jornalismo seria, também, uma atividade presente em sua vida profissional.

Em 1970, Lysâneas elege-se deputado federal pela Guanabara, na legenda do MDB. Durante o mandato, assume aberta oposição ao regime militar. Fazer oposição ao governo golpista, a seu ver, era responsabilidade fundamental daqueles que desejavam a redemocratização do país: “Os regimes de força só se fortalecem com os nossos recuos, recuos da oposição”³⁶⁵.

Representante do grupo autêntico emedebista, seus pronunciamentos em plenário, ao longo da legislatura 1971/1975, são protestos contra o clima de violência que se instala no Brasil com o golpe de 1964³⁶⁶. Repudia a censura imposta pelos militares aos meios de comunicação³⁶⁷ e, principalmente, focaliza as violações aos direitos humanos impetradas pelo governo³⁶⁸, reclamando providências que resguardassem as garantias individuais. Para Lysâneas, a ditadura deixaria marcas brutais no país, de absoluto desrespeito aos direitos humanos³⁶⁹.

Discorre, com insistência, sobre a violência institucionalizada, no seu entendimento uma ameaça permanente aos cidadãos do país³⁷⁰, e faz reiterados apelos em favor das vítimas dos instrumentos de repressão oficial e dos presos políticos, defendendo que lhes fosse concedido o direito de defesa e julgamento³⁷¹.

³⁶⁴ COSTA, Marcelo. *Lisâneas Maciel*. In: ABREU (Coord.)...et al, 2001, v. III, p.3410-3412. BRASIL, Congresso, Câmara dos Deputados, 1971, p.387-388.

³⁶⁵ Trecho de discurso de Lysâneas Maciel, publicado no DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 06/05/1971, p.778-779.

³⁶⁶ Entre outros, DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 24/04/1973, p.954-955.

³⁶⁷ Por exemplo, DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 24/08/1972, p.2904.

³⁶⁸ Entre outros, DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 24/04/1973, p.954-955; 18/05/1973, p.1555-1557 e 06/04/1974, p.1396-1397.

³⁶⁹ Ver, por exemplo, DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 11/09/1973, p.5457-5461 e 28/11/1973, p.9530-9537.

³⁷⁰ Ver, por exemplo, DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 04/09/1974, p.6782-6783.

³⁷¹ Ver, por exemplo, DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 03/08/1974, p.5575-5578.

No mesmo sentido, defende o fortalecimento do Poder Legislativo³⁷² e critica a decretação de atos de exceção pelo Governo Federal, alertando para o fato de a adoção de medidas políticas discricionárias gerar total instabilidade institucional³⁷³. Particularmente sobre a orientação dos militares de ampliar o conceito de segurança nacional, afirma que, não obstante essa preocupação, nunca antes houvera tanta insegurança no país³⁷⁴.

Outro ponto que tem destaque nos pronunciamentos de Lysâneas Maciel são declarações de que o MDB sempre repeliu a violência e se manifestou a favor da ordem e do respeito aos poderes constituídos, tendo igualmente compromisso com a liberdade e a justiça. Refuta a idéia de que membros da oposição estariam ligados a movimentos de subversão da ordem no país, afirmando que a posição do MDB seria, sempre, de condenação aos atos de terrorismo³⁷⁵.

No tocante à conjuntura econômica nacional, Lysâneas Maciel posiciona-se, entre outros pontos, a favor da interferência do Estado na economia, com foco no fortalecimento da produção nacional, pela autonomia política e econômica do país e pela realização da reforma agrária³⁷⁶.

Opositor da corrente chaguista dentro do partido, em 1974 lança-se novamente candidato e lhe é vetado, pela direção regional do MDB, aparecer na televisão, no programa eleitoral gratuito do partido, durante a campanha eleitoral. Lysâneas recorre e obtém no TSE a garantia deste direito. Reeleito, em abril de 1976, um dia após condenar a cassação de outros dois deputados do Rio Grande do Sul³⁷⁷, tem o seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos, com base no AI-5.

³⁷² Ver, por exemplo, DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 03/04/1973, p.550-551.

³⁷³ Ver, por exemplo, DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 18/10/1972, p.4331 e 4341-4342; 22/11/1972, p.5131-5134 e 03/04/1973, p.545-548.

³⁷⁴ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 14/04/1973, p.915-917.

³⁷⁵ Por exemplo, DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 06/04/1973, p.677-678 e 688.

³⁷⁶ Entre outros, DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 12/06/1971, p.1791-1792; 05/11/1971, p.6407-6408; 30/11/1971, p.7383-7387; 10/04/1973, p.766-767 e 04/10/1974, p.7899-7900 e 7916-7920.

³⁷⁷ Amauri Muller e Nadir Rosseti.

Após decretação da Lei da Anistia, em 1979, readquire os seus direitos políticos e sua trajetória parlamentar tem seqüência, como deputado constituinte do Estado do Rio de Janeiro, eleito em 1986 pelo PDT, suplente de deputado federal na legislatura 1991/1994 e vereador da cidade do Rio de Janeiro, eleito em 1996.

3.2.13. Alcir de Melo Pimenta (MDB)³⁷⁸

Nascido no Distrito Federal do Rio de Janeiro, em 05 de novembro de 1933, Alcir Pimenta forma-se, em 1963, pela Faculdade de Filosofia de Campo Grande, na Guanabara, exercendo o magistério e assumindo, em 1965, o posto de chefe do 10º Distrito de Educação Supletiva, até 1970, quando é eleito deputado federal pelo MDB carioca.

Com perfil político distrital, constrói forte base eleitoral na zona oeste carioca, comportando-se, depois de eleito, como porta-voz dos interesses da região: “...Durante a campanha eleitoral ... assumi com a população de Santa Cruz, na Zona Oeste da Guanabara, solene compromisso de lutar para conseguir a extinção do foro que pesa sobre as suas terras...”³⁷⁹. Particularmente Campo Grande era objeto de seus apelos em plenário, bairro para o qual reivindicava a criação de escolas, uma rede hospitalar eficiente, agências de correio, além da remodelação das vias de acesso e estações ferroviárias³⁸⁰.

Ligando-se politicamente ao grupo chaguista, as impressões de Alcir Pimenta sobre Chagas Freitas ficariam assim registradas:

Tendo chegado ao poder após mais de vinte anos de profícua atividade parlamentar, durante a qual lutou ardorosamente, nesta tribuna e na imprensa, pela solução dos problemas que mais intranquilizam a comunidade guanabarina, viu S.Ex. seu honrado

³⁷⁸ ABREU (Coord.)... et al, 2001, v. IV, p.4615. BRASIL, Congresso, Câmara dos Deputados, 1971, p.64.

³⁷⁹ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 29/04/1971, p.519.

³⁸⁰ Ver, por exemplo, DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 15/04/1971, p.174; 24/04/1971, p.387; 29/05/1971, p.1409-1410; 14/04/1972, p.252-253 e 261 e 17/05/1972, p.436, 439 e 960.

nome escolhido para o exercício da suprema magistratura estadual, numa lista na qual figuravam outros nomes de expressão no cenário político daquele estado, o que valoriza ainda mais a decisão presidencial de confiar-lhe tarefa tão árdua quanto dignificante³⁸¹.

Na tribuna, Pimenta assume uma postura marcadamente moderada quanto ao exercício da oposição ao regime militar:

Não nos cabe, Sr. Presidente, vir à tribuna para nos insurgirmos, impiedosa e descaidamente, contra o status político. É mister, Sr. Presidente, que demonstremos o calor do nosso entusiasmo, a esperança de que os nossos propósitos possam ser atendidos. Porque em verdade, se por um lado trilhamos caminhos diferentes, por outro temos em mira os mesmos ideais e as mesmas aspirações. Brasileiros somos todos nós, conscientes da nossa responsabilidade...³⁸².

Em 1974 e 1978, Alcir Pimenta é reeleito deputado federal, já pelo estado do Rio de Janeiro, contudo, em 1982, 1986 e 1990 não conseguiria repetir o mesmo êxito nas disputas eleitorais. Em 1995, ainda seria nomeado, pelo então prefeito César Maia, administrador regional do bairro de Campo Grande.

4. Ascensão do chaguismo na política carioca

Sob diversos aspectos das trajetórias individuais dos deputados federais eleitos em 1970, pelo estado da Guanabara, é possível afirmar que a composição da bancada é heterogênea. Porém, ao mesmo tempo, existem elos que aproximam esses parlamentares, lhes conferindo certa uniformidade.

³⁸¹ DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 14/03/1973, p.92.

³⁸² DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, 24/05/1972, p.1169.

À semelhança da bancada carioca eleita em 1962, o local de nascimento dos deputados permanece, em 1970, um indicador de pluralidade. A representação reúne membros oriundos de diferentes estados e das cinco regiões brasileiras: Amazonas (01), Pará (01), Acre (01), Mato Grosso do Sul (01), Pernambuco (01), Rio Grande do Sul (01), São Paulo (01), Minas Gerais (04), estado do Rio de Janeiro (01) e Distrito Federal do Rio de Janeiro (08). Desse modo, reafirma-se a identidade histórica do território carioca como centro nacional e de afluência de políticos de toda nação.

Por outro lado, a larga maioria dos deputados não-cariocas desse grupo estabelece residência bem cedo no Distrito Federal do Rio de Janeiro, onde freqüentam os bancos escolares e/ou universitários. Salvo Rubens Berardo, que dedica-se às atividades de industrial e usineiro no Nordeste, antes de transferir-se para o território carioca e desenvolver sua carreira política, e Lopo Coelho, que sai do Rio Grande do Sul para formar-se pela Faculdade de Direito de Niterói, todos os demais parlamentares analisados realizam seus estudos, secundários e/ou superiores, no Distrito Federal do Rio de Janeiro. Ou seja, embora nascidos em diferentes pontos do país, os parlamentares eleitos em 1970, pela Guanabara, sedimentam, desde jovens, importantes laços em território carioca, construindo sólidas redes de sociabilidade e adentrando no universo de questões políticas, econômicas e culturais do lugar.

Outro ponto recorrente, em 1970, em relação à bancada de 1962, refere-se à formação educacional dos deputados federais, a grande maioria distinguindo-se com formação superior. Mantém-se, assim, a tendência de a parcela da sociedade que possui acesso à universidade, e às relações sociais proporcionadas a partir do convívio acadêmico, monopolizar aquelas funções parlamentares, detendo particular autoridade nos processos de decisão sobre os rumos legais do país.

O curso superior de Direito reaparece, também, como a opção preferencial dessa representação parlamentar. São 12, entre 20, os deputados que perseguem a carreira jurídica, confirmando o prestígio, consolidado no país desde tempos imperiais, desse campo profissional. O exercício da advocacia, para alguns deputados do grupo, representaria o principal conduto de sua entrada na vida político-parlamentar, caso de Lysâneas Maciel, cujo interesse pela atividade política formal só tem ocasião após o golpe de 1964, quando passa a advogar a defesa de presos políticos e pela causa dos direitos humanos. Outros deputados precedem o seu ingresso na vida parlamentar com a construção de uma sólida carreira no magistério, em diferentes áreas da Ciência Jurídica. Célio Borja, por exemplo, ganha notoriedade como professor de Direito Público e Privado e, também, de Direito Constitucional e Administrativo e, Nina Ribeiro, destaca-se como professor de Direito Penal.

Aliás, de modo mais geral, constitui um elemento de identidade desse grupo parlamentar o ofício do magistério, atividade que, a princípio, confere autoridade e reconhecimento a seus titulares, pelo lugar social que ocupam como educadores e difusores de ensinamentos. Além de Célio Borja e Nina Ribeiro, já citados, Osnelli Martilnelli atuaria como professor de Geografia Geral, no Colégio Militar do Rio de Janeiro, e Flexa Ribeiro lecionaria História, no Colégio Andrews – do qual viria a ser proprietário –, Artes, no Instituto de Belas-Artes do Rio de Janeiro, e História da Arte e de Estética, na Faculdade Nacional de Arquitetura. J.G. de Araújo Jorge atuaria como técnico educacional do Ministério da Educação e Cultura e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e como professor do colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, e Pedro de Faria exerceria a função de professor de ensino técnico na Rede Ferroviária Federal S.A e no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Bezerra de Norões e Alcir Pimenta, por outro lado, acumulariam grande experiência na área administrativa educacional.

O jornalismo e a carreira de comentarista em programas de rádio e/ou TV são atividades igualmente preponderantes no grupo analisado. Tais profissionais estabelecem comunicação regular e em grande escala com o público ouvinte e telespectador, conquistando interlocutores, admiradores e base de apoio político. Além de Rubens Berardo, proprietário da Rádio Emissora e TV Continental, e de Amaral Netto, que desenvolve a atividade jornalística em vários veículos da imprensa, cria a *Revista Maquis* e o programa de TV “Amaral Netto, o Repórter” – ambos já mencionados no Capítulo 2 desta dissertação –, também dedicam-se ao jornalismo os deputados Miro Teixeira, Marcelo Medeiros, Lopo Coelho, Lysâneas Maciel e J.G.de Araújo Jorge. Este último e também Eurípedes Cardoso de Menezes atuam, ainda, na rádio, o primeiro como locutor das rádios Nacional e Cruzeiro do Sul e, o segundo, comandando o programa *Comentários*, da Rádio Nacional. Finalmente, Nina Ribeiro concederia consultas jurídicas, relativas aos direitos do consumidor, através da TVE e, depois, no programa *Defesa do Consumidor*, da TV Tupi.

A conquista de fama pessoal, a partir da exposição pública proporcionada por determinadas atividades profissionais, ocorreria também com base em vínculos existentes entre alguns deputados e órgãos ou empresas que possuíam reconhecida importância social em território carioca. José Bonifácio Neto, por exemplo, destaca-se como membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Léo Simões atua como assessor sindical da Companhia Nacional de Navegação Costeira, Osnelli Martinelli fora membro do Conselho Deliberativo do Clube Militar e, Rubem Medina, faz promissora carreira na firma de aparelhos eletrodomésticos *O Rei da Voz*. São políticos que estabelecem vínculos com determinados setores da sociedade e adquirem influência por assumirem posições relativas importantes nesses nichos sociais.

Se, em 1962, a bancada carioca incluía deputados não naturais da cidade do Rio de Janeiro que, antes de assumirem funções públicas no estado da Guanabara, haviam desenvolvido uma sólida carreira política em seus estados natais, já em 1970, todos os deputados federais eleitos pela Guanabara, naturais ou não do lugar, que apresentam experiência parlamentar anterior, a desenvolveram no âmbito próprio da política carioca, no legislativo federal ou local. Com passagem anterior pela bancada carioca à Câmara Nacional, elegem-se Amaral Netto, Eurípedes Cardoso de Menezes, Lopo Coelho, Reynaldo Sant'Anna, Rubem Medina e Rubens Berardo. E, entre os deputados com passagem anterior na política local carioca, elegem-se os veteranos José Bonifácio Neto e Pedro de Faria e, também, parlamentares atuantes a partir dos anos 1960, Célio Borja, Flexa Ribeiro e Nina Ribeiro.

Vemos, então, tratar-se de uma bancada com tradição na política carioca, com *feedback*, ou, em outras palavras, com uma percepção privilegiada do funcionamento das estruturas político-administrativas do Governo e das principais questões envolvidas com a gestão política estadual.

A experiência adquirida, pela proximidade com o poder formal, fica evidenciada, também, a partir de atuações, anteriores a 1970, de alguns desses deputados nos governos estaduais ou em órgãos do Executivo Federal. Os exemplos fartam. Na Prefeitura do antigo Distrito Federal, Reynaldo Sant'Anna atua como assessor direto do prefeito Negrão de Lima (1956/1958) e do prefeito José Joaquim de Sá Freire Alvim (1958-1960) e Lopo Coelho responde pela Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio (1959/1960). No Governo Lacerda, Flexa Ribeiro exerce a função de secretário de Educação e Cultura (1961/1965), Lopo Coelho ocupa a Secretaria Sem Pasta (1963) e Célio Borja, a Secretaria de Governo do Estado (1964/1965). No Governo Negrão de Lima (1966/1971), Rubens Berardo é o vice-governador, Reynaldo Sant'Anna responde pela Secretaria de Agricultura (1969/1970) e José Bonifácio Neto pela Secretaria Sem Pasta

(1966/1967). Além deles, Florim Coutinho exerceria a direção da Organização de Vigilância do Estado da Guanabara (1965/1970). No âmbito federal, outros exemplos: Lopo Coelho assume o Departamento Administrativo do Serviço Público (1946/1948) e a subchefia do Gabinete Civil da Presidência da República (1948/1951), durante a gestão de Eurico Gaspar Dutra (1946/1951); Lysâneas Maciel trabalha como assistente jurídico do Ministério do Trabalho e Previdência Social (1951) e Léo Simões exerce o cargo de oficial de Gabinete do ministro da Viação, Expedito Machado (1963-1964).

Por outro lado, 09 entre os 20 deputados federais eleitos pela Guanabara, em 1970, estream na vida parlamentar: Alcir Pimenta, Bezerra de Norões, Florim Coutinho, J.G. de Araújo Jorge, Léo Simões, Lysâneas Maciel, Marcelo Medeiros, Miro Teixeira e Osnelli Leite Martinelli. Desses, apenas Osnelli Martinelli pertencia à bancada arenista. Ou seja, 08 deputados elegiam-se pela primeira vez, vinculados ao partido de oposição, o MDB.

Ao todo, elegem-se 13 deputados federais pelo MDB da Guanabara, nas eleições de 1970. A expressiva renovação de parlamentares no MDB carioca – 08 em 13 –, pode ser reputada, em larga medida, como um reflexo do processo de fechamento do sistema político e recrudescimento das cassações a partir da edição do AI-5, em 1968. O MDB é atingido fortemente pela onda de cassações impetradas pelo AI-5, o que provoca uma reordenação de seus quadros.

Já entre os 07 deputados sufragados pela ARENA, apenas 01 assume o cargo sem qualquer experiência parlamentar anterior. Um ponto que chama atenção é o fato de 05 deputados arenistas eleitos em 1970, pela Guanabara, haverem pertencido aos quadros da antiga UDN carioca, da qual o governador Carlos Lacerda despontava como a maior liderança. Outro candidato, Lopo Coelho, embora vinculado anteriormente ao PSD, também se liga a Lacerda, ocupando a Secretaria Sem Pasta de seu Governo. Apenas Osnelli Martinelli, oficial militar, não possui quaisquer vínculos com a UDN lacerdista anteriores a 1970, embora, quando estoura o

golpe de 1964, atue diretamente no comando da defesa do Palácio Guanabara, então ocupado por Lacerda e outros defensores da deposição de João Goulart.

O apoio ao golpe de 1964 é um fator unificador dessa bancada arenista. Tal apoio oscilava entre o extremo de uma irrestrita defesa da permanência dos militares no poder e da instauração de medidas de repressão severa e incondicional ao terrorismo e à corrupção – estes identificados como heranças do Governo João Goulart – e uma posição de reconhecimento de conquistas promovidas pelos governos militares, acusatória em relação ao partido de oposição, por abster-se do combate à ação comunista e subversiva no país, e de crença quanto a situação política de exceção ser uma necessidade circunstancial e passageira, visando, após suprimidos os riscos de instauração de um golpe da esquerda, o retorno à “verdadeira democracia”. Lopo Coelho chega a participar do Governo Castello Branco, entre 1964 e 1966, desempenhando a função de ministro plenipotenciário do Brasil.

Outro ponto que salta aos olhos em relação a essa bancada arenista, refere-se ao número significativo de deputados diplomados pela Escola Superior de Guerra (ESG). Se Osnelli Martilnelli e Amaral Netto são os únicos do grupo a seguir formação nas Forças Armadas, respectivamente, no Exército e na Marinha, outros 03 deputados cursariam a ESG: Nina Ribeiro, Lopo Coelho e Eurípedes Cardoso de Menezes.

Quanto ao MDB carioca, o partido elege, nas eleições de 1970, 13 deputados federais, demonstrando uma força eleitoral que a legenda de oposição não apresentava, naquele momento, em nenhum outro estado do Brasil. Entre os 13 deputados eleitos, somente 02 adotariam, de fato, um comportamento de franca oposição ao regime militar, enquanto 11 deputados seguiriam uma linha política mais moderada, não crítica em relação ao Governo Federal. Além disso, não menos que 09 deputados estabeleceriam vínculos com o grupo político de Chagas Freitas.

Lysâneas Maciel e J.G.de Araújo Jorge formariam a corrente combativa da bancada carioca do MDB, eleita para a Câmara Nacional, em 1970, constituindo os únicos representantes, na Guanabara, do grupo autêntico emedebista. Ambos assumem aberta oposição ao regime militar. Condenando as arbitrariedades cometidas contra as vítimas dos instrumentos oficiais de repressão, clamam pela revogação da legislação de exceção no país e restabelecimento da democracia, pelo fim da censura e respeito aos direitos humanos. Ambos deputados assumem, também, uma postura de oposição à corrente chaguista do partido. No tocante às questões econômicas, criticam os efeitos funestos da política governamental na vida dos trabalhadores assalariados do país. J.G. de Araújo Jorge defende, particularmente, a implantação de reformas que garantam uma melhor distribuição da riqueza nacional, com a revisão do critério de fixação do salário mínimo e o fim da tomada de empréstimos externos. Lysâneas Maciel posiciona-se, entre outros pontos, a favor da adoção, pelo Estado, de medidas indutivas do fortalecimento da produção nacional, da autonomia política e econômica da nação e realização da reforma agrária.

Por outro lado, Rubens Berardo alinha-se à corrente moderada do MDB, buscando, contudo, empreender uma carreira *solo*, no aspecto de não estreitar laços políticos com quaisquer grupos dentro do partido, nem criticá-los. Reeleito, em 1970, pela quarta vez, fundamentalmente com base na popularidade alcançada como criador da Rádio Emissora e da TV Continental, sua postura política é passiva e silenciosa em relação ao fato de haver se instaurado no Brasil, a partir de 1964, uma ditadura militar.

Florim Coutinho, por sua vez, também adota uma postura política moderada, no tocante ao exercício de uma efetiva oposição à ditadura militar brasileira, antes identificando objetivos comuns à oposição e ao Governo. Não obstante, destaca-se como um crítico implacável do governador Chagas Freitas, a quem acusa de corrupto, incompetente e empreguista, capaz de

qualquer ato inescrupuloso, tráfico de influência e abuso de cargo para garantir sob seu comando a máquina partidária do MDB carioca. Afora as constantes críticas a Chagas Freitas, Coutinho comporta-se, basicamente, como um político “distrital”, ocupado com os problemas de sua área de influência eleitoral, nomeadamente as zonas Norte e Oeste cariocas. A semelhança do seu comportamento com o dos políticos chaguistas, assumindo o papel de mediador de determinados interesses de bairros, faz parecer que as querelas entre ele e Chagas Freitas estão fundadas na disputa de redutos eleitorais.

Os demais 09 deputados federais eleitos pelo MDB aderem, embora em diferentes graus, à corrente política liderada por Chagas Freitas dentro do partido. Aliás, a força do chaguismo, nessas eleições, se evidenciaria não só pelo número elevado de candidatos do grupo que conquistam uma vaga na Câmara, mas também pelo fato de todos os 06 emedebistas que conseguem posicionar-se entre os 10 candidatos com maior número de votos, na Guanabara, serem aliados políticos de Chagas Freitas: Marcelo Medeiros, Rubem Medina, Reynaldo Sant’Anna, Pedro de Faria, Léo Simões e Bezerra de Norões.

A candidatura de Marcelo Medeiros recebe cobertura privilegiada do jornal *O Dia*, sendo divulgadas diariamente imagens e notícias sobre a criação de seus comitês de campanha e visitas pessoais por ele realizadas em uma série de comunidades pobres – ocasiões em que ele identificava e se comprometia com os problemas vividos pelos moradores. Medeiros assina uma coluna própria naquele jornal, que se transforma num espaço de diálogo com as camadas populares e médias do estado carioca, ganhando destaque problemas relacionados à falta de infraestrutura de modo geral, policiamento, serviços de saúde etc., além de reivindicações específicas dos trabalhadores urbanos. Nesse sentido, é possível afirmar que os leitores do *O Dia*

constituíram a principal base de apoio eleitoral, que levou Marcelo Medeiros a vencer as eleições, em 1970, como campeão de votos.

Embora o nome de Marcelo Medeiros tenha recebido o maior investimento em propaganda, no *O Dia*, outros candidatos garantem espaço vantajoso naquele periódico. Miro Teixeira, por exemplo, também assina uma coluna própria no jornal e, nele, tem sua candidatura amplamente divulgada. Do mesmo modo, as candidaturas de Reynaldo Sant'Anna e Bezerra de Norões são enaltecidas, publicadas em matérias que destacam, por exemplo, homenagens a eles feitas por populares, em diferentes momentos de campanha. Patrocínios especiais do jornal – independentes de outros realizados de forma abrangente, para todos os candidatos emedebistas – também são oferecidos às candidaturas de José Bonifácio Neto, Rubem Medina e Pedro de Faria.

Um elemento unificador do grupo apoiado por Chagas Freitas, nessas eleições, é a participação dos candidatos, em 1969, no seu projeto de reorganização da seção carioca do MDB. Destacam-se, particularmente, Reynaldo Sant'Anna, que viria compor a primeira direção regional do partido e, depois, a presidi-lo; Rubem Medina, que fica responsável pela realização de novas filiações na 18ª zona eleitoral – que englobava Ipanema e parte de Copacabana e Lagoa –; Pedro de Faria, que dedica-se a estruturar sua base eleitoral na Zona Norte carioca, particularmente no bairro de Madureira; Léo Simões, que se ocupa do recolhimento de filiações na 1ª zona eleitoral, no Cais do Porto; e Alcir Pimenta e José Bonifácio Neto, que constroem suas bases eleitorais na Zona Oeste carioca.

Os discursos desses parlamentares chaguistas, em plenário, no correr da legislatura 1971/1975, é outro aspecto homogeneizador do grupo. Em primeiro plano, destacam-se pronunciamentos elogiosos ao governador Chagas Freitas e ao seu modo de administrar os problemas da Guanabara. Sobressaem, também, reivindicações em prol de interesses de bairros

cariocas, relativos a melhorias de diferentes matizes, como a instalação de serviços públicos eficientes nas áreas de saúde, educação, transporte e saneamento. Esses deputados assumem, assim, na tribuna, o papel de mediadores dos interesses de seus respectivos eleitores, ou redutos eleitorais, ou de sua clientela. Nessa mesma perspectiva, incorporam ainda bandeiras trabalhistas, fazendo constantes apelos às autoridades governamentais a favor da melhoria das condições de trabalho de determinadas categorias profissionais.

Rubem Medina, nesse ponto, constitui uma exceção, por realizar, também, considerações acerca da vocação do estado da Guanabara para tornar-se um centro nacional de referência para o turismo, a indústria e o comércio. Porém, novamente se aproxima do estilo político chaguista, quando se abstém de incorporar aos seus discursos qualquer avaliação de conjuntura nacional.

Além disso, não há críticas, da parte desse grupo de parlamentares chaguistas, à ordem militar vigente, inexistindo sinais, em seus pronunciamentos, de uma firme postura oposicionista. Ao contrário, se o Governo militar é porventura mencionado, são comentários de caráter elogiosos em relação a determinadas tomadas de decisão do Executivo e o entendimento subliminar é que a deflagração do golpe de 1964 foi uma ação acertada, a oposição devendo unir-se ao Governo para compartilhar as responsabilidades do poder, sem se disponibilizar para insurgências.

Uma análise das trajetórias individuais dos deputados federais eleitos pela Guanabara, em 1970, indica que a vocação para o debate político, reconhecida como uma importante característica da bancada carioca eleita em 1962, aparece, agora, hegemônica apenas entre os deputados arenistas.

Nesse sentido, Flexa Ribeiro reafirma, na legislatura 1971/1975, o seu ânimo para a atividade reflexiva e de formulação de políticas públicas, em particular na área educacional.

Amaral Netto, Eurípedes Cardoso de Menezes, Nina Ribeiro e Osnelli Martinelli sustentam um anticomunismo extremado e um discurso afinado com a idéia de que o golpe de 1964 veio para fazer frente a um desgoverno corrupto e ao risco de instauração de uma ditadura de esquerda no país.

Já o perfil nacional de Célio Borja surge calcado numa postura parlamentar comprometida com a defesa das instituições políticas democráticas, distinguindo-se também como crítico inexorável do Governo trabalhista de João Goulart.

Apenas Lopo Coelho apresenta um perfil menos definido e atuante em relação ao debate de idéias políticas, sendo reputado como um político “neutro”.

Por outro lado, bancada carioca emedebista de deputados federais, eleita em 1970, não traria a marca da participação no debate político nacional. Somente 02 candidatos emedebistas sobrevivem aos sucessivos ciclos punitivos perpetrados a partir do golpe de 1964, que afasta da cena política carioca a expressiva maioria dos quadros, tanto comprometidos com a discussão dos rumos políticos do país, quanto contrários ao golpe e/ou aos seus desdobramentos.

À medida que, no fim da década de 1960, se torna mais intensa a política repressiva do Governo militar, decorre, entre outros pontos, um aumento das ordens de cassações de mandatos e suspensões de direitos políticos dos opositores do regime. É nesse contexto que o grupo de Chagas Freitas ganha força e espaço político novos, passando a dominar a seção regional do MDB da Guanabara e obtendo larga e inédita maioria dentro da representação carioca à Câmara Nacional. E o perfil político da corrente chaguista divergiria essencialmente em relação à característica de engajamento no debate nacional, identificada como forte tendência na bancada carioca de deputados federais eleita em 1962, antes diferenciando-se pelo seu compromisso com uma prática política clientelista e localista.

Conclusão

O estudo coletivo de algumas trajetórias individuais foi o instrumento analítico da História Política utilizado, neste trabalho, para uma reflexão sobre a dinâmica do campo político carioca. O grupo destacado na análise foram os deputados federais eleitos pela Guanabara, em 1962 e em 1970, e procurou-se delinear as redes de relacionamentos políticos e sociais que garantiram seu acesso à vida parlamentar e balizaram suas estratégias políticas.

Pela observação dos elementos de identidade e diversidade, nas suas interações com a sociedade, é possível ajuizar que a bancada eleita em 1962 – eleita, portanto, antes da abertura dos processos de cassações determinados pelo regime militar brasileiro pós-golpe de 1964 –, apresentava um perfil geral propenso ao debate político e de idéias. Ainda que aglutinando correntes de pensamento diversas, essa bancada parlamentar compartilhava a característica de posicionar-se publicamente frente às questões de ordem política e sócio-econômica do país, confirmando a vocação para o debate nacional reputada aos representantes do ex-Distrito Federal do Rio de Janeiro no Congresso Nacional.

Com o golpe de 1964, uma ditadura militar se impõe no Brasil, enfraquecendo as funções políticas dos poderes legislativos, restringindo os espaços de debate e impetrando cassações, prisões, torturas e até assassinatos de opositores. Nesse contexto, a edição do AI-5, em 1968, constituiria uma medida dramática de legitimação e reforço das ações repressivas do Governo golpista.

A instituição do bipartidarismo no Brasil, em 1965 – estabelecendo a criação do partido de apoio ao Governo, a ARENA, e do partido de oposição, o MDB –, ocorreria, assim, num momento em que concretizava-se o afastamento forçado, da cena política brasileira, daqueles

emedebistas que assumiam uma postura de franca oposição ao regime militar. Na Guanabara – estado brasileiro mais atingido pelas medidas de cassação de mandatos –, enquanto representantes do MDB, com tradição e força eleitoral no estado, eram afastados do exercício das funções públicas e tinham os seus direitos políticos suspensos, o grupo chaguista ganhava crescente espaço, consagrando-se, nas eleições de 1970, como a força política hegemônica daquela seção do partido. Chagas Freitas conseguiria eleger o diretório regional do MDB, em 1969, e seu grupo passaria, em 1970, a ocupar mais de 50% da bancada carioca do MDB à Câmara Nacional. Além disso, Chagas seria eleito o governador da Guanabara.

É importante examinar as práticas políticas das bancadas parlamentares como construções formadas a partir de inter-relações diversas presentes nos processos históricos. Nesse sentido, as cassações favoreceram a consolidação da hegemonia chaguista em território carioca mas não esgotaram as suas influências. Na verdade, uma conjuntura complexa, que envolveu elementos diversos, entre os quais as cassações, viabilizou a consagração do chaguismo.

Se a escalada política de Chagas Freitas serviu-se, em grande medida, do impacto das cassações impetradas pelo Governo militar no jogo de forças políticas carioca, outros fatores compuseram também o quadro das principais influências que viabilizaram a consagração do chaguismo. Chagas Freitas construiu, a partir dos jornais de sua propriedade, *O Dia* e *A Notícia*, um importante espaço de propaganda política e de comunicação com os setores populares cariocas, num contexto em que a censura cerceava a circulação de idéias oposicionistas. Por outro lado, o controle da seção regional do MDB daria a Chagas Freitas cacife para manipular o ingresso de novos filiados no partido e a formação de chapas. A interseção de todos esses fatores estabeleceria as bases da ampliação do espaço do grupo chaguista na política carioca. A esse respeito, é importante ter em vista que o chaguismo constituía até então uma representação com peso, exclusivamente, no âmbito da política local carioca, de modo que apenas o próprio Chagas

Freitas exercia a representação do grupo à Câmara Nacional. Em 1970, no bojo do período mais duro de cassações impingidas pelo regime militar, a corrente chaguista ampliaria sua força, obtendo a maioria das cadeiras conquistadas pelo MDB da Guanabara também na Câmara Nacional, tanto no tocante ao número de deputados federais eleitos quanto em relação ao número de votos obtidos pelos candidatos.

Desse modo, pode-se afirmar que o fechamento do sistema político brasileiro, a partir de 1964, e recrudescimento em 1968, corroboraram para a hegemonia de Chagas Freitas no MDB carioca, pelos obstáculos que criaram para a participação de lideranças oposicionistas mais combativas, dentro do partido e nos processos eleitorais realizados no período.

A ascendência da corrente chaguista na Câmara dos Deputados representaria uma negação da característica de engajamento no debate político nacional, antes identificada como tradição nas bancadas cariocas de deputados federais. Foi o viés localista, fisiológico e clientelista, do fazer político de Chagas Freitas, que alcançou, em território carioca, um elevado grau de adesão ao final da década de 1960, sendo incorporado pela maioria dos membros do partido de oposição na Guanabara.

Os parlamentares chaguistas atuavam, principalmente, atentos a problemas específicos que afligiam determinados grupos ou categorias profissionais, desse modo estabelecendo elos identitários com certos segmentos do eleitorado carioca. Apresentavam-se, em geral, como políticos a serviço de comunidades de baixa renda, patrocinadores do assistencialismo. No exercício de seus mandatos, conferiam destaque a um conjunto de interesses específicos de seus eleitores. Durante a legislatura 1971/1975, é de modo geral freqüente, entre os deputados federais chaguistas, a predominância de discursos em plenário em favor de demandas relativas ao reconhecimento de datas religiosas, reivindicações de direitos para categorias profissionais

específicas ou de melhoramentos da infra-estrutura urbana e dos serviços públicos dos locais onde desfrutavam influência eleitoral. Confirma-se incomum a participação dos deputados chaguistas em debates sobre questões de princípio político. Naquele momento, no Brasil, a função de um partido de oposição de questionar a existência do regime militar e pressionar pela volta a um sistema político democrático não se colocava no exercício desses mandatos. O desempenho das funções parlamentares, para os deputados do grupo político de Chagas Freitas, consistia basicamente em abster-se dos assuntos relacionados à política nacional e ocupar-se da mediação dos interesses restritos de seu eleitorado. Eleger-se, nesse sentido, constituía um projeto vazio de formulação política, parecendo antes um esforço pela conquista de votos e cargos.

Nesse sentido, o deputado Miro Teixeira afirmaria, em entrevista concedida à *Revista Isto É*, publicada sob o título “Nem filosofia, nem ideologia, só chaguismo”, que os políticos chaguistas identificavam-se como uma corrente não-ideológica³⁸³.

O exercício das funções parlamentares surgia para o deputado chaguista como um recurso estratégico que lhe permitia realizar a contraparte dos votos recebidos. E a sua parte no jogo era buscar influenciar, junto aos poderes constituídos, em prol do atendimento dos interesses de sua base de sustentação política. O parlamentar eleito tomava seu mandato como uma concessão que lhe tornava devedor, não de um programa político-ideológico, mas em relação àqueles que o elegeram:

Eu acho que essa política de atendimento popular pode e deve ser feita pelos deputados e pelos senadores. Eu não acho que o parlamentar, que o congressista, tenha que se colocar numa altitude constitucional e realizar aquilo que a Constituição estabelece como missão do congressista, não. Ele tem que ir a estas reivindicações de base³⁸⁴.

³⁸³ Ver entrevista de Miro Teixeira a *Isto É*, 22/11/1978, p.17-18, “Nem filosofia, nem ideologia, só chaguismo”.

³⁸⁴ Depoimento de deputado do grupo de Chagas Freitas, entrevistado, por Eli Diniz. A autora não revela o nome do deputado. Ver DINIZ, 1982, p.134.

O elo identitário do grupo chaguista era a opção por um caminho político que se realizava em torno da liderança de Chagas Freitas e articulando clientelas:

Pertenço ao grupo liderado pelo governador Chagas Freitas e no nosso grupo você tem uma variação ideológica enorme, tanto que o comportamento é inteiramente diferente de um parlamentar para outro. O grupo não existe unido em torno de uma ideologia, de uma doutrina (...). O chaguismo não existe como doutrina, o chaguismo é uma reunião de pessoas em torno de um líder, mas sem uma linha ideológica harmônica.

[A fidelidade ao chaguismo] não tem raízes profundas, pois não há uma ideologia comum. Não existe um programa comum. O que existe é a divisão do poder. (...). O esquema de poder está nas mãos do governador Chagas Freitas e ele distribui as benesses do poder. Enquanto isso existir, os chaguistas estarão ligados a ele. A corrente não tem um perfil ideológico. [O que existe] é essa adesão pelas vantagens. (...) O que há é um fio de interesses que se criaram em torno da distribuição de poder, de cargos, de vantagens e que se articularam em torno da figura de Chagas Freitas, um grande empresário. O MDB chaguista é como se fosse uma grande empresa. (...) Sim, um patrimônio, um pecúlio imenso que essas pessoas dividem entre si, como uma firma. (...) E a fidelidade dessas pessoas ao Dr. Chagas advém do fato de ser ele o grande dirigente da empresa, o hábil dirigente da empresa, o inteligente administrador de uma empresa em pleno êxito e da qual, se eles se desgarrarem, são homens desempregados e não eleitos³⁸⁵.

Dentro da perspectiva clientelista, a proximidade com o poder abre uma rede de possibilidades, já que a distribuição de favores políticos exige que se tenha influência para tal. O grupo de Chagas Freitas adotaria uma política de boa convivência com o Governo Federal, buscando não entrar em conflito com os militares e sem manifestar qualquer desacordo em relação à política oficial. A proximidade com o poder tanto proporciona *status* político para intervenções mais decisivas em prol de determinadas causas como, também, acesso a informações que podem ser úteis para a definição de estratégias e consecução de interesses. A preservação da condição de representante político surgia, então, como objetivo primordial da

atuação parlamentar chaguista – justamente o que a proteção política de Chagas Freitas procurava assegurar, através de apoio nos processos eleitorais, ampliando as chances dos pleiteantes à ocupação de funções governativas.

Não obstante a força alcançada pelo grupo chaguista dentro do MDB da Guanabara, ainda sobreviveriam, no cenário político-parlamentar carioca de fins dos anos 1960, alguns emedebistas tanto críticos do Governo militar quanto do chaguismo, que se apresentavam como o verdadeiro MDB: estes formavam o *grupo autêntico* do partido. Esses parlamentares aconselhavam-se em princípios políticos formados dentro de uma compreensão articulada da ordem social como um todo. Em seus discursos, ganhavam destaque questões relativas à defesa da democracia, ao pleno exercício da cidadania e à necessidade de reformas sociais e no modelo econômico brasileiro, visando o combate à desigualdade social. Nesse sentido, procuravam legitimar os seus mandatos a partir do estabelecimento de compromissos políticos que supunham um elevado grau de agregação de interesses e que não tinham o objetivo primeiro de atrair o voto daqueles eleitores que se orientavam em função das perspectivas de ganhos pessoais imediatos que determinada candidatura pudesse lhes proporcionar. Os seus eleitores não podiam ser identificados como pertencentes a um determinado reduto eleitoral, de bairro ou categoria profissional, ou ainda grupo religioso. O compromisso desses políticos era com a sociedade e não apenas com determinado eleitorado.

Os autênticos do MDB juntamente com os candidatos da ARENA, eleitos para a Câmara dos Deputados pela Guanabara, em 1970, apresentariam um perfil semelhante ao da bancada eleita antes do golpe de 1964, no tocante à sua inclinação para o debate e realização de reflexões

³⁸⁵ Depoimentos de deputados do grupo de Chagas Freitas entrevistados por Eli Diniz. A autora não informa o nome dos entrevistados. Ver DINIZ, 1982, p.169 e 172.

analíticas sobre a situação política e sócio-econômica brasileira. Contudo, a partir do golpe e com a abertura dos processos de cassações, cresceria, hegemônica, na Guanabara, estendendo-se à representação carioca à Câmara Nacional, a força da política localista e de clientela, vazia de formulações e princípios políticos abrangentes, balizada pela liderança de Chagas Freitas.

Quando pensar a organização e a estrutura política do país não constitui uma parte essencial da atividade dos governantes, o *status quo* encobre-se de certa naturalidade, e as regras sociais passam a existir para garantir a preservação da hierarquia de poder vigente e a execução de determinado projeto político de sociedade. A política clientelista encetada pelo grupo de Chagas Freitas optava por evitar pronunciar-se em relação a questões que pudessem ameaçar ou comprometer o equilíbrio social, procurando movimentar-se dentro dos limites das regras estabelecidas, negociando interesses sem cogitar a desestabilização dessas regras.

Ou seja, a força do chaguismo na política carioca influenciaria a generalização de um comportamento político marcado, por um lado, pela não participação em debates sobre questões políticas abrangentes, tocantes ao conjunto da organização social, e, por outro lado, pela prática clientelista, a partir da qual as questões relacionadas às necessidades cotidianas da população carioca passavam a constituir o eixo norteador da atividade parlamentar. Um ponto importante é que a solidariedade demonstrada para com os problemas cotidianos da população carioca – por exemplo, problemas de infra-estrutura básica, como água, esgoto, calçamento, transporte, escolas etc. –, colocava-se como parte de uma mediação privatizadora do acesso aos serviços públicos. Dentro dessa lógica, o político intermediava os interesses de determinados grupos – bairros, categorias profissionais ou grupos religiosos, por exemplo –, procurando manter-se no poder pela via do favoritismo político e da montagem de redes de clientela. Tratava-se, pois de uma lógica

desagregadora do ponto de vista da construção de alternativas sociais abrangentes. Em lugar de discutir o modo como deveriam ser conduzidas as questões públicas e a implementação de políticas amplas, o que se procurava era usar de influência política em favor de algumas proposições particularistas.

As práticas de cunho clientelista não visam enfrentar, para transformar, as estruturas de poder ineficientes ou as raízes dos problemas sociais, posto que tal enfrentamento exige discussão e formulação de políticas integradoras dos diversos setores de uma sociedade, com o propósito subjacente de uma repactuação social ampla. Seu caráter é fragmentador e, nesse sentido, reforça as desigualdades sociais, ao supor que o acesso aos serviços públicos não é um direito de todos os cidadãos e sim um bem a ser conquistado por aqueles que conseguem alguma articulação política.

Ao orientar-se com base numa estratégia particularista, de pouca extensão social e desestimulante em relação ao exercício da cidadania, a prática da clientela contraria os interesses coletivos. Negligencia-se a construção de formas universais de encaminhamento e discussão das prioridades sociais que devem ocupar a agenda política. A estratégia passa a pautar-se na sedimentação de relações menores, pessoais, entre, de um lado, o parlamentar, influente e protetor, que se apresenta como um “despachante” dos interesses de seu eleitorado, e, de outro, o eleitor, que tem esperança de ser particularmente favorecido. A influência política e os vínculos pessoais são privilegiados em detrimento da organização coletiva da sociedade e da identificação de interesses comuns, reforçando as condições de desigualdade social e a lógica vertical de poder.

Prevalece, assim, o entendimento de que as questões de governo devem ser tratadas de forma atomizada, via o atendimento de demandas parciais e o apoderamento da coisa pública. Nesse vetor, importa mais encontrar, dentro da ordem estabelecida, espaços para o atendimento de certos interesses, do que formular um programa de governo pautado em questões de princípio

e em formas cidadãs de emancipação social. Aliás, a manutenção da lógica clientelista depende da inexistência de um programa de políticas públicas que incorpore as demandas populares. É necessária a perpetuação da ineficiência dos poderes em relação à prestação de serviços públicos, para que se justifique a mediação de políticos influentes.

É importante ter em vista que as práticas clientelistas não esgotam a caracterização da paisagem política carioca de fins dos anos 1960. Suas vicissitudes, contudo, sobrevivem no tempo, influenciando comportamentos no universo das relações de poder.

Embora fuja ao escopo do presente trabalho realizar uma análise aprofundada sobre o *chaguismo* enquanto um fenômeno que estabelece padrões comportamentais que resistem ao tempo, até os dias atuais, uma questão recorrente nos debates sobre a política carioca e fluminense talvez mereça ser mencionada.

O fim do primeiro mandato de Chagas Freitas no governo carioca coincidiria com a fusão da Guanabara e o antigo estado do Rio de Janeiro, em março de 1975. Naquele momento, o controle do novo MDB fluminense seria disputado entre o próprio Chagas Freitas e Ernani do Amaral Peixoto, principal liderança do partido no antigo estado do Rio de Janeiro. Chagas Freitas venceria a contenda, estendendo o domínio que possuía do partido em território carioca a todo o âmbito fluminense. Em 1978, se elegeria novamente governador, agora do novo estado do Rio.

No entanto, quando ascendem hoje discussões sobre a des fusão entre a cidade e o estado do Rio de Janeiro, são freqüentes as defesas dessa idéia justificadas na suposição de que a cultura política do estado do Rio é mais *atrasada* do que a da cidade, idéia que trás embutida uma visão dourada da Guanabara. Não se ouvem comentários sobre o fato de que foi na Guanabara, e não no estado do Rio, depois do Golpe de 1964, que Chagas Freitas – e a lógica clientelista –

alcançou o auge de seu poder político e, depois, com a fusão, estendeu esse domínio a todo estado fluminense.

Este estudo constitui um esforço concentrado para a compreensão de que as cassações significaram para a cidade e o estado do Rio a inauguração de um novo marco de poder, hegemonicamente clientelista. É nosso desejo que possa representar uma pequena contribuição para as reflexões sobre o campo político carioca e fluminense.

ANEXOS

ANEXO 1

DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS PELA GUANABARA EM 1962 – Dados Biográficos

<i>Ordem</i>	<i>Nome</i>	<i>Local e Data de nascimento</i>	<i>Formação acadêmica e publicações</i>	<i>Atividades Profissionais</i>	<i>Trajetória Política</i>
01	Aduino Lucio Cardoso	Curvelo (MG) 24/12/1904	<ul style="list-style-type: none"> • 1927 – Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro 	<ul style="list-style-type: none"> • [1923?]-1927 – Repórter no jornal A Política. • 1927 – Consultor Jurídico do Lóide Brasileiro. Aposentado em 1943. • 1927 – Promotor-adjunto do DF e diretor da Carteira de Seguros do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos. • Nomeado consultor Jurídico do Ministério da Viação. Exonerado em 1943. 	<ul style="list-style-type: none"> • Um dos fundadores do Movimento de Resistência Democrática, que propunha o fim do Estado Novo (1944). • Vereador, DF, UDN (1947-1951). • Deputado Federal, DF, UDN (1955-1963). • Deputado Federal, GB, UDN (1963-1967). • Eleito Deputado Federal, pela ARENA da GB, em 1966, não assume o cargo para tomar posse no STF. • Ministro no STF (1967). Requer aposentadoria em 1971.

02	Aliomar Baleeiro	Salvador (BA) 05/05/1905	<ul style="list-style-type: none"> • 1925 – Formado pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Bahia <p>Livros de sua autoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Direito do Empregado no Comercio • Imposto sobre a renda • Tributação e Imunidade da Dívida Publica • Ruy: um estadista no Ministério da Fazenda • Uma Introdução à Ciência das Finanças • Clinica Fiscal • O Direito Tributário na Constituição • O Supremo Tribunal Federal, esse outro desconhecido • A Política e a Mocidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Atua como jornalista nos jornais A Imprensa (1921), O Imparcial e A Tarde (1924), O Estado da Bahia (1933). • 1937 – Retoma a advocacia. • 1938 – Escreve artigos para a revista Seiva, de orientação anti-fascista. • 1940-1942 – Assume chefia da revista Fórum, publicada pela OAB. • 1942 – Professor nas Faculdades de Direito da Universidade Federal da Bahia, Universidade Católica da Bahia, Universidade do Estado da Guanabara e Universidade de Brasília. 	<ul style="list-style-type: none"> • Deputado à Constituinte da Bahia, PSD/Bahia (1935-1937). • Deputado à Assembléia Nacional Constituinte, BA, UDN, (1946-1951). • Deputado Federal, BA, UDN (1951-1959). • Secretário da Fazenda da Bahia (1959-1960). • Deputado à Constituinte da GB, UDN (1960-1963). • Deputado Federal, GB, UDN (1963-1965). • Ministro do STF (1965-1975).
03	Antônio Garcia Filho	Uruguaiana (RS) 21/08/1926	<ul style="list-style-type: none"> • 1948 – Realiza curso na Escola de Instrução Especializada / DF, como segundo-sargento. 	<ul style="list-style-type: none"> • 1944 – Ingressa no Exército, chegando ao posto de segundo-sargento. • 1944 – Voluntário da FEB, na Segunda Guerra Mundial. • 1970 – Expulso do Exército, torna-se representante comercial da empresa de rações Anhangüera. 	<ul style="list-style-type: none"> • Deputado Federal, GB, PTB (1963-1964). • Cassado com base no AI-1 (1964).

04	Antônio Pádua de Chagas Freitas	Distrito Federal do Rio de Janeiro (RJ) 04/03/1914	<ul style="list-style-type: none"> • 1935 – Formado pela Faculdade Nacional de Direito / RJ 	<ul style="list-style-type: none"> • 1938 – Começa a trabalhar em jornal, sendo escalado pelo A Tarde para entrevistar Adhemar de Barros. • 1939 – Nomeado Juiz da Paz em Marica. • 1949 – Compra o vespertino A Notícia, tendo, inicialmente, Adhemar de Barros como sócio. • 1950 – Funda o matutino O Dia, inicialmente em sociedade com Adhemar de Barros. 	<ul style="list-style-type: none"> • Deputado Federal, GB, PSP (1955-1963). • Deputado Federal, GB, PSD (1963-67). • Deputado Federal, GB, MDB (1967-1971). • Governador, GB, MDB (1971-1975). • Governador, ERJ, MDB (1979-1983).
05	Arnaldo Nogueira	Franca (SP) 06/09/1920	<ul style="list-style-type: none"> • 1944 – Formado pela Faculdade de Ciências Econômicas Álvares Penteado-SP. 	<ul style="list-style-type: none"> • 1944 – Tradutor e comentarista da Rede BBC inglesa. • 1948 – Apresenta programa de TV <i>Falando Francamente</i>. • Diretor da Sucursal do Globo, em Brasília por 22 anos. • Diretor-geral da Rádio Nacional do RJ. 	<ul style="list-style-type: none"> • Vereador, DF, UDN, (1955-1962). • Deputado à Constituinte da GB UDN, (1960-1963). • Deputado Federal, GB, UDN, (1963-1967). • Segundo Suplente de Deputado Federal, GB, ARENA, (1967-1970).
06	Benedicto Cerqueira	Minas Gerais 31/03/1919		<ul style="list-style-type: none"> • 1935 – Inicia militância sindical como Trabalhador da indústria metalúrgica, em São João Del Rey (MG). • 1944-1953 – Secretário e gerente da Cooperativa dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. • 1955 – Presdiente do Sindicato dos Metalúrgicos do RJ. • 1957 –Delegado brasileiro à Federação Sindical Mundial, sediada em Praga, Tchecoslováquia. • 1960 – Secretário Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria. • Secretário para Previdência Social do CNTI (1962). • 1964 – Diretor do CGT. 	<ul style="list-style-type: none"> • Deputado Federal, PTB (1963-1964). • Cassado com base no AI-1 (1964).

07	Benjamin Miguel Farah	Corumbá (MS) 31/03/1911	<ul style="list-style-type: none"> • 1937 – Formado pela Escola de Medicina e Cirurgia / RJ. • 1953 – Cursa a Escola Superior de Guerra (ESG). <p>Livros de sua autoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • “Paulo Setúbal” • “Para imortalidade: sobre Clementino Fraga” • “BCG” • “Oswaldo Cruz” • “Caxias” • “Rondon” • “Santos Dumont” • “A cadeira de fisiologia”. 	<ul style="list-style-type: none"> • 1937-1945 – Médico em vários hospitais, atuando, por exemplo, no Serviço de Cirurgia da Marinha, Serviço de Clínica do Hospital São Francisco de Assis e no Serviço de Cirurgia do Hospital Central do Exército. • 1940 – Professor do Colégio Pedro II. • 1967 – Professor da Fundação Sousa Marques. 	<ul style="list-style-type: none"> • Deputado à Assembléia Nacional Constituinte, DF, PTB (1946-1951). • Deputado Federal, DF, PSP (1951-1963). • Deputado Federal, GB, PSP (1963-1967). • Senador, GB, MDB (1971-1979). • Deputado Federal, ERJ, MDB (1979-1983).
08	Breno Dhalia da Silveira	Mamanguape (PB) 28/11/1913	<ul style="list-style-type: none"> • Cursa as faculdades de medicina de Recife, da Bahia e de Niterói (RJ), onde se forma pediatra (1936). 	<ul style="list-style-type: none"> • 1938 – Pediatria na Maternidade de Recife. • 1938 – Professor assistente na Faculdade de Medicina de Recife. • 1940 – Proprietário de uma clínica de pediatria no DF. • 1940 – Pediatra do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB). • Vice-presidente do Centro de estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN) 1949-1950. • 1972: retorna à Recife, passando a dedicar-se ao mercado imobiliário. 	<ul style="list-style-type: none"> • Vereador, DF, UDN, DF (1947-1951). • Deputado Federal, DF, UDN (1951-1955). • Deputado Federal, DF, PSB (1955-1963). • Deputado Federal, GB, PSB (1963-1967). • Deputado Federal, GB, MDB (1967-1971). • Cassado com base no AI-5 (1969).

09	Eloy Ângelo Coutinho Dutra	Distrito Federal do Rio de Janeiro (RJ) 06/07/1916	<ul style="list-style-type: none"> • 1938 – Bacharel em Direito <p>Livros de sua autoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • IBAD: Sigla da Corrupção • Ângulos práticos do municipalismo • O banco dos municípios • Navayama • Contos Místicos • Histórias de um sonho 	<ul style="list-style-type: none"> • 1934 – Funcionário da Caixa Econômica Federal. • Jornalista e escritor, até servir como voluntário na II Guerra, na aviação norte-americana. • 1945-1954 – Jornalista, colabora com os jornais cariocas Última Hora, Diário de Notícias e Gazeta de Notícias, do qual foi também secretário. • 1954 – Comentarista político das rádios Metropolitana e Continental. • Atua como diretor-Geral do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários e dirigente de bancos e empresas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Deputado Federal, DF, PTB (1959-1963). • Vice-Governador da Guanabara (1962-1964). • Eleito Deputado Federal, pelo PTB da GB, não exerce o cargo, para assumir a função de Vice-Governador da GB. • 1964 – Cassado com base no AI-1.
----	----------------------------	---	--	---	---

10	Eurípedes Cardoso de Menezes	Campinas (SP) 23/09/1909	<ul style="list-style-type: none"> • Formado em Ciências e Letras, Filosofia e teologia pelas faculdades de Teologia do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Rio Grande do Sul. • 1972 – Cursa a Escola Superior de Guerra. • • Livros de sua autoria: • Aos irmãos separados • De claridade em claridade • O bom pastor • Política externa • Aos lusíadas de hoje • A Antártida e os desafios do futuro • O santo sudário à luz da ciência • O auto-retrato de Jesus • Quinzena inesquecível. 	<ul style="list-style-type: none"> • 1935 – Editor da revista Anauê. • 1946-1951 – Diretor-geral do Serviço de Assistência a Menores (SAM) do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. • Década de 1940-1922 – Radialista do programa Comentários e de palestras cristãs, na Radio Nacional (entre outros na mesma rádio). • 1992-1999 – Radialista de palestras cristãs, na Rádio Imprensa. • Presidente da Confederação Católica Arquidiocesana. • Professor. • Presidente da Comissão Estadual de Educação e Cultura do RJ. 	<ul style="list-style-type: none"> • Deputado Federal, DF, PSD (1955-1959). • Deputado Federal, DF, UDN (1959-1960). • Deputado Federal, GB, UDN (1960-1966). • Deputado Federal, GB, ARENA (1967-1975). • Vereador, ERJ, ARENA (1977-1978). Deixa o cargo para assumir a função de Conselheiro do Tribunal de Contas do RJ (1978). Aposenta-se em 1979.
----	------------------------------	-----------------------------	--	---	---

11	Fidélis dos Santos Amaral Netto	Niterói (RJ) 28/04/1921	<ul style="list-style-type: none"> • Aluno fundador da Escola de Marinha Mercante, atuando como praticante de piloto até 1940. <p>Livros de sua autoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os brasileiros • Pena de morte em defesa da vida. 	<ul style="list-style-type: none"> • Jornalista (Correio da Noite, Tribuna da Imprensa, Correio da Manhã, O Jornal, Diário da Noite e Gazeta de São Paulo). • Criador do O Brasil em Jornal (com Gustavo Barroso e Jaime Coelho). • Criador do A história em notícia. • 1955 – Fundador da Revista Maquis • Fundador da Plantel -editora e Publicidade • Produtor do programa de TV Amaral Netto, o Repórter. 	<ul style="list-style-type: none"> • Deputado à Constituinte da GB, UDN (1960-1963) • Deputado Federal, GB, UDN (1963-1965). • Deputado Federal, GB, MDB (1966-1967). • Deputado Federal, GB, ARENA (1967-1975). • Deputado Federal, ERJ, ARENA (1975-1979). • Deputado Federal, ERJ, PDS (1983-1986). • Deputado à Assembléia Nacional Constituinte, ERJ, PDS (1987-1990). • Deputado Federal, ERJ, PDS (1991-1998).
12	Hamilton Nogueira	Campos (RJ) 14/01/1897	<ul style="list-style-type: none"> • 1918 – Formado pela Faculdade Nacional de Medicina. <p>Livros de sua autoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A doutrina da ordem (1925) • Jackson de Figueiredo (1928) • Freud e a renovação da psicologia (1930) • Educação Sexual, Biotipologia Medicinal. Ensaio de Biologia (1934). • Dostoiowski (1935) • Clandestino (1957). 	<ul style="list-style-type: none"> • 1921 – Médico no Hospital Pedro II. • 1921 – Subinspetor sanitário do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP). • 1922 – Um dos fundadores e vice-presidente do Centro Dom Vital. • 1929 – Professor em diversas universidades, na área de medicina. • 1938 – Fundador da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto Santa Úrsula. • 1941 – Catedrático de medicina legal da Faculdade Católica de Direito, da qual foi também fundador. • 1943 – Catedrático de higiene da Faculdade Nacional de Medicina. • 1955-1957 – Diretor da Escola de Medicina e Cirurgia. • 1980 – Novamente vice-presidente do Centro Dom Vital. 	<ul style="list-style-type: none"> • Senador, DF,UDN (1947-1954). • Deputado Federal, DF, UDN (1959-1967).

13	Jamil Amiden	Corumbá (MS) 31/03/1922	<ul style="list-style-type: none"> • Publica obra sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sargento do Exército durante a II Guerra (FEB). • Co-Fundador da Associação de Ex-Combatentes do Brasil. 	<ul style="list-style-type: none"> • Deputado Federal, GB, PTB (1963-1969). • Deputado Federal, GB, MDB (1967-1969). • 1969 – Cassado com base no AI-5.
14	Juarez Távora	Jaguariemirim, (atual Jaguaribe, CE) 14/01/1898	<ul style="list-style-type: none"> • 1938 – Formado pela Escola do Estado Maior / RJ. • 1951 – Cursa a Escola Superior de Guerra. 	<ul style="list-style-type: none"> • 1941-1943 – Adido Militar na Embaixada Brasileira no Chile. • 1946-1948 – Subchefe do Estado Maior do Exército. • 1949 – Comandante da 6ª Região Militar. • 1950 – Representante do Brasil na Junta Interamericana de Defesa. • 1952 – Diretor de Engenharia do Exército. • 1953-1954 – Comandante da Escola Superior de Guerra. • 1954-1955 – Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República. 	<ul style="list-style-type: none"> • Revolucionário em 1922 • Membro da Coluna Prestes (1924-1925) • Comandou as Forças Revolucionárias no Nordeste em 1930 • Delegado do Governo Provisório no Norte do País (1931-1932) • Ministro da Agricultura (1933-1934). • Candidato à Presidência da República, UDN (1955). • Deputado Federal, GB, PDC (1963-1964). • Ministro da Viação e Obras Públicas (1964). • Abandona a vida pública em 1967, dedicando-se a escrever memórias.
15	Leonel de Moura Brizola	Passo Fundo (RS) 22/01/1922	<ul style="list-style-type: none"> • 1949 – Formado pela Escola de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul 	<ul style="list-style-type: none"> • 1939 – Graxeiro numa refinaria de óleo em Gravataí (RS). • 1940 – Nomeado funcionário do Departamento de Parques e Jardins, da prefeitura de Porto Alegre. 	<ul style="list-style-type: none"> • Deputado Estadual, RS, PTB (1947-1954). • Deputado Federal, RS, PTB (1955). • Prefeito, Porto Alegre, PTB (1956-1958). • Governador, RS, PTB (1959-1963). • Deputado Federal, GB, PTB (1963-1964). • 1964 – Cassado com base no AI-1. • Governador, ERJ, PDT (1983-1986). • Candidato à Presidência, PDT (1989). • Governador, ERJ, PDT (1991-1994). • Candidato à Presidência, PDT (1994).

16	Marco Antônio Tavares Coelho	Belo Horizonte (MG) 31/05/1926	<ul style="list-style-type: none"> • 1948 – Formado pela Faculdade de Direito de Minas Gerais • Publica artigo na Revista Civilização Brasileira, intitulado Causas da Derrocada de 1º de abril de 1964, sob o pseudônimo de Assis Tavares <p>Livro de sua autoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Herança de um sonho: memórias de um comunista 	<ul style="list-style-type: none"> • 1944 – Dirigente regional e secretário estadual do PCB. • 1953-1958 – Membro da seção de educação do comitê central do PCB. Dedicar-se à formação de quadros para o partido nos estados do RJ, SP e Pernambuco. • 1959 – Organiza escritório de assessoria parlamentar, com o intuito de apoiar os parlamentares com tendências políticas nacionalistas eleitos em 1958. • 1960 – Eleito membro efetivo do comitê central do PCB. • 1965 – Diretor do PCB na GB. • 1967 – Reeleito membro do comitê central do PCB. • 1971 – Secretário nacional de Finanças do PCB. • 1980 – Expulso do PCB. • 1980 – Colaborador dos jornais Folha de São Paulo e Gazeta Mercantil e de publicações da Editora Abril. • 1981 – Colaborador do jornal Diário da Manhã, de Goiânia. • 1984-1986 – Jornalista da Empresa Municipal de Urbanização de SP. • 1986 – Coordenador de comunicação social do Ministério da Agricultura. • 1988 – Assessor da Presidência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). • 1990 – Trabalha no Instituto de Estudos Avançados da USP e junto ao gabinete do reitor, tornando-se editor executivo da revista “Estudos Avançados”. Aposenta-se em 1993. • 1994-1996 – Assistente acadêmico do Instituto de Estudos Avançados da USP. 	<ul style="list-style-type: none"> • Deputado Federal, GB, PST (1963-1964). • 1964 – Cassado com base no AI-1.
----	------------------------------	-----------------------------------	---	---	--

17	Max José da Costa Santos	Distrito Federal do Rio de Janeiro (RJ) 22/10/1921	<ul style="list-style-type: none"> • 1944 – Formado pela Faculdade Nacional de Direito / RJ • Cursa a Escola Superior de Guerra 	<ul style="list-style-type: none"> • Advogado, professor e funcionário público. • 1949 – Consultor interino do Ministro da Educação. • 1951-1964 – Procurador de Universidade do Brasil / RJ. • 1954 – Secretário da Presidência do Banco do Brasil. • 1961 – Assessor do ministro da Fazenda. • 1961 – Presidente do Conselho Superior da Caixa Econômica. • 1959-1964 – Professor Assistente da Faculdade Nacional de Direito. 	<ul style="list-style-type: none"> • Deputado Federal, GB, PTB (1962-1964). • 1964 – Cassado com base no AI-1.
----	--------------------------	---	---	---	--

18	Nelson Carneiro	Salvador (BA) 08/04/1910	<ul style="list-style-type: none"> • 1932 – formado pela Faculdade de Direito da Bahia • Publicou diversos artigos sobre o aborto na Revista Forense. <p>Livros de sua autoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 22 de agosto • O movimento Constitucionalista na Bahia • Divorcio e anulação do casamento • A nova ação dos alimentos • ABC da mulher e do divórcio • A luta pelo divorcio • Palavras: leva-as ao vento • A luta pelo divorcio: a síntese de uma campanha em defesa da família • Você foi o culpado (teatro). 	<ul style="list-style-type: none"> • 1929 – Jornalista nos jornais O Jornal, O imparcial (BA), Jornal do Brasil, A Batalha e Diário de notícias (RJ). • Advogado: especialista em direito da família e em direito das sucessões; membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; do Instituto dos Advogados do Brasil, do Instituto dos Advogados da Bahia, da ABI e da Associação Baiana de Imprensa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Deputado à Assembléia Nacional Constituinte, BA, UDN (1947-1950). • Deputado Federal, BA, PST (1951-1955). • Deputado Federal, GB, PSD (1959-1967). • Deputado Federal, GB, MDB (1967-1971). • Senador, GB, MDB (1971-1978). • Senador, ERJ, MDB (1979-1987). • Senador, ERJ, PMDB (1987-1994). • 1994 – deixa a vida parlamentar.
19	Rubens Berardo Carneiro da Cunha	Recife (PE) 07/07/1914		<ul style="list-style-type: none"> • Industrial e usineiro no Nordeste. • Final da década de 1940 – Funda no Rio a rádio Continental. • Final da década de 1950 – Funda no Rio a TV Continental. 	<ul style="list-style-type: none"> • Deputado Federal, DF, PTB (1955-1963). • Deputado Federal, GB, PTB (1963-1965). • Vice-Governador, GB, PTB (1965-1971). • Deputado Federal, GB, MDB (1971-1975).

20	Sérgio Nunes de Magalhães Júnior	Recife (PE) 07/02/1916	<ul style="list-style-type: none"> • 1936 – Formado pela Escola de Engenharia de Pernambuco <p>Livros de sua autoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Problemas do desenvolvimento econômico • A questão da remessa de lucros (em colaboração) • Prática da emancipação nacional 	<ul style="list-style-type: none"> • 1933-1936 – Conductor de obras na Diretoria de Obras Públicas da Secretaria de Viação e Obras Públicas do estado de Pernambuco. • 1937 – Engenheiro na Diretoria de Limpeza Pública da Secretaria de Viação e Obras Públicas. • 1949-1951 – trabalha no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. • 1952-1954 – Diretor de Montepio dos Empregados Municipais (MEM), depois denominado Instituto de Previdência do Estado da Guanabara. • 1955 – Torna-se membro da Liga de Emancipação Nacional (LEN) 	<ul style="list-style-type: none"> • Deputado Federal, DF, PTB (1955-19659). • Deputado Federal, GB, PTB (1960-1964). • 1964 – Cassado com base no AI-1.
21	Waldir Mello Simões	Nova Iguaçu (RJ) 07/09/1916	<ul style="list-style-type: none"> • 1952 – Formado pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro 	<ul style="list-style-type: none"> • 1937 – Escriturário da Companhia Nacional de Navegação Costeira. • 1953 - Procurador do Ministério dos Transportes • 1956-1961 - Presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos • 1969-1970 - dedica-se à advocacia. • 1971 - contratado pela Construtora Presidente, torna-se no ano seguinte o diretor da empresa. Aposenta-se em 1992. 	<ul style="list-style-type: none"> • Deputado Federal, DF, PTB (1959-1960). • Deputado Federal, GB, PTB (1960-1967). • Deputado Federal, GB, MDB (1967-1969). • 1969 – Cassado com base no AI-5.

ANEXO 2

DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS PELA GUANABARA EM 1970 – Dados Biográficos

<i>Ordem</i>	<i>Nome</i>	<i>Local e Data de Nascimento</i>	<i>Formação acadêmica e publicações</i>	<i>Atividades profissionais</i>	<i>Trajetória política.</i>
01	Alcir de Melo Pimenta	Distrito Federal do Rio de Janeiro (RJ) 05/11/1933	<ul style="list-style-type: none"> • 1963 – Formado pela Faculdade de Filosofia de Campo Grande / GB. 	<ul style="list-style-type: none"> • Professor. • 1965-1970 – Chefe do 10º Distrito de Educação Supletiva / GB. 	<ul style="list-style-type: none"> • Deputado Federal, GB, MDB (1975). • Deputado Federal, ERJ, MDB (1975-1982).
02	José Bezerra de Norões	Humaitá (AM). 19/06/1918	<ul style="list-style-type: none"> • 1953 – Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. 	<ul style="list-style-type: none"> • Professor. • Diretor de várias escolas no Rio de Janeiro. 	<ul style="list-style-type: none"> • Deputado Federal, GB, MDB (1971-1975).

03	Carlos Otávio Flexa Ribeiro	Belém (PA). 11/08/1914	<ul style="list-style-type: none"> • 1935 – Formado em ciências jurídicas e sociais pela Universidade do Distrito Federal. • 1938 – Formado em História. <p>Livros de sua autoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A reforma da educação na França • Velasques e o realismo • Idéias modernas sobre o gótico • Educação no Brasil. 	<ul style="list-style-type: none"> • A partir da década de 1930 – Professor do Colégio Andrews / DF, do qual seria proprietário. • 1951 – Professor de artes do Instituto de Belas-Artes do Rio de Janeiro. • 1952 – Catedrático de história da arte e de estética da Faculdade Nacional de Arquitetura /DF • 1955 – Diretor do Museu de Arte Moderna do RJ (MAM/RJ). • 1978 – Diretor-executivo do MAM/RJ. • 1982 – Vice-presidente do MAM/RJ. 	<ul style="list-style-type: none"> • Secretário de Educação e Cultura, GB (1961-1965). • Deputado Federal, GB, ARENA (1967-1979).
----	-----------------------------	---------------------------	---	---	---

04	Célio de Oliveira Borja	Distrito Federal do Rio de Janeiro (RJ) 15/07/1928	<ul style="list-style-type: none"> • 1957 – Formado pela Faculdade de Direito do Distrito Federal. • 1953 – Cursa Administração e Relações Públicas na FGV/RJ. • 1957 – Doutor pela Faculdade de Direito do Distrito Federal. <p>Livros de sua autoria – publicou vários trabalhos sobre direito constitucional, entre eles:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Competência privativa do chefe de Estado no Ato Adicional • A Federação na Constituição do Brasil. 	<ul style="list-style-type: none"> • Advogado. • Professor : Faculdade de Ciências Econômicas; Faculdade de Direito da Universidade Candido Mendes; Faculdade de Direito da Universidade do Distrito Federal; • 1953 – Assessor do Departamento Jurídico da Light. • 1959 – Professor de direito constitucional e administrativo no Instituto Rio Branco/ Ministério das Relações Exteriores. • 1966 – Professor de direito constitucional na Universidade do Estado da Guanabara e na Pontifícia Universidade Católica/RJ.da Pontifícia Universidade Católica/RJ. • 1967 – Diretor da Carteira de Habitação e Hipotecas da Caixa Econômica, na GB. • 1983 – Presidente da Associação Brasileira de Bancos Comerciais. • 1983 – Presidente e diretor e membro do Conselho de Administração do Banco Rio de Janeiro. 	<ul style="list-style-type: none"> • Membro da Juventude Universidade Católica e um dos fundadores do diretório nacional estudantil da UNE. • Vice-presidente da UNE (1948). • Suplente de Deputado Estadual (1962). Assume o lugar de Raimundo de Brito 1963. UDN, GB. • Secretário de Governo da GB (1964) • Suplente de Deputado Federal, ARENA, GB (1966). • Deputado Federal, ARENA, GB (1970). • Deputado Federal, ARENA, GB (1974). • Segundo deputado federal mais votado da ARENA. Exerce de Mar.1974 a Fev.1975 a liderança da ARENA na Câmara. • Encarregado pelo presidente Geisel (1974/1979), em 1974 elaborou o projeto de fusão da GB com o antigo ERJ. • Eleito presidente da Câmara dos Deputados (1975) • Deputado Federal, ARENA, RJ (1978). • Relator do projeto que, em 1980, propunha retorno das prerrogativas do Congresso. Acusa o Congresso de Fraco pela não aprovação do mesmo. • Candidata-se a Senador pelo PDS, perdendo para Roberto Saturnino Braga, do PDT (1982). • Assume cadeira como ministro do STF (1986) • Assume Ministério da Justiça do governo Collor de Melo (1992)
----	-------------------------	---	---	---	---

05	Emílio Antônio Sousa Aguiar Nina Ribeiro	Distrito Federal do Rio de Janeiro (DF). 20/02/1938	<ul style="list-style-type: none"> • 1961 – Formado pela Faculdade de Direito da PUC / RJ. • 1975 – Cursa a Escola Superior de Guerra. <p>Livros de sua autoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pela afirmação de uma doutrina na realidade política brasileira • Um estado sobre a educação no Brasil • Em defesa do consumidor • O que podemos fazer • Meu depoimento perante a CPI do Consumidor. 	<ul style="list-style-type: none"> • Professor de Direito Penal pela PUC/RJ. • Presta consultas jurídicas ligadas ao direito do consumidor em um programa semanal da TVE. Atua na televisão até 1992. • Final dos anos 70 – comanda o programa Defesa do Consumidor, na TV Tupi, durante 2 anos. • 1987 – Advogado da Light, exercendo a função de chefe de Divisão Criminal. 	<ul style="list-style-type: none"> • Deputado Estadual, GB, UDN (1963-1967). • Deputado Estadual, GB, ARENA (1967-1971). • Deputado Federal, GB, ARENA (1971-1975). • Deputado Federal, erj, ARENA (1975-1979).
----	--	--	---	---	---

06	Eurípedes Cardoso de Menezes	Campinas (SP) 23/09/1909	<ul style="list-style-type: none"> • Formado em Ciências e Letras, Filosofia e Teologia pelas faculdades de Teologia do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Rio Grande do Sul. • 1972 – Cursa a Escola Superior de Guerra. <p>Livros de sua autoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aos irmãos separados • De claridade em claridade • O bom pastor • Política externa • Aos lusíadas de hoje • A Antártida e os desafios do futuro • O santo sudário à luz da ciência • O auto-retrato de Jesus • Quinzena inesquecível. 	<ul style="list-style-type: none"> • 1935 – Editor da revista Anauê. • 1946-1951 – Diretor-geral do Serviço de Assistência a Menores (SAM) do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. • Década de 1940-1922 – Radialista do programa Comentários e de palestras cristãs, na Radio Nacional (entre outros na mesma rádio). • 1992-1999 – Radialista de palestras cristãs, na Rádio Imprensa. • Presidente da Confederação Católica Arquidiocesana. • Professor. • Presidente da Comissão Estadual de Educação e Cultura do RJ. 	<ul style="list-style-type: none"> • Deputado Federal, DF, PSD (1955-1959). • Deputado Federal, DF, UDN (1959-1960). • Deputado Federal, GB, UDN (1960-1966). • Deputado Federal, GB, ARENA (1967-1975). • Vereador, ERJ, ARENA (1977-1978). Deixa o cargo para assumir a função de Conselheiro do Tribunal de Contas do RJ (1978). Aposenta-se em 1979.
----	------------------------------	-----------------------------	--	---	---

07	Fidélis dos Santos Amaral Netto	Niterói (RJ). 28/04/1921	<ul style="list-style-type: none"> Aluno fundador da Escola de Marinha Mercante, atuando como praticante de piloto até 1940. <p>Livros de sua autoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> Os brasileiros Pena de morte em defesa da vida. 	<ul style="list-style-type: none"> Jornalista (Correio da Noite, Tribuna da Imprensa, Correio da Manhã, O Jornal, Diário da Noite e Gazeta de São Paulo). Criador do O Brasil em Jornal (com Gustavo Barroso e Jaime Coelho). Criador do A história em notícia. 1955 – Fundador da Revista Maquis Fundador da Plantel - editora e publicidade Produtor do programa de TV Amaral Netto, o Repórter. 	<ul style="list-style-type: none"> Deputado à Constituinte da GB, UDN (1960-1963) Deputado Federal, GB, UDN (1963-1965). Deputado Federal, GB, MDB (1966-1967). Deputado Federal, GB, ARENA (1967-1975). Deputado Federal, ERJ, ARENA (1975-1979). Deputado Federal, ERJ, PDS (1983-1986). Deputado à Assembléia Nacional Constituinte, ERJ, PDS (1987-1990). Deputado Federal, ERJ, PDS (1991-1998).
08	Florim Ferreira Coutinho	Distrito Federal do Rio de Janeiro (RJ) 28/02/1913	<ul style="list-style-type: none"> 1936 – Formado pela Escola Militar do Realengo. Cursa a Escola de Formação de Oficiais do Exército e a Escola de Intendência do Exército. 	<ul style="list-style-type: none"> Promovido a Segundo-tenente (1937); Primeiro-tenente (1944); Capitão (1948); Major (1955); Tenente-Coronel (1960) e passa à reserva, obtendo promoção para General-de-Brigada (1966). 1965-1970 – Diretor da organização de Vigilância do Estado da GB. 	<ul style="list-style-type: none"> Deputado Federal, GB, MDB (1971-1975). Deputado Federal, ERJ, MDB (1975-1983).

09	José Bonifácio Diniz de Andrada Neto	Distrito Federal do Rio de Janeiro (RJ) 05/01/1928	<ul style="list-style-type: none"> • 1950 – Formando em Ciências Jurídicas e Sociais pela PUC/RJ. 	<ul style="list-style-type: none"> • A partir de 1956 – Exerce advocacia. • Membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). • 1981 – Chefe da Divisão Contenciosa do Banco Central. • 1982-1983 – Consultor especial do Banco Central. • 1982, 1984 e 1985 – Nomeado para compor o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal do Rio de Janeiro. 	<ul style="list-style-type: none"> • Vereador, DF, PSD (1959-1960). • Vereador, GB, PSD (1960-1963). • Deputado Estadual, GB, PSD (1963-1966). • Secretário sem pasta da GB, durante o governo Negrão de Lima (1966-1967). • Deputado Estadual, GB, MDB (1967-1971). • Deputado Federal, GB, MDB (1971-1975). • Deputado Federal, ERJ, MDB (1975-1979). • Ministro do Tribunal Superior Eleitoral (1992).
10	José Guilherme de Araújo Jorge	Tarauacá (AC) 20/05/1916	<ul style="list-style-type: none"> • 1934 – Faz curso de extensão cultural no Deutsche Institut Für Auslaender, na Alemanha. • 1937 – Formado pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. <p>Livros de sua autoria (afora artigos e obras na revista Letras Brasileiras):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Meu céu interior (poesia) • Eterno motivo 	<ul style="list-style-type: none"> • Técnico educacional do Ministério da Educação e Cultura. • Orientador do SENAI. • Funcionário do Instituto de Pensões e Aposentadoria dos Servidores do Estado. • Professor do Pedro II. • Colaborador dos jornais A Manhã, Resistência e Correio da Manhã e da revista PN. • Redator e Locutor das Radio Nacional e Cruzeiro do Sul. • Chefe da redação da McCann Erickson Publicidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Deputado Federal, GB, MDB (1975). • Deputado Federal, ERJ, MDB (1975-1983). • Deputado Federal, ERJ, PDT (1983-1987).

11	Léo de Melo Simões	Santos Dumont (MG) 30/01/1929	<ul style="list-style-type: none"> • 1984 – Formado em direito pela Sociedade Unificada de Ensino Superior Augusto Mota (SUAM). 	<ul style="list-style-type: none"> • 1943 – Funcionário público federal, do Ministério de Viação e Obras Públicas. • 1989-1991 – Assessor especial do Palácio da GB. 	<ul style="list-style-type: none"> • Deputado Federal, GB, MDB (1971-1975). • Deputado Federal, ERJ, MDB (1975-1983). • Deputado Federal, ERJ, PDS (1983-1987). • 1987-1988 – Secretário de Esporte e Lazer do ERJ.
12	Lopo de Carvalho Coelho	Uruguaiana (RS) 18/02/1911	<ul style="list-style-type: none"> • 1939 – Formado pela Faculdade de Direito de Niterói (1939). • 1964 – Cursa a Escola Superior de Guerra. 	<ul style="list-style-type: none"> • Jornalista e membro do conselho consultivo da Fabrica de Cimento Vale do Paraíba. • 1946 – Diretor do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). • 1966 – Promotor do Ministério Público. 	<ul style="list-style-type: none"> • Subchefe do Gabinete Civil da Presidência da Republica (1948). • Deputado Federal, DF, PSD (1951-1959). • Secretário da Agricultura, Indústria e Comercio do Distrito Federal do Rio de Janeiro (1959/1960). • Deputado à Constituinte da GB, PSD (1961-1963). • Secretário sem pasta da GB (1963). • Ministro plenipotenciário e enviado extraordinário do Brasil à Conferencia da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (1964-1966). • Deputado Federal, GB, ARENA (1967-1975). • Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (1977).

13	Lysaneas Dias Maciel	Patos de Minas (MG) 23/12/1926	<ul style="list-style-type: none"> • 1951 – Formado pela Faculdade Nacional de Direito. • Faz cursos de Legislação social e assuntos trabalhistas no St. John's College de Anápolis (GO) e de planejamento econômico de assuntos trabalhistas em Washington. <p>Livros de sua autoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sindicalismo, opção democrática • Sindicatos cristãos • Ação cristã nos sindicatos • Integração e salário • Malogro da renovação política • Alternativa ao desrespeito • A tarefa política • Natureza da oposição • Terror na universidade • Grito da Igreja 	<ul style="list-style-type: none"> • Fazendeiro em Minas Gerais. • 1951 – Assistente jurídico do Ministério do Trabalho e Previdência e mantém escritório de advocacia no DF. Aposentado com base no AI-5. • Advogado da Nestlé e do Jôquei Clube Brasileiro. • Jornalista e diretor de obras sociais e evangélicas de assistência a menores favelados. • Membro da Comissão de Justiça do Conselho Mundial de Igrejas. • Integra o Conselho do Menor e do Adolescente do ERJ. • Consultor de projetos para o legislativo federal, governos estaduais e prefeituras. 	<ul style="list-style-type: none"> • Deputado Federal, GB, MDB (1971-1975). • Deputado Federal, ERJ, MDB (1975-1979). • 1976 – Cassado com base no AI-5. • Deputado Federal à Assembléia Nacional Constituinte, ERJ, PDT (1987-1990). • Vereador, ERJ, PDT (1997-2000).
14	Marcelo Medeiros	Juiz de Fora (MG) 16/09/1945,	<ul style="list-style-type: none"> • 1969 – Formado pela Faculdade de Direito da UFRJ. 	<ul style="list-style-type: none"> • 1970 e 1974 – Assina coluna diária no jornal O Dia. 	<ul style="list-style-type: none"> • Assessor do governador Negrão de Lima. • Deputado Federal, GB, MDB (1971-1975). • Deputado Federal, ERJ, MDB (1975-1983). • Deputado Federal, ERJ, PMDB (1983-1987).

15	Osnelli Leite Martinelli	Corumbá (MS) 05/04/1922	<ul style="list-style-type: none"> • 1945 – Formado pela Escola Militar de Realengo. • Fez cursos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e de guerra química da Escola de Instrução Especializada e o Leadership and Battle Training Scholl, nos EUA. 	<ul style="list-style-type: none"> • 1944-1945 – Integra a FEB, combatendo na Segunda Guerra. • 1950 – Membro suplente do conselho deliberativo do Clube Militar. • Promovido a Capitão (1951); Major (1955); Tenente-coronel (1958); Coronel (1970) e passa a reserva (1971). • 1965 – Professor no Colégio Militar. • 1975-1982 – Trabalha na empresa Antenas Coletivas Martinelli. • 1983-1988 – Gerente da Editora Vecchi. • 1989-1992 – Gerente da Induco. • Vice-presidente do Tijuca Tênis Clube. • Vice-presidente do América Futebol Clube • Diretor social do Clube Militar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Participa do Golpe de 1964, comandando o grupo de defesa do palácio da Guanabara. • Encarregado do IPM sobre a atuação do Grupo dos 11, organizado pelo deputado Leonel Brizola. • Responsável pela prisão do governador deposto de Pernambuco, Miguel Arrais. • Funda e chega a chefiar o movimento militar Liga Democrática Radical, organização que congregava militares da chamada “Linha Dura”. • Participa de conspiração para a derrubada do presidente Castello Branco. • Deputado Federal, GB, ARENA (1971-1975).
----	--------------------------	----------------------------	---	--	---

16	Pedro Alves de Faria	Distrito Federal do Rio de Janeiro (RJ). 01/07/1924	<ul style="list-style-type: none"> • Formado eletrotécnico pelo Instituto Central de Estudos e Pesquisa • 1965 – Faz curso de aperfeiçoamento na Universidade do estado de Nova York. <p>Livros de sua autoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Glossário de energia nuclear • Desenvolvimento e importância da tecnologia nacional. 	<ul style="list-style-type: none"> • 1942-1954 – Professor de ensino técnico na Rede Ferroviária Federal S. A. (RFFSA) e no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). • 1961 – Diretor de treinamento pessoal do SENAI. • 1984 – Funda o Centro Educacional Pedro Faria. • 1984 – Preside o Madureira Esporte Clube. • 1985-1990 – Assessor parlamentar da FIRJAN. 	<ul style="list-style-type: none"> • Vereador, DF, PST (1955-1959). • Vereador, DF, PSD (1959-1960). • Vereador, GB, PSD (1960-1963). • Deputado Federal, GB, MDB (1967-1975). • Deputado Federal, ERJ, MDB (1975-1983).
17	Reynaldo Gomes Sant'Anna	Viçosa (MG) 30/11/1926	<ul style="list-style-type: none"> • 1952 – Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. <p>Livros de sua autoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aspectos do direito público no Tribunal de Contas. 	<ul style="list-style-type: none"> • 1958 – Membro do conselho fiscal da Administração dos Estádios do Estado da Guanabara (ADEG), atual SUDERJ. 	<ul style="list-style-type: none"> • Assistente dos prefeitos do Distrito Federal, Negrão de Lima (1956) e José Joaquim de Sá Freire Alvim (1958-1960). • Subchefe do Gabinete Civil do governador Negrão de Lima (1966). • Deputado Federal, GB, MDB (1967-1969 e 1970-1972). • Secretário de Agricultura da Guanabara (1969). • Conselheiro no Tribunal de Contas do Estado (TCE) da GB (1972). • Vice-presidente (1978) e presidente (1981-1982 e 1991-1992) do Tribunal de Contas do ERJ. • Presidente da Associação dos Conselheiros dos Tribunais de Contas do Estado e do Município do Rio de Janeiro (1982-1990).

18	Rubem Medina	Distrito Federal do Rio de Janeiro (RJ). 01/09/1942	<ul style="list-style-type: none"> • 1964 – Formado pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado da Guanabara. • Estuda marketing no Instituto de Altas Pesquisas de contabilidade. <p>Livros de sua autoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desnacionalização - crime contra o Brasil • Atalho para o amanhecer. 	<ul style="list-style-type: none"> • 1957 – Ingressa na firma de seu pai, “O rei da Voz”, dedicada ao comércio de aparelhos eletrodomésticos. Ocuparia diversos cargos, inclusive o de presidente. • 1985 – Como vice-presidente da empresa Artplan, ajuda a promover o evento Rock in Rio. 	<ul style="list-style-type: none"> • Deputado Federal, GB, MDB (1967-1975). • Deputado Federal, ERJ, MDB (1975-1983). • Deputado Federal, ERJ, PDS (1983-1987). • Deputado à Assembléia Nacional Constituinte, ERJ, PFL (1987-1991) • Deputado Federal, ERJ, PRN (1991-1995). • Deputado Federal, ERJ, PFL (1995-2003).
19	Rubens Berardo Carneiro da Cunha	Recife (PE) 07/07/1914		<ul style="list-style-type: none"> • Industrial e usineiro no Nordeste. • Funda no Rio a rádio Continental (final dos anos 1940) e a TV Continental (final dos anos 1950). 	<ul style="list-style-type: none"> • Deputado Federal, DF, PTB (1955-1963). • Deputado Federal, GB, PTB (1963-1965). • Vice-Governador, GB, PTB (1965-1971). • Deputado Federal, GB, MDB (1971-1975).
20	Waldemiro Abdalla Teixeira	Distrito Federal do Rio de Janeiro (RJ). 27/05/1945	<ul style="list-style-type: none"> • 1968 – Formado em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade Cândido Mendes / RJ. • 1969 – Faz curso de livre arbítrio e Direito Penal na Universidade do México. 	<ul style="list-style-type: none"> • 1966-1982 – Repórter nos jornais A Noite, O Dia e A Notícia. Assina coluna no O Dia e em um jornal local denominado Linotipo, o Jornal do Grande Méier. • A partir de 1969 – Exerce a advocacia. 	<ul style="list-style-type: none"> • Deputado Federal, GB I, MDB (1971-1975). • Deputado Federal, ERJ, MDB (1975-1983). • Assume a Secretaria Geral do Ministério da Administração (1985). • Deputado à Assembléia Nacional Constituinte, ERJ, PMDB (1987-1991). • Deputado Federal, ERJ, PDT (1991-2003 e 2004-...). • Ministro das Comunicações (2003-2004).

Deputados Federais eleitos pela GB em 1962 Nº de discursos em plenário durante a legislatura 1963/1967

Adauto Lucio Cardoso	→ 267 discursos
Aliomar Baleeiro	→ 146 discursos
Antonio Garcia Filho	→ 47 discursos
Antonio Pádua de Chagas Freitas	→ 16 discursos
Arnaldo Nogueira	→ 183 discursos
Benedicto Cerqueira	→ 48 discursos
Benjamin Miguel Farah	→ 361 discursos
Breno Dhalia da Silveira	→ 172 discursos
Eloy Ângelo Coutinho Dutra	→ 8 discursos
Eurípedes Cardoso de Menezes	→ nenhum discurso
Fidélis dos Santos Amaral Netto	→ 99 discursos
Hamilton Nogueira	→ 54 discursos
Jamil Amiden	→ 192 discursos
Juarez Távora	→ 80 discursos
Leonel de Moura Brizola	→ 16 discursos
Marco Antonio Tavares Coelho	→ 126 discursos
Max José da Costa Santos	→ 18 discursos
Nelson Carneiro	→ 234 discursos
Rubens Berardo Carneiro da Cunha	→ 1 discurso
Sérgio Nunes de Magalhães Júnior	→ 149 discursos
Waldir Mello Simões	→ 39 discursos

Deputados Federais eleitos pela GB em 1970 Nº de discursos em plenário durante a legislatura 1971/1975

Alcir Pimenta	→ 533 discursos
Amaral Neto	→ 4 discursos
Bezerra de Norões	→ 78 discursos
Carlos Flexa Ribeiro	→ 2 discursos
Célio de Oliveira Borja	→ 53 discursos
Eurípedes Cardoso de Menezes	→ 19 discursos
Florim Coutinho	→ 1091 discursos
J. G. de Araújo Jorge	→ 369 discursos
José Bonifácio	→ 166 discursos
Léo Simões	→ 132 discursos
Lopo Coelho	→ 1 discurso
Lysaneas Maciel	→ 120 discursos
Marcelo Medeiros	→ 53 discursos
Nina Ribeiro	→ 482 discursos
Osnelli Martinelli	→ 13 discursos
Pedro Faria	→ 59 discursos
Reynaldo Sant'Anna	→ 61 discursos
Rubem Medina	→ 47 discursos
Rubens Berardo	→ nenhum discurso
Waldemiro Teixeira	→ 13 discursos

BIBLIOGRAFIA

Fontes primárias impressas

Anais da Câmara dos Deputados, 1963-1967 e 1971-1975.

Arquivo Pessoal de Aliomar Baleeiro (depositado no CPDOC/FGV)

Arquivo Pessoal de Juarez Távora (depositado no CPDOC/FGV)

Arquivo Pessoal de Raphael de Almeida Magalhães (depositado no Museu da República)

Constituição do Brasil de 1946.

Emenda Constitucional n.º 1 de 1969.

Lei Orgânica do Distrito Federal n.º 85, de 1892.

Lei Orgânica do Distrito Federal n.º 217, de 1948.

Lei n.º 3.752, de 14 de abril de 1960.

TSE. Dados Estatísticos. v.4, 1961; v.6, 1964; v.8, 1971; v.9, 1973.

Jornais e Revistas

APELO de Dutra aos eleitores da Guanabara. *O Globo*. 29 set. 1962.

ARNALDO Nogueira, *O Globo*, 12 ago.2006, p.35.

BALEEIRO: a nota é uma vergonha para o Exército. *Tribuna da Imprensa*. 14 set.1962

BOMFIM, Octávio. Uma cidade com hábito de Capital. *Jornal do Brasil*, 19 - 20 abr. 1970.

Caderno Especial, p. 6-7.

BRIZOLA: Governador da Guanabara é quem prega a subversão. *Última Hora*, 04 set.1962.

CHAGAS diz que União tem boa vontade com o Rio. *Jornal do Brasil*, 06 maio 1971.

CHAGAS faz hoje sua primeira reunião com o secretariado. *Jornal do Brasil*, 16mar. 1971, p.08.

CHAGAS Freitas: buscarei no seio do povo inspiração para os rumos do meu mandato. *Jornal do Brasil*, 16 mar. 1971, p.8.

CHAGAS informa a Médici situação financeira da GB. *Jornal do Brasil*, 06 maio 1971, p.13.

DEGOLA de Jango no esquema golpista. *Última Hora*, 04 set. 1962.

DEZ anos de um quatrocentão. *O Globo*. Rio de Janeiro, p. 3-4, 20 abr. 1970.

ELOY pede reunião do Conselho de Segurança para denunciar IBAD. *Última Hora*, 12 set. 1962.

FÓRUM Paulo de Frontin. *Correio da Manhã*, 01 dez. 1960. Suplemento Especial.

JOÃO Mendes e o IBAD. *Tribuna da Imprensa*, 11 set.1962.

JORNAL DO PDT, n.23, maio 2003.

LB x CL. *Última Hora*, 04 set. 1962.

LEONEL Brizola x Carlos Lacerda. *Última Hora*, 04 set. 1963.

MUITA Ação, com Menos Discurso, *O Dia*, 20-21 junho 1971.

NEGRÃO vai a Médici para examinar sucessão do Rio. *Jornal do Brasil*, 17 abr. 1970, p.04.

NEGRÃO: entrevista. *O Pasquim*, n. 144, 04-10 abr. 1972.

O DIA, 03 abril 1969, p.03 (pesquisa do IBOPE).

O DIA, agosto-outubro/1962; abril/1964 e julho-novembro/1970.

O DUCE dos pampas. *O Globo*. 05 set. 1962.

O GLOBO, Editorial, 05 set. 1962.

O MILAGRE de Chagas – De onde o cacique do Rio tira os votos que distribui entre seus discípulos há 25 anos. *Revista Veja*, 28 jun. 1978, p.28-31.

O QUE será do Rio? *Correio da Manhã*, jul./ago. 1958.

OUTRAS notícias Políticas. *Tribuna da Imprensa*, 13 set. 1962.

PINHEIRO, Flávio. O milagre de Chagas: de onde o cacique do Rio tira os votos que distribui entre seus discípulos há 25 anos. *Revista Veja*, 28 jun. 1978, p.28-31.

RESISTIREMOS até o fim à tentativa de Golpe. *O Globo*. 04 set. 1962.

REVISTA NOSSA HISTÓRIA, ano 2, n.º 15, jan. 2005.

TRINTA anos sem Lacerda: *Veja Rio*, p. 6-14, nov./dez. 1995.

UM fenômeno de nossos dias. *O Dia*, 07 out. 1971, p.2.

VINTE milhões da Guanabara para os serviços eleitorais. *O Globo*. 04 set. 1962.

Depoimentos ao Programa de História Oral do CPDOC

Publicados

Célio Borja. Coordenação de Marly Silva da Motta. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999
(Conversando sobre Política).

Crônica política do Rio de Janeiro. Coordenação de Marieta de Moraes Ferreira. Rio de Janeiro:
Editora FGV, 1998.

Erasmão Martins Pedro. Coordenação de Marly Silva da Motta. Rio de Janeiro: Editora FGV,
1998 (Conversando sobre Política).

Hamilton Xavier e Saramago Pinheiro. Coordenação de Marieta de Moraes Ferreira. Rio de
Janeiro: Editora FGV, 1999 (Conversando sobre Política).

Jorge Loretti. Coordenação de Ignez Cordeiro de Farias. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001
(Conversando sobre Política).

José Talarico. Coordenação de Américo Freire. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998 (Conversando
sobre Política).

Lisâneas Maciel. *Vozes da oposição*. Coordenação de Marieta de Moraes Ferreira, Dora Rocha e
Américo Freire. Rio de Janeiro: Grafine Artes Gráficas e Editora, 2001.

Paulo Duque. Coordenação de Carlos Eduardo Sarmiento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998
(Conversando sobre Política)

Não-publicados

Francisco de Mello Franco. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 1993.

Raul Brunini. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 1994.

Sérgio Magalhães. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 1986.

Themístocles Cavalcanti. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 1975.

Entrevistas constantes do acervo pessoal do economista Mauro Osorio da Silva

Carlos Lessa. 2003.

Carlos Nilo Pamplona. 2003.

Delfim Neto. 2003.

Hércules Corrêa dos Reis. 2004.

João de Lima Pádua. 2002.

José Augusto Assumpção Brito. 2004.

Mauro Magalhães. 2004.

Raphael de Almeida Magalhães. 2002.

Ronaldo Fabrício. 2002.

Saturnino Braga. 2002

Obras gerais e específicas

ABREU, Alzira Alves de (Coord.) ... et al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*.

Rio de Janeiro: Ed. da FGV/CPDOC, 2001.

ALMEIDA, Mônica Piccolo. *O Rio de Janeiro como hospedaria do poder central: luta autonomista – elite política e identidade carioca (1955-60)*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1996 (Dissertação de Mestrado).

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984 (4ª edição).
- AMARAL, Roberto; BONAVIDES, Paulo. *Textos políticos da história do Brasil*. Brasília: Ed. Senado Federal, 2002, 3ª edição, v.VII.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Por uma história da esquerda brasileira*. Topoi. Revista de História. PPGHS/UFRJ, set/2002, n.º 5, pp.333-353.
- ARGAN, Giulio. *L'Europe dès capitales*. Génève: Albert Skira, 1964.
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Departamento de Arquivo. *Conselho Municipal do Distrito Federal (1889-1935): inventário analítico*. Coleção Arquivo ALERJ, n.º 6. Rio de Janeiro: ALERJ, 2000.
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Departamento de Arquivo. *Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara: informações e produtos parlamentares (1960-1975)*. Coleção Arquivo ALERJ, n.º 7. Rio de Janeiro: ALERJ, 2000.
- BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. vol. 5.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brizola e o Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.
- BENEVIDES, Maria Victória. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-65)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BENI, Mario. *Adhemar*. São Paulo: GRAFIKOR – Sociedade Editora e Impressora Ltda. s/d.
- BERSTEIN, Serge. *A cultura política*. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (dirs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 349-363.

- BESPALHOK, Flávia Lúcia Bazan. *Reportagem Externa Radiofônica: A Experiência da Emissora Continental na Construção da História do Radiojornalismo Brasileiro*. Trabalho apresentado no XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, UERJ, 05-09 de setembro de 2005.
- BOJUNGA, Cláudio. JK: o artista do impossível. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel. RJ: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.
- BRANCO, Carlos Castello. *Os militares no poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Biblioteca. *Deputados brasileiros: repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados da Sexta Legislatura (1967-1971)*. Brasília, 1968.
- BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Biblioteca. *Deputados brasileiros: repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados da Sétima Legislatura (1971-1975)*. Brasília, 1971.
- BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã – um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- CAMARGO, Aspásia ; HIPPOLITO, Lúcia; D'Araújo, Maria Celina Soares; FLAKSMAN, Dora Rocha. *Artes da Política – Diálogo com Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- CARONE, Edgard. *O Tenentismo*. São Paulo: Difel, 1975.
- CARVALHO, Delgado de. *História da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1994.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHARLE, Christophe. *Les elites de la République (1880-1900)*. Paris: Fayard, 1987.
- CHARLE, Christophe. *La prosopographie ou biographie collective – bilan et perspectives*. Palestra proferida no CPDOC/FGV, junho/2005.
- CHASIN, José. O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta Editora, 1993.
- COUTTO, Francisco Pedro do. *O voto e o povo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- COUTO, Ronaldo Costa. *Brasília Kubitschek de Oliveira*. Rio de Janeiro: Record, 2001. (Coleção Metrópolis).
- D'ARAÚJO, Maria Celina. *O PTB na cidade do Rio de Janeiro (1945-55)*. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte:: 1992 (Separata do n.º 74-75).
- DIAS, Cláudia Cristina de Mesquita Garcia. *A trajetória de um “museu de fronteira”: a criação do Museu da Imagem e do Som e aspectos da identidade carioca (1960-1965)*. In: ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.202-216.
- DIAS, Maria Odila Silva. *A interiorização da metrópole (1808-1835)*. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- DINIZ, Eli. *Máquinas políticas e oposição: o MDB no Rio de Janeiro*. In: DADOS: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v.23, n.3, 1980.
- DINIZ, Eli. *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981 (3ª edição).
- DULLES, John W. F. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. 2 v.
- DUTRA, Eliana de Freitas. *História e culturas políticas: definições, usos, genealogias*. Belo Horizonte: Varia História, n.º 28, dezembro/2002.
- DUTRA, Eloy. *IBAD: sigla da corrupção*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- ELSTER, Jon. *Peças e engrenagens das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- Esquerda Armada (testemunhos dos presos políticos do presídio Milton Dias Moreira). Seleção de Luzimar Nogueira Dias. Vitória: Edições do Leitor, 1979.
- ESTUDOS HISTÓRICOS. *Indivíduo, biografia, história*. Rio de Janeiro: v. 10, n.º 19, 1997.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, EDUSP, 1999.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- FERREIRA, Jorge. *O trabalhismo radical e o colapso da democracia no Brasil*. In: Anais do Seminário 1964 – 2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p.41-54.
- FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *A República na Velha Província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em busca da Idade do Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: UFRJ / Tempo Brasileiro, 1994 (Tese de Doutorado apresentada, originalmente, à UFF, em 1991).
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *A nova “velha História”: o retorno da História Política*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, v. 5, n.º 10, 1992, p. 265-271.

- FERREIRA, Marieta de Moraes (org.)...et al. *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (orgs.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *Rio de Janeiro: uma cidade na história*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *História, tempo presente e história oral*. Topoi. Revista de História. PPGHS/UFRJ, set/2002, n.º 5, pp.314-332.
- FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *João Goulart – entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- FICO, Carlos. “*Prezada Censura*”: cartas ao regime militar. Topoi. Revista de História. PPGHS/UFRJ, set/2002, n.º 5, pp.251-286.
- FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FIECHTER, Georges-André. *O regime modernizador do Brasil (1964/1972)*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1974.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- FIGUEIREDO, Marcus Faria. *Política de coerção no sistema político brasileiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Universidade Cândido Mendes, 1978.

- FLEISCHER, David Verge. *Repertório Biográfico dos Senhores Deputados, abrangendo o período 1946-1967*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1981.
- FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo. *Três faces da cidade: um estudo sobre a institucionalização e a dinâmica do campo político carioca (1889-1969)*. Revista Estudos Históricos, v.13, n.º 24, 1999.
- FREIRE, Américo. *Uma capital para a República: poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1991.
- GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.
- GOMES, Angela Maria de Castro. *O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito*. Rio de Janeiro: Tempo, v. 1, n.º 2, 1996, p. 31-58.
- GOMES, Angela Maria de Castro (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- GOMES, Lúcia Maria Gaspar. *Cronologia do Governo Castello Branco*. Revista Dados, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1967.
- GOMES, Lúcia Maria Gaspar. *Cronologia do 1º ano do Governo Costa e Silva*. Revista Dados, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1968.
- GOENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Editora Ática, 1987.

- GUANABARA. Secretaria de Ciência e Tecnologia. Comissão do ano 2000. Rio Ano 2000. Rio de Janeiro, 1970.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Estudos Históricos, n. 1, 1988/1, p. 5-27. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV.
- HARTOG, François. *Régimes d'historicité. Présentisme et expériences du temps*. Paris: Seuil, 2003.
- HIPÓLITO, Lúcia. *De raposas e reformaistas: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HOBBSBAWM, Eric. *On history*. London: Abacus, 1998.
- HODGSON, Geoffrey M. *The Approach of Institutional Economics*. Journal of Economic Literature, mar. 1998.
- KINZO, Maria D'Alva Gil. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB, 1966/1979*. São Paulo: Vértice, 1988.
- KLEIN, Lúcia; FIGUEIREDO, Marcos. *Legitimidade e coação no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.
- KUBITSCHKE, Juscelino. *Meu caminho para Brasília*. Rio de Janeiro: Edições Block, 1974.
- KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. *As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia política*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, v. 13, n.º 24, 1999.
- LACERDA, Carlos. *O Poder das Idéias*. Rio de Janeiro: Record, 1963.
- LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- LACERDA, Carlos. *Discursos parlamentares*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- LAMOUNIER, Bolívar, CARDOSO, Fernando Henrique. *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

- LAMOUNIER, Bolívar. *Voto e desconfiança – eleições e mudança política no Brasil: 1970-1979*. São Paulo, Vozes, 1980.
- LE GOFF, Jaques. *História e memória*. Campinas: EdUnicamp, 1990.
- LE MOS, Renato. *Anistia e crise política no Brasil pós-1964*. Topoi. Revista de História. PPGHS/UFRJ, set/2002, n.º 5, pp.287-313.
- LESSA, Carlos. *Auto-estima e desenvolvimento social*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000 a.
- LESSA, Carlos. *O Rio de todos os brasis (uma reflexão em busca de auto-estima)*. Coleção Metrôpoles. Rio de Janeiro: Record, 2000 b.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial – trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LIMONGI, Fernando. *O novo institucionalismo e os estudos legislativos: a literatura norte-americana recente*. Rio de Janeiro: BIB, n.º 37, 1º semestre de 1994, p. 3-38.
- MAGALHÃES, Irene Maria; HIME, Maria Aparecida Alves; ALESSIO, Nancy. *Cronologia segundo e terceiro anos do Governo Costa e Silva*. Revista Dados, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1971.
- MAGALHÃES, Mauro. *Carlos Lacerda, o sonhador pragmático*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- MAINWARING, Scott P. *Sistemas partidários em novas democracias – O caso do Brasil*. Rio de Janeiro/Porto Alegre: FGV/Mercado Aberto, 2001, p.51-96.
- MARQUES, Eduardo C. *Notas críticas à literatura sobre Estado, Políticas Estatais e Atores Políticos*. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n.º 43, 1º semestre de 1997, pp. 67-102.
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: o Conselho de Estado e a elite imperial, 1842-1889*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHIS, 2005 (Tese de Doutorado).

- MARTINS FILHO, João Roberto. *O Palácio e a Caserna – A dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: Editora da UFSCar, 1996.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema, a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Editora Hucitec, 2004. 5ª edição.
- MENDONÇA, Marina Gusmão de Mendonça. *O demolidor de presidentes*. São Paulo: Códex, 2002.
- MOTTA, Marly Silva da. “*Que será do Rio?*” – refletindo sobre a identidade política da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo, v. 4, 1997, p. 146-174.
- MOTTA, Marly Silva da. *O chaguismo e a construção do estado da Guanabara*. Trabalho apresentado no IV Encontro Nacional de História Oral em Recife, 1997.
- MOTTA, Marly Silva da. *Frente e verso da Política Carioca: o Lacerdismo e o Chaguismo*. Rio de Janeiro: Revista de Estudos Históricos, v. 13, n.º 24, 1999.
- MOTTA, Marly Silva da. *Saudades da Guanabara*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2000.
- MOTTA, Marly Silva da. *O Rio de Janeiro: de cidade-capital a Estado da Guanabara*. Coleção Estudos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- MOTTA, Marly Silva da; FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo. *A política carioca em quatro tempos*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- MOURÃO FILHO, Olympio. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Rio Grande do Sul: L&PM Editores Ltda., 1978.
- NEVES, Léo de Almeida. *Vivência de fatos históricos*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- NEVES, Margarida de Souza. *Brasil, acertai vossos ponteiros*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia, 1991.
- NORTH, Douglass C. *Instituciones, cambio institucional y desempeño económico*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

- O'DONNEL, Guillermo... et al. *O estado autoritário e movimentos populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- OLIVEIRA LIMA, Manoel. D. *João VI no Brasil*. São Paulo: Topbooks, 1996.
- PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- PICALUGA, Izabel Fontenelle. *Partidos e classes sociais: A UDN na Guanabara*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- PINTO, Surama Conde Sá. *Elites políticas e o jogo de poder na cidade do Rio de Janeiro (1909-1922)*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2002 (Tese de Doutorado).
- POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, v. 2, n.º 3, 1989, p. 3-15.
- POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, v. 5, n.º 10, 1992, p. 200-212.
- PORTELLI, Alessandro. *Historia y memoria: la muerte de Luigi Trastulli*. Barcelona: Revista Historia y Fuente Oral, n.º 1, 1989, p. 5-35.
- PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora – Os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/1935)*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- RAO, Velcheru Narayana; SHULMAN, David; SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Textures du temps. Écrire l'histoire em Inde*. Paris: Seuil, 2004.
- REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas – a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- RÉMOND, René. *Por que a História Política?* Rio de Janeiro: Estudos Históricos, v. 7, n.º 13, 1994, p. 7-19.
- RÉMOND, René (organizador). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. 2. ed.

- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- RIOS, José Arthur. *Guanabara*. In: CAVALCANTI, Themístocles; DUBNIC, Reisky. *Comportamento eleitoral da Guanabara*. RJ, FGV, 1964.
- RODRIGUES, José Honório. *Chagas Freitas e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gráfica Danúbio S.A. (Coordenação editorial: Ronaldo do Valle Simões), 1982.
- ROSANVALLON, Pierre. *Por uma História conceitual do político*. São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 15, n.º 30, 1995, p. 9-22.
- ROUSSEAU, Isabelle. *La prosopografía: um método idóneo para el estudio del Estado?* Revista Mexicana de Sociologia, julho-setembro/1990.
- SAMPAIO, Regina Maria P. Ademar e o PSP. São Paulo: Global, 1982.
- SANTOS, Angela Moulin S. Penalva. *Planejamento e desenvolvimento. O estado da Guanabara*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1990. (Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo).
- SANTOS, Fabiano. *Deputados federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-99*. In: SANTOS, Fabiano; BOSCHI, Renato; DINIZ, Eli. *Elites políticas e econômicas no Brasil Contemporâneo: a desconstrução da ordem corporativa e o papel do Legislativo no cenário pós-reformas*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000, pp. 91-117.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. São Paulo: Vértice, 1986.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos (coord.). *Que Brasil é este? Manual de indicadores políticos e sociais*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1990.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *O cálculo do conflito*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

- SARMENTO, Carlos Eduardo. *Autonomia e participação: o Partido Autonomista do Distrito Federal e o campo político carioca (1933-1937)*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1996 (Dissertação de Mestrado).
- SARMENTO, Carlos Eduardo. *Chagas Freitas: perfil político*. Rio de Janeiro: Editora FGV/ALERJ, 1999.
- SARMENTO, Carlos Eduardo. *O Rio de Janeiro na era Pedro Ernesto*. Rio de Janeiro: ALERJ/FGV, 2001
- SARMENTO, Carlos Eduardo Barbosa. *O espelho partido da metrópole – Chagas Freitas e o campo político carioca (1950-1983): liderança, voto e estruturas clientelistas*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto de Filosofia e Ciências Sociais / Programa de Pós-Graduação em História Social, 2002 (Tese de Doutorado).
- SARTORI, Giovanni. *Parties and party systems: a framework for analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976, p. 119-201.
- SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo: estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- SENTO-SÉ, João Trajano. *Os estudos de política no Rio de Janeiro e a criação de um campo de pesquisa*. In: CAMARGO, Célia...[et al.]. *CPDOC 30 anos*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2003, pp. 131 a 152.
- SILVA, Fabrício Pereira da. *Utopia dividida – crise e extinção do PCB (1979-1992)*. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, PPGHIS, 2005 (Dissertação de Mestrado).
- SILVA, Mauro Osorio da. *Rio nacional, Rio local: mitos e visões da crise carioca e fluminense*. Rio de Janeiro: Senac, 2005.

- SISSON, Rachel. *O Rio de Janeiro de D. João VI como etapa na formação da cidade contemporânea*. In: Anais do Seminário Internacional D. João VI: um rei aclamado na América. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2000, p. 315-323.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. *As bases ideológicas do lacerdismo*. Rio de Janeiro: Revista Civilização Brasileira, 1(4), 1965.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. *As políticas de cassações*. Rio de Janeiro, Dados, n. 21, 1979, pp. 69-86.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1976.
- STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- TENDLER, Silvio; DIAS, Maurício. *Jango*. Rio Grande do Sul: L&PM Editores Ltda., 1984.
- TRINDADE, Adriana de Albuquerque. *O estilo político da bica d'água: o chaguismo na Guanabara, 1969-1974*. CPDOC, Texto n.º37, 2000.
- TRINDADE, Hélió. *Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30)*. São Paulo: Difel; Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1974.
- VENEU, Marcos Guedes. *Enferrujando o sonho: partidos e eleições no Rio de Janeiro, 1889-1895*. Rio de Janeiro. Revista de Ciências Sociais, v.30, n.1, 1987, pp. 45-72.
- VERSIANI, Maria Helena (Org.). *Cronologia da República: 1889-2000*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2002.
- VIANA FILHO, Luiz. *O Governo Castello Branco*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975.

VIANA FILHO, Luiz (org.). *Castello Branco: testemunhos de uma época*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

VINHAS, Moisés. *O partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo: Hucitec, 1982.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)